



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Rosa Maria Carreira Pedro

**O Estado Novo e a Acção Social no  
Ensino Superior**

Tese de Mestrado em Administração Pública

Trabalho efectuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira**

Co-orientação do **Professor Doutor José António  
Oliveira Rocha**

## DECLARAÇÃO

Nome: Rosa Maria Carreira Pedro  
Endereço electrónico: rosap@ipleiria.pt  
Telemóvel: 914 571 149  
Número do Bilhete de Identidade: 9786164  
Título da dissertação: O Estado Novo e a Acção Social no Ensino Superior  
Orientador: Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira  
Co-Orientador: Professor Doutor José António Oliveira Rocha  
Ano de conclusão: 2008  
Designação do Mestrado: Administração Pública

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 21 de Março de 2008.

Assinatura:

(Rosa Maria Carreira Pedro)

Ao Helder  
Ao Miguel



## AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui o meu grande apreço e reconhecimento sincero pelos apoios recebidos, indispensáveis para a realização deste trabalho de investigação. Agradeço, desde já:

- Ao Professor Doutor Ricardo Manuel das Neves Vieira, do Instituto Politécnico de Leiria, que, apesar das múltiplas ocupações, se dignou aceitar a orientação deste estudo e que ao longo deste trabalho conseguiu sempre algum tempo para o precioso aconselhamento e correcções essenciais a esta dissertação, bem como pela sua atitude sempre motivadora para os orientandos, depositando neles grande confiança e dirigindo-lhes sempre o estímulo indispensável para a conclusão do trabalho.
- Ao Professor Doutor José António Oliveira Rocha, da Universidade do Minho, pelos ensinamentos transmitidos durante a parte curricular do Mestrado em Administração Pública e por ter aceite o convite para co-orientar este trabalho de investigação.
- À Presidência do Instituto Politécnico de Leiria pelo apoio que me proporcionou para realização do curso de Mestrado em Administração Pública.
- Ao Mestre Miguel Júlio Teixeira Guerreiro Jerónimo, Administrador dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Leiria, por me ter encaminhado para o digníssimo orientador desta dissertação. Agradeço ainda todo o apoio e facilidades concedidos, fundamentais para a realização deste estudo.
- Aos Exmos. Senhores Professores da parte curricular do curso de Mestrado em Administração Pública, que proporcionaram a base para a realização da presente investigação.

- Ao Professor Doutor José Veiga Simão, ex-Ministro da Educação Nacional, pelo tempo disponibilizado para realização da entrevista.
- A todos os Professores que, de uma forma ou de outra, responderam aos inquéritos por entrevista ou questionário possibilitando, desta forma, a execução do estudo empírico.
- À Eugénia e à Mónica pela atitude sempre motivadora.
- Ao Professor Doutor Luís Filipe Barbeiro, docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, pela colaboração prestada à revisão do presente trabalho.
- Ao Professor Doutor Mark Daubney, docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, pela colaboração prestada na tradução.
- Aos meus pais, por tudo o que fizeram por mim, e às minhas irmãs por toda a colaboração concedida no decurso desta investigação.
- Em especial, ao meu marido Hélder e ao meu filho Miguel, pelo apoio, compreensão e estímulo com que retribuíram a minha ausência durante estes cerca de três anos.

**RESUMO****O Estado Novo e a Acção Social no Ensino Superior**

No âmbito do presente trabalho, procurámos estudar a relação entre o Estado e a acção social no ensino superior durante o Estado Novo, em Portugal. Pretendemos determinar em que medida o Estado apoiou a acção social no ensino superior entre 1933 e 1974.

Para melhor compreender a evolução do sistema de acção social, efectuámos uma caracterização periodológica assente essencialmente no critério das relações entre o Estado e a sociedade civil. A par do estudo da legislação regulamentadora dos aparelhos ideológicos e administrativos do Estado Novo, e de outros documentos oficiais, procurámos abarcar diferentes perspectivas, recorrendo a depoimentos de potenciais utilizadores do sistema de acção social, bem como ao testemunho do protagonista da reforma do Ensino Superior antes do golpe militar do 25 de Abril de 1974.

Concluimos que neste período histórico o regime político manifestou preocupações, não uniformes, pela implementação de medidas que visassem o bem-estar económico e social dos estudantes do ensino superior. Em linhas gerais, identificámos dois momentos fundamentais. Delimitámos um primeiro arco temporal, com início em 1933 e término na década de sessenta, período em que o Estado entrega a acção social escolar às instituições particulares de assistência e às famílias, procurando envolver toda a comunidade, assumindo, ele próprio, uma função meramente supletiva ou subsidiária e tutelar.

Num segundo momento, que culmina com o 25 de Abril de 1974, evidencia-se uma maior abertura do Estado relativamente às medidas de política referentes à formação, educação e, conseqüentemente, à acção social no ensino superior, assumindo o Estado um papel mais interventivo neste domínio. Evidencia-se um envolvimento no sentido de dar resposta à necessidade de expansão e diversificação do ensino superior, visando a massificação do ensino, acompanhado por um sistema de acção social que se pretendia mais inclusivo.

Concluimos ainda que, embora durante o período em análise se tenha registado uma tendência crescente do número de estudantes a frequentar o ensino superior, findo o período ditatorial, o ensino superior em Portugal reflectia ainda a estrutura elitista da sociedade, com fortes restrições no acesso à universidade.

**ABSTRACT****The New State and social action in higher education**

The present work seeks to study the relationship between the state and social action in higher education during the period in Portugal known as the New State. It aims to determine to what degree the New State supported social action between 1933 and 1974.

To better understand the development of the social action system, a periodical characterisation was carried out focusing essentially on the criteria of the relationships between the state and civil society. While researching regulatory legislation of the ideological and administrative instruments of the New State, and of other official documents, we also make use of different perspectives, resorting to declarations of potential users of the social action system, as well as to the testament of the author of the reform in higher education before the military coup in 1974.

We conclude that during this historical period the political regime manifested concerns – not uniform – for the implementation of measures that aimed at the social and economic well-being of students in higher education. In general terms, two defining moments can be identified. First, an overarching period beginning in 1933 and ending in the 1960s, a period in which the state handed over social action in schools to private institutions and to families, therefore seeking to involve the community as a whole, while itself assuming a merely ancillary role or a subsidiary and administrative one.

A second period that culminates with 25<sup>th</sup> April 1974, revealed a greater openness on the part of the state to political measures in relation to training, education and, consequently, to social action in higher education, with the state taking on a greater interventionist role in this area. Also evident was an involvement in the sense of responding to the necessity of expansion and diversification in higher education, one that aimed at mass teaching, accompanied by a system of social action that sought to be more inclusive.

In conclusion, although a trend for increasing numbers of students frequenting higher education during the period in analysis – the final years of the dictatorship – can be noted, higher education in Portugal still reflected the elitist structure of society, with entrance to university subject to severe restrictions.

## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	v
<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>ABSTRACT</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>PARTE I – ENCONTRO DE IDEIAS</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – O Ensino Superior em Portugal</b> .....	13
1. Evolução do Ensino Superior em Portugal .....	13
1.1. Breve resenha histórica .....	13
1.2. Evolução da acção social no Ensino Superior em Portugal .....	24
<b>CAPÍTULO II – Contexto Geral da Sociedade Portuguesa</b> .....	33
2. Traços do regime .....	33
2.1. 1926-1933 – Edificação do Estado Novo .....	34
2.2. 1933-1941 – Cidadania e família .....	36
2.3. 1941-1958 - Repressão e desenvolvimento .....	42
2.4. 1958-1968 – Cenário de insubordinação .....	44
2.5. 1968-1974 – Na mira da mudança .....	47
2.6. Conclusão .....	47
<b>CAPÍTULO III – A Acção Social no Ensino Superior</b> .....	55
3. Diversidades <i>versus</i> unidade da política de acção social .....	55
3.1. 1933-1941 – Cidadania e família .....	55
3.2. 1941-1958 – Repressão e desenvolvimento .....	59
3.3. 1958-1968 – Cenário de insubordinação .....	64
3.4. 1968-1974 – Na mira da mudança .....	73
3.4.1. O eco da crise .....	74
3.4.2. O despontar da democratização .....	76
3.5. Conclusão .....	87
<b>PARTE II - CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	93
<b>CAPÍTULO IV - Desenvolvimento das Hipóteses e Metodologia de Investigação</b> 93	
4. Definição do caminho e instrumentos – Reflexão metodológica .....	93
4.1. Questões e hipóteses de investigação .....	96
4.2. Orientações metodológicas da investigação .....	97

4.2.1. Identificação dos agentes sociais intervenientes na análise.....	98
4.2.2. Instrumentos de recolha de informação.....	99
<b>CAPÍTULO V – Abordagem Extensiva</b> .....	103
5. Caracterização do universo de estudo .....	103
<b>CAPÍTULO VI – Abordagem Intensiva</b> .....	129
6. Os que ingressam no ensino superior .....	129
6.1. Caracterização do cenário académico.....	131
6.2. Apoio social.....	134
6.3. Um curso superior: da miragem à realidade .....	142
6.4. O ensino secundário como limite .....	145
6.5. Do outro lado da política: o político em carne viva .....	152
<b>CAPÍTULO VII – Conclusões, Limitações e Implicações Futuras</b> .....	161
7. Conclusões.....	161
7.1. Comentário final .....	161
7.2. Limitações .....	165
7.3. Sugestões para futura investigação.....	168
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	171
<b>Apêndices</b> .....	183
Apêndice n.º 1: Base de dados com tratamento das respostas do inquérito por questionário .....	185
Apêndice n.º 2: Carta de apresentação .....	188
Apêndice n.º 3: Questionário.....	191
Apêndice n.º 4: Guião de entrevista – Ex-estudantes do Ensino Superior .....	193
Apêndice n.º 5: Guião de entrevista – Ex-estudantes do Ensino Secundário.....	195
Apêndice n.º 6: Guião de entrevista – Ex-Ministro da Educação Nacional .....	197
Apêndice n.º 7: Entrevista ao Professor A .....	199
Apêndice n.º 8: Entrevista ao Professor B.....	203
Apêndice n.º 9: Entrevista ao Professor C.....	207
Apêndice n.º 10: Entrevista ao Professor D.....	209
Apêndice n.º 11: Entrevista ao Professor E.....	211
Apêndice n.º 12: Entrevista ao Professor F .....	219
Apêndice n.º 13: Entrevista ao Senhor Professor José Veiga Simão .....	221
Apêndice n.º 14: Lista dos Ministros da Instrução Pública da Ditadura Nacional e do Estado Novo.....	225
Apêndice n.º 15: Lista de Reitores da Universidade de Coimbra.....	227
Apêndice n.º 16: Lista de Reitores da Universidade de Lisboa.....	231

Apêndice n.º 17: Lista de Reitores da Universidade do Porto.....	233
Apêndice n.º 18: Lista de Reitores da Universidade Técnica de Lisboa.....	235
Apêndice n.º 19: Principais diplomas legislativos sobre o Ensino Superior durante as I e II Repúblicas .....	237
Apêndice n.º 20: Principais diplomas legais que regem a acção social no Ensino Superior durante a Ditadura Nacional e o Estado Novo.....	239



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 – Distribuição das Faculdades em Portugal.....	18
Tabela n.º 2 – Analfabetismo em Portugal – 1911-1930.....	19
Tabela n.º 3 – Despesas públicas com a educação – 1911-1930.....	24
Tabela n.º 4 – Entrada de divisas.....	46
Tabela n.º 5 – Analfabetismo em Portugal – 1930-1940.....	58
Tabela n.º 6 – Despesas públicas com a educação – 1933-1940.....	59
Tabela n.º 7 – Estrutura educacional da população activa, em 1960.....	68
Tabela n.º 8 – População escolar, por tipos de ensino.....	70
Tabela n.º 9 – Investimentos programados para a metrópole no período de 1965-1967 .....	71
Tabela n.º 10 – Investimentos programados no período de 1965-1967, desagregação da despesa .....	73
Tabela n.º 11 – Bolsas de estudo e prorrogações concedidas, por ramos de trabalho ou de ensino, em 1969 .....	75
Tabela n.º 12 – Escolaridade primária, secundária e superior – ano lectivo de 1969–1970 .....	77
Tabela n.º 13 – Ensino superior público.....	78
Tabela n.º 14 – Estudantes universitários segundo o nível de instrução dos pais (1963-1964) .....	78
Tabela n.º 15 – Educação em Portugal – 1960-1974.....	83
Tabela n.º 16 – Estudantes matriculados, em milhares, por graus, ramos e modalidades de ensino.....	84
Tabela n.º 17 – Estudantes do ensino superior, por Universidade (1970-1971).....	85
Tabela n.º 18 – Despesa pública com a educação – 1972-1974 .....	85
Tabela n.º 19 – Identificação e caracterização do universo.....	103
Tabela n.º 20 – Estudantes universitários por distrito de origem – 1970 .....	108
Tabela n.º 21 – Inquérito: Situação e opinião dos universitários: 1963-1964 – Grau de instrução do pai.....	110
Tabela n.º 22 – Inquérito: Situação e opinião dos universitários: 1963-1964 – Profissão do pai .....	111

Tabela n.º 23 – Professores entrevistados .....	129
Tabela n.º 24 – Identificação e caracterização dos Professores entrevistados .....	130
Tabela n.º 25 – Fragmentos discursivos referentes a bolsas de estudo .....	134
Tabela n.º 26 – Fragmentos discursivos referentes a serviços de alimentação .....	136
Tabela n.º 27 – Fragmentos discursivos referentes a serviços de alojamento .....	137
Tabela n.º 28 – Fragmentos discursivos referentes a assistência médica .....	138
Tabela n.º 29 – Fragmentos discursivos referentes a apoio às actividades desportivas e culturais .....	139
Tabela n.º 30 – Identificação e caracterização do ex-estudante do ensino religioso....	142
Tabela n.º 31 – Identificação e caracterização do grupo de ex-estudantes do ensino secundário .....	146
Tabela n.º 32 – Agregado familiar.....	147
Tabela n.º 33 – Distância da residência ao estabelecimento de ensino frequentado ....	147
Tabela n.º 34 – Razões para não prosseguir um curso de ensino superior .....	150
Tabela n.º 35 – Curso que escolheria se prosseguisse os estudos .....	150

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Estudantes matriculados em todos os graus do ensino, em milhares.....	4
Gráfico n.º 2 – Principais sectores sociais na despesa total do Estado, 1960-1968, em milhares de contos .....	45
Gráfico n.º 3 – Principais sectores sociais na despesa total do Estado, 1968-1974, em milhares de contos .....	49
Gráfico n.º 4 – Estudantes matriculados no ensino superior, em milhares .....	63
Gráfico n.º 5 – Montante das despesas públicas com a educação, em milhões de escudos .....	71
Gráfico n.º 6 - Investimentos programados para a metrópole no período de 1965-1967 .....	72
Gráfico n.º 7 – Educação em Portugal - 1960-1974 .....	83
Gráfico n.º 8 – Caracterização do universo por género .....	104
Gráfico n.º 9 – Caracterização do universo de acordo com o grau académico .....	104
Gráfico n.º 10 – Caracterização do universo de acordo com o género <i>versus</i> o grau académico .....	105
Gráfico n.º 11 – Frequências relativas - Idades .....	106
Gráfico n.º 12 – Diagrama de extremos e quartis - Idades .....	106
Gráfico n.º 13 – Frequências relativas - Sexo .....	107
Gráfico n.º 14 – Caracterização de acordo com a naturalidade .....	107
Gráfico n.º 15 – Estudantes universitários por distrito de origem – 1970 .....	108
Gráfico n.º 16 – Habilitações literárias do pai: inquérito em estudo .....	109
Gráfico n.º 17 – Habilitações literárias do pai: inquérito em estudo .....	110
Gráfico n.º 18 – Habilitações literárias do pai: inquérito DGJUC .....	110
Gráfico n.º 19 – Profissão dos pais .....	111
Gráfico n.º 20 – Actividade profissional do pai: inquérito em estudo .....	112
Gráfico n.º 21 – Actividade profissional do pai: inquérito DGJUC .....	112
Gráfico n.º 22 – Razão para escolha de um curso de ensino superior .....	113
Gráfico n.º 23 – Motivação para a escolha do estabelecimento de ensino superior .....	114
Gráfico n.º 24 – Estabelecimento de ensino frequentado .....	114
Gráfico n.º 25 – Ano de ingresso no ensino superior .....	115

Gráfico n.º 26 – Ano de conclusão do curso .....	115
Gráfico n.º 27 – Ingresso no ensino superior implicou a mudança de residência .....	116
Gráfico n.º 28 – Estudantes deslocados: residência em tempo de aulas.....	117
Gráfico n.º 29 – Despesas mais significativas em tempo de aulas .....	117
Gráfico n.º 30 – Distância entre a residência em tempo de aulas e o estabelecimento de Ensino Superior.....	118
Gráfico n.º 31 – Modo de deslocação para o estabelecimento de Ensino Superior ...	118
Gráfico n.º 32 – Frequência da deslocação à residência familiar .....	118
Gráfico n.º 33 – Classificação da periodicidade de deslocação à residência familiar..	119
Gráfico n.º 34 – Trabalhador-estudante.....	119
Gráfico n.º 35 – Razões para ser trabalhador-estudante .....	119
Gráfico n.º 36 – Desenvolvimento de actividade profissional – Estudantes deslocados.....	120
Gráfico n.º 37 – Desenvolvimento de actividade profissional – Estudantes não deslocados.....	120
Gráfico n.º 38 – Participação em actividade associativa extracurricular.....	120
Gráfico n.º 39 – Tipo de actividade associativa extracurricular desenvolvida .....	120
Gráfico n.º 40 – Razões para não ter beneficiado de bolsa de estudo deslocados.....	121
Gráfico n.º 41 – Concessão de outros apoios sociais pelo estabelecimento de ensino.....	122
Gráfico n.º 42 – Apoios sociais concedidos pelo estabelecimento de ensino frequentado, para além da bolsa de estudos .....	122
Gráfico n.º 43 – Fruição de apoios sociais .....	123
Gráfico n.º 44 – Fruição de benefícios sociais – Tipo de apoio .....	124
Gráfico n.º 45 – Desempenho de funções académicas ou associativas .....	124
Gráfico n.º 46 – Tipo de funções académicas ou associativas desenvolvidas.....	124

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CELUC – Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra  
CPES – Ciclo Preparatório do Ensino Secundário  
DGJUC – Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica  
EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IASE – Instituto de Acção Social Escolar  
MUD – Movimento de Unidade Democrática  
NASE – Núcleo de Acção Social Escolar  
NATO – North Atlantic Treaty Organisation  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica  
O.M.E.N. – Organização Nacional da Mocidade Portuguesa  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIDE – Polícia de Intervenção e de Defesa do Estado  
RJIES – Regime jurídico das instituições de ensino superior  
SASE – Serviços de Acção Social Escolar  
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social  
UEM – Universidade Eduardo Mondlane



# INTRODUÇÃO

---



Durante a frequência do curso de mestrado, foram múltiplos os apelos do corpo docente para a relevância de uma célere definição do tema de investigação da dissertação. Sentia, na altura, que as bases metodológicas e epistemológicas que possuía eram frágeis, dificultando uma escolha rápida e segura. Num dos primeiros trabalhos efectuados, propus-me investigar a acção social no ensino superior. Pude constatar que esse assunto, apesar de constituir um dos mais antigos temas de reflexão em Portugal, remontando à fundação da própria Universidade Portuguesa, no século XII, se encontra apenas parcialmente estudado, não havendo um estudo aprofundado da história da acção social em Portugal.

Diversos foram os caminhos que trilhei na procura de um objecto de estudo. Neste percurso, foi-se agudizando a minha motivação pelo estudo deste tema, começando a delinear-se o meu objecto de estudo: precisamente a acção social no ensino superior.

Com o decorrer do tempo, este objecto, que se procurou pertinente, claro e exequível, foi progressivamente ganhando forma<sup>1</sup>.

Restava apenas definir a delimitação temporal do estudo, mas o interesse pelas particularidades do período de vigência do Estado Novo em Portugal (1933-1974) foi determinante para a decisão final.

Esta investigação incide, assim, especificamente no período de vigência do Estado Novo, altura em que a pobreza era aceite como um fenómeno natural, legitimada com o frequente recurso à passagem bíblica «*Pois pobres tê-los-ei sempre convosco*» (S. Mateus, capítulo 28, versículo 11).

Referem-se os ideólogos salazaristas à fome e aos longos e agrestes percursos que as crianças têm que percorrer até chegarem ao estabelecimento de ensino, sem qualquer pudor ou constrangimento. Entendia-se que «*o pão só poderia chegar à escola quando [sobrasse] na generalidade dos lares*»<sup>2</sup> e que qualquer sistema de assistência social escolar que beneficiasse os estudantes economicamente mais carenciados seria utópico e perigoso (Mónica, 1978: 224). Durante o Estado Novo, essencialmente nas primeiras décadas, o *Estado* entrega a assistência social às famílias e a grupos que

---

<sup>1</sup> Mucchielli (1996, cit. in Teodoro, 2002: 18) refere que o «desenho metodológico não está jamais completamente determinado antes do início da investigação enquanto tal, mas evolui».

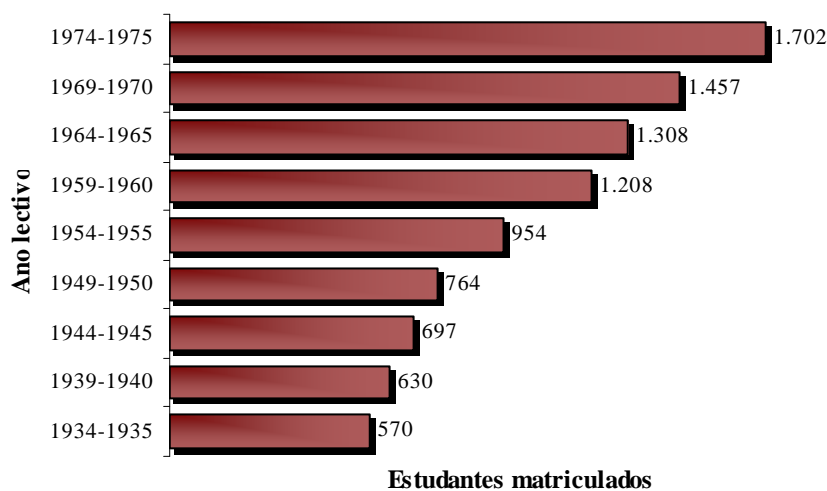
<sup>2</sup> Diário das Sessões, de 31 de Março de 1938, Lisboa, Assembleia Nacional (discurso de Pacheco de Amorim).

envolviam toda a população portuguesa, como é o caso da Obra das Mães para a Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Masculina, a Mocidade Portuguesa Feminina e a Legião Portuguesa.

Desde a implantação da Ditadura Nacional (1926) e durante quase meio século, o ensino superior não mereceu grande atenção do Estado, enveredando os sucessivos governos pelas «*políticas educativas*» assentes na «*doutrinação religiosa e política*», cujos principais efeitos só poderiam ser alcançados durante a infância e adolescência (Carreira, 1996a: 194).

Porém, o crescimento da população estudantil registou um aumento gradual, tendo esta população triplicado, entre 1934 e 1974, conforme se pode aferir da análise do gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 1 – Estudantes matriculados em todos os graus do ensino, em milhares**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (s.d.). *Portugal: 1935-1985*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Neste contexto, surge a temática central que serviu de base a este trabalho: «*O Estado Novo e a Acção Social no Ensino Superior*».

Pretendendo estudar a relação entre o Estado e a acção social no ensino superior, problema subjacente à nossa investigação, foi construída a seguinte pergunta de partida, que se procurou que tivesse clareza, exequibilidade e pertinência (Quivy e Campenhoudt, 2005: 35-45) e que focaliza o período referido:

«*Em que medida o Estado apoia a acção social no ensino superior entre 1933 e 1974 e de que forma os líderes das instituições lidam com essa política?*».

Para responder a esta pergunta de investigação, foi definida uma hipótese central, não só para se proceder à verificação, mas também como questão-guia, orientadora de uma pesquisa que pretende conciliar o paradigma verificacionista com o compreensivo<sup>3</sup> (Bogdan, 1994; Burgess, 1997; Caria, 2002a; Vieira, 2002; Quivy e Campenhoudt, 2005; Guerra, 2006) e que procuraremos aprofundar por meio de algumas questões:

*O Estado apoia a acção social no ensino superior de forma pouco significativa.*

- A política do Estado Novo referente aos apoios sociais era conhecida dos estudantes?
- A política do Estado Novo contribuiu para minorar a desigualdade entre os estudantes?
- A política do Estado Novo contribuiu para uma sociedade mais inclusiva?

A resposta a estas questões permitirá um estudo exploratório que poderá vir a ser aprofundado e desenvolvido com um universo de estudo maior e pretende não apenas obter respostas positivas ou negativas mas também o modo como decorreu o processo de implementação de orientações estatais e institucionais.

Na fundamentação teórica deste trabalho, estiveram presentes várias fontes de informação, recorrendo-se, para o efeito, à observação indirecta de dados preexistentes, pelo que, para além das fontes bibliográficas da literatura administrativa, política e sociológica, foram analisados os dados resultantes da consulta das seguintes fontes primárias: documentos de forma textual provenientes de instituições e de organismos públicos e privados, nomeadamente leis, estatutos e regulamentos, actas, publicações, entre outros (Bogdan, 1994; Bell, 1997; Burgess, 1997; Quivy & Campenhoudt, 2005); bibliografia sobre o tema em estudo, utilizando as obras de autores dessa época e de dissertações e estudos feitos sobre o referido período. Foram ainda estudados outros textos como as revistas «Escola Portuguesa», «Escola Democrática», «O Professor» e a «Página da Educação».

---

<sup>3</sup> Se há autores que dizem ser difícil conciliar metodologias qualitativas e quantitativas, outros há também que os vêem como uma boa forma de abordar os fenómenos sociais de uma forma mais global e simultaneamente local. Como refere Erickson (1989: 199) «[...] No trabalho de campo, a indução e a dedução estão em constante diálogo. Em consequência, o investigador segue determinadas linhas de indagação enquanto está no campo [...]».

Numa segunda fase da investigação, procurou-se recolher o testemunho de vivências da época, tendo-se aplicado para o efeito um questionário a ex-estudantes que frequentaram o ensino superior durante o Estado Novo, bem como a ex-estudantes que concluíram o ensino secundário naquele período e que não ingressaram no ensino superior. Foi ainda realizada uma entrevista ao ex-Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão, reformador e impulsionador da democratização do ensino em Portugal. Esta combinação de métodos permitir-nos-á apurar aspectos considerados relevantes, possibilitando uma análise qualitativa e quantitativa da realidade, que ajudará a uma percepção mais objectiva, do ponto de vista exterior ao objecto, procurando uma imagem de maior segurança quanto às eventuais interferências do investigador, mas não descurando também o sentir e pensar dos sujeitos estudados, a dimensão subjectiva dos implicados no estudo, com recurso a entrevistas.

Face aos objectivos propostos, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução, seguida de duas partes essenciais, correspondentes a sete capítulos.

Na Introdução, procurámos definir o problema através do tema, dos objectivos e da hipótese central, incluindo ainda uma breve referência à metodologia e instrumentos usados, sendo esta aprofundada na segunda parte da investigação.

A primeira parte do trabalho encontra-se organizada em três capítulos, ao longo dos quais se procede à revisão da literatura que consideramos relevante para o desenvolvimento da hipótese de investigação.

A segunda parte engloba quatro capítulos onde é apresentada a parte prática da investigação. Nesta parte procurámos aprofundar o que abreviámos na introdução. São aqui, nos capítulos quatro, cinco e seis, desenvolvidas as hipóteses de investigação e abordadas as questões relacionadas com o universo, com o instrumento de observação e com a recolha e análise de dados. Com base no estudo efectuado, elaborou-se um inquérito por questionário que foi respondido por vinte e quatro ex-estudantes que frequentaram o ensino superior durante o período de vigência do Estado Novo. Foi ainda realizada uma entrevista ao ex-Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão, por ter sido um instigador e ter assumido um papel determinante na democratização do ensino em Portugal.

São ainda apresentadas as principais conclusões, limitações e implicações futuras desta investigação (capítulo sete).

Estes são, em suma, os aspectos configuradores da investigação que ora apresentamos.



# PARTE I

## ENCONTRO DE IDEIAS



# CAPÍTULO I

---

## O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL



## 1. Evolução do Ensino Superior em Portugal

### 1.1. Breve resenha histórica

A análise da história do ensino em Portugal, tal como nos mostra Rómulo de Carvalho (1996: 39-40), esteve durante largos anos exclusivamente a cargo da Igreja. As primeiras referências que encontramos relativamente a uma actividade organizada de ensino em Portugal remontam ao século XI e direccionam-se para a Sé de Braga.

Ainda no mesmo século, foi criada, junto à Sé de Coimbra, uma escola episcopal. Posteriormente, são fundados os colégios no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra e no de Alcobaça. Porém, o ensino superior surge em Portugal apenas em 1290 com a fundação da Universidade Portuguesa, em Lisboa, por el-Rei D. Dinis, então designada por Estudo Geral, com os cursos de Artes, Direito Canónico, Direito Civil, Medicina e Teologia.

Menos de duas décadas decorridas após a fundação do Estudo Geral, o monarca pede ao papa que autorize a transferência deste Estudo de Lisboa para Coimbra, tendo em conta as frequentes ofensas registadas entre os estudantes e a população, motivadas essencialmente pela *«expansão natural da juventude e agravadas pelos privilégios jurídicos do foro académico»* (Carvalho, 1996: 73).

O pedido é deferido e em 15 de Fevereiro de 1309 o monarca estabelece o Estudo Geral em Coimbra. Nos anos que se seguem, assiste-se a uma sistemática oscilação entre aquelas duas cidades, até se fixar, em 1537, por decisão de D. João III, definitivamente, em Coimbra.

A Universidade Portuguesa permanecia inalterável, dispondo de um corpo docente reduzido, promovendo uma produção cultural irrelevante, incapaz de atrair professores ou estudantes estrangeiros e de evitar a saída dos estudantes portugueses para outras Universidades europeias (Gomes; Fernandes e Grácio, 1988: 22-23), designadamente para as Universidades de Bolonha, Paris, Toulouse, Montpellier e Salamanca.

Esta saída dos estudantes, sobretudo clérigos, mereceu desde cedo o apoio quer da Igreja quer dos monarcas, concedendo-lhes bolsas de estudo. É disso exemplo a

instituição de bolsas destinadas especificamente a estudantes de Teologia que pretendessem frequentar o Colégio de Santa Bárbara, em Paris. Neste Colégio estudaram diversos portugueses bolseiros que vieram a ocupar um lugar de destaque na história do ensino em Portugal. Um desses estudantes, o frade Brás de Barros, foi responsável pela preparação de um projecto de reforma dos estudos que, à semelhança de outros países, previa a criação de colégios em edifícios independentes, destinando-se uns exclusivamente a alojamento de estudantes e outros a leccionação (Carvalho, 1996: 176 ss.).

Surgem, então, em Santa Cruz, Coimbra, quatro colégios, dois dos quais se destinavam a actividades curriculares e os restantes a albergue de estudantes (Colégio de Todos os Santos e Colégio de S. Miguel).

Durante o reinado de D. João I, a Universidade conhece um período próspero de desenvolvimento. A corte real *«concede-lhe todos os privilégios antigos, dá-lhe o monopólio do ensino, alarga o número de professores e das disciplinas»* (Estatutos, 1991). Foi ainda instituído o cargo de Protector da Universidade, pelo Infante D. Henrique, que diligenciou no sentido de adquirir instalações para a Universidade e procurou disciplinar a vida escolar. O ensino da Teologia foi subsidiado e foram criadas as cadeiras de Aritmética, Geometria e Astrologia (Gomes; Fernandes e Grácio, 1988: 23).

No século XVI foi fundado, em Coimbra, o Colégio das Artes onde funcionavam, além dos estudos superiores, as escolas menores.

Ainda no mesmo século, a Companhia de Jesus instala-se em Portugal e, com o apoio da família real, bem como de outros benfeitores, desde logo, conquista um lugar de destaque em diversos domínios, dedicando-se, acima de tudo, à expansão do ensino em todo o território português. Os Jesuítas fundam diversos estabelecimentos de ensino, nomeadamente o Colégio de Jesus, em Coimbra (1542), o Colégio do Espírito Santo, em Évora (1551) e a Casa Professa de S. Roque, centro das actividades apostólicas, em Lisboa (1553). Nestes Colégios o ensino é gratuito, sendo aí ministrado desde o ensino básico até ao ensino superior. Em 1559, é fundada a Universidade de Évora, que é entregue à Companhia de Jesus.

Assim, esta Companhia expande progressivamente a sua actividade pedagógica às principais cidades do País: Braga (1560); Bragança (1561); Funchal (1570); Angra

do Heroísmo (1570); Ponta Delgada (1591); Faro (1599); Portalegre (1605); Santarém (1621); Porto (1630); Elvas (1644), Faial (1652); Setúbal (1655); Portimão (1660); Beja (1670) e Gouveia (1739)<sup>4</sup>.

Porém, o reformador Marquês de Pombal põe termo a toda esta actividade ao decretar, em 1759, a expulsão dos Jesuítas de todos os territórios portugueses. O ensino é assim retirado das mãos da Companhia de Jesus sendo, conseqüentemente, extinta a única rede escolar orgânica e estável do País. Esta medida deixou, de facto, o ensino em Portugal numa situação caótica, sendo, por exemplo, extinta a Universidade de Évora, em 1759 (Gomes; Fernandes e Grácio, 1988: 38-39). Esta medida permitiu ao Estado passar a controlar a educação através de uma administração muito centralizada (Lima, 1992: 36).

Acrescentam que fazem também parte das reformas do ensino lançadas durante o governo do Marquês de Pombal, concretizadas em 1772, o delineamento de uma rede de ensino elementar e de uma outra de classes de humanidades, a criação de um colégio destinado ao ensino de nobres, de uma escola comercial, bem como uma profunda reforma da Universidade (Gomes; Fernandes e Grácio, 1988: 38-39), através da criação de novas estruturas de administração e gestão, da ida de professores portugueses para ensinar no estrangeiro e do acolhimento de professores estrangeiros para leccionar em Portugal (Carvalho, 1996: 456).

No âmbito da reforma, surgem também os primeiros indícios de rede de ensino primário oficial gratuito em Portugal, procurando que estas escolas cobrissem todo o País, alterando-se, desta forma, a convicção de que o ensino, sobretudo das primeiras letras, competia à família e à Igreja, só supletivamente ao Estado (Gomes, 1989: 14-15).

Logo após a Revolução Liberal (1820), é elaborada pelas Cortes Constituintes a *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*.

Neste diploma legal, constituído por 240 artigos, a instrução surge em último lugar, abrangendo apenas quatro sucintos artigos, dos quais um se refere a casas de caridade (artigo 240.º) e os restantes ditam:

**Artigo 237.º** – Em todos os lugares do reino onde convier haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis. **Artigo 238.º** – Os actuais

---

<sup>4</sup> [http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist\\_port.htm](http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm), consultado em 24 de Novembro de 2007.

estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados e se criarão outros onde convier para o ensino das ciências e das artes. **Artigo 239.º** – É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar.

Neste período, vivem-se momentos de grande instabilidade a nível universitário. A Universidade de Coimbra, única no País, continua a exercer todas as influências e pressões para evitar o aparecimento de outras Universidades (Carreira, 1996b: 431).

Em 5 de Fevereiro de 1836, é publicada a reforma do ensino superior de Passos Manuel. O regime liberal aprova, assim, uma nova organização do ensino, definindo graus ou níveis – primário, secundário liceal, superior e, a partir de 1852, passa a incluir o ensino técnico-profissional. Estes níveis de ensino manter-se-ão até ao fim do Estado Novo.

Deve-se ainda ao regime liberal o surgimento em Portugal do ensino obrigatório (1835-1836), abarcando os três primeiros anos do ensino primário<sup>5</sup>. Em 1856 é alargado para quatro anos o ensino básico obrigatório para os estudantes do sexo masculino (Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro) e em 1960 também para os estudantes do sexo feminino (Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de Maio).

Em 1837, são criadas por D. Maria I as Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto e as Escolas Médico-Cirúrgicas.

Anota Rómulo de Carvalho (1996: 574) que em 1838 Alexandre Herculano<sup>6</sup> se referiu ao ensino superior como sendo reservado a uma minoria criteriosamente seleccionada, não concebendo a mudança de condição social por este meio. Refere-se o historiador ao ensino nos seguintes termos:

Nós carecemos de legistas, de médicos, de matemáticos, de cirurgiões [...] mas o que cumpre é não deixarmos torcer os destinos sociais de cada indivíduo. Siga a charrua o que nasceu junto dela; as artes e a indústria, o filho do artista e do fabricante; cuide o proprietário dos bens que seus pais lhe herdaram; mas nenhum destes seja doutor, só porque teve meios de cursar a universidade ou as outras escolas superiores.

Em 1844, verificam-se acentuadas mudanças ao nível do ensino. Assiste-se à demissão de 44 professores universitários, sendo estes substituídos por outros de confiança real, foram igualmente exonerados todos os vogais da Junta da

---

<sup>5</sup> Anota Helena Araújo (2000: 214) que a declaração, em 1835-1836, da escolaridade obrigatória representa uma situação precoce relativamente a outros países, não tendo correspondido, no entanto «à sua implementação real».

<sup>6</sup> Alexandre Herculano, filho de uma família modesta, não pode frequentar o ensino superior tendo, como autodidacta, sido escritor, historiador, jornalista e poeta.

Directoria-Geral dos Estudos, bem como extintos os Colégios de S. Pedro e S. Paulo. Quanto aos estudantes que haviam combatido nas hostes liberais, foram dispensados da frequência das aulas e dos exames e os considerados economicamente mais carenciados remunerados com subsídios em dinheiro.

Em 1859, Fontes Pereira de Melo cria a Direcção-Geral de Instrução, no Ministério do Reino, deixando assim o ensino de ser gerido por Coimbra, pela própria Universidade, a despeito das diligências de Rodrigues da Fonseca (1835), de Passos Manuel (1836) e de Costa Cabral (1844) (Grácio, 1973: 158).

Na década de oitenta, surge a primeira tentativa estruturada de dimensão internacional designada por «*Movimento da Educação Nova*», que pôs em causa a escola tradicional e os sistemas estatais em vigor, procurando uma escola alternativa que atendesse à individualidade dos estudantes e considerasse as suas aptidões (Rodrigues, 2005: 731-736)<sup>7</sup>.

No ano lectivo de transição de século (1899-1900), dos cerca de 5.400.000 portugueses residentes, apenas frequentavam o ensino superior 2.736 estudantes, dos quais 1.118 estavam inscritos na Universidade de Coimbra e os restantes 1.618 estudantes frequentavam outros estabelecimentos de ensino superior (Teodoro, 2001: 88).

No início do século XX, aquela Universidade conservava o monopólio como universidade pública, estatuto que manteve até à I República (instaurada em 1910), altura em que permanecia «*inalterável nas suas estruturas, imóvel e inexpugnável, como um produto acabado e eterno*» (Carvalho, 1996: 634).

O Governo, parlamentar, tenta, desde logo, uma reforma do conjunto do sistema educacional que vai incidir essencialmente no ensino primário e no ensino superior. São criadas duas novas Universidades em Portugal, através de um decreto, com força de lei, de 22 de Março de 1911, que, determina, no artigo 1.º que «*No território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades – uma com sede em Lisboa e outra com sede no Porto*».

---

<sup>7</sup> Sobre este assunto ver CANDEIAS, António (1994). *Educar de outra forma – A Escola n.º 1 de Lisboa 1905-1930*, Instituto de Inovação educacional: Lisboa.

No mês seguinte, no dia 19 de Abril, é publicado novo Decreto, que procede à reforma da Universidade de Coimbra e estabelece as bases de funcionamento das Universidades Portuguesas.

Passaram, deste modo, a ficar assim distribuídas as faculdades em Portugal:

**Tabela n.º 1 – Distribuição das Faculdades em Portugal**

Designação	Universidade de Coimbra	Universidade de Lisboa	Universidade do Porto
Faculdade de Ciências	x	x	x
Faculdade de Medicina	x	x	x
Faculdade de Farmácia	x	x	x
Faculdade de Letras	x	x	-
Escolas normais superiores	x	x	-
Faculdade de Direito	x	x*	-
Faculdade de Ciências Económicas e Políticas	-	x	-
Faculdade de Agronomia	-	x	-
Escola Superior Veterinária	-	x	-
Faculdade de Comércio	-	-	x

\* Criada em 1913.

Em 1913, é criado o Ministério da Instrução<sup>8</sup>, órgão autónomo, que congrega serviços de ensino anteriormente dispersos por quatro Ministérios.

A Lei n.º 616, publicada a 16 de Junho de 1916, define as bases da autonomia universitária. Determina aquele diploma que as faculdades e universidades dispõem de património próprio. São definidas regras orçamentais, concorrendo as faculdades e escolas para as despesas gerais, estabelecidas pelo senado.

Em 1918, o Estatuto Universitário, publicado através do decreto, com força de lei, n.º 4 554, de 6 de Julho, alterado em 15 de Julho do mesmo ano, confirma a existência das três Universidades: Coimbra, Lisboa e Porto.

A 27 de Agosto de 1919, é publicada a Lei n.º 861, que define que os reitores das universidades e liceus e os directores de outros estabelecimentos de ensino na dependência do Estado são nomeados pelo Governo (artigo 1.º). Porém, esta Lei vem a ser anulada pelo Decreto n.º 11 271, de 12 de Junho de 1926, que restabelece às universidades a aptidão para eleger o reitor.

---

<sup>8</sup> Já em 1870 D. António Costa havia criado um Ministério autónomo, extinto meses mais tarde, reabrindo posteriormente, mas durante apenas dois anos. Findo este período, aquele Ministério é de novo extinto, ressurgindo durante a I República, em 1913 (Grácio, 1973: 158).

Durante a I República, em Portugal vive-se sob um clima de grande hostilidade, assistindo-se a sucessivas tomadas de posse e consecutivas quedas de governos, o que inviabiliza a prossecução de qualquer projecto<sup>9</sup>.

Refira-se, a título de exemplo, a elevada taxa de analfabetismo registada em Portugal aquando da implantação da I República. Anota Rui Grácio (1995: 113) que em 1910 Portugal atingia a taxa de 76,1% de analfabetos, havendo 702 freguesias, num total de 3.918, sem escolas. Refere ainda que esta realidade era considerada pelos republicanos «*a grande vergonha nacional*», tendo, por conseguinte, sido encetado um «*combate em várias frentes*». Porém, nas décadas seguintes, essa taxa sofreu apenas ligeiras alterações, conforme se pode depreender da análise do quadro que se segue.

**Tabela n.º 2 – Analfabetismo em Portugal – 1911-1930**

Ano	População residente	Percentagem de analfabetismo		Percentagem de analfabetismo por graus etários					
		Sobre a população total	Sobre a população com mais de 7 anos	7-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34
1911	5.960.056	75%	70%	84,8%	67,8%	64,6%	65,2%	65,6%	66,4%
1920	6.032.991	71%	66%	77,9%	64,4%	60,3%	59,6%	60,1%	62,6%
1930	6.825.883	68%	62%	80,3%	58,3%	55,5%	56,3%	55,0%	55,4%

Fontes: INE, Censos, Dicionário de História de Portugal, II, pp. 49-53 e António Barreto.

Acrescenta Rómulo de Carvalho (1996: 638 ss.) que em 1910 frequentava o ensino primário apenas uma percentagem de 22,7% das crianças com idade indicada para o efeito. Destas, apenas 4,4% transitava para o ensino liceal, onde se encontravam inscritos 8.691 estudantes, dos quais apenas 27,7% atingia o ensino universitário. Este nível de ensino era frequentado por 3.227 estudantes, dos quais 1.262<sup>10</sup> frequentavam a Universidade de Coimbra (única em Portugal) e 1.965 outras instituições de ensino superior. Em 1926, a percentagem de crianças a frequentar o ensino primário, com idade para o efeito, situava-se nos 29,4%. O número de estudantes inscritos no ensino liceal registou um aumento de 45%. Nesta altura a Universidade de Coimbra contava com 1.294 estudantes matriculados, a Universidade de Lisboa com 1.823 e a Universidade

<sup>9</sup> De notar que nos treze anos que mediarão a criação do Ministério da Instrução Pública, em 1913, e o fim da I República, em 1926, geriram aquele Ministério quarenta ministros da Instrução, tendo sido excluídos dessa contagem aqueles que desempenharam o cargo interinamente, o que representa uma média de um ministro por quatro meses. De salientar ainda que à queda de cada ministro correspondeu, quase sempre, a queda do Governo do qual fazia parte.

<sup>10</sup> Dos 1.262 estudantes que frequentavam a Universidade de Coimbra, apenas cinco eram do sexo feminino.

do Porto com 1.000, perfazendo um quantitativo total de 4.117 estudantes a frequentar o ensino universitário público.

Anota Eurico Lemos Pires *et al.* (1991) que o modelo de ensino liberal, em vigor neste período, se ajusta a uma sociedade estratificada que defenda uma política escolar acentuadamente elitista, mas desajustado para uma sociedade mais igualitária, que vise uma política escolar de acesso generalizado a todos os graus de ensino.

Também Oliveira Rocha (2000: 2), a propósito da «evolução histórica das universidades» refere que a educação não é universal, tendo em conta que «*a criação [de universidades] obedece a objectivos específicos: preparar o clero e outro pessoal para servirem as instituições da Igreja e do Estado*», contribuindo, assim, para a formação das elites nacionais.

Em consequência da Revolução de 28 de Maio de 1926, surge em Portugal a Ditadura Nacional (1926-1933)<sup>11</sup>. Este período é marcado por uma acentuada instabilidade ao nível da educação, tendo a pasta da Instrução Pública sido gerida por acima de uma dezena de ministros, em apenas seis anos.

Começaram, desde logo, a ser notórias repercussões ao nível da educação, nomeadamente a perda do carácter humanístico da educação. O Estado assume uma política anti-cultura, tomando medidas que contrariavam os projectos e realizações da I República (Monteiro, s.d.: 143).

Em 1926 é extinto o ensino primário superior, criado durante a I República<sup>12</sup>. No ano seguinte, o ensino primário foi dividido em elementar (7-11 anos) e complementar (11-13 anos), mas apenas o primeiro foi regulamentado, sendo reduzido para quatro anos, destinando-se os três primeiros a aprender «*a ler, escrever e contar correctamente*» (Cortesão, 1988) e o último ano, a transmitir conhecimentos complementares aos alunos que não prosseguissem estudos. O ensino primário complementar veio a ser abolido seis anos mais tarde.

Por Decreto de 12 de Abril de 1928<sup>13</sup>, como medidas indispensáveis à redução das despesas do Estado, o ministro Alfredo de Magalhães extingue diversos

---

<sup>11</sup> A Ditadura Nacional marca o início de um Regime autoritário que geriu os destinos de Portugal durante cerca de 50 anos (1926-1974). Manteve-se no Governo entre 1926 e 1933, dando lugar ao Estado Novo em 1933, que assumiu a governação do País durante quatro décadas, altura em que foi derrubado pelo golpe militar do 25 de Abril de 1974.

<sup>12</sup> O ensino primário superior destinava-se a adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, sendo a sua frequência facultativa.

<sup>13</sup> Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928.

estabelecimentos escolares criados pela I República, designadamente a Faculdade de Direito de Lisboa, a Faculdade de Letras do Porto<sup>14</sup>, a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra, as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada e o Liceu da Horta. As Faculdades de Farmácia de Coimbra e de Lisboa são reduzidas a escolas que se limitam a preparar farmacêuticos.

Porém, ainda no mesmo ano, foi revogada a decisão de extinção da Faculdade de Direito de Lisboa e do Liceu da Horta.

Em 1930, são também extintas as escolas móveis, sendo substituídas pelas designadas «*escolas incompletas*», onde eram ministradas três classes.

No ano seguinte, são fundados os denominados «*postos de ensino*», confiados a regentes escolares, por vezes semianalfabetos, tendo em conta que único o critério para ocupação deste cargo era a sua idoneidade moral e intelectual. Assiste-se, desta forma, a uma desvalorização do estatuto profissional dos professores do ensino primário.

Em 1930, volta a ser alargada a rede de universidades portuguesas com a criação, através do Decreto n.º 19 081, de 2 de Dezembro, da Universidade Técnica de Lisboa, sendo os respectivos estatutos aprovados pelo Decreto n.º 19 848, de 2 de Junho de 1931.

No mesmo ano, é publicado, pelo Decreto n.º 18 717, de 27 de Julho, o Estatuto de Instrução Universitária<sup>15</sup>. Com este Estatuto, o Governo pretende «*dotar o ensino universitário de um estatuto que coordenando e sistematizando as organizações de diversas Faculdades, fosse no entanto suficientemente lato, de modo a abranger quaisquer modificações de pormenor aconselhadas para as respectivas leis orgânicas*» (preâmbulo).

O Decreto n.º 18 973, de 16 de Outubro de 1930, extingue as Escolas Normais Superiores e cria, para sua substituição, a Secção de Ciências Pedagógicas nas Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa.

O Decreto n.º 20 314, de 16 de Setembro de 1931 vem suspender, pelo período de um ano as normas que regem o provimento de Directores das Faculdades, Escolas e Bibliotecas sob a tutela do Ministério da Instrução Pública, passando estas nomeações a

---

<sup>14</sup> Segundo Monteiro (s.d.: 143), a Faculdade de Letras do Porto era a que, na altura, «*tinha melhor corpo docente e [que] melhores valores dera ao país, no campo filosófico e cultural*».

<sup>15</sup> O Estatuto de Instrução Universitária, foi criado em 1926, pelo Decreto n.º 12 426 de 2 de Outubro, republicado, ainda no mesmo mês, por ter saído com inexactidão, através do Decreto n.º 12 492, de 14 de Outubro, alterado pelo Decreto n.º 16 623, de 18 de Março de 1929, e revisto em 1930.

ser efectuadas livremente pelo Ministro. Esta suspensão veio a ser reforçada indeterminadamente pelo Decreto n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936.

Durante o período de vigência da Ditadura Nacional assiste-se ainda a uma constante preocupação em centralizar e controlar a educação, o que justifica, entre outras medidas, a intensificação da acção fiscalizadora do Estado ao nível do ensino (Cortesão, 1988).

Portugal continua a registar níveis de alfabetização<sup>16</sup> e de escolarização muito inferiores à generalidade dos países da Europa. Refira-se, a título de exemplo, que em 1930 a Suíça apresenta uma taxa de escolarização de 70% e Portugal de 27% (Candeias, 2004: 34-37). Numa outra relação apresentada por Benavot e Riddle (cit. in Candeias, 2001: 48), Portugal surge em último lugar, onde os Estados Unidos da América ocupam o primeiro lugar (93%), seguidos pela Irlanda (87%) e a França (80%).

Contudo, esta questão em Portugal enquadrar-se-ia num ponto de vista excessivamente elitista, tendo em conta que o Estado era mantido por grupos privilegiados, vendo-se a sociedade estruturada e imutável, perfeitamente hierarquizada. Rejeita-se a possibilidade de a mobilidade social ter lugar através do ensino, estando o conceito da inteligência directamente ligada à classe, o que leva a ponderar as vantagens de manter o povo na ignorância.

No relatório em que se baseia o Decreto n.º 14 900, de 16 de Janeiro de 1928, refere-se:

[...] O ferreiro quer o filho médico; o alfaiate quer o filho matemático; o carcereiro quer o filho juiz do Supremo; a operária quer a filha formada em letras; o (*sic*) se está certíssimo que os dotados com real talento, provenham de onde provierem, queiram atingir a aristocracia e supremacia mental no seu país, está erradíssimo que as facilidades de instrução sejam aproveitadas por quem, por mera estultícia ou desmesurada ambição, se não resigna às profissões menos exigentes, mais modestas, mas utilíssimas e nobres, as únicas em todo o caso a condizerem com as suas aptidões naturais, profissões em todo o caso em que haviam de ser apreciavelmente úteis a si e aos outros.

Já numa entrevista concedida, em 1930, a António Ferro, António de Oliveira Salazar admite considerar «*mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o*

---

<sup>16</sup> António Candeias (2001: 88) distingue *alfabetização* de *escolarização*, referindo-se à primeira como sendo o tipo de relação funcional com a leitura e por vezes com a escrita, comumente de origem voluntária, na maioria dos casos «*esparsa, superficial e informal*», mas podendo atingir níveis de intensidade muito diversos. Entende que, por outro lado, a *escolarização* exige uma relação organizada, cujo grau de exigência vai aumentando de forma gradual, com um modo de cultura escrita, bem como a sujeição de grupos populacionais com níveis etários bem definidos a uma «*forma de socialização imposta e aplicada*» através da escola.

*povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas».*

Esta tomada de posição é também corroborada por diversas figuras da época, como por exemplo, a escritora Virgínia de Castro e Almeida que escreve num artigo publicado no jornal «O Século»<sup>17</sup>, de 5 de Fevereiro de 1927, ao referir-se aos 75% de analfabetos existentes em Portugal: «[...] *Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem e voltam à enxada. A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nessas 75 por cento de analfabetos».*

Alfredo Pimenta<sup>18</sup>, no artigo «Educar e Instruir» publicado no jornal «A Voz», de 25 de Dezembro de 1927, afirma:

Foi o querer saber que fez o homem pecar... Insisto: não preconizo o analfabetismo sistemático; digo que a Instrução é um instrumento perigoso que não pode andar em todas as mãos. Como um explosivo. Como um veneno. Só num carácter são, ela é útil, ou pelo menos, inofensiva [...].

De notar ainda que no ano subsequente à implantação da I República as despesas públicas com a educação atingiram 4,84% das despesas constantes do Orçamento Geral do Estado. Em 1924, essa percentagem subia para 8,29% e em 1930, abrangia 8,80% daquele Orçamento, conforme se pode aferir da análise dos dados constantes da tabela que se segue.

---

<sup>17</sup> «O Século», jornal diário que na época era um dos jornais de maior tiragem a nível nacional.

<sup>18</sup> Alfredo Pimenta (1882-1950) foi historiador, escritor, poeta e director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Tabela n.º 3 – Despesas públicas com a educação – 1911-1930

Anos	Despesas com educação
	O.G.E.
1911	4,84%
1912	4,12%
1913	4,92%
1914	4,65%
1915	4,44%
1924	8,29%
1925	9,43%
1927	9,18%
1928	9,27%
1929	8,14%
1930	8,70%

Fonte: Orçamento Geral do Estado 1911-1930.

## 1.2. Evolução da acção social no Ensino Superior em Portugal

Fundada a Universidade em Portugal, começam, desde logo, a ser notórios indícios de inquietação social, por parte de el-Rei D. Dinis, relativamente à situação económica e social dos estudantes, o que leva o monarca a dar o primeiro passo para a criação de um sistema de acção social<sup>19</sup> no ensino superior ao aprovar, em 1309, a *Charta Magna Privilegiorum*.

Este documento pode ser entendido como sendo os primeiros estatutos da Universidade de Coimbra e a primeira Lei de Bases da Acção Social do Ensino Superior, considerando a natureza das preocupações evidenciadas e as medidas de carácter social preconizadas. Este apoio abrange a protecção social do Rei aos estudantes e respectivas famílias. Estabelece ainda aquela *Charta* que, anualmente, deveriam ser eleitos «*homens probos do concelho de Coimbra e dois escolares idóneos para tratarem dos problemas relativos à residência estudantil*» (Estatutos, 1991: 12), nomeadamente no que respeitava à avaliação do preço das rendas das casas, figura esta

---

<sup>19</sup> Ilídio Neves (2001: 36) define a acção social nos seguintes termos: «Num sentido restrito, designa, por vezes também sob a denominação de apoio social ou de inserção social, um conjunto de meios, que visam concretizar objectivos específicos de protecção social em situações de necessidade social de pessoas, famílias ou grupos sociais, que tendem a gerar situações de marginalização e de exclusão social. A acção social concretiza-se fundamentalmente em apoios personalizados através de serviços e de equipamentos sociais, de apoio individual e familiar, bem como de intervenção comunitária, mas integra também ajudas pecuniárias sob a forma de subsídios eventuais».

que corresponderia hoje ao «*provedor do caloiro*», existente em algumas instituições de ensino superior em Portugal.

Fixava ainda aquele documento Real que em qualquer parte do Reino os estudantes ficariam isentos do pagamento de portagens nas suas deslocações para a Universidade, autorizando ainda que se fizessem acompanhar, livremente, de qualquer mantimento.

O facto de a população de ambas as cidades que acolheram a Universidade Portuguesa recusar alojar os estudantes, levou o monarca a determinar que as casas devolutas fossem destinadas a moradias de estudantes, sem qualquer contrapartida para os seus proprietários.

A Igreja continuava a desempenhar um papel fundamental em toda a actividade pedagógica. Fora da escola, esta Instituição procurava compelir a população mais abastada a utilizar os seus bens a favor do ensino, acolhendo e alimentando estudantes mais carenciados e auxiliando economicamente os seus estudos.

Há ainda notícia de medidas tomadas pela Igreja, tendentes a melhorar as condições económicas e sociais dos escolares. É disso exemplo a criação, em Lisboa, em 1291, do Hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente, sob proposta do Bispo de Évora e de Lisboa, determinando o monarca que aí fossem alojados e alimentados seis estudantes pobres, cujo benefício se manteve, pelo menos, até meados do século XV.

Em 1383, D. Fernando acolhe com agrado a iniciativa apresentada pelo Bispo da Guarda, D. Afonso, para criação de um colégio destinado a doze estudantes pobres.

Com a ascensão de D. João I ao trono, em 1384, a Universidade inicia uma etapa de franco desenvolvimento. De entre as medidas tomadas, salienta-se a nomeação do Infante D. Henrique como Protector da Universidade, o qual prestou um importante auxílio material e aumentou as instalações através da doação de novas casas.

Este cargo foi, posteriormente, ocupado pelo Infante D. Fernando; por D. Afonso V, que prestou particular atenção ao envio de estudantes bolseiros para o estrangeiro; por D. Rodrigo de Noronha, Bispo de Leiria; pelo Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa; por D. João II e pelos restantes reis que lhe seguiram (Estatutos, 1991: 15).

A 6 de Fevereiro de 1392, o monarca define a quantia a pagar anualmente aos professores de Leis e Decretais, estabelecendo que os estudantes deveriam

comparticipar no seu pagamento. Contudo, é feita a distinção entre estudantes ricos, estudantes mediantemente abonados e estudantes pobres, com quantitativos que eram, sucessivamente, metade e um quarto do correspondente aos de mais posses.

Os estudantes que procuram outras universidades europeias para prosseguir os seus estudos têm normalmente o apoio das instituições portuguesas, designadamente da Coroa e da Igreja, que instituíram bolsas para o efeito, como por exemplo, as bolsas de estudo para estudantes de Teologia que pretendessem frequentar o Colégio de Santa Bárbara, em Paris.

Ao regressar a Portugal, um dos estudantes bolseiros, frade Brás de Barros, apresenta ao Rei uma proposta de reforma do ensino, de onde resulta a fundação em Santa Cruz, Coimbra, dos quatro colégios referidos anteriormente, dos quais dois se destinavam a leccionação e os restantes para albergue de estudantes (Colégio de Todos os Santos e Colégio de S. Miguel).

Há ainda notícia de outros dois colégios, Colégio de S. Pedro e Colégio de S. Paulo, a funcionar em Santa Cruz, Coimbra e que serviam exclusivamente a alojamento de estudantes, em geral pobres.

Os Jesuítas instalam-se em Portugal em meados do século XVI e começam, desde logo, a assumir um notável papel ao nível da educação. De referir que Companhia de Jesus contribui para atenuar as desigualdades sociais ao ministrar um ensino aberto a todas as classes sociais. Funda, igualmente, três residências, sitas em Faro, Ilha de S. Miguel e Angola.

Em 1844, foram implementadas diversas medidas ao nível do ensino, incluindo a extinção dos Colégios de S. Pedro e S. Paulo. Quanto aos estudantes que haviam combatido nas hostes liberais, foram dispensados da frequência das aulas e dos exames e aos economicamente mais carenciados foram atribuídos subsídios em dinheiro.

Entre 1870 e o início da Ditadura Nacional (1926), várias foram as reformas que contemplaram, ao nível do ensino primário, a assistência social escolar. Só a partir do final da década de setenta, o Estado determina a instituição de comissões paroquiais de beneficência e ensino e de caixas económicas escolares como instrumentos para combater as causas do absentismo escolar, contrariando assim, os princípios instituídos nas reformas de 1835, 1836 e 1844, remetendo, esta última as causas para o domínio familiar (Grácio, 1973: 162).

Refira-se que a reforma de 1870 determinava a constituição, em cada paróquia, de uma «*comissão escolar*», com o objectivo de «*promover a frequência, o vestuário para as crianças necessitadas, livros gratuitos aos alunos, a venda de livros na freguesia e mais assuntos relativos ao bem da educação e instrução primária*».

Decorridos oito anos, veio a público nova reforma, que cometia às câmaras municipais, apoiadas pelas autoridades administrativas, bem como pelos párocos e pela junta da paróquia, a organização, nas localidades onde houvesse escola primária de «*comissões promotoras de beneficência e ensino*», com a finalidade de promover a frequência das crianças e adultos, bem como a aquisição e distribuição de vestuário, livros e outros objectos de ensino às crianças mais carenciadas. Previa-se também a criação de prémios para alunos mais distintos, a prestação de socorros e «*subsídios para amparar as famílias desvalidas no cumprimento das obrigações do ensino e tudo o mais que for conducente à difusão do progresso da instrução popular*».

Já no século seguinte, em 24 de Dezembro de 1901, uma nova reforma fixa que nas escolas de instrução primária fossem «*estabelecidas caixas económicas escolares, relacionadas, quando possível, com a Caixa Económica Portuguesa*». Tinham essas caixas económicas a finalidade de apoiar a frequência da escola às crianças economicamente carenciadas, «*fornecendo-lhes alimentação, calçado, vestuário, livros e outros objectos escolares*», conforme circular publicada no «*Diário do Governo*», n.º 38, de 17 de Fevereiro de 1908.

A reforma de 29 de Março de 1911 determina que na sede de cada concelho e em cada um dos bairros de Lisboa e do Porto seja fundado um «*conselho de assistência escolar*», com comissões em todas as freguesias. Este conselho tinha como finalidade o provimento de vestuário, calçado, livros, material escolar, consulta, socorros médicos e medicamentos, aos alunos pobres que frequentavam as escolas públicas. Visava ainda a organização de cantinas escolares e jardins de recreio, a instalação de balneários nas escolas, a organização de colónias de férias, campestres e marítimas, a fundação de escolas ao ar livre, durante a época própria, para crianças débeis ou doentes e a realização de todas as diligências para o «*levantamento físico, intelectual e moral das crianças*».

Em 1916, através do Decreto n.º 2 887, de 5 de Dezembro, fixa-se a concessão de subsídios a cantinas estabelecidas nas imediações das escolas primárias. Estes apoios

são concedidos *«proporcionalmente ao número de alunos que sustentam»*, autorizando-se o Governo a proporcionar, de forma gratuita, material e equipamento diverso, nomeadamente *«móveis, louças, livros, calçado, roupas e outros artigos de utilidade para as crianças»*.

Da aplicação da Lei n.º 821, de 8 de Setembro de 1917, resulta a criação da *«Comissão Central das Cantinas Escolares»*, que tinha como objectivo *«promover e dirigir por todo o País a instalação e manutenção de cantinas escolares»*.

Decorridos dois anos<sup>20</sup>, a assistência escolar passa para a alçada da *«junta escolar»*, que tinha também a seu cargo a administração do ensino primário.

Em 1923, através do Decreto n.º 9 223, de 6 de Novembro, era fundada, junto de cada escola primária, uma *«caixa escolar»*, visando recolher as coimas aplicadas devido ao não cumprimento da obrigação escolar. Esta verba destinava-se a suportar os custos com pequenas reparações da escola ou do material escolar, a subsidiar excursões ou passeios escolares, bem como a comprar livros e material escolar para os alunos pobres.

Em 1925, a Lei n.º 1 751 determinava a obrigatoriedade de se criarem *«mutualidades escolares»*, nas escolas primárias de Lisboa e Porto com mais de trinta alunos. Estas mutualidades tinham como objectivo a *«constituição de dotes infantis»*, assim como o *«auxílio em caso de emergência»*.

Ao nível universitário salienta-se que em 22 de Março de 1911 é publicado no Diário da República um diploma legal que aprova as bases da Constituição Universitária e cria bolsas de estudo liceais, universitárias e de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em 1930, é publicado o Estatuto da Instrução Universitária<sup>21</sup>, que regulamenta a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes universitários, submetendo a sua concessão a critério uniforme, procurando, desta forma, atender às necessidades de assistência escolar (preâmbulo). Determina aquele diploma legal que em cada universidade são instituídas bolsas de estudo, que dispensam do pagamento de propinas e emolumentos universitários os alunos que se habilitem a prosseguir o ensino superior, podendo *«concorrer às bolsas de estudo os candidatos aprovados com distinção nos exames de saída dos cursos complementares dos liceus e os alunos que tenham obtido*

---

<sup>20</sup> Decreto n.º 5 787-B, de 10 de Maio, de 1919.

<sup>21</sup> Decreto n.º 18 717, de 27 de Julho.

*média final não inferior a 14 valores»* (artigo 72.º, n.º 2). Acrescenta o artigo 75.º que as bolsas de estudo concedidas cessam efeitos caso se registre falta de aproveitamento dos alunos, má conduta ou modificação favorável das condições económicas do estudante (alíneas a) a c).

De notar ainda que, apesar da acção dos municípios, bem como dos «*interesses das força locais*», o poder central tem-se vindo a afirmar, e assim continuará enquanto perdurar o regime ditatorial em Portugal, como um actor determinante no processo de expansão da rede escolar pública, o que, como refere Licínio Lima (2004: 7), se verifica a partir do momento em que passou a impor a implantação de estabelecimentos de ensino e a obrigatoriedade da sua frequência.



## CAPÍTULO II

---

### CONTEXTO GERAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA



## 2. Traços do regime

Procuraremos ao longo deste capítulo e do próximo compreender se, no período histórico designado por Estado Novo, o regime político manifestou preocupações pela adopção de medidas que visassem o bem-estar económico e social dos estudantes do ensino superior.

Durante este período, evidenciou-se o esforço para controlar as forças sociais emergentes em Portugal, recorrendo o Estado ao «*tradicional modelo de ordem hierárquica, corporativismo e autoridade*» (Rocha, 1991: 42).

Neste capítulo, a par do estudo da legislação regulamentadora dos aparelhos ideológicos e administrativos do Estado Novo, tentaremos fazer uma caracterização periodológica assente essencialmente no critério das relações entre o Estado e a sociedade civil.

No capítulo três debruçar-nos-emos sobre a educação e a acção social no ensino superior.

Por razões metodológicas, entendemos dividir este extenso arco temporal que perfaz aproximadamente meio século (1933-1974) em subperíodos, procurando uma via que use momentos com especificidades próprias, do ponto de vista da acção social.

Esta metodologia tem sido seguida por alguns estudiosos que se debruçaram sobre aquele período histórico. Refira-se, a título de exemplo, o estudo apresentado por Stephen Stoer (1986), que incide especificamente nas relações entre duas instâncias dicotómicas – Estado / sociedade civil. Aquele autor divide o período do Estado Novo em dois longos momentos cronológicos. O primeiro, designado por «*Modernização conservadora*»<sup>22</sup>, que abarca o período desde a Ditadura Nacional até ao ano de 1945, e um segundo momento entre 1946 e 1974, intitulado «*Expansão económica, repressão e igualdade de oportunidades*».

Também Isabel Sousa Lobo (1982: 351), no trabalho científico que elaborou, referente à assistência social durante o Salazarismo, considera poder-se subdividir o Estado Novo em dois momentos, um dos quais compreende o período de 1933-1943 e o outro de 1944-1974. O primeiro momento é identificado com a institucionalização da

---

<sup>22</sup> Pertencendo, como refere o próprio, esta designação a Filomena Mónica (1978).

previdência e da acção social em Portugal. Considera a investigadora que a partir de 1944 as medidas que estruturam e modelam a acção social, a articulação do sector público e do sector privado permitem completar «*o edifício social do salazarismo*» (cf. Lobo, 1982).

Um estudo mais abrangente foi elaborado por João Formosinho (1987: 39-49), o qual tem em conta a organização político-administrativa do Estado Novo e seus efeitos ao nível do ensino. O investigador divide aquele período temporal em cinco momentos: 1926-1933 - «*De transição*»; 1933-1945 - «*De mobilização*»; 1945-1958; «*De estabilização*»; 1958-1968 - «*De estagnação e declínio*»; 1968-1974 - «*De renovação na continuidade*».

Com base na legislação que foi sendo produzida durante o Estado Novo, no domínio da acção social no ensino superior, entendemos ser possível identificar cinco concepções de políticas com delimitadas diferenças ideológicas, pelo que efectuámos a seguinte divisão periodológica: 1933-1941; 1941-1958; 1958-1968 e 1968-1974.

Faremos, não obstante, uma breve apresentação do período referente à Ditadura Nacional (1926-1933), apesar de não nos pretendermos demorar com análise pormenorizada deste período, um pouco marginal ao objectivo deste estudo, contudo relevante para perceber o surgimento e constituição do Estado Novo em Portugal.

Vejamos alguns aspectos relacionados com os momentos referenciados.

### **2.1. 1926-1933 – Edificação do Estado Novo**

Este período tem início com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, movimento que pôs termo à I República Portuguesa, levando à implantação da Ditadura Nacional, a qual se manteve no poder até 1933, altura em que foi transformada em Estado Novo.

Em 1926, António de Oliveira Salazar, jovem professor da Universidade de Coimbra, assume a pasta das Finanças que abandona pouco depois. Volta a liderar aquele Ministério a partir de 1928, mas mediante rigorosas normas de disciplina

financeira (Martins, 1991: 33) por ele definidas<sup>23</sup>, as quais lhe conferiam uma centralização de poderes e um significativo poder de decisão.

Durante este período, Portugal vive sob forte instabilidade política, assistindo-se a sucessivas ascensões e consecutivas quedas de governos. Transparece uma ténue tolerância pelas instituições republicanas, mas dominando a ditadura militar. Assiste-se, ainda, a sucessivos avanços e recuos no combate ao sindicalismo e ao associativismo político.

O nível cultural da população era extremamente baixo. Sabia ler e escrever um número muito restrito de habitantes, de entre os quais se destaca o pároco e um ou outro camponês mais afortunado.

Segundo Fernando Rosas (1996: 279), o País atravessa um período crítico de uma continuada crise económica. Anota ainda que a existência de uma classe dominante desvigorada, cindida por contradições, agravadas pela conjuntura, a inexistência de um sector claramente «*hegemónico*» e a incapacidade de «*enquadramento de um movimento operário em declínio, mas com um passado recente de forte agressividade social e política*», evidenciam a necessidade de um novo poder político.

De facto, como refere João Formosinho (1987), esta etapa representa a construção ideológico-administrativa do Estado Novo. Este subperíodo caracteriza-se pela reorganização das Finanças e criação do Tribunal de Contas. Assiste-se a um acentuado controlo político e administrativo dos órgãos e dos funcionários do Estado, bem como dos agentes da sociedade civil, passando a prever-se a possibilidade de demissão dos funcionários opositores do regime, bem como de outros indivíduos, sem qualquer julgamento. São igualmente ilegalizados os sindicatos e as associações com carácter político.

Durante a institucionalização do Estado Novo, assiste-se também à criação da Polícia de Vigilância do Estado<sup>24</sup>, polícia repressiva que tinha como principal objectivo

---

<sup>23</sup> Condições apresentadas por António de Oliveira Salazar, em 27 de Abril de 1928:

- a) que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças;
- b) que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;
- c) que o Ministério das Finanças pode opor o seu 'veto' a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;
- d) que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes».

(<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/abril01.html>, consultado em 23 Janeiro de 2008).

<sup>24</sup> Designada por PIDE – Polícia de Intervenção e de Defesa do Estado a partir de 1945.

a defesa do regime. Em 1930, Salazar cria a União Nacional, com o intuito de intensificar e consolidar o poder.

Neste período, cultiva-se a ignorância, a obediência, a limpeza, a pontualidade, bem como a pobreza e a vida rural, princípios que se mantêm durante várias décadas do regime<sup>25</sup>. O Estado apela à responsabilidade familiar para responder às situações de vulnerabilidade social, servindo os meios financeiros disponíveis como condicionantes da extensão das iniciativas (Rodrigues, 1999: 151). A cidadania para as mulheres constituía ainda uma miragem, apesar de nos últimos anos se terem registado algumas alterações «incipientes» (Araújo, 2000: 69).

Salazar sempre considerou que um país que tivesse a audácia de ser pobre era, na realidade, um país «*invencível*» (Nogueira, cit. in Antunes, 1993: 85). Assim, a pobreza e a mendicidade eram legitimadas, considerando-se que assentavam em causas não económicas e sim morais. Diversos poemas ensinavam os pobres a aceitar a sua pobreza sem vergonha, nem tristeza<sup>26</sup>, procurando institucionalizar-se o mito da casinha humilde e acolhedora.

Quanto à mendicidade, Salazar refere que esta «*não é um índice de miséria porque é sobretudo um vício [...] a maioria dos que mendigam não têm necessidade de mendigar*» (Ferro, 1978: 128).

Desta forma, Salazar como Ministro das Finanças, com o domínio dos restantes Ministérios, edifica os alicerces que sustentarão o período do Estado Novo.

## 2.2. 1933-1941 – Cidadania e família

Este período tem início com a aprovação da Constituição Política Portuguesa<sup>27</sup> por plebiscito nacional, em 19 de Março de 1933 e marca o início do Estado Novo.

---

<sup>25</sup> No livro único do Estado Novo pode ler-se o seguinte poema, da autoria de António Correia de Oliveira, ilustrativo da glorificação da ruralidade, defendida pelo Estado «*Minha terra, quem me dera / Ser humilde lavrador; / Ter o pão de cada dia, / Ter a graça do Senhor; / Cavar-te por minhas mãos / Com caridade e amor*» (Mónica, 1978: 141).

<sup>26</sup> Esta realidade pode ser ilustrada com um poema, da autoria de António Correia de Oliveira, que constou de sucessivos livros de leitura: «*Pobreza não é vergonha / Nem devia ser tristeza. / Vergonha é ter, como tantos, / Pão alheio em sua mesa*» (Mónica, 1978: 290).

<sup>27</sup> O projecto de Constituição foi elaborado por António de Oliveira Salazar, «*apoiado ou coadjuvado*» por um grupo restrito, não sendo conhecidos os trabalhos preparatórios. Este projecto não foi submetido à apreciação da Assembleia Constituinte, tendo sido publicado nos jornais diários de 28 de Maio de 1932 para efeito de «*discussão do país*» (Miranda, 1990: 294-295). No ano seguinte, a 22 de Fevereiro, é promulgada a Constituição Política da República Portuguesa de 1933, nos termos do Decreto n.º 22 241, da mesma data. Aprovada por plebiscito, em 19 de Março seguinte, a Constituição entra em vigor em 11 de Abril de 1933, com a publicação, no Diário do Governo, da acta da Assembleia-Geral de apuramento dos resultados do plebiscito. Foi este

Este sistema político ora emergente em Portugal, assenta na afirmação da necessidade de intervenção do Estado na vida económica e social do País e da autoridade do governo e condicionamento das liberdades individuais, visando a protecção e promoção social das classes trabalhadoras num ambiente de paz social<sup>28</sup>.

A Constituição da República Portuguesa de 1933 proclamou o corporativismo enquanto forma de organização social, assentando fundamentalmente na solidariedade dos interesses das classes sociais; na proibição da greve e do *lock-out* (art.º 39.º), na afirmação da função social da propriedade, do capital e do trabalho (art.º 35.º) e na admissão da associação do trabalho à empresa (art.º 36.º).

A soberania da Nação residia na pessoa do Presidente da República, na Assembleia Nacional (eleita por lista nacional), no Governo e nos Tribunais. Assentava ainda numa Câmara Corporativa com poucos poderes e autonomia muito limitada, constituída por representantes das corporações, dos municípios, da Igreja, da Universidade, dos Corpos do Estado e das Misericórdias (Mónica, 1978: 93).

Durante o Estado Novo, perdurou uma ideologia acentuadamente católica, restabelecendo o regime, em 1940, a relação privilegiada com a Igreja através da Concordata<sup>29</sup> entre Portugal e a Santa Sé, a qual se manteve até ser objecto de revisão em 1975. Esta convenção representa a primeira «*união moral*» entre a Igreja e o Estado e concede vastos privilégios à Igreja. Com a assinatura da Concordata, bem como do Acordo Missionário, em 7 de Maio de 1940, Salazar pretende «*reintegrar [...] Portugal na directriz tradicional dos seus destinos*» (Salazar, 1943: 243).

Assistiu-se à construção jurídico-normativa do Estado Novo e a uma certa fascização do regime, por influência de Benito Mussolini (Itália) e de Adolf Hitler (Alemanha). Foi, também, encetada a luta contra o comunismo, por um lado, e o republicanismo e parlamentarismo por outro.

Salazar mantém-se cauteloso nas relações diplomáticas durante as duas primeiras décadas do regime, o que o leva a assinar um pacto com Espanha e a

---

o documento fundador do Estado Novo em Portugal tendo vigorado, com sucessivas revisões (Leis n.º 1 885, de 23 de Março de 1935; n.º 1 910, de 23 de Maio de 1935; n.º 1 963, de 18 de Dezembro de 1937; n.º 1 966, de 23 de Abril de 1938; n.º 2 009, de 17 de Setembro de 1945; n.º 1 945, de 21 de Dezembro de 1946; n.º 2 048, de 11 de Junho de 1951; n.º 2 100, de 29 de Agosto de 1959; e n.º 3/71, de 16 de Agosto de 1971), enquanto perdurou o período ditatorial, sendo substituída pela Constituição da República Portuguesa de 1976.

<sup>28</sup><http://www.educacao.te.pt/professores/index.jsp?p=167&idDossier=50&idDossierCapitulo=191&idDossierPagina=421>, consultado em 18 de Fevereiro de 2008.

<sup>29</sup> Acordo diplomático que regula as relações entre a Santa Sé e o Estado Português.

ponderar, durante a II Guerra Mundial, entre o Eixo (composto por ditaduras) e os Aliados (composto por democracias e pela União Soviética, comunista).

A administração encontra-se sob o domínio do poder político, assentando num «*modelo hierárquico da burocracia*», constituída por funcionários imparciais nas suas decisões, os quais devem apenas implementar as políticas, competindo aos «*políticos a decisão e formulação dessas mesmas políticas*» (Rocha, 2001a: 14).

O Estado assume uma postura não interventiva ao nível da assistência social e sanitária, mantendo uma função apenas supletiva ou subsidiária e tutelar, apostando essencialmente nas instituições particulares de assistência e nas famílias. Segundo A. Sedas Nunes (1961: 142 ss.), este princípio enquadrar-se-ia num conjunto de «*grandes orientações*», que os «*Pontífices*» por diversas vezes referenciaram, designadamente que «*A intervenção do Estado, em matéria social, só deve efectuar-se na medida em que a constituição e a actividade de instituições espontâneas e livres sejam incapazes de conduzir a soluções satisfatórias dos problemas sociais*».

Refere Fernanda Rodrigues (1999: 155) que o empenho nestes princípios e valores justificou até a «*desoficialização de estabelecimentos para assim se corresponder à ‘nova’ racionalidade (que poderia designar-se de intervencionismo selectivo e tutelar)*». Neste período, é notório um acentuado esforço do Estado concentrado na construção e controlo do aparelho, levando à criação de dispositivos legais e a uma apertada vigilância sobre a orientação e funcionamento institucional, procurando moldá-los ao quadro ideológico e doutrinário do regime.

Anota ainda Fernanda Rodrigues (1999: 153) que a Constituição Política de 1933, em articulação com o Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em 23 de Setembro de 1933, vem determinar o «*princípio da vigilância do Estado*», relativamente às actividades económicas e sociais. Consagra aquele diploma legal que:

Incumbe ao Estado: 1.º - Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação [...]; 2.º - Coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses dentro da legítima subordinação dos particulares ao geral; 3.º - Zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente» (art.º 6.º).

Conjugado este diploma legal com a Lei n.º 1 885, de 23 de Março de 1935<sup>30</sup>, o Decreto-Lei n.º 25 936, de 17 de Novembro de 1935, constata-se que o Estado chama a si as funções de vigilância e coordenação, sendo a assistência social e sanitária à família remetida para os municípios, instituições particulares, bem como para a esfera familiar<sup>31</sup>.

Neste período, assiste-se a uma acentuada tutela sobre o movimento sindical, proibindo todos os sindicatos e organizando os operários e os patrões de cada profissão em corporações, tuteladas pelo Estado, prevenindo, desta forma, a luta de classes e a agitação social e protegendo os interesses do País.

Foram ainda aprovados o Estatuto do Trabalho Nacional, o Código Administrativo e a Carta Orgânica do Império Colonial Português, bem como a organização dos Grémios e Organismos Corporativos, das Casas do Povo e da Câmara Corporativa. Data também deste momento histórico a criação do Instituto Nacional do Trabalho bem como dos Tribunais Militares Especiais e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Salazar funda ainda o Secretariado da Propaganda Nacional para apoio à difusão dos bons costumes, da doutrina e da ideologia defendida pelo Estado Novo.

No seu relacionamento com a sociedade civil, o regime intensifica o controlo sobre a população. É instituída a censura prévia justificada com a necessidade de reprimir a depravação da opinião pública. A polícia política repressiva aumenta de eficiência, perseguindo de acordo com critérios de selectividade. Os opositores eram interrogados, torturados e aprisionados, recorrendo-se, para o efeito, essencialmente à Prisão de Peniche e à Prisão de Caxias, bem como a campos de concentração, como, por exemplo, o do Tarrafal. Desta forma, paira sobre a sociedade portuguesa um clima de terror e de medo, sendo o silêncio uma constante, protegendo-se, assim, o regime da oposição.

Para apoiar a polícia política na defesa da ideologia do Estado Novo, é criada, em 1936, a organização paramilitar Legião Portuguesa, tutelada pelos Ministérios do Interior e da Guerra.

---

<sup>30</sup> No artigo 11.º desta Lei de Revisão Constitucional pode ler-se: «O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município».

<sup>31</sup> De acordo com um inquérito aplicado pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1934, aos habitantes das zonas rurais, a ementa de uma família rural minhota é assim descrita: almoço (às 7:00 horas) – caldo verde e pão de milho; jantar (às 12:00 horas) - caldo verde e pão de milho, quando o há; ceia (às 20:00 horas) - caldo verde e pão de milho (Jacinto Ferreira, *in* Plano de Fomento, II vol. 1953, p. 175).

Pelo Decreto n.º 25 317, de 13 de Maio de 1935, intensificam-se as medidas repressivas e de controlo, fixando-se, designadamente, que os funcionários opositores do regime incorrem em processo de demissão, determinando que «*os funcionários ou empregados civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou que não dêem garantias de cooperar nos fins superiores do Estado serão aposentados, reformados, [...] ou demitidos*». Acrescenta ainda aquele diploma legal que os indivíduos que se encontrarem naquela condição «*não poderão ser nomeados ou contratados para qualquer cargo público*».

Acresce ainda que todos os funcionários públicos passam a ter que, obrigatoriamente, assinar uma declaração anticomunista, determinando o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936 que:

Para admissão, concurso, nomeação efectiva, assalariamento, recondução, promoção, comissão de serviço, concessão de diuturnidades, transferência voluntária em relação aos lugares e serviços autónomos, bem como dos corpos administrativos é exigido o seguinte documento com assinatura reconhecida: Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do Comunismo e de todas as ideias subversivas.

São igualmente interditas as Associações Secretas (Maçonaria e Comunismo) e estabelecidas restrições quanto ao casamento das professoras de Ensino Primário.

Tem lugar a primeira reforma administrativa, através da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935 que visava, essencialmente: (a) a redução do número de funcionários e a sua reorganização de acordo com critérios uniformes; (b) Diminuição da discrepância de vencimentos existentes; (c) tratamento dos funcionários ou quadros especiais (magistratura, professores, médicos) segundo normas de valor económico e social e (d) garantia da reputação de alguns funcionários através do pagamento de remunerações superiores (Rocha, 2005: 34).

Em 1936, foram aprovados os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.)<sup>32</sup>, destinada a promover a acção educadora da família e a assegurar e estabelecer laços entre a escola e a família, ou seja, «*de um modo geral contribuir*

---

<sup>32</sup> Os Estatutos da O.M.E.N. foram publicados em 15 de Agosto de 1936, pelo Decreto n.º 26 893.

*para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa»* (art.º 2.º, n.º 11.º), nos termos constitucionalmente definidos. Uma das finalidades essenciais seria

Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, pelo fornecimento de uniformes e outros artigos de vestuário, pela distribuição de livros e pelo fortalecimento das caixas escolares (artigo 1.º, n.º 6, do Decreto n.º 26 893).

Este organismo, patrocinado pelo Ministério da Educação Nacional, era constituído por um grupo de senhoras ricas e caridosas que prestaria apoio moral e económico às mães economicamente mais carenciadas. Apesar da sua originalidade, a O.M.E.N. teve apenas uma modesta relevância.

O Estado apoia-se também nas organizações juvenis para ensinar aos jovens a ideologia defendida pelo regime, bem como a obedecer e a respeitar as autoridades, pelo que é criada, à semelhança do que acontece na Alemanha e em Itália, a organização fascista designada por Mocidade Portuguesa, com o objectivo de desenvolver a *«capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar»*<sup>33</sup>. De acordo com o artigo 5.º daquele Regulamento, teriam de pertencer *«obrigatoriamente»* àquela organização, todos os portugueses, estudantes ou não, desde os sete aos catorze anos, abrangendo *«todo o império português»* (art.º 3.º).

Por Decreto de 8 de Dezembro de 1937, viria esta obrigatoriedade a ser estendida também ao sexo feminino, sendo criada a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina. Dita o artigo 1.º do Regulamento<sup>34</sup>, que esta Organização fica a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional, tendo esta como dever dedicar-se a educar o desempenho das funções *«naturais»* da mulher, designadamente: bordar, coser, tecer no lar e preparar a vinda dos filhos<sup>35</sup>.

No seu discurso *«Governar, dirigindo a consciência nacional»*, proferido em 12 de Dezembro de 1950, Salazar refere que mal poderia *«compreender, por exemplo, que a Mocidade não fosse o viveiro de uma elite anticomunista só por ser espiritualista,*

---

<sup>33</sup> Regulamento da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, fixado pelo Decreto-Lei n.º 27 301, de 4 de Dezembro de 1936, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47 311, de 12 de Novembro de 1966.

<sup>34</sup> Os Estatutos da Mocidade Portuguesa Feminina foram publicados em 29 de Dezembro de 1950, sob a gestão ministerial de Pires de Lima.

<sup>35</sup> Sobre este assunto veja-se PIMENTEL Irene Flunser (2000). *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

*anticomunista só por defender a liberdade de consciência e lutar pela dignidade humana*». Acrescenta Salazar que, quanto à *Legião Portuguesa*, «*seria igualmente incompreensível que os voluntários magníficos*» que a compõem «*não constituíssem aquela vanguarda atenta, vigilante aguerrida, indispensável na defesa contra os inimigos da ordem social*» (Salazar, 1951: 510-511).

Nesta altura, a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, e a Legião Portuguesa envolviam todo o País nas suas actividades.

### **2.3. 1941-1958 - Repressão e desenvolvimento**

Finda a II Guerra Mundial, a oposição ao regime salazarista começa a organizar-se e em 8 de Outubro de 1945 é criado, com autorização do governo, o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Este Movimento tinha como objectivo reorganizar a oposição e prepará-la para o acto eleitoral. Contudo, o elevado número de aderentes, principalmente intelectuais e profissionais liberais, conferiu a esta organização um carácter ameaçador para o regime, o que o levou a ilegalizá-la em 1948<sup>36</sup>. O Estado continua a revelar uma profunda preocupação pela afirmação da sua autoridade relativamente às restantes forças sociais (Santos, 2005: 15).

Começa a ser notória alguma abertura de Portugal ao exterior, designadamente através da entrada, em 1948, de Portugal na NATO – *North Atlantic Treaty Organisation*, bem como na ONU – Organização das Nações Unidas. Data ainda do mesmo ano a assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O regime adopta uma política que permita um desenvolvimento industrial controlado. São criados o Fundo de Fomento Industrial (1947), o Fundo de Abastecimento (1947) e a Junta de Acção Social (1956).

Esta nova estrutura industrial rapidamente revelou a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a indústria e comércio<sup>37</sup>, o que contribuiu para que se encetasse, em 1948, a reforma do ensino técnico, criando-se o ciclo preparatório do

---

<sup>36</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_de\\_Unidade\\_Democrática](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_de_Unidade_Democrática), consultado em 08 de Fevereiro de 2008.

<sup>37</sup> Sobre este assunto, consulte-se, especialmente STOER Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal - 1970-1980, Uma Década de Transição*, Edições Afrontamento: Porto, p. 39 ss.

ensino técnico elementar que funcionava em paralelo com o 1.º ciclo do ensino liceal. Durante a década de cinquenta, assistiu-se também à expansão da rede escolar deste sector de ensino, acompanhada por uma crescente procura de formação técnica<sup>38</sup>.

Salazar tenta mostrar ao mundo que em Portugal se vive em democracia, apesar de se manter sob o regime ditatorial e de ser notório o relacionamento tenso entre o Estado e a sociedade civil.

Durante este subperíodo, assiste-se também à dissolução da Assembleia Nacional, em Setembro de 1945, e à convocação de eleições antecipadas para Novembro do mesmo ano. Estala uma crise eleitoral, em 1958, com Humberto Delgado e a sociedade civil a porem em causa o regime. Assiste-se à perseguição e prisão de diversos democratas, sobretudo após os actos eleitorais, altura em que ficavam mais expostos. Aludimos aqui a um exemplo apresentado por Maria da Conceição Rita, a *pupila* de António de Oliveira Salazar, referindo-se a um familiar do marido que «*foi detido na Baixa, [...] por estar a distribuir propaganda*», tendo sido libertado, devido à intervenção do chefe do Governo «*ao fim de dois dias de detenção, sem ser objecto de qualquer processo*» (2007: 162-163).

Começa a ser notória, à semelhança do que se verifica um pouco por todo o mundo, uma preocupação com o diagnóstico e planeamento, visando essencialmente o desenvolvimento económico de médio prazo. Nesta matéria, Portugal já reunia alguma experiência, tendo em conta que anteriormente tinham já vigorado «*esquemas de planeamento plurianual de investimentos públicos*», designadamente no quadro da Lei de Reconstituição Económica de 1935, que perduraram até 1950, bem como a elaboração de vários projectos submetidos, nesse mesmo ano, para financiamento ao abrigo do Plano Marshall (Lopes, 1999: 284).

Desta forma, entram, formalmente, em vigor os Planos de Fomento<sup>39</sup>, sentindo-se neste período as repercussões do I Plano de Fomento, destinado a vigorar durante um quinquénio (1953-1958). Este Plano privilegia, acima de tudo, os investimentos públicos em infra-estruturas (construção de barragens e rede de distribuição de electricidade, transportes e comunicações, hidráulica agrícola e pescas) e em projectos industriais, essencialmente direccionados para as indústrias de base. Define ainda

---

<sup>38</sup> Sobre este assunto, consulte-se GRÁCIO Sérgio (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>39</sup> Em Portugal, foram elaborados os seguintes Planos de Fomento: I Plano de Fomento (1953-1958); II Plano de Fomento (1959-1964); Plano Intercalar de Fomento (1965-1967); III Plano de Fomento (1968-1973) e IV Plano de Fomento (1974-1979).

objectivos económicos mais abrangentes direccionados essencialmente para o sector industrial.

#### **2.4. 1958-1968 – Cenário de insubordinação**

Portugal regista um acentuado crescimento económico, traduzido na industrialização e no incremento do turismo, nas trocas comerciais com a EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre<sup>40</sup>, no desenvolvimento dos sectores financeiros<sup>41</sup>, no investimento estrangeiro e nos grandes projectos de infra-estruturas.

Esta evolução é acompanhada pelos indicadores de rendimentos e consumo, fortalecidos ainda pelas remessas de emigrantes.

Durante esta década, começa a acentuar-se a crise do Estado Novo, devido, acima de tudo, ao projecto nacionalista e colonial que o regime defende, pretendendo manter todos os territórios que tem sob sua administração, o que conduz à manutenção de uma longa guerra colonial. Porém, a incapacidade de o Estado pôr termo às situações de guerra nas colónias e o agravamento das relações com as mesmas provocou um acentuado desgaste no regime<sup>42</sup>.

Neste período, sentiram-se essencialmente as repercussões do II Plano de Fomento (1959-1964) e do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967).

O II Plano corresponde a um pensamento global de renovação económica (Saraiva, 2001: 534), considerando prioritária a construção de infra-estruturas e o desenvolvimento das indústrias de base (siderurgia, refinação do petróleo, adubos, produtos laminados). Reforça ainda o papel da iniciativa privada.

Contudo, diversos factores, designadamente as repercussões ao nível económico e financeiro das guerras coloniais e o desenvolvimento do processo de integração europeia com a entrada, em 1959 na EFTA, contribuíram para a necessidade de elaboração de um Plano Intercalar. Este Plano manteve ao nível do anterior o esforço de construção de infra-estruturas, representando cerca de 4% do PIB. O contributo do

---

<sup>40</sup> Portugal adere à EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre, em 1959.

<sup>41</sup> Portugal adere, em 1960, ao FMI - Fundo Monetário Internacional e ao BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

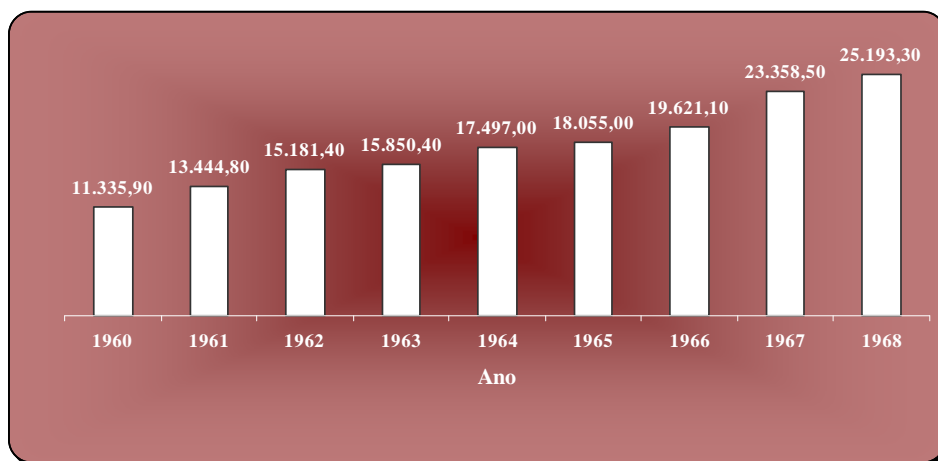
<sup>42</sup> De acordo com Fernanda Rodrigues (1999: 166), entre 1967 e 1969 a despesa pública com a defesa nacional representava 45% das despesas gerais do Estado.

planeamento surge, pela primeira vez, como meio de promoção global do desenvolvimento económico-social (Rodrigues, 1999: 161). Neste Plano transparece uma crescente preocupação pelo social, registando-se um reforço das medidas de política e a criação de ministérios vocacionados para o social.

Anota Fernanda Rodrigues (1999: 161) que actualmente se pode considerar que os dois primeiros Planos de Fomento contribuíram para acentuar as «*desigualdades regionais e sectoriais com consequências para a emigração e a segmentação de áreas de acção governativa com ligação ao desenvolvimento económico*», dada a ausência de referências ou de previsão de articulação com o domínio social, o que vem a verificar-se apenas na década de sessenta.

Assiste-se a um progressivo aumento da despesa do Estado com os principais sectores sociais, incluindo as despesas com a educação, a saúde e a segurança e assistência social. Em 1960, a despesa pública total com estes sectores cifrou-se em 11.335,90 milhares de contos, atingindo os 25.193,30 milhares de contos em 1968, encontrando-se representada esta evolução no gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 2 – Principais sectores sociais na despesa total do Estado, 1960-1968, em milhares de contos**



Fonte: Conta Geral do Estado.

Na relação entre o Estado e a sociedade civil, sente-se uma profunda tensão. O regime procura impor a unidade nacional pela força, mas sem êxito, continuando a verificar-se uma certa agitação social.

Avultam também os indícios de mal-estar devido aos acentuados desequilíbrios sociais que tenderam a agravar-se por falta de respostas adequadas que permitissem a adaptação às mudanças em curso. São disso exemplo os desequilíbrios regionais, a propagação da construção clandestina nas áreas suburbanas, o abandono da agricultura tradicional e o aumento do recurso aos sistemas de saúde e à educação<sup>43</sup>.

Assiste-se ainda a uma abertura ao exterior pela sociedade portuguesa, quer devido à saída de numerosos contingentes de mão-de-obra, quer devido ao afluxo de turismo e capitais. Assim, grande parte da população activa, cansada de um nível de vida precário, atraída por melhores salários oferecidos por outros países europeus mais desenvolvidos do que Portugal, começa a emigrar (mormente por via clandestina). Acresce que, quando partiam, os pais levavam consigo, ou «*chamavam logo de seguida*» também os filhos, envolvendo, por conseguinte, mais do que uma geração neste fenómeno (Jerónimo, 2001: 25). Este êxodo manter-se-á até ao ano de 1974, altura em que absorvia já acima de um milhão de portugueses<sup>44</sup>. Porém, este fenómeno não deixou de ser estimulado pelas autoridades portuguesas, reconhecida a importância que as remessas dos emigrantes representam para o equilíbrio da balança de pagamentos que começa a ficar lesada pela guerra colonial (Cortesão, 1978: 110).

Anota Rui Grácio (1995: 462) que, desde a década de cinquenta, deram entrada em Portugal as seguintes divisas (remessas de emigrantes e receitas do turismo):

**Tabela n.º 4 – Entrada de divisas**

<i>Ano</i>	<i>Remessa de emigrantes (milhões de escudos)</i>	<i>Receitas de turismo (milhões de escudos)</i>
<b>1950</b>	504	250
<b>1960</b>	1.868	678
<b>1963</b>	2.371	2.142
<b>1966</b>	4.818	7.476
<b>1969</b>	11.812	4.792
<b>1970</b>	14.343	6.368
<b>1971</b>	18.848	8.619
<b>1972</b>	22.388	10.634

Fontes: INE, Estatísticas Monetárias, Banco de Portugal, relatórios anuais, *in* Rui Grácio (1995: 462).

<sup>43</sup> <http://www.sedes.pt/conteudo.aspx?args=1,2>, consultado em 02 de Dezembro de 2007.

<sup>44</sup> Decreto-Lei n.º 809/74, de 31 de Dezembro.

Assiste-se assim a um crescimento significativo das classes médias e, conseqüentemente, a um aumento das aspirações sociais e culturais, bem como das exigências de consumo.

A sociedade civil desperta progressivamente para um novo mundo, para novos horizontes e perspectivas, graças, essencialmente, à televisão, à emigração e ao turismo.

Começa ainda a esvaír-se o apoio da Igreja ao Estado e a fissão entre os católicos institucionaliza-se. Os incidentes registados nas colónias portuguesas, designadamente a prática recorrente de crimes de guerra e o relato de massacres, atingem repercussão internacional, levando a Santa Sé a assumir uma tomada de posição «*que se havia de aproximar do ponto de ruptura [...]*» (Saraiva, 1974:117-118).

Na década de sessenta, esboçou-se uma nova tentativa de reforma<sup>45</sup>, mas «*sem grande êxito*», pois, apesar de vários estudos, diagnósticos e proposta de reforma, a acentuada resistência à mudança inviabilizou a implementação da reforma (Araújo: 2002).

## **2.5. 1968-1974 – Na mira da mudança**

Este período tem início com a exoneração de Salazar e a sua substituição na Presidência do Conselho por Marcelo Caetano<sup>46</sup>, em 27 de Setembro de 1968, e termina com a Revolução do 25 de Abril de 1974 que pôs termo ao regime ditatorial e instaurou o regime democrático (III República).

Neste período, verifica-se uma significativa mudança na natureza do Estado, bem como na natureza das suas relações com a sociedade civil. O Estado continua a manter o domínio sobre a sociedade civil, embora tivesse que fazer face a uma «*crise severa e crescente*», provocada essencialmente pela incapacidade do Estado para encontrar uma solução para o problema da descolonização, bem como «*por uma*

---

<sup>45</sup> A primeira reforma da função pública, tem lugar em 1935, com a aprovação do Decreto-lei n.º 26 115, de 23 de Novembro, a qual incidiu essencialmente sobre as questões de pessoal.

<sup>46</sup> Figura de grande prestígio dentro do regime, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, historiador e reitor da Universidade de Lisboa. Foi Presidente do Conselho no período de 1968 a 1974.

*administração do Estado incapaz de adaptar-se à mudança exigida pela modernização da sociedade»* (Stoer, 1986: 253).

Nesta altura, a sociedade portuguesa enfrenta significativas antinomias, designadamente: (a) a existência de um projecto de capitalismo nacional fechado e a necessidade de responder às solicitações de uma economia mais aberta ao capitalismo internacional; (b) a dificuldade em encontrar uma forma de articulação entre a não resolução da questão colonial e a integração política e económica na Europa; e (c) o advento de uma conjuntura de labilidade monetária e financeira, devido, essencialmente ao crescimento das despesas improfícuas, como é o caso da guerra colonial, à rigidez da oferta interna, face a uma crescente procura resultante do efeito das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes e da consequente instabilidade dos preços (Gonçalves: 1990: 157).

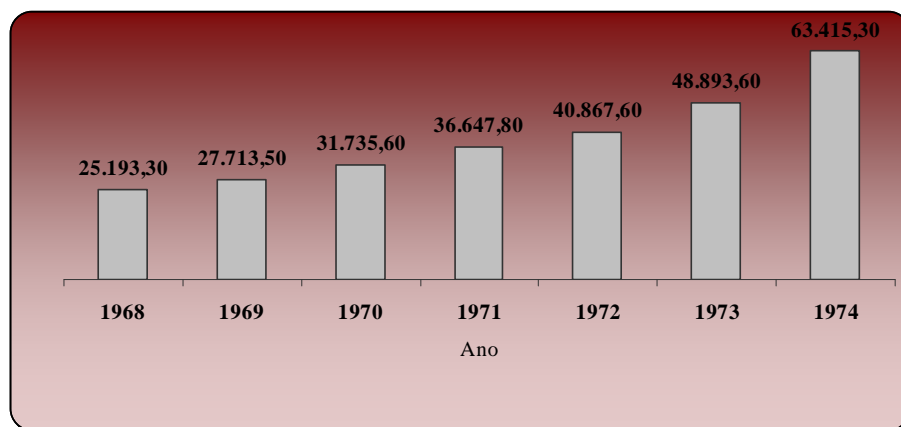
Foram ainda anos particularmente penosos para os portugueses, tendo em conta que, da sociedade civil, começavam já a evidenciar-se elites pensantes, dirigentes políticos conscientes da necessidade de operar uma cisão no seio do Estado para romper com o «*cercos*» e uma burguesia que estava consciente de que este «*cercos*» limitava as suas iniciativas. Porém, essa ruptura não se chegou a operar, até ao final do Estado Novo (Ferreira, 2005: 432).

Logo nos primeiros anos do designado «*Marcelismo*», assiste-se à expansão do sistema educativo, ao aumento do ensino secundário e superior, não havendo contudo ainda uma cobertura universal (Barreto, 1996: 37-38).

Assiste-se ainda a um alargamento do sistema de saúde pública, bem como ao crescimento da segurança social.

A despesa do Estado com os principais sectores sociais, incluindo as despesas com a educação, a saúde e a segurança e assistência social, mantém a tendência crescente dos últimos anos, cifrando-se nos 25.193,30 milhares de contos em 1968, aumentando gradualmente até ao ano de 1972, altura em que atingiu os 40.867,60 €, sendo essa subida mais expressiva nos dois anos seguintes, conforme atestam os dados constantes do gráfico que se segue.

Gráfico n.º 3 – Principais sectores sociais na despesa total do Estado, 1968-1974, em milhares de contos



Fonte: Conta Geral do Estado.

Regista-se também uma melhoria de vencimentos dos funcionários públicos, do sistema de reformas, das pensões de sobrevivência, do regime da ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado<sup>47</sup>, e da relação jurídica de trabalho dos funcionários públicos, bem como a uma reorganização das Casas do Povo.

Este período caracteriza-se igualmente pela revisão da lei eleitoral, por um decréscimo da censura e pela possibilidade de regresso à pátria de exilados, como é disso exemplo o retorno do Bispo do Porto.

Em 1970, é fundada a SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, constituída por elementos com diferente formação académica, provenientes de diversos estratos sociais, actividades profissionais e opções políticas, todos com «*uma grande vontade de mudança e uma prática de militância social diversificada: associativismo académico, prática de contestação política contra o sistema, participação em organizações cristãs e actividade sindical*»<sup>48</sup>.

Começa a evidenciar-se a possibilidade de os movimentos oposicionistas terem alguma (controlada) capacidade de expressão.

Contudo, continua a verificar-se alguma agitação social. Surgem problemas na academia, registam-se greves nas grandes empresas (Ford, General Motors e Lisnave),

<sup>47</sup> A ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado foi criada pelo Decreto-Lei n.º 45 002/63, de 27 de Abril de 1963. Manteve esta designação até Outubro de 1980, altura em que passou a denominar-se ADSE - Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

<sup>48</sup> <http://www.sedes.pt/conteudo.aspx?args=1,2>, consultado em 02 de Dezembro de 2007.

registando-se, posteriormente, as reivindicações dos metalúrgicos e dos empregados de escritório. Esta conjuntura leva a um endurecimento das medidas repressivas, a partir de 1972.

Neste período é implementado o III Plano de Fomento (1968-1973) e, parcialmente implementado o IV Plano de Fomento (1974-1979). Este último, é caracterizado pela preponderância de preocupações referentes ao correcto aproveitamento dos recursos humanos, não tendo, contudo, transposto a fase inicial (Saraiva, 2001: 534).

No III Plano, evidencia-se uma certa ruptura com as orientações nacionalistas e proteccionistas até aí adoptadas pelo regime. O âmbito do planeamento torna-se mais abrangente e são definidos objectivos claros relativamente à repartição de rendimentos, aspectos sociais e correcção de assimetrias regionais. De notar ainda que a melhoria das condições sociais surge como factor determinante para impulsionar o desenvolvimento e a política social, procurando fazer face à deficiente estrutura educacional da população activa portuguesa e à necessidade de qualificação de mão-de-obra para a indústria.

Evidencia-se, assim, uma mudança de paradigma de governação, passando o Estado a ter um papel mais interventivo no domínio das políticas sociais, não havendo, no entanto, lugar ao desenvolvimento do «Estado-Providência»<sup>49</sup>, forma política dominante na Europa, como meio de reconstrução de um continente profundamente fustigado pela II Guerra Mundial. Porém, em Portugal esse processo foi «*bloqueado pela hipertrofia da regulação estatal, típica de um regime autoritário que pretendia tutelar todas as outras formas de regulação social*» (Santos e Ferreira, 2002: 185), tendo-se esta consolidação verificado apenas depois da ruptura política e social resultante do golpe militar de 1974 (Mozzicafreddo, 2000: 29), altura em que entrava em crise nos países da OCDE, onde se começava a operar o movimento de reforma administrativa (Rocha, 2001b: 13).

---

<sup>49</sup> O desenvolvimento do Estado-Providência assenta, basicamente, em quatro elementos estruturais (Santos e Ferreira, 2002: 185): «Primeiro, um pacto social entre capital e trabalho sob a égide do Estado, cujo objectivo último é partilhar democracia e capitalismo; segundo, uma relação sustentada, mesmo se tensa, entre duas tarefas do Estado potencialmente contraditórias: a promoção da acumulação capitalista e do crescimento económico e a salvaguarda da legitimação; terceiro, um elevado nível de despesas no consumo social; quarto, uma burocracia estatal que internalizou os direitos sociais como direitos dos cidadãos, em vez de benevolência estatal».

Anota António Candeias (2005a: 481), que se assiste, ainda, à criação dos sistemas educativos «*contemporâneos, laicos, gratuitos e obrigatórios*», bem como ao êxito dos direitos civis, sociais e políticos.

## 2.6. Conclusão

Durante o período de vigência do regime ditatorial, o Estado, corporativo e unitário, procurou definir um sistema que abrangesse toda a esfera política e social portuguesa. Desta forma, são criados, por um lado, os sindicatos nacionais corporativos, os grémios e suas federações e as casas do povo. São ainda criadas a Obra das Mães para a Educação Nacional, destinada a promover a perfeita realização da educação nacionalista dos jovens portugueses, nos termos constitucionalmente definidos, a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa, envolvendo assim toda a comunidade no projecto nacionalista definido pelos governos.

Já na segunda metade do século XX, à semelhança do que se verifica um pouco por todo o mundo, Portugal começa a manifestar interesse pelo diagnóstico e planeamento, visando essencialmente o desenvolvimento económico de médio prazo. São, por conseguinte, criados planos quinquenais, intitulados Planos de Fomento, que abrangem o período de 1953 a 1979.

A incapacidade de o Estado pôr termo às situações de guerra nas colónias e o agravamento das relações com as mesmas provocou um acentuado desgaste no regime.

Nos últimos anos da ditadura nacional, começa a evidenciar-se uma mudança no modelo de governação, assumindo o Estado um papel mais interventivo em áreas como a assistência social e a educação.



## CAPÍTULO III

---

### **A ACÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR**



### 3. Diversidades *versus* unidade da política de acção social

Procuraremos ao longo deste capítulo verificar se no período histórico designado por Estado Novo o regime político manifestou preocupações pela implementação de medidas que visassem o bem-estar económico e social dos estudantes do ensino superior.

Por razões metodológicas entendemos manter a divisão periodológica identificada no capítulo anterior: 1933-1941; 1941-1958; 1958-1968 e 1968-1974.

Atentemos em alguns aspectos relacionados com os momentos referenciados.

#### 3.1. 1933-1941 – Cidadania e família

Consagra a Constituição Política da República Portuguesa de 1933 «*A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma*» e «*A liberdade de ensino*» (artigo 8.º, n.ºs 4 e 5), sendo, contudo, estes direitos regulados por leis especiais.

O Estado adopta, desde o início do Estado Novo, uma política minimalista em relação à educação. Assiste-se à redução da escolaridade obrigatória<sup>50</sup>, à manutenção dos postos de ensino e à simplificação dos programas escolares.

A própria Constituição Portuguesa de 1933 veio remeter essencialmente para o domínio da política doméstica a responsabilidade da educação e da instrução, ao fixar no artigo 42.º que «*a educação e a instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela*», acrescentando o n.º 2 do artigo seguinte que para além de ser obrigatório, o ensino primário elementar «*pode fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais*».

Determina ainda aquele diploma legal que «*O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares médias e superiores e institutos de alta cultura*» (artigo 43.º, n.º 1) e que «*As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas ao seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a*

---

<sup>50</sup> Anota Almerindo Janela Afonso (1991: 41) que a designação «*escolaridade obrigatória*» sugere que a escola é uma organização «*não-voluntária*». Complementa, contudo, com a tese defendida por João Formosinho de que a «*escola não é só oficialmente obrigatória, é também socialmente obrigatória*» (cf. Formosinho, 1988: 4-5).

*hierarquia e a acção coordenadora do Estado»* (artigo 43.º, n.º 2). Acrescenta o artigo seguinte que

*É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas, quando os seus programas e categorias do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares.*

O Ministro da Instrução Pública Eusébio Tamagnini (1934-1936), em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, em 21 de Novembro de 1934, reconhece o problema do analfabetismo em Portugal e adianta a estratégia definida pelo Ministério da Instrução Pública para o combater, apesar da insuficiência de verbas disponíveis. Para o efeito, alude à tese que serviu de base àquele estudo, defendida pelo pedagogo americano Terman, que assenta numa pedagogia de exclusão, considerando que os estudantes não são todos iguais, «*podendo e devendo*» a população estudantil ser dividida nos seguintes grupos:

1.º - Ineducáveis	.....	8%
2.º - Normais estúpidos	.....	15%
3.º - Inteligência média	.....	60%
4.º - Inteligência superior	.....	15%
5.º - Notáveis	.....	2%

Esclarece que, de acordo com os Censos de 1930, havia 585.000 crianças com idade compreendida entre os 7 e os 10 anos e que, articulados estes dados com os do Ministério da Instrução, se conclui que a cerca de 135.000 dessas crianças não é ministrada instrução.

Desta forma, era possível despistar um considerável número de crianças, incapazes de seguirem o ensino primário. Das 585.000 crianças em idade escolar apenas 450.000 careceriam de ensino complementar, tendo em conta que as restantes se enquadrariam no grupo dos «*ineducáveis*» ou dos «*normais estúpidos*».

Em 1936, é publicada a reforma de Carneiro Pacheco<sup>51</sup>, Lei intitulada «*Remodelação do Ministério da Instrução Pública*», que marcou profundamente todo o

---

<sup>51</sup> Lei n.º 1 941, de 11 de Abril de 1936.

sector do ensino e cujas repercussões se vão registar por largos anos. Da aplicação daquela Lei, resulta a alteração da designação do Ministério da Instrução Pública, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional, nome que perdurará até ao golpe militar de 1974. Desta forma, o Estado deixa transparecer a intenção em privilegiar a educação, em detrimento da instrução. Na verdade, esta reforma assenta na ideologia de Salazar, orientada pela trilogia «*Deus, pátria e família*». Restringe-se o ensino ao ensinamento do ler, escrever e contar, e procura-se impor às crianças e adolescentes o modelo nacionalista defendido pelo regime, determinando, aquele diploma legal que «*Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição*» (base XIII).

É ainda instituída por aquela Lei a Junta de Educação Nacional com sete secções, constituindo esta última o Instituto para a Alta Cultura, sendo o seu regimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, alterado a 22 de Maio 1965 pelo Decreto-Lei n.º 46 348 e pelo Decreto-Lei n.º 46 349, passando a Junta a ser constituída por oito secções, nomeadamente, ensino superior, antiguidades e belas artes, bibliotecas e arquivos, ensino liceal, ensino técnico profissional, ensino primário, educação física e desportos e educação moral e cívica.

Regista-se ainda durante o Estado Novo, uma extensão do catolicismo ao ensino, considerando A. Sedas Nunes (1961: 60) que tal se deve ao facto de a Igreja ser «*Portadora de uma concepção e um ideal do Homem, cujas protecções sociais são imediatas*», acrescentando que «*o cristianismo não é apenas uma Religião – É uma vida. Afirmação da dignidade e liberdade da pessoa humana, apelo à solidariedade e à união fraterna*», constituindo estes os dois elementos essenciais dessa concepção e ideal.

Alguns deputados continuam a manifestar alguma relutância relativamente à alfabetização dos portugueses, bem como à formação dos professores. Refira-se, a título de exemplo, a afirmação do deputado Teixeira Abreu sobre esta matéria: «*Fazer o ensino primário por meio de agentes altamente intelectualizados tem inconvenientes gravíssimos [...]. Preferível seria que se fosse bom e simples; mas, quando não se possa ser bom, ao menos que não se seja muito douto*».

Neste período, continua a rejeitar-se a possibilidade de a educação poder contribuir para a mobilidade social.

A escola continua a ser planeada para funcionar como uma organização rigorosamente controlada. O Estado procedia, pontualmente, ao envio de circulares sobre assuntos triviais aos professores, que eram catequizados sobre as suas obrigações. Naquele espaço, tudo era minuciosamente determinado pelo regime, desde os «compêndios, as letras de canções, fotografias a pendurar nas paredes da sala de aula e até a designação e arquitectura da escola»<sup>52</sup> (Mónica, 1978: 168).

Anota Monteiro (s.d.: 144) que, entre 1936 e 1942, foram encerradas as Escolas do Ministério Primário; extintas as escolas do ensino infantil oficial, a Sociedade de Estudos Pedagógicos e o ensino obrigatório foi reduzido de quatro para três anos. Porém, muitas crianças frequentam uma quarta classe, facultativa, mas indispensável para ingresso no ensino secundário (Grácio, 1973: 23).

Decorrido este período, regista-se uma atenuação na taxa de analfabetismo que, em 1930 afectava 68% da população residente e, decorridos dez anos, situava-se essa taxa nos 59%, conforme se afere da análise da tabela que se segue.

**Tabela n.º 5 – Analfabetismo em Portugal – 1930-1940**

Ano	População residente	% de analfabetismo s/ população residente	% de analfabetismo s/ a população com mais de 7 anos	7-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34
1930	6.825.883	68%	62%	80,3%	58,3%	55,5%	56,3%	55,0%	55,4%
1940	7.755.423	59%	49%	53,6%	36,7%	40,0%	41,2%	46,6%	48,7%

Fontes: INE, Censos, Dicionário de História de Portugal, II, pp. 49-53 e António Barreto.

A preocupação em impor às crianças e adolescentes o modelo nacionalista defendido pelo regime levou o Estado a concentrar todas as atenções nos ensinos primário e liceal, relegando o ensino universitário para um modesto e recôndito lugar, o qual contava, segundo Agostinho Monteiro (s.d.: 154), no ano lectivo 1940-1941, com 9.666 estudantes inscritos.

<sup>52</sup> Sobre este assunto, consultar E. P., n.º 69, de 6 de Fevereiro de 1936.

Neste período, considerando a distribuição das despesas ordinárias e extraordinárias, as despesas públicas com a educação alcançaram um valor médio acima dos 8,0% do Orçamento Geral do Estado, conforme se pode constatar da análise dos dados da tabela que se segue.

**Tabela n.º 6 – Despesas públicas com a educação – 1933-1940**

Anos	Despesas com educação
	O.G.E.
1933	8,0%
1934	8,8%
1935	9,2%
1936	8,8%
1937	8,4%
1938	8,2%
1939	7,7%
1940	7,4%

Fontes: Orçamento Geral do Estado 1933-1940 e Instituto Nacional de Estatística (1940: 89).

Verifica-se, contudo, um aumento percentual desta despesa entre o ano de 1933 (8,0%) e 1935 (9,2%), iniciando-se uma descida a partir do ano seguinte (8,8%), situando-se nos 7,4% em 1940.

### 3.2. 1941-1958 – Repressão e desenvolvimento

Na década de quarenta, os postos de ensino ainda eram ocupados por regentes com poucas habilitações, o que evidencia o alheamento do Estado relativamente ao problema da alfabetização e cultura popular. Tal desatenção evidenciava-se, também, nas condições em que era ministrado o ensino primário e na precariedade económica dos professores. Indique-se, a título de exemplo que, em 1946, um regente escolar de cursos diurnos auferia um vencimento de 390\$00 por mês ao passo que, na mesma altura, um auxiliar de limpeza recebia 486\$00 e um «*servente*» da escola 562\$00 (Salvado, 1977: 99).

Após a II Guerra Mundial, com o início da reconstrução europeia e o crescimento das economias industrializadas, começa a ser notório o desajuste dos fins,

dos instrumentos e dos resultados da política educativa do Estado Novo, não preparando os estudantes nem em quantidade nem em qualidade para as necessidades deste novo período. Nesta altura, metade da população era analfabeta e grande parte da restante sabia apenas ler, escrever e contar (Carreira, 1996b: 195).

Desta forma, o Estado começa a ver na educação uma inevitável estratégia de desenvolvimento económico e cultural da sociedade Portuguesa, o que se traduz na valorização da técnica bem como da educação. Em 1946 é fundado, em Lisboa, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e em 1953, a Faculdade de Economia do Porto. Tem ainda início a construção de duas Cidades Universitárias, uma sita em Coimbra (1948) e outra em Lisboa (1953).

Procedeu-se ao incremento e reestruturação do ensino técnico, com a reforma de 1948<sup>53</sup>. São criados quatro tipos de cursos: os cursos complementares de aprendizagem, os cursos de formação, os cursos de aperfeiçoamento e os cursos de mestrança. Estes cursos não permitiam a entrada directa para as Universidades, requerendo, para o efeito, o ingresso nos designados «*Institutos Comerciais*» ou «*Institutos Industriais*». Destes últimos, podiam os estudantes transitar para a Faculdade de Engenharia e dos Institutos Comerciais para a Faculdade de Economia.

Na década de cinquenta, a escola torna-se um dado adquirido, coexistindo, até essa altura, com processos de alfabetização informais, voluntários e muitas vezes relacionados com ciclos de trabalho e de oportunidades frágeis e instáveis (Simões, 2007: 213), reflectindo-se num processo de alfabetização desigualmente distribuído, atendendo ao género, estrato social e a condição rural ou urbana do sujeito, numa sociedade estruturalmente pobre e modestamente alfabetizada (Candeias e Simões, 1999).

Assim, o Estado passa a dedicar maior atenção ao ensino, intensificando a política educacional, tendo em conta que se torna fundamental o desenvolvimento económico, face às perspectivas de integração europeia (Monteiro, s.d.: 153).

Em 1952, o regime reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e

---

<sup>53</sup> Decreto n.º 37 029, de Agosto de 1948.

promove uma campanha nacional contra o analfabetismo, através do Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de Outubro, regulado pelo Decreto n.º 38 969, da mesma data.

Em 1956, o Estado alarga a escolaridade obrigatória, para os rapazes, para quatro anos, através do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro, medida extensível ao sexo feminino a partir de 1960, por aplicação do Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de Maio.

Por despacho do Conselho de Ministros de 15 de Julho de 1941, o Estado reconhece não dispor dos meios necessários para resolver o problema das cantinas, determinando, porém, que, sempre que houvesse benfeitores que oferecessem os fundos necessários para a manutenção daqueles espaços, o Estado deveria, em contrapartida, construir os respectivos edifícios anexos às escolas primárias. Este entendimento foi reforçado pelo artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 35 769, de 27 de Julho de 1946.

Desta forma, procura o Estado orientar a assistência social escolar para a esfera familiar e para a particular, considerando que a existência de um sistema de assistência social escolar que beneficiasse os alunos economicamente mais carenciados seria arriscado. Considerava-se que as refeições deveriam ser tomadas no lar e em família, e não em salas ruidosas e «apinhadas» (Mónica, 1978: 224), evitando, desta forma, que a cantina inspirasse um estilo de vida colectivista. Determina o Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de Outubro de 1952, que a cantina só deve substituir a refeição tomada no lar quando «*Imperiosas razões de ordem social ou económica o exigam*» (IV, n.º 39).

Para além das cantinas escolares, a assistência aos estudantes pobres é prestada, igualmente, por intermédio das caixas escolares, cujas receitas provêm de multas aplicadas ao abrigo do Decreto-Lei em análise e a receita líquida dos livros únicos do ensino primário (VII, n.º 69, alínea c).

Dita ainda o Estado, através daquele diploma legal, que a forma como a assistência social escolar está a ser prestada, através de cantinas escolares e caixas escolares, contribui para a educação dos estudantes, completando a acção formadora da escola e promovendo o espírito de solidariedade e caridade entre os alunos. Acrescenta que as cantinas podem possibilitar lições de economia doméstica e de «*arranjo do lar*», devendo ser aproveitadas como instrumentos de educação específica para as «*raparigas*».

Quanto ao ensino superior, com a publicação do Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941<sup>54</sup>, passa a reconhecer-se o papel da educação superior como um bem da colectividade, garantindo-se aos estudantes que não possam pagar a propina por falta de recursos a possibilidade de a verem percentualmente reduzida, desde que demonstrem capacidades para frequentar aquele nível de ensino. Desta forma, institui aquele diploma legal a faculdade para as escolas de conceder o benefício da isenção de propinas e emolumentos de secretaria até 10 por cento dos alunos que as frequentam. Acrescenta que se considerou suficiente a instituição deste benefício dentro daquele limite, tendo em conta que *«ele já existia e, na generalidade das escolas, não só o limite nunca foi atingido, mas o número de isenções concedidas ficou sempre muito aquém dele»* (preâmbulo). Refere ainda que *«isso podia ainda ser insuficiente para que se não perdessem valores apreciáveis; por isso, além da isenção de propinas e emolumentos, se instituem cem bolsas de estudo de 3.000\$00 anuais a atribuir aos melhores que precisem»*.

Fixa também o valor das propinas em 1.200\$00 por ano, em todas as escolas superiores, o que representou um aumento significativo no montante a pagar. No entanto, esse montante manteve-se inalterado por mais de trinta anos<sup>55</sup>.

Dita ainda aquele diploma legal que as Universidades podem contratar, personalidades nacionais e estrangeiras de notória competência para a regência de cadeiras ou de cursos especiais.

A 20 de Março do ano seguinte, entra em vigor o Decreto-Lei n.º 31 932, que estabelece que os estudantes matriculados nas Universidades anteriormente ao ano lectivo de 1942-1943 podem beneficiar da redução de propinas, bem como

Concorrer à isenção de propinas e às bolsas de estudo desde que tenham obtido no ano anterior, nos exames que os Senados Universitários e o Conselho Universitário determinarem que é preciso fazerem para ter nota de bom aproveitamento ou no exame de aptidão, respectivamente simples aprovação, média de 12 valores e média de 16 valores (artigo 3.º).

Da aplicação do disposto pelo Decreto-Lei n.º 32 720, de 26 de Março de 1943, resulta uma redução na média indispensável para a concessão de bolsa de estudos nas

---

<sup>54</sup> O Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941, regula o pagamento de propinas nas escolas superiores e a concessão de bolsas de estudo.

<sup>55</sup> Em 1973, o Decreto-Lei n.º 418/73, de 21 de Agosto, veio reafirmar que o montante anual de propinas correspondia a 1.200\$00 e em 1992 é aprovada, pela Lei n.º 20/92 de 14 de Agosto, a política de aumento das propinas.

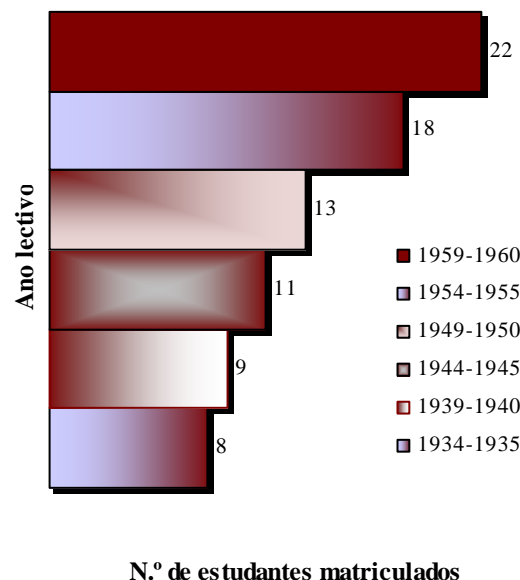
Universidades que passa de 16 para 14 valores, bem como a elevação de 10% para 12% das isenções sobre o número de alunos que frequentam cada Faculdade ou Escola de ensino superior.

Em 1944, decorrem, pela primeira vez em Portugal, eleições para a associação académica, sendo eleito «*um estudante de esquerda, facto que provoca grande emoção nos meios universitários*» (Cortesão, 1988: 98).

Em 1947, vários professores universitários foram afastados o que representou uma grande lacuna para o ensino, não tendo sido fácil a sua substituição tendo em conta que se tratava de professores conceituados e experientes.

De notar que o montante das despesas com a instrução pública, tem vindo a decrescer, tendo em conta que em 1926 representava cerca de 9% das despesas totais do Estado, tendo baixado antes da II Guerra Mundial para 8% e, em 1946, estava reduzido a 7% (Monteiro, s.d.: 144), apesar do número de estudantes matriculados no ensino superior registar algum crescimento, conforme se pode concluir da análise do gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 4 – Estudantes matriculados no ensino superior, em milhares**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (s.d.). *Portugal: 1935-1985*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 25.

No início da década de cinquenta, o Estado entende suprimir a autonomia administrativa das Faculdades e Escolas, bem como dos estabelecimentos pertencentes ou anexos a estas, designadamente museus, institutos e laboratórios. Contudo, as Universidades mantêm a autonomia administrativa «*nos termos das leis gerais de contabilidade pública*» e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38 692, de 21 de Março de 1952.

Em 1952, entra em vigor o Decreto n.º 39 001, de 20 de Novembro, que promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. Dita aquele diploma legal que «*As bolsas de estudo, bem como a isenção de propinas, dispensam o pagamento de propinas, de indemnizações e de emolumentos de secretaria; a redução de propinas dispensa o pagamento de 50 por cento da importância das propinas e indemnizações [...]*» (artigo 84.º). É ainda exigido, para efeitos de candidatura aos benefícios, aproveitamento no ano imediatamente anterior ao da candidatura (artigo 89.º).

### **3.3. 1958-1968 – Cenário de insubordinação**

No final da década de cinquenta, o ministro da Educação Nacional, Francisco Leite Pinto<sup>56</sup>, mostra-se apreensivo relativamente à qualificação da mão-de-obra que inviabilizaria que o País enveredasse por um processo de industrialização, com operários que sabem apenas «*ler, escrever e contar*».

Segundo Cândido (1964: 679), o ensino em Portugal caracterizava-se, em termos globais, essencialmente por: (a) diminuta escolaridade obrigatória; (b) considerável absentismo à escolaridade obrigatória; (c) reduzido número de portugueses que continuam estudos para além do ensino primário; (d) exígua cobertura do País em estabelecimentos oficiais, especialmente do grau secundário, e a falta de pessoal docente devidamente qualificado; (e) a baixa «*produtividade*» da generalidade dos ramos de ensino, agravada pela elevada taxa de abandono escolar; (f) ausência de orientação dos alunos para os cursos de que a economia nacional mais necessitaria; (g)

---

<sup>56</sup> Francisco Leite Pinto é um conceituado professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, sendo o primeiro engenheiro a assumir a pasta da Educação Nacional em Portugal, tendo em conta que os seus antecessores, salvo raras exceções, eram professores catedráticos de direito.

desajustada estruturação do sistema de ensino, desactualização de muitos programas, bem como a falta de alguns cursos destinados a formar os especialistas reclamados pela recente evolução da Ciência e da Técnica; (h) insuficiente, e por vezes deficiente, formação profissional conseguida fora do sistema escolar.

Atento aos novos rumos pelos quais Portugal começava a enveredar, e consciente da realidade portuguesa, o ministro da Educação Nacional, procurou estabelecer o elo entre a Educação e a Economia, defendendo a Educação como factor determinante da evolução da Economia do País, e, conseqüentemente, como estratégia de desenvolvimento económico e cultural da sociedade portuguesa. Enceta, por conseguinte, a intitulada «*batalha sem fim*» (Lima, 2002: 33).

Desta forma, os sistemas de ensino superior massificaram-se procurando garantir a um número sempre crescente de jovens o «*acesso a um nível de formação terciária*» (Amaral, 2002: 9).

Determinado em definir um «*Plano de Fomento Cultural*», cuja realização implicaria meios técnicos e financeiros que excediam as possibilidades nacionais, Leite Pinto solicitou ajuda à OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, então designada OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica, para definir os objectivos do sistema de ensino, com vista a satisfazer as necessidades de mão-de-obra respeitantes às finalidades económicas de longo prazo de Portugal (Teodoro, 2003: 63).

Assim, na década de sessenta, foi produzido, em cooperação com a OCDE, um documento de análise ao sistema educativo português, intitulado *Projecto Regional do Mediterrâneo, Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa* que, articulado com outros estudos realizados pelo Ministério da Educação Nacional, terá encontrado acolhimento no IV Plano de Fomento, originando conseqüentemente uma «*larga expansão de estabelecimentos de ensino superior, acompanhada da sua diversificação*» (Crespo, 1993: 85).

Na organização do sistema escolar, continuam a predominar as estruturas *verticais* que, na generalidade, mantêm os estudantes no mesmo ramo ou linha durante todo o seu percurso escolar, apresentando-se fortemente caracterizados do ponto de vista social. Procura a legislação em vigor facilitar o movimento dos estudantes no sistema, porém, algumas condicionantes limitam esta prática, designadamente: (a)

apenas o ensino primário oficial é gratuito; (b) o valor da propina do ensino secundário público «*relativamente módico*», mas as despesas inerentes à aquisição de material escolar dificultam essa frequência; (c) no ensino secundário, bem como no ensino superior, o número de reduções e isenções de propinas escolares, bem como de bolsas de estudo, é insuficiente «*numa perspectiva de democratização do ensino*», apesar das parecerias com o Ministério das Corporações e algumas fundações particulares, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, colaborarem com o Ministério da Educação Nacional na política de acção social escolar, mediante a concessão de bolsas (Focus, 1964: 80).

Anota Mário Carvalho (1993: 66) que a partir da década de sessenta, se regista um incremento inédito da importância da educação como «*factor de progresso económico, social e cultural*».

No início da década seguinte, através do Decreto-Lei n.º 44 530, de 21 de Agosto de 1962, são criados, por iniciativa do ministro da Educação Nacional e do ministro do Ultramar, «*nas províncias de Angola e de Moçambique os estudos gerais universitários, integrados na Universidade Portuguesa*», sob a tutela daqueles dois ministérios. Devido à sua dinâmica e sucesso (Crespo, 1993: 73), estes Estudos Gerais passam a designar-se Universidade de Luanda e Universidade de Lourenço Marques, a partir de 1968<sup>57</sup>.

Em 1961, é aberta a Faculdade de Letras do Porto, que havia sido encerrada em 1928 e que, até essa data, atingira grande projecção na vida intelectual portuguesa.

Devido à elevação das aspirações sociais e culturais dos portugueses, e à semelhança das movimentações estudantis verificadas um pouco por todo o mundo, também em Portugal se assiste a fortes pressões demográficas e sociais sobre o sistema de ensino, gerando uma crise político-universitária, com profundas críticas a este sistema de ensino.

O Estado manteve-se sempre atento à agitação estudantil nas Universidades, tendo em conta, acima de tudo, que, devido à quase inexistente mobilidade social na sociedade portuguesa de então, os estudantes universitários que provinham, na sua maioria, das classes mais altas, deveriam constituir as futuras elites de Portugal

---

<sup>57</sup> Decreto-Lei n.º 47 790, de 23 de Dezembro de 1968.

(Pimentel, 2007: 305). Apesar de toda a vigilância, exercida desde os primeiros anos do curso e do reforço da tutela, os estabelecimentos de ensino superior constituem palco de eleição para confrontos políticos e oposições ao regime.

Intensificam-se os confrontos entre a comunidade académica e as autoridades policiais. Refira-se, a título de exemplo, que, por altura da comemoração do dia do estudante, se registaram momentos de extrema violência entre estudantes e a polícia, o que leva a Universidade de Lisboa, bem como a Universidade de Coimbra, a entrar em greve. O reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, na sequência destes acontecimentos, demite-se. Muitos estudantes são presos, outros expulsos do ensino superior e outros são enviados para a guerra colonial.

Este clima de acentuada resistência e contestação político-ideológicas vai-se intensificando, culminando com as crises académicas de 1956<sup>58</sup>, 1962, 1964-1965 e de 1969.

Toda esta conjuntura levou a um endurecimento do regime e à exoneração, em 1961, do ministro da Educação Leite Pinto do cargo de Ministro da Educação Nacional.

O período que se segue, até à queda de Salazar, caracteriza-se pela escassez de medidas implementadas no domínio da educação, com algumas excepções, como por exemplo, o alargamento da escolaridade obrigatória de quatro para seis anos a partir do ano lectivo de 1964-1965<sup>59</sup> e a criação do ciclo preparatório do ensino secundário, fundindo num só o 1.º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico<sup>60</sup>. É ainda implementado o sistema de ensino designado por telescola, método utilizado preferencialmente nas zonas rurais.

Volta-se a defender a impossibilidade de ascensão social através do ensino. Num artigo da autoria do próprio ministro, publicado na revista *Escola Portuguesa*<sup>61</sup> pode ler-se:

A ascensão cultural das massas que constitui em si um fenómeno e um desígnio altamente louváveis, pode fazer correr o risco sério de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual. Tem por isso de ser acompanhada e vigiada com as necessárias cautelas para evitar tanto quanto possível esse resultado.

---

<sup>58</sup> Em 1956 tem início a luta contra o «Decreto 40 900», projecto-lei que visava limitar a «autonomia» das associações de estudantes.

<sup>59</sup> Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de Julho de 1964.

<sup>60</sup> Decreto-Lei n.º 47 430, de 2 de Janeiro de 1967.

<sup>61</sup> Escola Portuguesa, n.º 1 285, de Julho de 1964.

A selecção social das elites começava logo nos primeiros anos de ensino. Tal como refere A. Sedas Nunes (1968: 390), do total das crianças que completaram a 4.<sup>a</sup> classe, «houve 33,4% de ingressos, em 1958/59, nos cursos secundários; 23,8% de conclusões do 1.º ciclo liceal ou técnico, em 1959/60; 14,0% de conclusões do 2.º ciclo liceal ou técnico, em 1962/63; 6,8% de conclusões do 3.º ciclo liceal ou de habilitações equivalentes no Ensino Técnico, em 1964/65». Desta forma, apenas um número muito reduzido de jovens conseguia alcançar a Universidade, sendo este conjunto constituído maioritariamente por jovens cujos pais pertenciam aos grupos sócio-profissionais mais elevados socialmente (Gonçalves, 1990:150). Acrescenta ainda que o carácter acentuadamente restritivo e de selectividade social do acesso dos estudantes às Universidades constituía um dos factores mais marcantes do sistema de ensino em Portugal.

De notar que, em 1960, os estudantes se encontravam distribuídos da seguinte forma:

**Tabela n.º 7 – Estrutura educacional da população activa, em 1960**

<i>Nível</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Milhares</i>
<i>Ensino superior</i>	1,2	41,6
<i>Ensino médio</i>	0,4	15,4
<i>Ensino normal primário</i>	0,6	20,5
<i>Ensino secundário completo</i>	4,9	166,3
<i>Ensino secundário (1.º ciclo)</i>	5,8	198,2
<i>Ensino primário</i>	67,2	2.304,2
<i>Analfabetos</i>	19,9	680,8
<b><i>Total</i></b>	<b>100</b>	<b>3.427</b>

Fonte: *Focus: Enciclopédia Internacional*, vol. 4. Sá da Costa Editora. 1964, 80.

O ensino infantil destinava-se a crianças menores de seis anos de idade e era de organização particular, desde 1936, pelo que tinha uma importância diminuta, tendo em conta que, em 1960, na faixa etária dos 3 aos 5 anos apenas uma em cada 100 crianças o frequentava.

Nesta segunda metade do século XX, são criados organismos que funcionam junto das Universidades e que têm como objectivo proporcionar aos estudantes as

condições necessárias para se dedicarem ao estudo e a outras actividades complementares.

Dita o Decreto-Lei n.º 46 667, de 24 de Novembro de 1965, diploma legal que cria o Centro Universitário do Porto, que:

O Centro Universitário do Porto é um organismo que se encontra na dependência directa do reitor da Universidade do Porto e tem por fim colaborar na formação integral dos alunos, proporcionando-lhes boas condições para se consagrarem ao estudo e a outras actividades complementares, dentro de um espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente (art.º 1.º).

No ano seguinte, são criados, pelo Decreto-Lei n.º 47 206, de 16 de Setembro, os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa e pelo Decreto-Lei n.º 47 303, de 7 de Novembro de 1966, os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, cujos fins são análogos aos do Centro Universitário do Porto.

Ainda em 1966, é publicado o Decreto-Lei n.º 46 834, de 11 de Janeiro, que promulga as disposições destinadas a definir os requisitos a que devem obedecer os alojamentos destinados aos estudantes, devendo o Estado proteger e fomentar os *«meios de alojamento estudantil, dando-lhes vantagens, estimulando a criação de meios novos e podendo ele próprio prover essa criação»* (preâmbulo, n.º 2.). Da aplicação do número seguinte, resulta a criação, nas Universidades, de *«centros de alojamento com funções de informação e assistência, relativamente aos meios habitacionais postos à disposição dos estudantes»*.

Neste período registou-se uma crescente procura do ensino superior, tendo frequentado este nível de ensino, no ano lectivo 1964-1965, aproximadamente, mais 125% de estudantes do que em 1950-1951 (Grácio, 1995: 149), encontrando-se a população estudantil distribuída da seguinte forma:

Tabela n.º 8 – População escolar, por tipos de ensino

	1950-1951			1964-1965			Percentagens de aumento		
	Ensino oficial	Ensino particular	Total	Ensino oficial	Ensino particular	Total	Ensino oficial	Ensino particular	Total
<b>1. Infantil</b>	-	1.954	1.954	-	10.350	10.350	-	529,7	529,7
<b>2. Ensino Primário</b>	609.909	54.841	664.750(a)	881.542	73.789	955.331(b)	144,5	134,7	143,7
<b>3. Secundário</b>	..	..	90.615	194.852	101.877	296.729	..	..	327,5
<i>Liceal</i>	21.962	26.523	48.485	59.780	84.877	144.657	272,2	320,0	298,4
<i>Técnico-profissional</i>	30.049	4.328	34.287	132.264	8.065	140.329	440,2	190,3	409,3
<i>Normal</i>	2.349	-	2.349	2.376	792	3.168(c)	101,3	..	134,9
<i>Artístico</i>	..	..	1.415	432	1.048	1.480	..	..	104,6
<i>Eclesiástico</i>	-	4.079	4.079	-	7.095	7.095	-	173,9	173,9
<b>4. Técnico médio</b>	4.331	321	4.652	12.059	1.482	13.541	278,4	461,8	291,1
<b>5. Superior</b>	15.780	-	15.780	29.133	2.442	31.575	184,6	-	200,1
<b>6. Normal superior</b>	80	-	80	540	-	540	676,5	-	676,5
<b>7. Especial</b>	-	-	-	844	-	844	-	-	-

Fonte: Focus (1964: 79).

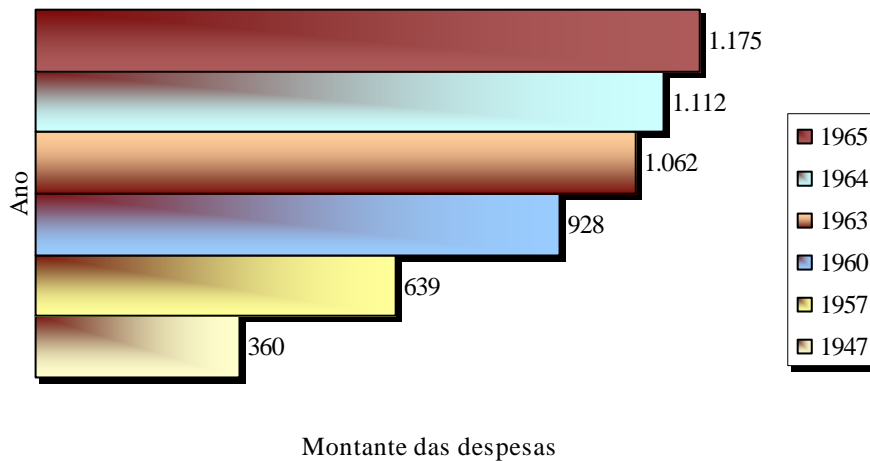
(a) Inclui 21.373 inscritos nas escolas regimentais.

(b) Inclui 61.136 adultos e adolescentes.

(c) Inclui 21 inscritos no magistério de anormais.

De notar ainda que nas últimas décadas deste período se registou um aumento das despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado referentes ao Ministério da Educação Nacional cifrando-se esse valor, em 1947, em 360 milhões de escudos. Em 1957 atingia os 639 milhões de escudos, representando um aumento na ordem dos 78% relativamente ao período anterior. Em 1965, o valor inscrito nesta rubrica cifrava-se em 1.175 milhões de escudos, conforme atestam os dados constantes do gráfico seguinte.

**Gráfico n.º 5 – Montante das despesas públicas com a educação, em milhões de escudos**



Fonte: Focus (1964, 78).

O Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 programa um investimento, para a metrópole (continente e ilhas adjacentes), de 1.038.900 contos para o ensino e investigação<sup>62</sup>, o que representa apenas 3% da despesa, conforme dados constantes da tabela que se segue.

**Tabela n.º 9 – Investimentos programados para a metrópole no período de 1965-1967**

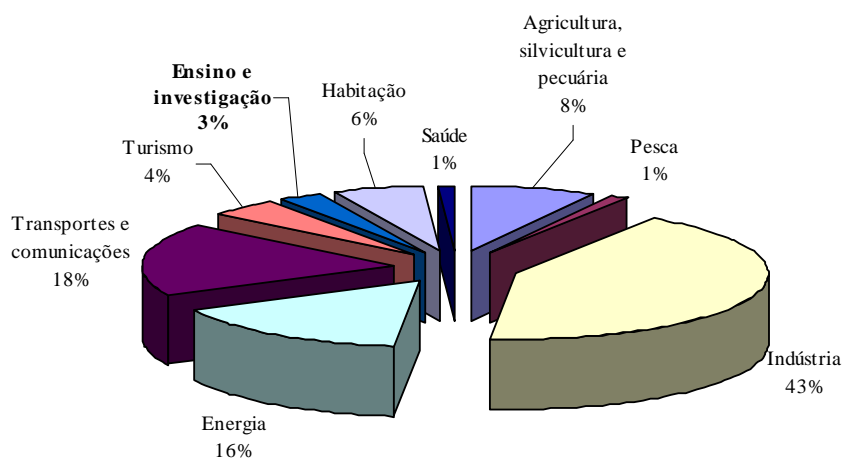
	<i>Designação</i>	<i>Montante (contos)</i>
<i>Capítulo I</i>	Agricultura, silvicultura e pecuária	2.829.000
<i>Capítulo II</i>	Pesca	318.160
<i>Capítulo III</i>	Indústria	14.791.750
<i>Capítulo IV</i>	Energia	5.668.000
<i>Capítulo V</i>	Transportes e comunicações	6.261.024
<i>Capítulo VI</i>	Turismo	1.504.000
<i>Capítulo VII</i>	Ensino e investigação	1.038.900
<i>Capítulo VIII</i>	Habitação	1.998.350
<i>Capítulo IX</i>	Saúde	379.800
<i>Total</i>		<b>34.788.984</b>

Fonte: Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, p. 20.

<sup>62</sup> Ensino e investigação entende-se, aqui, em sentido lato, ou seja, por «ensino» entende-se o «conjunto das actividades que visam contribuir para a formação e desenvolvimento das personalidades, nos seus vários aspectos, desde o intelectual ao físico». Por «investigação» entende-se o «complexo das actividades que têm por fim fazer progredir a ciência e a técnica, ou sejam, respectivamente, os conhecimentos desinteressados e os conhecimentos aplicados a fins práticos» (Plano Intercalar de Fomento, 1964: 445).

O gráfico que se apresenta de seguida evidencia a forma como estes montantes foram distribuídos pelos diferentes capítulos.

Gráfico n.º 6 – Investimentos programados para a metrópole no período de 1965-1967



Fonte: Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, p. 20.

Refere-se ainda naquele Plano Intercalar de Fomento (1964: 20) que o montante indicado no capítulo do «*Ensino e Investigação*» representa apenas uma pequena percentagem do «*esforço financeiro*» que o Estado realiza neste sector, tendo em conta que o «*dispêndio anual feito pelo Estado*» é superior a 1.600.000 contos.

Desta forma, pode ser feito o seguinte desdobramento no que respeita aos investimentos prioritários programados para o sector em análise para o período de 1965-1967:

**Tabela n.º 10 – Investimentos programados no período de 1965-1967, desagregação da despesa**

<i>Investimentos</i>	<i>Montante (contos)</i>
<i>Fomento extraordinário de actividades pedagógicas, culturais e científicas</i>	100.000
<i>Instalações</i>	585.000
<i>Ensino primário</i>	240.000
<i>Ensino liceal</i>	100.000
<i>Ensino técnico</i>	140.000
<i>Ensino superior</i>	90.000
<i>Residências de estudantes</i>	15.000
<i>Apetrechamento extraordinário</i>	70.000
<i>Investigação aplicada</i>	119.000
<i>Construção civil</i>	18.000
<i>Fomento industrial</i>	40.000
<i>Fomento mineiro</i>	21.000
<i>Fomento agrícola</i>	18.000
<i>Publicação de cartas de ordenamento agrário</i>	6.000
<i>Fomento florestal e piscícola</i>	9.000
<i>Fomento pecuário</i>	7.000
<i>Formação profissional</i>	164.900
<b><i>Total</i></b>	<b><i>1.038.900</i></b>

Fonte: Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, p. 466.

Como se poderá constatar, o «*apetrechamento extraordinário*» constitui a rubrica sob a qual recai o menor montante (70.000 contos), seguida do *fomento extraordinário de actividades pedagógicas, culturais e científicas* (100.000 contos) e da *investigação aplicada* (119.000 contos). O montante mais significativo (585.000 contos) destina-se a *instalações* dos quais apenas 15% se destina ao *ensino superior* e 2,6% a *residências de estudantes*. Os restantes 164.900 contos destinam-se a *formação profissional*.

### 3.4. 1968-1974 – Na mira da mudança

No arco temporal que aqui delimitámos, de apenas seis anos, considerámos ser possível identificar duas concepções de políticas assentando em significativas diferenças ideológicas, pelo que efectuámos a sua subdivisão em duas etapas: uma primeira etapa que se restringe ao período em que José Hermano Saraiva geriu a pasta da Educação Nacional (1968-1970) e uma segunda correspondente ao momento

temporal da governação do ministro da Educação Nacional José Veiga Simão (1970-1974), que passaremos a desenvolver.

### **3.4.1. O eco da crise**

José Hermano Saraiva<sup>63</sup>, designado ainda durante a governação de Salazar como ministro da Educação Nacional (19 de Setembro de 1968), manteve a gestão desta pasta após a tomada de posse de Marcelo Caetano.

Durante este período, começam a sentir-se algumas repercussões do estudo impulsionado, na década de cinquenta, pelo então Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto.

No último ano em que José Hermano Saraiva geriu a pasta da Educação Nacional, foram atribuídas, na totalidade, 9.122 bolsas de estudo, destinando-se 6.092 a estudantes do ensino secundário e as restantes 3.030 a estudantes a frequentar o ensino superior, conforme informação constante da tabela que se segue.

---

<sup>63</sup> José Hermano Saraiva foi o primeiro, e único, ministro da Educação Nacional que, durante o Estado Novo, proveio do meio liceal.

Tabela n.º 11 – Bolsas de estudo e prorrogações concedidas, por ramos de trabalho ou de ensino, em 1969

Ramos de trabalho ou de ensino	Bolsas (novas e renovadas)																		Prorrogações			
	Total		Por sexo		Pela qualidade do bolsheiro				Pelo local do estágio			Pela duração (concessões expressas em meses)				Importâncias atribuídas (em 1.000 ESC.)			Importâncias atribuídas (em 1.000 Esc.)			
	Das quais renovadas	M	F	Estu-dantes	Não estudantes		Estu-dantes	Diplomados e Outros	País	Estran-geiro	Até 3 meses	4-6	7-9	10-12	País (a)		Estran-geiro	Número	País (a)		Estran-geiro	
					Diplo-mados	Outros									Estu-dantes	Não estudantes: Diplomados e outros			Estuda-ntes	Não estudantes: Diplomados e outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
<b>Total</b>	<b>9.122</b>	<b>3.289</b>	<b>5.124</b>	<b>3.998</b>	<b>8.080</b>	<b>852</b>	<b>190</b>	<b>8.080</b>	<b>729</b>	<b>313</b>	<b>201</b>	<b>101</b>	<b>469</b>	<b>8.351</b>	<b>42.700</b>	<b>42.254</b>	<b>21.294</b>	<b>131</b>	<b>469</b>	<b>623</b>	<b>1.685</b>	
<b>Nível secundário</b>	<b>6.092</b>	<b>2.487</b>	<b>3.284</b>	<b>2.808</b>	<b>5.915</b>	<b>23</b>	<b>154</b>	<b>5.915</b>	<b>175</b>	<b>2</b>	<b>39</b>	<b>23</b>	<b>327</b>	<b>5.703</b>	<b>23.645</b>	<b>774</b>	<b>59</b>	<b>31</b>	<b>189</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	
Ciclo preparatório	361	139	231	130	361	..	..	361	..	..	2	2	81	276	829	..	..	..	..	..	..	
Liceal	2.447	1.164	1.220	1.227	2.312	..	135	2.312	135	..	9	6	83	2.349	7.980	405	..	..	..	..	..	
Técnico profissional:																						
Comercial e industrial	2.158	671	1.440	718	2.152	2	4	2.152	6	..	17	9	40	2.092	8.362	24	..	..	..	..	..	
Agrícola	165	115	151	14	165	..	..	165	..	..	9	2	103	51	751	..	..	..	..	..	..	
Enfermagem	399	148	22	377	379	20	..	379	19	1	1	2	..	396	2.979	300	20	..	..	..	..	
Serviço social	65	31	1	64	65	..	..	65	..	..	..	2	3	60	494	..	..	..	13	14	..	
Artístico (música e teatro)	77	27	37	40	76	1	..	76	..	1	..	..	..	77	711	..	39	18	175	..	..	
Eclesiástico (preparatório)	169	108	169	..	169	..	..	169	..	..	..	..	..	169	495	..	..	..	..	..	..	
Normal:																						
Magistério infantil	9	5	..	9	9	..	..	9	..	..	1	..	2	6	73	..	..	..	..	..	..	
Magistério primário	224	23	11	213	209	..	15	209	15	..	..	..	15	209	686	45	..	..	..	..	..	
Escolas de educação física	18	6	2	16	18	..	..	18	..	..	..	..	..	18	185	..	..	..	..	..	..	
<b>Nível superior</b>	<b>3.030</b>	<b>852</b>	<b>1.840</b>	<b>1.190</b>	<b>2.165</b>	<b>829</b>	<b>36</b>	<b>2.165</b>	<b>554</b>	<b>311</b>	<b>162</b>	<b>78</b>	<b>142</b>	<b>2.648</b>	<b>19.155</b>	<b>13.480</b>	<b>21.235</b>	<b>100</b>	<b>280</b>	<b>623</b>	<b>1.685</b>	
Letras	640	196	285	355	503	137	..	503	94	43	19	6	23	592	3.567	1.828	2.383	6	..	15	150	
Belas-Artes	176	61	97	79	89	51	36	89	25	62	19	9	29	119	917	409	4.158	26	56	46	685	
Direito	193	51	157	36	175	18	..	175	5	13	15	..	5	173	1.607	169	347	3	..	46	..	
Ciências sociais	377	131	202	175	357	20	..	357	10	10	16	1	7	353	3.037	168	559	1	..	..	76	
Ciências exactas e naturais	508	63	297	211	161	347	..	161	248	99	40	23	31	414	1.899	7.529	7.916	19	18	250	265	
Engenharia	411	128	351	60	365	46	..	365	14	32	13	5	5	388	3.710	254	2.435	7	52	17	65	
Ciências relativas à medicina	594	193	367	227	437	157	..	437	122	35	31	20	16	527	3.657	2.651	2.184	24	88	160	294	
Agricultura	68	17	54	14	43	25	..	43	12	13	8	12	1	47	474	297	936	13	66	89	136	
Militar	3	1	3	..	3	..	..	3	..	..	..	..	..	3	19	..	..	..	..	..	..	
Náutico	1	1	1	..	1	..	..	1	..	..	..	..	..	1	3	..	..	..	..	..	..	
Normal:																						
Instituto Nacional de Educação Física	31	6	13	18	31	..	..	31	..	..	..	..	..	31	265	..	..	..	..	..	..	
Magistério secundário (liceal e técnico)	28	4	13	15	..	28	..	..	24	4	1	2	25	..	..	175	317	1	..	..	14	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas das Finanças Públicas: Continente e Ilhas Adjacentes.*

(a) Local de estágio.

(b) Inclui os cursos feitos de e de agentes rurais (escolas práticas de agricultura).

(c) Inclui os cursos de enfermagem com excepção dos das Escolas Técnicas de Enfermeiras e de Reabilitação (ensino superior).

Das 6.092 bolsas destinadas aos estudantes a frequentar o ensino secundário, uma proporção de 5,9% foi atribuída a estudantes do ciclo preparatório; 40,2% a estudantes do ensino liceal; 45,8% a estudantes do ensino técnico-profissional e os restantes 8,2% distribuídos por estudantes a frequentar os ensinos artístico (1,3%), eclesiástico – preparatório (2,8%) e normal (4,1%).

Este período caracteriza-se ainda pela ocorrência de graves problemas a nível da academia. Vive-se sob um «*clima de descompressão política controlada*», propício à afirmação de movimentos sociais que punham em causa o regime (Grácio, 1996: 408)<sup>64</sup>.

Em diversas instituições de ensino superior, registam-se violentos confrontos entre estudantes e a polícia de choque, designadamente no Instituto Superior Técnico de Lisboa, na Faculdade de Direito de Lisboa, na Universidade do Porto, na Universidade de Coimbra e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas.

Os estudantes da academia entram em greve, reivindicando uma reforma total do ensino.

As autoridades continuam a reagir com violência e muitos estudantes são proibidos de continuar a frequentar a Universidade, sendo alguns compulsivamente enviados para Angola, ou forçados a incorporar o serviço militar, sendo também instaurados diversos processos disciplinares. Todavia, a reacção da academia de Coimbra leva a que os processos disciplinares sejam arquivados e os estudantes desmobilizados, mas a entrada em vigor de um novo decreto que determina a presença de vigilantes políticos no interior da Universidade leva ao prolongamento da crise.

Quando são chamados a cumprir o serviço militar, estes estudantes ou desertam ou procuram politizar os quartéis, fruto da sua experiência reflexiva, debates políticos e de questionar as orientações recebidas.

A crise académica de Coimbra indiciava a premente necessidade de remodelação da política educacional. O ministro da Educação Nacional José Hermano Saraiva é demitido e empossado o novo ministro José Veiga Simão.

### **3.4.2. O despontar da democratização**

José Veiga Simão, Professor de Engenharia da Faculdade de Ciências de Coimbra, assume a gestão da pasta da Educação Nacional, em 15 de Janeiro de 1970, na sequência do convite de Marcelo Caetano para integrar uma equipa constituída com o objectivo de reorganizar a vida nacional.

---

<sup>64</sup> Muitos destes actores vieram, posteriormente, a ocupar posições de destaque na vida política e cultural do País.

Nessa altura, começam-se a reflectir já os efeitos das políticas de acesso generalizado à educação, aplicadas a partir de 1964, com a criação da 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes, seguidas do ciclo preparatório e do ciclo preparatório do ensino secundário (CPES) e de uma significativa expansão da rede escolar.

A tabela que se segue reflecte a estrutura educacional no ano em que José Veiga Simão toma posse como ministro da Educação Nacional.

**Tabela n.º 12 – Escolaridade primária, secundária e superior – ano lectivo de 1969–1970**

Ano	(1)	(2)	% de 2/1	(3)	% de 3/2
	Ensino primário	Ensino secundário (Inclui preparatório)		Ensino superior	
1969-1970	990.000	401.000	40,5	46.000	11,5

Fontes: *Estatísticas de Educação*, 1975. M.E.I.C., Lisboa, in Pires; Fernandes e Formosinho (1991: 210).

Refere A. Sedas Nunes (1968: 303-309) que, no final da década de sessenta, o número de jovens entre os 20 e os 24 anos que frequentavam o ensino superior coloca Portugal ao nível dos países mais subdesenvolvidos, abaixo não só de todos os actuais parceiros da União (excepto o Luxemburgo, que não constava da listagem apresentada), mas também de vários países da América Latina.

Segundo Agostinho Monteiro (s.d: 159), a rendibilidade escolar era diminuta, registando-se, em 1970-1971, 37,5% de reprovações na primeira classe; 25.548 estudantes na quarta classe com mais de 13 anos; 47% de reprovações no ensino técnico e 92% no ensino superior<sup>65</sup>.

Na tabela que se segue apresenta-se o número de estudantes que concluíram o curso de ensino superior em três anos lectivos distintos.

<sup>65</sup> Alfredo Monteiro (s.d.: 159) alude a um cálculo efectuado no período 1967/1968 – 1971/1972 (ano de entrada, ano de saída) que revela um aproveitamento, no ensino superior, de cerca de 8%.

Tabela n.º 13 – Ensino superior público

Anos lectivos	Estudantes matriculados	Número de conclusões
1960-1961	21.927	1.689
1965-1966	31.414	2.007
1970-1971	46.172	2.654

Fonte: Ministério da Educação, Secretaria Geral, Divisão de Estatística, *Evolução do Sistema de Ensino*, in António Barreto (1996: 93).

No ano lectivo 1963-1964 os estudantes universitários provinham de famílias com os seguintes níveis de instrução:

Tabela n.º 14 – Estudantes universitários segundo o nível de instrução dos pais (1963-1964)

Níveis de instrução	População activa masculina	Estudantes universitários
<i>Sem instrução</i>	57,9%	2,7%
<i>Instrução primária</i>	37,0%	32,5%
<i>Instrução secundária ou média</i>	3,9%	36,1%
<i>Instrução superior</i>	1,2%	27,5%
<i>Ignorado</i>	-	1,2%
<i>Total</i>	<i>100,0%</i>	<i>100,0%</i>

Fontes: OCDE (1975) e A. Sedas Nunes (1970).

O ensino superior é o nível de ensino que envolve a mais alta despesa por aluno<sup>66</sup>, abrangendo, não obstante, uma reduzida percentagem da população, proveniente, na generalidade, dos escalões mais elevados da sociedade (Monteiro, s.d.: 159).

No mesmo ano lectivo, havia, a nível nacional, 1.616 cantinas das quais beneficiavam cerca de 13% dos estudantes matriculados (124.396), disponíveis em apenas 10% dos estabelecimentos oficiais de ensino primário.

A ausência de uma rede de transportes ajustada às necessidades dos estudantes obriga muitas crianças a percorrer longas distâncias para frequentar a escola ou a sujeitar-se a horários de transporte que as levam a despender muito tempo (*idem*: 160).

<sup>66</sup> Alfredo Monteiro (s.d.: 160) faz referência a um outro estudo que evidencia que durante o ano financeiro de 1974 cada membro da população activa portuguesa despendeu acima de 300\$00 com o ensino superior, tendo cada estudante custado ao Estado, em média, mais de 22 contos.

De notar ainda que 84% dos estudantes a frequentar as escolas técnicas provém de famílias pertencentes às camadas inferiores-alta e inferiores-baixa. Por outro lado, 70% dos estudantes matriculados nos colégios advém de famílias situadas nas camadas superior e média (*idem*: 161).

Regista-se, ainda, uma acentuada rigidez horizontal e vertical, contribuindo para a estratificação escolar e, conseqüentemente, para a estratificação económico-social.

É neste quadro geral que o ministro da Educação Nacional José Veiga Simão propõe a reforma global do sistema educativo português<sup>67</sup> que considera como possível solução para a acentuada crise que em seu entender era de natureza espiritual: «*e porque esta sociedade se tornou menos humana e menos humanista, mais volvida para a matéria do que para o espírito, entrou em profunda crise*» (Simão, 1970: 125).

Esta proposta de reforma teve consagração legal com a entrada em vigor da Lei n.º 5/73, de 25 de Julho<sup>68</sup>, ficando conhecida como *Reforma Veiga Simão*. Esta Lei representa o culminar de um amplo processo, iniciado em 1971, de divulgação e submissão a discussão pública de dois projectos de reforma, designados, respectivamente, por *Projecto do Sistema Escolar* e por *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*.

Esta reforma, sob o lema «*Um Homem mais Culto é um Homem mais Livre*», fomenta a institucionalização da educação pré-escolar<sup>69</sup>, até aí inexistente, o prolongamento da escolaridade obrigatória de seis para oito anos; a polivalência do ensino secundário e o acréscimo de um ano na sua duração, bem como a expansão e diversificação do ensino superior. Impulsiona ainda a criação de cursos de pós-graduação, a extinção dos regentes escolares e a requalificação nas Escolas do Magistério Primário.

Consagra aquela Lei o «*princípio da democratização do ensino*»<sup>70</sup>. Estabelece que a educação é para todos «*sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um*» (Capítulo I, Base II, alínea a); torna efectiva a

<sup>67</sup> Sobre a *Reforma Veiga Simão* e as diversas interpretações, consulte-se, em especial, Stephen R. Stoer, *op. cit.*, pp. 71 ss.

<sup>68</sup> A Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, define as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.

<sup>69</sup> Apesar de a *Reforma Veiga Simão* fomentar o ensino pré-escolar, referem João Formosinho, António Sousa Fernandes e Fernando Ilídio Ferreira (2005: 36) que a formação de educadores de crianças foi considerada durante vários anos uma «*tarefa de menor relevância na economia da política educativa*».

<sup>70</sup> Anota Rui Grácio (1973: 17) que a democratização não deve «*confundir-se com a sua generalização, ou reduzir-se a ela*». Acrescenta que a mera generalização do acesso ao ensino pode contribuir para «*reforçar privilégios sociais*», com os quais a democratização não se compadece.

obrigatoriedade da educação básica, prevê a expansão e diversificação do ensino superior e procura «conceder facilidades que permitam às famílias instruir e educar os filhos» (Carreira, 1996b: 442).

Determina também a reestruturação da Junta Nacional da Educação, do Instituto de Acção Social Escolar e do Instituto de Alta Cultura, limitando-o à investigação científica no âmbito do ensino superior; a concentração das funções pedagógicas e disciplinares em três Direcções-Gerais a do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior; a criação da Inspecção-Geral da Administração Escolar e reorganização da Mocidade Portuguesa masculina e feminina.

Assiste-se, igualmente, a um segundo momento significativo de expansão e diversificação da rede de ensino superior em Portugal<sup>71</sup> – o primeiro ocorrera em 1911, com a criação da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto –, agora sob a forma de uma estrutura dual<sup>72</sup> em que coexistem o ensino universitário e o ensino politécnico (Simão, 2003b: 188), para além das Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados, conferindo as Universidades o grau de licenciado e doutor e as restantes instituições o grau de licenciado, pondo assim cobro à superlotação dos três pólos universitários existentes, referenciada por A. Sedas Nunes (1968).

Em 11 de Agosto, é publicado o Decreto-Lei n.º 402/73 que cria a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Minho e o Instituto Universitário de Évora. São ainda criados o Instituto Politécnico da Covilhã, o Instituto Politécnico de Faro, o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Setúbal, o Instituto Politécnico de Tomar e o Instituto Politécnico de Vila Real. Cria também aquele diploma legal as Escolas Normais Superiores de Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu.

De notar ainda que as novas universidades gozam de autonomia científica, pedagógica, patrimonial, administrativa e financeira.

Porém, a designada *Reforma Veiga Simão* tem início anos antes da publicação daquela Lei, com a divulgação para discussão pública, em 1971, do documento programático contendo as linhas gerais da reforma do ensino superior. O ministro da

---

<sup>71</sup> Em 1971, é fundada, ao abrigo da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, a primeira Universidade Portuguesa, não dependente do Estado: Universidade Católica Portuguesa.

<sup>72</sup> Esta diversificação da estrutura do sistema de ensino superior começou a emergir em quase todos os países nos anos sessenta, altura em que, no Reino Unido formam fundados os *polytechnics*, em França os *institutes universitaires de technologie* e na Alemanha os *Fachhochschulen* (Teichler, 2004: 6).

Educação Nacional considerou imprescindível para prossecução dos seus projectos que tivesse lugar uma reforma global das estruturas e dos serviços do Ministério da Educação Nacional e particularmente da sua administração central, tendo sido promulgada a lei de bases em 27 de Setembro de 1971, já depois da apresentação pública dos projectos supra referidos. Constitui um Conselho Nacional do Ensino Superior, com representantes das instituições daquele nível de ensino e de outros sectores da vida nacional. Os órgãos de gestão das universidades são alterados e a autonomia universitária consolidada, fruindo a universidade de personalidade jurídica de direito público e património próprio (Simão, 2003a: 26).

O Ministro da Educação Nacional mobilizou diversos meios para concretizar as reformas, nomeadamente a reestruturação dos serviços centrais (novas leis orgânicas) do Ministério, dinamização e promoção de estudos técnicos, apoiados pela OCDE, reforço significativo dos meios financeiros, para além da já referida consulta à opinião pública (Grácio, 1996: 371).

Em 1973, o Decreto-Lei n.º 418/73, de 21 de Agosto, veio reafirmar que o montante anual de propinas correspondia a 1.200\$00, valor fixado em 1941 pelo Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro.

A 16 de Abril de 1974, é aprovado pelo Ministro da Educação Nacional, o «*Projecto de Decreto-Lei Orientador do Ensino Superior*», que define o novo regime jurídico para as universidades, às quais são concedidas amplas autonomias. Estabelece ainda aquele Projecto de Decreto-Lei novos modelos para o governo das universidades.

Reserva seis artigos à acção social escolar, tendo esta como objectivo «*proporcionar os auxílios materiais necessários para os estudos dos alunos que de tal necessitem, contribuindo para a eliminação de discriminações sociais ou económicas no acesso e na frequência dos estabelecimentos de ensino superior*» (artigo 121.º).

Refere ainda aquele Projecto que a acção social escolar pode ter lugar através da atribuição de subsídios, bolsas de estudo, empréstimos e isenções ou reduções de propinas e que se completa através da prestação de diversos serviços aos estudantes, nomeadamente nos domínios da «*saúde escolar, alojamento, alimentação, material didáctico, informação e procuradoria, seguros escolares, serviço de emprego e assistência materno-infantil*» (artigo 123.º).

Regista-se também durante este período a Revisão Constitucional de 1971, consagrada pela Lei n.º 3/71, de 16 de Agosto que altera, entre outros, o artigo 43.º artigo da Constituição Política Portuguesa de 1933, que passa a ter a seguinte redacção:

*O Estado procurará assegurar a todos os cidadãos o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos, e manterá oficialmente estabelecimentos de ensino, de investigação e de cultura. § 1.º O ensino básico é obrigatório.*

Pretende-se com este princípio constitucional que todos os portugueses disponham das condições necessárias «*para o florescer da sua inteligência, única forma de vir a ocupar na sociedade a posição que lhe compete, contribuindo para um desenvolvimento cada vez mais rápido e harmónico do País*» (Simão, 1972: 6).

No período de 1970-1974, foram implementadas, a todos os níveis, novas metodologias de ensino, novos currículos escolares e novos cursos, tendo-se assistido a um aumento significativo do ensino secundário e à diversificação e expansão do ensino superior<sup>73</sup>. Foram ainda adoptadas medidas estruturantes nos domínios da ciência e investigação científica, cultura, acção social escolar, juventude e desporto.

Foi também aprovado o IV Plano de Fomento para o quinquénio 1974-1979, associado ao Plano de Desenvolvimento da Educação de Formação, com diversos programas, procurando a qualificação dos portugueses, o combate às assimetrias individuais, sociais e regionais, a promoção da criatividade e difusão cultural e desportiva, o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica e a formação de professores e outros agentes educativos.

Nestas duas últimas décadas em que Portugal esteve sob o regime ditatorial, registou-se um aumento da frequência do ensino, conforme se pode aferir da análise da tabela que se segue.

---

<sup>73</sup> Decreto-Lei n.º 264/72, de 31 de Julho.

**Tabela n.º 15 – Educação em Portugal – 1960-1974**

Anos Lectivos	Totais	Infantil	Primário /básico	Secundário	Superior	Normal <sup>(1)</sup>
1960-1961	1.080.822	-	910.261 <sup>(2)</sup>	144.753	21.665	4.153
1969-1970	1.173.416	-	953.014 <sup>(3)</sup>	173.894	46.019	6.404
1973-1974	1.431.281	3.625	1.097.431 <sup>(3)</sup>	267.688	54.878	7.679

Fonte: INE em <http://inenetW02.ine.pt:biblioteca/logon.do>.

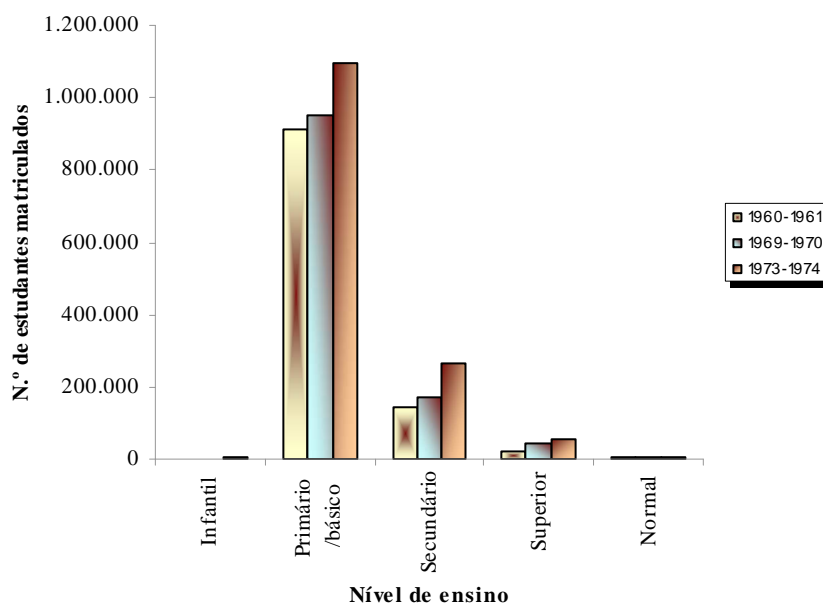
(1) O ensino normal abrangia, segundo a terminologia do INE, o Magistério infantil, o Magistério primário, o Magistério secundário, o Magistério de anormais e o Instituto Nacional de Educação Física.

(2) Refere-se exclusivamente a alunos do ensino primário.

(3) Inclui os alunos do ciclo complementar.

Para evidenciar esta evolução poder-se-á atentar no gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 7 – Educação em Portugal – 1960-1974**



Fonte: INE em <http://inenetW02.ine.pt:biblioteca/logon.do>.

Saliente-se ainda que no período em que José Veiga Simão geriu a pasta da Educação Nacional se registou, quando comparado com o período anterior, um aumento de 22,0% de estudantes matriculados no ensino oficial e de 19,3% de inscritos no ensino superior oficial, ou seja, em 1970, havia 125.130 residentes com cursos superiores (a

frequentar, grau completo ou incompleto), representando, portanto, 1,5% da população residente.

Em 1973, a taxa de analfabetismo na população com mais de 14 anos era de 30%, registando-se diferenças significativas à medida que subia o escalão etário.

Anota Jorge Arroiteia (1991) que a situação do ensino superior na década de setenta tem um significado importante, tendo em conta que são evidentes as diferenças sociais decorrentes das disparidades na repartição dos proveitos do crescimento económico.

De notar ainda que a população estudantil, no final deste período, se encontrava distribuída da seguinte forma:

**Tabela n.º 16 – Estudantes matriculados, em milhares, por graus, ramos e modalidades de ensino**

<i>Graus, ramos e modalidades do ensino</i>	<i>1972-1973</i>		<b>Total</b>
	<b>Ensino oficial</b>	<b>Ensino particular</b>	
<b>1. Infantil</b>	-	19,0	19,0
<b>2. Básico</b>	1.077,9	95,7	1.173,50
<i>Primário</i>	913,7	57,1	970,7
<i>Preparatório</i>	164,2	38,6	202,8
<b>3. Secundário</b>	245,1	33,2	333,3(a)
<i>Liceal</i>	99,5	79,0	178,5
<i>Profissional</i>	145,6	9,2	154,8
<b>5. Superior</b>	52,3	0,6	52,9
<i>Universitário</i>	47,7	-	47,7
<i>Não-Universitário</i>	4,6	0,6	5,2
<b>6. Normal</b>	5,9	0,8	6,8
<b>7. Magistério Infantil</b>	-	0,6	0,6
<i>Primário</i>	4,6	0,2	4,8
<i>Preparatório</i>	0,5	-	0,5
<i>Secundário</i>	0,8	-	0,8
<i>Especial</i>	0,02	-	0,02
<b>8. Religioso</b>	-	6,3	6,3
<b>9. Artístico</b>	1,6	1,9	3,5
<b>Total</b>	<b>1.332,80</b>	<b>212,5</b>	<b>1.595,3</b>

Fontes: Estatísticas da Educação, *in* Rui Grácio (1996: 210).

(a) Inclui também o ensino ministrado nos institutos industriais, institutos comerciais e escolas de regentes agrícolas.

Os estudantes do ensino superior encontravam-se, em 1973, repartidos pelas quatro universidades então existentes: Universidade de Coimbra, Universidade de

Lisboa, Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa, conforme informação que se segue.

**Tabela n.º 17 – Estudantes do ensino superior, por Universidade (1970-1971)**

	<i>Estudantes</i>	
	<i>Número</i>	<i>%</i>
<i>Universidade de Coimbra</i>	7.864	15,9
<i>Universidade de Lisboa</i>	18.202	36,8
<i>Universidade do Porto</i>	11.030	22,3
<i>Universidade Técnica de Lisboa</i>	12.365	25,0
<b>Total</b>	<b>46.461</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: OCDE (1975).

A percentagem do Produto Nacional Bruto aplicada na educação era das menos representativas a nível da OCDE, situando-se, por exemplo, em 1970, em 2,97% desse produto. Segundo Agostinho Monteiro (s.d.: 158), a despesa pública com a educação por estudante e por mês cifrava-se em 23\$00.

A percentagem da despesa pública total com a educação atingiu, em 1972, aproximadamente 11% da despesa pública total, sendo notório um ligeiro decréscimo nos dois anos subsequentes, de acordo com os dados constantes da tabela que se segue.

**Tabela n.º 18 – Despesa pública com a educação – 1972-1974**

Ano	Despesa pública com a Educação			
	Milhares de contos, preços correntes	Milhares de contos, preços correntes de 1990	Em percentagem do PIB	Em percentagem da Despesa Pública Total
1972	4.470,50	90.538,40	1,90	10,94
1973	4.958,30	91.753,70	1,73	10,14
1974	6.095,70	94.877,20	1,77	9,61

Fonte: Conta Geral do Estado; PIB, Banco de Portugal, in António Barreto (1996: 99).

Procurando fazer o balanço relativamente ao período anterior, o Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão (1973: 371) refere que, em 1968 se havia iniciado o ciclo preparatório com 136 escolas e, em 1972, havia 316; foram criados 280 postos oficiais da Telescola, a funcionar com 614 turmas, não existindo qualquer estabelecimento anterior a 1970; no ensino liceal passou-se de 84 para 143

estabelecimentos; no ensino técnico, de 96 para 151; e, no magistério primário, de 16 para 24.

Portugal chega, assim, ao fim do período ditatorial com uma formação social característica de um capitalismo marcadamente subalterno relativamente a interesses supranacionais, com acentuadas dependências de tecnologia de mercado comercial e financeiro, bem como de exportação de mão-de-obra (Grácio, 1981: 138).

Chegado o 25 de Abril de 1974, o ministro demissionário, foi convidado pelo General António de Spínola<sup>74</sup> para colaborar na elaboração do Programa do I Governo provisório, tendo procurado, como sublinha António Teodoro (2004: 183), no plano específico da política educativa, assegurar o «*desenvolvimento da reforma educativa*», projectada até 1979 e agora descontinuada (Simão, s.d: 3). Neste domínio, estabelece o (co) autor do Programa, José Veiga Simão, como linhas orientadoras, de acordo com o Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio:

*(a) Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais; (b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa; (c) Criação de um sistema nacional de educação permanente; (d) [...] (e) Ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades; (f) Criação de esquemas de participação de docentes, estudantes, famílias e outros sectores interessados na reforma educativa, visando, em especial, a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho; (g) [...].*

José Veiga Simão vai, ainda, definir a estrutura da equipa ministerial com a criação da Secretaria de Reforma Educativa e a indicação de Proste da Fonseca para a Secretaria de Estado da Administração Escolar (Teodoro, 2004: 184).

Porém, conforme anota Carlos Estêvão (2004: 210), a gestão democrática na sua «fase revolucionária» assentou num grande dinamismo em muitas escolas do país, originando acentuadas «*convulsões e fracturas internas*», procurando a destruição das estruturas do antigo regime e uma mais profunda e inadiável democratização da sociedade civil e da educação.

---

<sup>74</sup> António Sebastião Ribeiro de Spínola, político e militar português, foi o primeiro Presidente da República Portuguesa após o golpe do 25 de Abril de 1974.

### 3.5. Conclusão

Com a implantação da II República, corporativa, a educação perde o carácter humanístico que havia recebido durante a I República. Não significa, porém, que o «*sistema educativo do Estado Novo não se tenha preocupado com a formação de professores. Fê-lo foi excessivamente com uma visão tecnicista e didáctica – positivista*» (Vieira, 1999b).

O Estado incentiva a família e a Igreja católica, bem como o sector privado a colaborar ao nível do ensino público, assistindo-se, não obstante, a um reforço da centralização administrativa.

Neste período, registou-se um progressivo aumento da escolaridade obrigatória, passando esta obrigatoriedade de três anos – entre 1930 e 1956 – para quatro anos, a partir de 1956, para os rapazes, e, a partir de 1960, para as raparigas; para seis anos a partir de 1964 e de oito anos, já na década de setenta, com a *Reforma Veiga Simão*.

Procurou-se ainda criar um subsistema não universitário de vocação profissional e diversificado regionalmente que proporcionasse à grande massa dos estudantes uma formação profissional que permitisse manter a Universidade como local de formação de uma elite.

Nas universidades é feita uma primeira selecção aos estudantes que aí ingressam, através do ensino, nos primeiros anos, de algumas cadeiras de maior grau de exigência. Decorrido este período, as «*elites sobreviventes*» iniciam uma nova fase, de ingerência de conhecimentos, recorrendo-se à repetição fiel da teoria explanada nas aulas, não sendo estimuladas, por conseguinte, determinadas capacidades, designadamente a capacidade para resolver situações novas, ler, analisar, comentar ou decidir.

O ensino superior manteve-se, até ao início da década de setenta, cientificamente desvalorizado, caracterizando-se por uma dimensão diminuta e pelo seu desajustamento face às necessidades de desenvolvimento económico e social do País. A *Reforma Veiga Simão* procura dar resposta à necessidade de expansão e diversificação do ensino superior, visando a massificação do ensino, optando por um modelo do tipo binário (universitário, politécnico).

No final do longo período ditatorial em estudo, o ensino superior em Portugal reflecte ainda a estrutura elitista da sociedade, com fortes restrições no acesso à universidade e um reduzido número de estudantes a frequentar este nível de ensino.

De notar ainda que o número de estudantes a frequentar este nível de ensino não parou de aumentar desde 1930 a 1974, passando de sete mil para 58 mil estudantes, respectivamente, não deixando, contudo, de representar uma diminuta percentagem da população.

Apesar de todas as dificuldades indicadas ao longo destes capítulos, o crescimento da população estudantil tem sido uma constante desde o início do Estado Novo, registando-se uma ligeira variação das taxas de crescimento quinquenais, entre os 8,3% e os 16,8%, constituindo, não obstante, a década de cinquenta uma excepção, tendo em conta o significativo aumento do número de matrículas.

De acordo com a letra e o espírito constitucionais e outra legislação aplicável, o Estado Novo entrega a acção social escolar, bem como a assistência social e sanitária, na generalidade, às instituições particulares de assistência e às famílias, assumindo uma função meramente supletiva ou subsidiária e tutelar.

Os apoios sociais, nomeadamente alimentação, alojamento e bolsas de estudo abrangem apenas uma pequena percentagem dos estudantes. São concedidas reduções e isenções de propinas escolares, bem como de bolsas de estudo, mas que, até ao final do regime ditatorial, se revelam escassas num panorama de democratização do ensino.

A concessão destes benefícios sociais surge, até ao início, da década de setenta associada ao mérito dos estudantes. A *Reforma Veiga Simão* define novas linhas orientadoras, prevendo um sistema de acção social mais abrangente e inclusivo, procurando que a educação chegue a todos os portugueses, sem outra distinção para além da resultante da capacidade e do mérito de cada um. Procura ainda conceder facilidades que permitam às famílias instruir e educar os filhos.

Porém, o golpe militar do 25 de Abril de 1974 determinou a descontinuidade desta Reforma, mas não a sua eliminação. Alguns projectos vêm a concretizar-se mais tarde, sendo a Lei que lhe dá suporte, Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, revogada apenas em 1986.

# **PARTE II**

## **CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS**



## CAPÍTULO IV

---

### **DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**



#### 4. Definição do caminho e instrumentos – Reflexão metodológica

*A história não deve ser uma paráfrase, mas uma descodificação; ao historiador não compete reviver ou repetir o discurso histórico, mas dar a voz ao que não foi dito, ao que não podia ser dito, ao subjacente, ou mesmo ao inconsciente.*

António Hespanha, 1982: 64

Os métodos seleccionados para recolha de dados<sup>75</sup> no âmbito da presente investigação colocam-na no domínio da análise indirecta quer por se tratar de uma observação por inquérito, por questionário e por entrevista, quer por se tratar de uma análise desfasada no tempo, uma vez que, no momento da aplicação dos instrumentos de recolha de dados, Janeiro e Fevereiro de 2008, haviam já decorrido acima de trinta anos após a queda do Estado Novo, em Portugal.

Há, contudo, também nesta dissertação uma dimensão directa de pesquisa, designadamente quando se procuram colher as vozes daqueles que viveram as políticas da acção social (ex-estudantes que são hoje profissionais do ensino, e não só) e daqueles que foram parte da edificação das mesmas (ex-Ministro da Educação Nacional).

O recurso a métodos quantitativos não significa que estejamos necessariamente perante um «paradigma positivista de investigação», mas sim que se procura, como defende Ricardo Vieira (1999a: 43), uma estratégia que nos permita adoptar métodos que ajudem a descobrir, «*ao invés de impor métodos que impeçam tal tarefa*». Anota ainda Antonio Carlos Gil (1999: 47) que para este tipo de pesquisa, exploratória, não está previsto um planeamento rígido, pelo que entendemos adoptar o referido misto metodológico.

Trata-se do estudo de «*componentes não estritamente representativas, mas características da população*» (Quivy e Campenhoudt, 2005: 162), constituindo, por conseguinte, uma participação representada, com algum risco de distorção e

---

<sup>75</sup> Manuela e Andrew Hill (2005: 41), descrevem os dados como «informação na forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades».

interpretação de vivências. Não se procura, portanto, uma representatividade estatística, nem as regularidades, mas uma «*representatividade social*» (Guerra, 2006: 48).

Trata-se, pois, de representações sociais, entendidas como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações resultantes da vivência do dia-a-dia e das comunicações interindividuais. O estudo destas representações nas ciências sociais é centenário, tendo Émile Durkheim desenvolvido um trabalho emblemático, procurando discutir a importância das representações dentro de uma comunidade e a forma como elas influenciam as decisões que o indivíduo toma.

As representações são produzidas e apreendidas no âmbito das comunicações sociais, o que lhes confere, inevitavelmente, um carácter dinâmico.

A este respeito, refere Mary Spink (1993: 305) que as reproduções sociais não são apenas (re)combinações de conteúdos anacrónicos sob influência das forças do grupo, sendo, também, sustentadas pelos produtos da ciência, veiculados pela comunicação social e pelas múltiplas versões populares destes produtos.

Tratando-se de uma análise que trabalha essencialmente com o senso comum não deverá, como refere Geertz (1983), visar a catalogação dos conteúdos, procurando o estável e consensual tendo em conta que eles são dissemelhantes. Também não se deverá procurar as estruturas lógicas subjacentes porque elas não existem. Não significa, porém, que se tenha que olvidar o consenso, tendo em conta que toda a ordem social tem uma sustentação social: «*pressupostos de natureza ideológica, epistémicas historicamente localizadas ou, até mesmo, ressonâncias do imaginário*» (Spink, 1993: 306).

Acresce ainda que este horizonte temporal que nos separa do período em análise poderá constituir um obstáculo ao conhecimento, tendo em conta que, tal como refere Pierre Bourdieu (1984: 11), os obstáculos provêm tanto de um excesso de proximidade como de um excesso de distância, bem como da dificuldade em estabelecer uma relação de proximidade rompida e restabelecida com o objecto de estudo.

Parece-nos que a melhor forma de atenuar essa distância, despertada por um arco temporal que ultrapassa já um terço de século, passa pela escolha da metodologia de investigação que permita, tal como defende Mark Ginsburg (1991), recorrer a diversas técnicas de recolha e de análise de dados, como sendo os instrumentos que permitam obter os dados indispensáveis à realização do presente trabalho.

A opção metodológica assumida assenta muito na perspectiva compreensiva, interpretativa (o ponto de vista dos sujeitos), ou seja no campo da investigação qualitativa, partindo-se do particular para o geral, à procura de *«recorrências operando a construção de conceitos e modelos explicativos dos fenómenos sociais que se confronta novamente com essas recorrências»*, contribuindo para a construção de um corpo de hipóteses (Guerra, 2006: 39), ainda que um olhar desatento possa concluir que o uso de gráficos e de estatísticas considere esta pesquisa do âmbito quantitativo.

Recorreu-se, frequentemente, ao uso de técnicas documentais, que incluíram o recurso a múltiplas fontes primárias (fontes que surgiram durante o período de investigação) e secundárias (interpretações dos acontecimentos desse período, baseadas nas fontes primárias)<sup>76</sup> existentes na Biblioteca Nacional, Biblioteca da Assembleia da República, no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, no Instituto Nacional de Estatística, bem como em diversas bibliotecas de Instituições de Ensino Superior público e privado. Foram ainda analisados documentos disponíveis nas revistas «Escola Portuguesa», «Escola Democrática», «O Professor» e a «Página da Educação». Anota Johnson (1984: 23, cit. in Bell, 1997: 90) que esta análise documental de ficheiros e registos educacionais pode constituir uma fonte de dados importante para a investigação.

À recolha e organização dos dados documentais associou-se informação obtida através de inquérito por questionário e por entrevista, que procurámos planificar de forma adequada, minimizando, assim, determinadas preconcepções do investigador (Silva e Pinto, 1986; Selltiz, Wrightsman & Cook, 1977), passíveis de enviesar os dados obtidos. Segundo Rui Santiago (1993: 213), a utilização em simultâneo de métodos qualitativos e quantitativos na investigação de tipo descritivo<sup>77</sup> ajuda na apreensão dos *«diferentes fenómenos sociais, psicológicos ou psico-sociais»*.

---

<sup>76</sup> A distinção entre fontes primárias e fontes secundárias não é simples, tendo em conta que um documento pode constituir uma fonte primária ou uma fonte secundária dependendo apenas do ponto de vista (Marwick, 1970: 134, cit. in Bell, 1997:91).

<sup>77</sup> Rui Santiago (1993: 212 ss.) anota que, de acordo com os objectivos iniciais, a investigação pode ser enquadrada no tipo descritivo ou no tipo explicativo. Elucida que a investigação descritiva pretende essencialmente a *«descrição dos fenómenos relativos a certas características do meio físico, económico, cultural ou social, e, igualmente, de fenómenos ligados a certas características nos sujeitos, de ordem cognitiva, afectiva, social ou motora (Rousseau, 1990: 10)»*. O objectivo deste tipo de orientação é a compreensão dos fenómenos, sem que haja uma preocupação *«imediate da intervenção na sua mudança»*. A investigação explicativa visa verificar a existência de relações entre diversas variáveis na apreensão e explicação de um determinado fenómeno. Tal como a investigação descritiva, a explicativa pode conjugar componentes qualitativas e quantitativas ou quasi-experimentais.

Esta opção por uma orientação multifacetada de análise, referente aos «*produtores das representações*» (Santiago, 1996: 105) assenta essencialmente na intenção de abordar diferentes pontos de vista e de contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno em estudo.

#### 4.1. Questões e hipóteses de investigação

Para estudar a relação entre o Estado e a acção social no ensino superior, problema subjacente à nossa investigação, foi construída a seguinte pergunta de partida:

*«Em que medida o Estado apoia a acção social no ensino superior entre 1933 e 1974 e de que forma os líderes das instituições lidam com essa política?».*

Para responder a esta pergunta de investigação foi definida uma hipótese central, entendida como proposição de resposta provisória à pergunta de partida, que fornece à investigação o «*fio condutor*» e o critério para escolher de entre a imensidão de dados que o investigador pode, em princípio, reunir sobre um determinado assunto, os mais pertinentes (Nunes, 2006: 59), não só para verificar, mas também como guia orientador de uma pesquisa que pretende conciliar o paradigma verificacionista com o compreensivo (Bogdan, 1994; Burgess, 1997; Caria, 2002a; Vieira, 2002; Quivy e Campenhoudt, 2005; Guerra, 2006) e que procuraremos aprofundar por meio de algumas questões:

*O Estado apoia a acção social no ensino superior de forma pouco significativa.*

- A política do Estado Novo referente aos apoios sociais era conhecida dos estudantes?
- A política do Estado Novo contribuiu para minorar a desigualdade entre os estudantes?
- A política do Estado Novo contribuiu para uma sociedade mais inclusiva?

## 4.2. Orientações metodológicas da investigação

Tal como foi anteriormente referido, dois tipos de abordagem metodológica caracterizam o tratamento da informação recolhida, por um lado, a abordagem qualitativa, por outro, a quantitativa.

Na abordagem qualitativa os dados brutos, referentes às respostas dos ex-estudantes, bem como do ex-Ministro da Educação Nacional, serão extraídos, coligidos e reagrupados em categorias mistas de análise de conteúdo. Tais categorias serão desenvolvidas a partir da «*interacção entre o material empírico*», construído pelo discurso dos inquiridos, registado por escrito e, em alguns dos casos, gravado, e os objectivos e hipóteses definidos para a investigação tendo em conta o contexto teórico em que tal ocorreu (Santiago, 1996: 109). As entrevistas ex-estudantes do ensino superior, ora Professores, bem como ao ex-Ministro da Educação Nacional tiveram uma duração média de uma hora. Relativamente à entrevista com os ex-estudantes do ensino secundário, tratou-se de uma conversa durante, aproximadamente, trinta minutos, cada.

Quanto à abordagem quantitativa, procuraremos interpretar os dados através de métodos estatísticos ligados a processos descritivos.

De referir ainda que não se pretende generalizar os resultados obtidos no decurso do presente trabalho de investigação tanto mais que o universo não é representativo dos estudantes do ensino superior daquela época. Pretende-se, no entanto, que apresente um certo nível de significância e que forneça indícios consistentes a respeito do fenómeno em estudo, que poderão constituir objecto de estudos futuros<sup>78</sup>.

Salientamos ainda que recorreremos ao uso de *pseudónimos* nestes últimos capítulos, tendo em conta que garantimos esse sigilo aos agentes sociais entrevistados. Embora alguns dos entrevistados, quer professores, quer de entre o grupo de ex-estudantes do ensino secundário tenham sublinhado que não viam qualquer inconveniente em serem identificados. Todavia, preferimos não usar, de facto, os verdadeiros nomes dos entrevistados. A entrevista ao Professor Doutor José Veiga Simão constitui a única excepção.

---

<sup>78</sup> Poder-se-ão, em estudos posteriores, constituir amostras específicas das populações referenciadas.

#### 4.2.1. Identificação dos agentes sociais intervenientes na análise

Com vista à definição do universo de estudo, optou-se por, numa primeira fase, «fotografar» alguns estudantes que frequentaram o ensino superior durante o período ditatorial.

Passámos à identificação de todos os docentes de uma Instituição de Ensino Superior Pública, que passaremos a designar por Instituto Superior A, nascidos em data anterior a 1958, tendo-se formado um grupo constituído por 58 docentes, 25 do sexo feminino e 33 do sexo masculino.

Recorreu-se, ainda, à entrevista a quatro agentes sociais que frequentaram o ensino secundário no período em análise mas que não frequentaram um curso de ensino superior. Esta identificação resultou da escolha, um pouco ao acaso, de entre um certo número de «*unidades estatísticas*» no interior de um grupo mais alargado.

Foi também realizada uma entrevista semidirigida com o ex-Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão, *testemunha privilegiada*, que, pela sua posição, acção e responsabilidade se considera ser conhecedor do problema em estudo (Quivy e Campenhoudt, 2005: 71).

Ponderou-se, igualmente, ouvir um dos reitores ou líder da época, em exercício de funções durante aquele período, no ensino superior público e que ainda nos acompanham, designadamente o Professor Doutor João Manuel de Cotelos Neiva, reitor da Universidade de Coimbra no período de 1971-1974 (nascido a 17 de Fevereiro de 1917) e o Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, reitor da Universidade de Lisboa no período de 1973-1974 (nascido a 8 de Julho de 1925). Porém, tendo em conta a idade dos dois ex-reitores, e o respeito que essa longevidade nos merece, entendemos analisar as restantes perspectivas de forma mais pormenorizada em detrimento destes pontos de vista, conscientes, não obstante, da importância de que eles se poderiam revestir.

#### 4.2.2. Instrumentos de recolha de informação

De entre os diversos instrumentos de investigação que são frequentemente utilizados nos estudos que têm por referência as representações sociais, entendemos optar pelo inquérito por questionário e por entrevista.

O inquérito por questionário constitui uma ferramenta a que os estudiosos recorrem habitualmente no domínio das representações sociais em geral (Moscovici, 1976).

Desta forma, e com o objectivo de alargar ao máximo a informação referente ao universo para, depois de analisados os dados, dispormos de informação mais consistente que nos permita, no momento da entrevista, compreender melhor o ponto de vista dos entrevistados, foi elaborado um questionário que se procurou fosse sucinto mas onde constassem as questões consideradas fundamentais para o presente estudo. Procurou-se, ainda, que as perguntas fossem claras e concisas e na generalidade fechadas (Hill, 2005: 95).

Este instrumento foi pensado e elaborado para servir de ferramenta para recolha de informação referente à proveniência sociocultural dos inquiridos, motivações para frequência e escolha de um curso de ensino superior, despesas inerentes à frequência do curso, participação em actividades académicas, bem como actividades extracurriculares, desempenho de actividade profissional durante o percurso académico e os apoios sociais concedidos pela instituição de ensino superior frequentada.

O questionário foi distribuído durante a última semana de Janeiro e a primeira semana de Fevereiro de 2008. Na segunda semana de Fevereiro de 2008, foi feita uma nova insistência, junto de todos os inquiridos, dando conta da prorrogação do prazo de entrega para o dia 21 de Fevereiro de 2008.

Contudo, o contexto actual de reforma do ensino superior em Portugal, com consagração legal na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, diploma que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), designadamente a definição de um período temporal de oito meses para elaboração dos novos estatutos daquelas Instituições, processo já concluído pelo Instituto Superior A, bem como a qualificação do quadro docente, têm concentrado os docentes num assinalável volume de trabalho,

essencialmente jurídico e burocrático, que poderá estar na origem da não obtenção da totalidade das respostas aos questionários.

Porém, estamos perante um total de respostas na ordem dos 41% (24) dos quais oito não puderam ser considerados tendo em conta que a situação académica dos inquiridos é marginal ao objecto de estudo deste trabalho de investigação. Nesta conformidade, foram considerados como válidos para análise e tratamento as respostas de 16 questionários.

De notar ainda que ao longo deste trabalho fomos assumindo uma complementaridade entre a análise mais extensiva e a análise mais intensiva através da entrevista como conversa (Burgess, 1997; Vieira, 1998). Relativamente a esta segunda dimensão, procurou-se abarcar diferentes perspectivas, quer com depoimentos de potenciais utilizadores do sistema de acção social, quer com o testemunho do protagonista da reforma do Ensino Superior antes do golpe militar de 1974.

No processo de escolha e selecção para a entrevista, tentou-se chegar a sujeitos considerados potenciais informadores susceptíveis de comunicar as suas percepções da realidade através das experiências vividas. A escolha e selecção incidiu em indivíduos cujas opiniões se consideravam heterogéneas, na perspectiva de haver lugar a uma «*diversificação externa*» procurando assim fornecer um retrato global da acção social no ensino superior em Portugal durante o Estado Novo (Guerra, 2006: 41), pelo que foram ouvidos seis ex-estudantes que frequentaram o ensino superior no período que antecede a revolução de 25 de Abril de 1974.

Recorreu-se, ainda, à entrevista a quatro sujeitos que frequentaram o ensino secundário também naquele período, mas que não prosseguiram um curso de ensino superior.

Foi também realizada uma entrevista semidirigida, instrumento frequentemente utilizado na apreensão das representações (Benavente, 1990; Herzlich, 1969), com o ex-Ministro da Educação José Veiga Simão, *testemunha privilegiada*, que, pela sua posição, acção e responsabilidade se considera ser conhecedor do problema (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999; Vieira, 1999a; Quivy e Campenhoudt, 2005).

Procurou-se com esta combinação de métodos apurar aspectos considerados relevantes, possibilitando uma análise qualitativa e quantitativa da realidade, que nos ajudasse a uma percepção mais objectiva, procurando uma imagem de maior segurança.

## CAPÍTULO V

---

### ABORDAGEM EXTENSIVA



*Eram difíceis os equilíbrios entre o ‘poder da cátedra’ ligado ao ‘poder corporativo’ versus o ‘poder governamental’, tendo-se desenvolvido situações heterogéneas que nuns casos atrasavam ‘mudanças decisivas’, e, noutros, abriam caminhos inovadores.*

José Veiga Simão, em entrevista realizada em 28 de Fevereiro de 2008.

## 5. Caracterização do universo de estudo

O Instituto Superior A possui um total de 58 professores com idade igual ou superior a 51 anos.

Tendo em conta o restrito universo e a necessidade de comentar algumas respostas individuais com a obrigatoriedade de proteger as identidades dos sujeitos, esses são sempre apresentados no masculino, utilizando-se as designações *estudantes*, *professores* ou *docentes*, não significando, não obstante, que fossem fornecidas por um sujeito desse mesmo sexo.

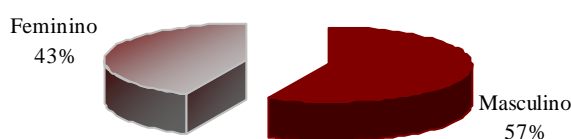
Ao nível de idade, género e habilitações académicas pode-se caracterizar o universo da seguinte forma:

**Tabela n.º 19 – Identificação e caracterização do universo**

<b>Total do universo conceptual (n.º de professores)</b>		<b>58</b>
Idade média (anos)		56,6
		<i>N.º</i>
Género	Masculino	33
	Feminino	25
Habilitações académicas	Licenciatura	20
	Mestrado	17
	Doutoramento	20
	Outro	1

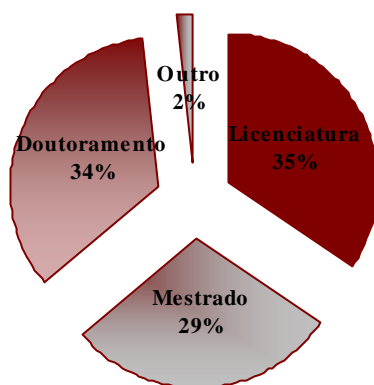
Constata-se que a maioria dos docentes nascidos no período que antecede o ano de 1958 é do sexo masculino (57%)<sup>79</sup>, conforme se pode aferir da análise do gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 8 – Caracterização do universo por género**



Relativamente às habilitações literárias dos mesmos professores, constata-se que 35% dos docentes é titular do grau de licenciado, 29% do grau de mestre, 34% do grau de doutor e 2% de outro grau académico.

**Gráfico n.º 9 – Caracterização do universo de acordo com o grau académico**



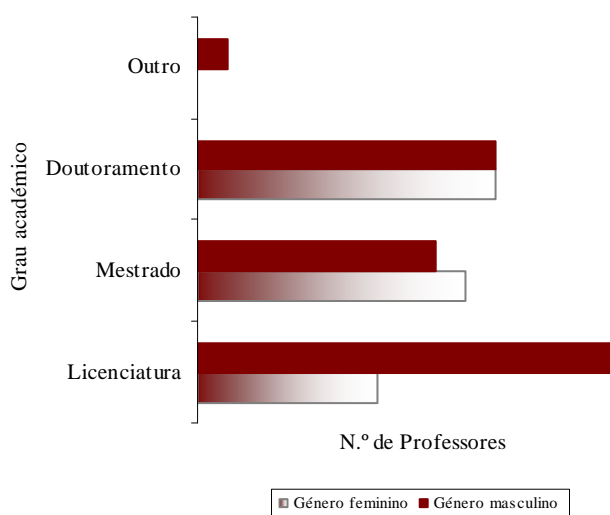
De notar ainda que, embora a percentagem de docentes do género masculino (57%) seja superior à do género feminino (43%), depreende-se da análise do gráfico que se segue que a percentagem de docentes deste último, titulares do grau de doutor, bem como de mestre está muito próximo da percentagem ocupada pelos docentes do género

---

<sup>79</sup> Apesar do reduzido número de sujeitos em estudo, optou-se por incluir percentagens com o objectivo de se perceber melhor a relatividade dos resultados.

masculino. Constatase ainda que 42% dos docentes do sexo masculino e 24% do sexo feminino é titular de, apenas, um grau de licenciatura.

Gráfico n.º 10 – Caracterização do universo de acordo com o género *versus* o grau académico



Porém, estamos certos que este cenário se irá alterar muito em breve, tendo em conta o elevado número de docentes do Instituto Superior A que se encontra a frequentar actualmente curso conferente de grau de doutor, no âmbito da reforma do ensino superior em Portugal, conforme anteriormente referenciado. De notar que, pelo menos 9% dos docentes que constitui o universo do presente trabalho de investigação se encontram nessas condições, podendo, todavia, haver outros professores em situação análoga, mas fazendo-o a título individual, não havendo, por conseguinte, registo dessas situações.

Identificado o universo, foi aplicado, numa primeira fase, um questionário, cuja distribuição teve lugar durante a última semana de Janeiro e a primeira semana de Fevereiro de 2008. Numa lógica de manter o anonimato, foi solicitado que procedessem à respectiva entrega, depois de preenchido e colocado num envelope disponibilizado para o efeito, junto da telefonista de uma das Unidades Orgânicas do Instituto Superior A. Na segunda semana de Fevereiro de 2008, foi feita uma nova insistência, dando conta da prorrogação do prazo de entrega daquele instrumento para o dia 21 de Fevereiro de 2008. Este novo contacto foi efectuado, via correio electrónico, para todos

os inquiridos, tendo em conta a impossibilidade de apurar quais os docentes que entretanto tinham já remetido a resposta.

Decorrido aquele período, detínhamos em nosso poder 24 questionários, representando, assim, um total de respostas na ordem dos 41%. Porém, oito desses questionários não foram considerados, tendo em conta que, em seis desses casos, o docente frequentou o ensino superior em período posterior a 25 de Abril de 1974 e dois dos inquiridos frequentaram o ensino superior naquele período, mas não em Portugal.

Nesta conformidade, foram consideradas como válidas para análise e tratamento as respostas dadas por 16 inquiridos<sup>80</sup>.

Da análise àqueles questionários pode constatar-se que a idade média dos respondentes se situa claramente entre os 56 e os 60 anos de idade, correspondendo a 43% dos respondentes. De referir que 38% tem idade igual ou inferior a 55 anos e apenas 6% tem idade compreendida entre os 65 e os 70 anos de idade. Os restantes 13 têm entre 61 e 65 anos de idade.

Gráfico n.º 11 – Frequências relativas – Idades

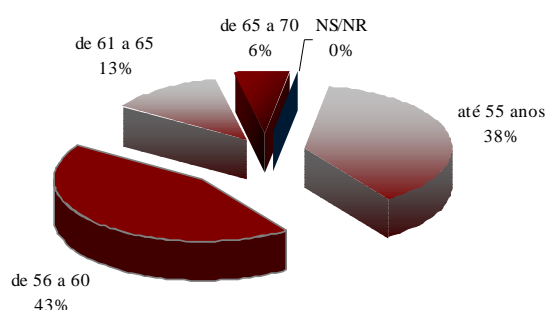
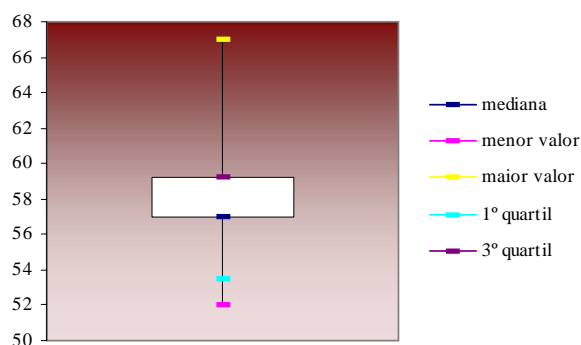


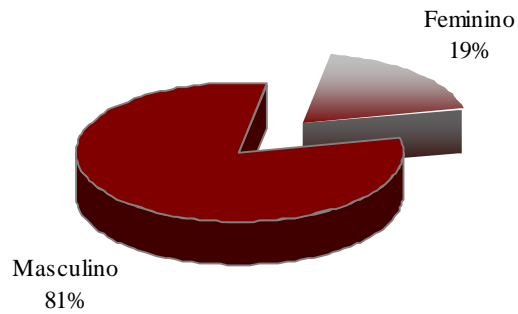
Gráfico n.º 12– Diagrama de extremos e quartis - idades



Como seria de prever, face à percentagem de professores do sexo masculino que constitui o universo (57%), o encontrado relativamente à percentagem de respondentes, foi semelhante, com 81% de respostas de elementos do sexo masculino e 19% do sexo feminino.

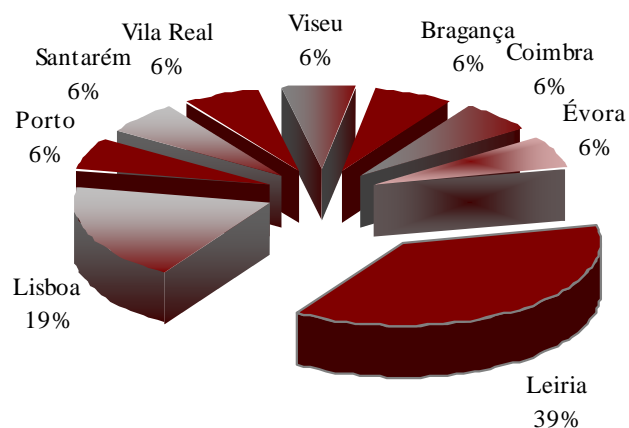
<sup>80</sup> No apêndice n.º 1 encontra-se a base de dados com as respostas deste inquérito por questionário.

Gráfico n.º 13 – Frequências relativas – Sexo



Quanto à naturalidade dos inquiridos, constata-se que 39% dos respondentes é natural do distrito de Leiria, 19% do distrito de Lisboa e os restantes 42% estão distribuídos, por sete distritos do Norte ao Sul do País, com 6% cada.

Gráfico n.º 14 – Caracterização de acordo com a naturalidade



Constatamos, assim, não haver uma correlação estreita, contrariamente ao que seria de esperar, entre o acesso e frequência do ensino superior, ainda que motivada pela proximidade, entre naturalidade e acessibilidade, ou entre nível de interioridade e inacessibilidade, indo, desta forma, ao encontro dos resultados apresentados por A.

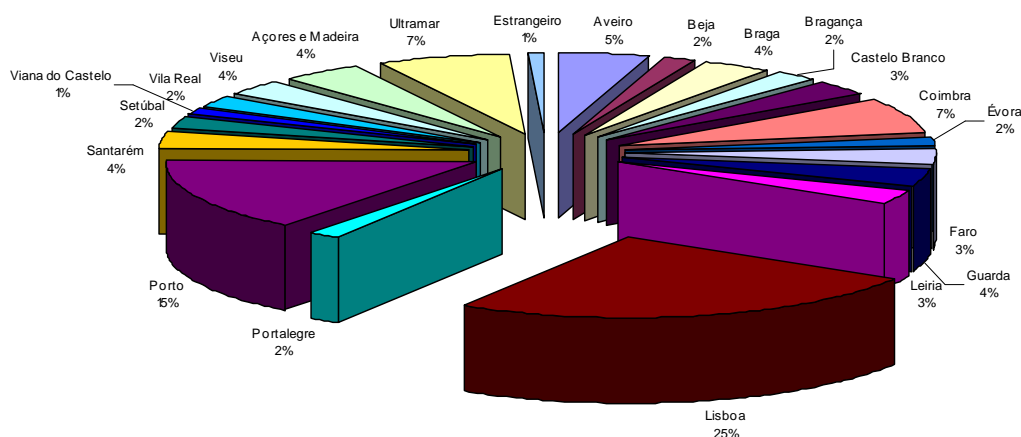
Sedas Nunes (1970: 32), que conclui que os cerca de 50.000 estudantes que frequentam o ensino universitário, em 1970, provêm dos diferentes distritos de Portugal, como se pode constatar da análise da tabela e gráfico que se seguem.

**Tabela n.º 20 – Estudantes universitários por distrito de origem – 1970**

Distrito de origem	N.º de estudantes
Aveiro	2.326
Beja	841
Braga	1.831
Bragança	990
Castelo Branco	1.583
Coimbra	3.365
Évora	1.039
Faro	1.484
Guarda	1.781
Leiria	1.385
Lisboa	12.469
Portalegre	841
Porto	7.274
Santarém	1.831
Setúbal	1.039
Viana do Castelo	693
Vila Real	1.089
Viseu	1.732
Açores e Madeira	2.029
Ultramar	3.414
Estrangeiro	445
<b>Total</b>	<b>49.481</b>

Fonte: A. Sedas Nunes (1970:32).

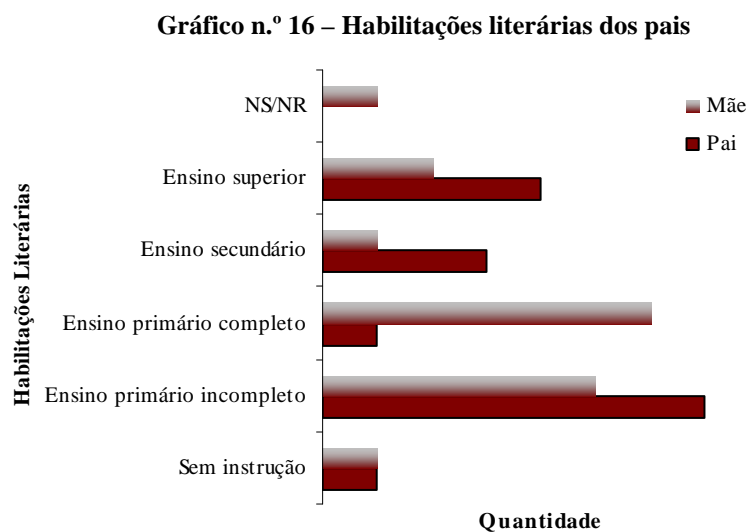
**Gráfico n.º 15 – Estudantes universitários por distrito de origem – 1970**



Fonte: A. Sedas Nunes (1970:32).

Inquiriu-se, também, quanto à proveniência social, que procurámos confrontar, com dados recolhidos naquela época. Assim, tendo em conta a escassez de indicadores da proveniência social dos estudantes universitários do período em análise, para além de um inquérito efectuado por amostragem, em 1963-1964 nas quatro Universidades Portuguesas e nas Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do Porto, citado por Rui Grácio (1973: 37 ss.), entendeu-se confrontar os dados ora apurados com os resultados obtidos naquele inquérito.

Quanto às habilitações literárias dos pais, pode-se constatar que não existe uma grande disparidade na escolaridade destes, quando comparada com a das mães. Apesar de haver uma maior percentagem de pais que frequentaram o ensino superior e o ensino secundário, muitos há que têm o ensino primário incompleto, e uma pequena percentagem detém apenas o ensino primário (completo), constituindo este último o único nível em que a percentagem de mães ultrapassa a dos pais, conforme deixa transparecer o gráfico seguinte.



Face à quantidade de pais e mães que não possuíam qualquer nível de instrução, podemos concluir que os inquiridos são oriundos das camadas populacionais mais instruídas, sendo diminuta a proporção dos que provêm das camadas de população sem instrução. Desta forma, os resultados obtidos nesta análise vão ao encontro dos resultados alcançados com o inquérito aplicado em 1963-1964, promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica (DGJUC), conforme se pode

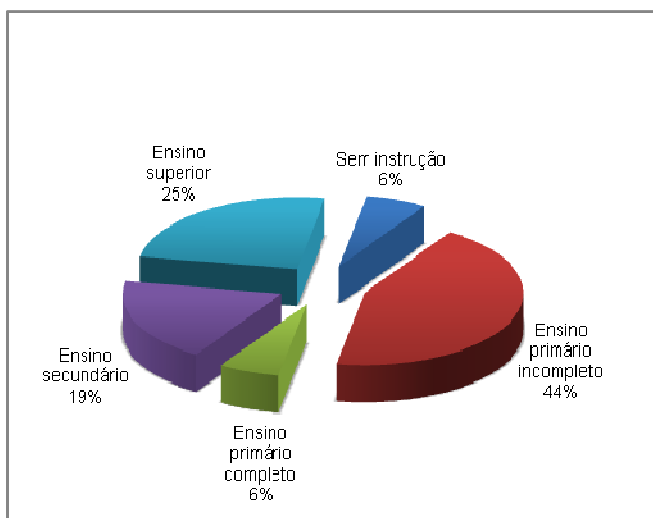
aferir da análise dos dados constante da tabela que se segue, bem como dos próximos gráficos.

**Tabela n.º 21 – Inquérito: Situação e opinião dos universitários: 1963-1964 – Grau de instrução do pai**

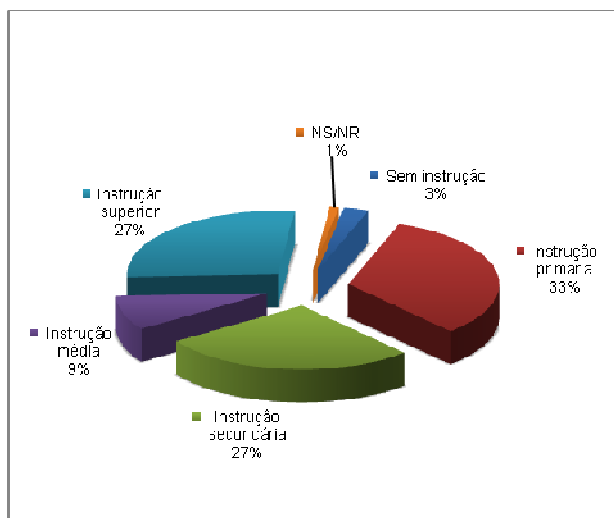
<i>Grau de instrução</i>	<i>Na população activa masculina com profissão</i>	<i>Entre os pais dos universitários</i>
Sem instrução (sem frequentar qualquer grau de ensino)	58%	2,7%
Instrução primária (grau de ensino primário e frequência de um grau de ensino)	37%	32,7%
Instrução secundária	3,9%	27,4%
Instrução média	-	8,7%
<b>Instrução superior</b>	1,2%	27,5%

Fonte: Situação e Opinião dos Universitários (inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica, cit. in Rui Grácio (1973: 37).

**Gráfico n.º 17 – Habilitações literárias do pai: Inquérito em estudo**



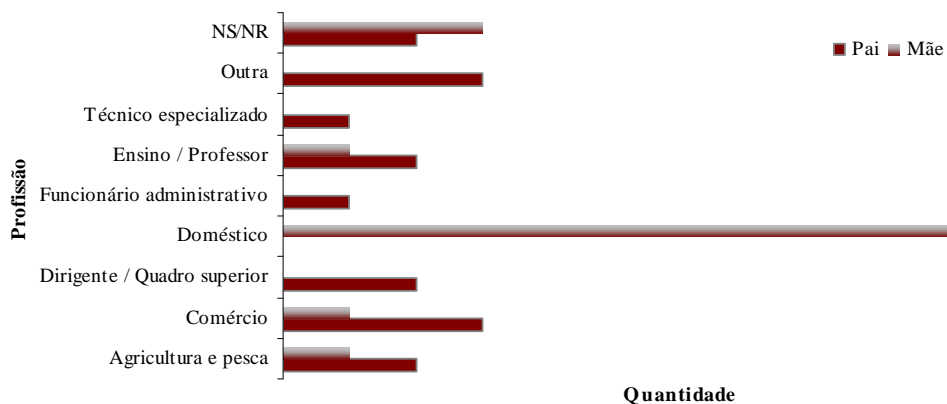
**Gráfico n.º 18 – Habilitações literárias do pai: Inquérito DGJUC**



Fonte: Situação e Opinião dos Universitários: inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica, cit. in Rui Grácio (1973: 38)

Analisadas as respostas relativas à situação profissional dos pais dos estudantes entrevistados, constata-se que nenhuma das escolhas incidiu nas seguintes profissões / situação profissional: funcionário de comércio, militar, operário / artífice, profissional liberal e reformado. A maioria das mães é doméstica (62,5%). Já os pais têm profissões mais diversas, que passam pela agricultura e pesca, comércio, dirigente / quadro superior, funcionário administrativo, ensino / professor e técnico especializado.

Gráfico n.º 19 – Profissão dos pais



Já o inquérito da DGJUC reuniu os seguintes dados relativamente à profissão do pai:

Tabela n.º 22 – Inquérito: Situação e opinião dos universitários: 1963-1964 – Profissão do pai

<i>Profissão</i>	<i>Percentagem</i>
Funcionários do Estado (16,1%) e oficiais das forças armadas ou da marinha mercante (3,5%)	19,6%
Directores e funcionários superiores das empresas particulares e profissionais liberais	17,9%
Empregados categorizados das empresas industriais e comerciais grossistas	15,8%
Pequenos industriais ou comerciantes de retalho	13,4%
Proprietários (rurais e urbanos)	12,1%
Trabalhadores e empregados modestos	7,8%
<b>Profissões diversas, não incluídas nas classes anteriormente especificadas</b>	6,0%

Fonte: Situação e Opinião dos Universitários: inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica, cit. in Rui Grácio (1973: 38).

Pela análise dos gráficos que se seguem depreende-se claramente que os resultados de ambos os estudos são convergentes, ou seja, os pais possuíam profissões bastante diversas, não havendo nenhuma cuja média de trabalhadores se destacasse em relação às restantes.

Gráfico n.º 20 – Actividade profissional do pai: Inquérito em estudo

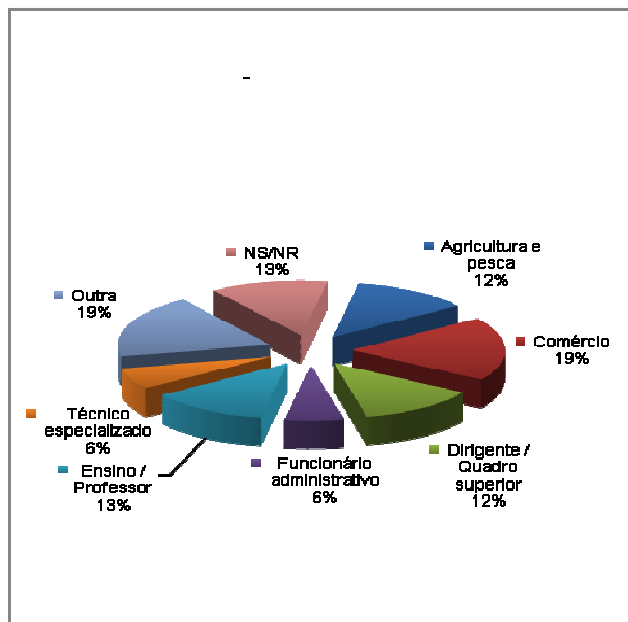
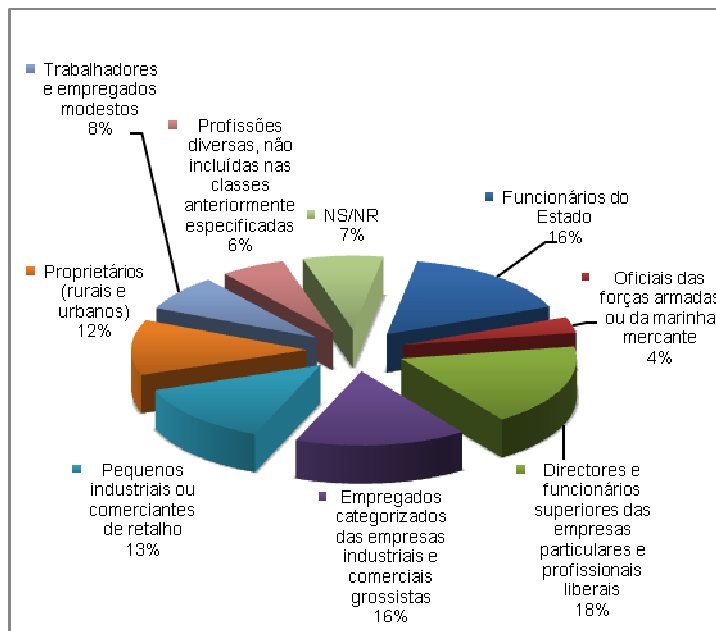


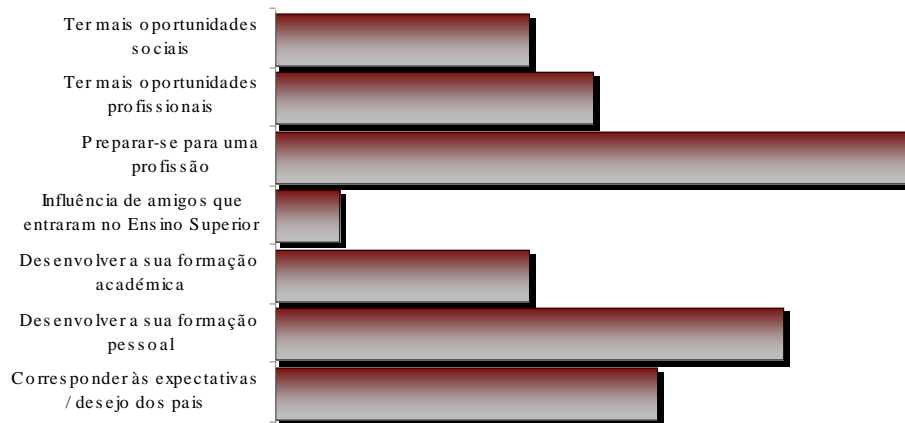
Gráfico n.º 21 – Actividade profissional do pai: Inquérito DGJUC



Fonte: Situação e Opinião dos Universitários: inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica, cit. in Rui Grácio (1973: 38)

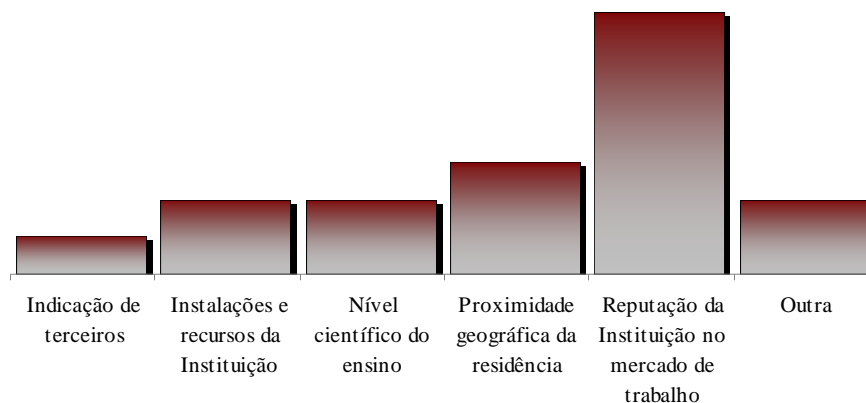
De notar que a maioria dos professores inquiridos indicou como principal motivação para a frequência de um curso de ensino superior o desejo de se preparar para uma profissão. Do lado oposto, encontramos a influência de amigos que frequentaram o ensino superior, o que, de facto, não constituiu uma surpresa, tendo em conta o reduzido número de pessoas que frequentavam ou que tinham já frequentado este nível de ensino.

**Gráfico n.º 22 – Razão para escolha de um curso de ensino superior**



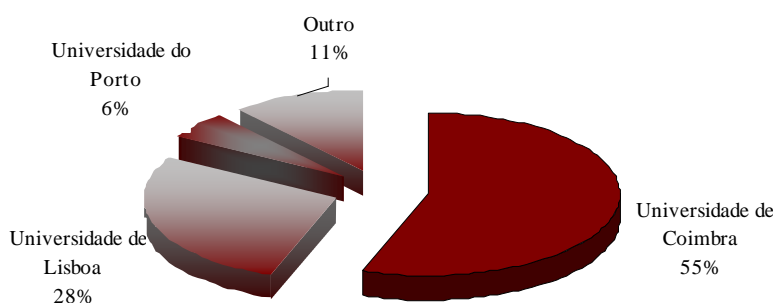
Uma expressiva maioria dos docentes inquiridos (43,8%) reconhece como principal factor de motivação para a escolha do estabelecimento de ensino a *reputação da Instituição no mercado de trabalho*, seguida pela *proximidade geográfica da residência* (18,8%). Outros professores indicaram como factor determinante para a escolha as *instalações e recursos da Instituição*, o *nível científico do ensino* ou a *indicação de terceiros*. Foi ainda referenciado, como factor decisor, as *condições de investigação* (outra).

**Gráfico n.º 23 – Motivação para a escolha do estabelecimento de ensino superior**



O gráfico que se segue permite-nos concluir que uma convincente maioria frequentou a Universidade de Coimbra (55%), sendo na Universidade do Porto que esta frequência se revelou mais modesta (6%). Na rubrica *outros* podemos encontrar estudantes da Universidade Técnica de Lisboa, bem como do ensino religioso. Os restantes inquiridos frequentaram a Universidade de Lisboa (28%).

**Gráfico n.º 24 – Estabelecimento de ensino frequentado**

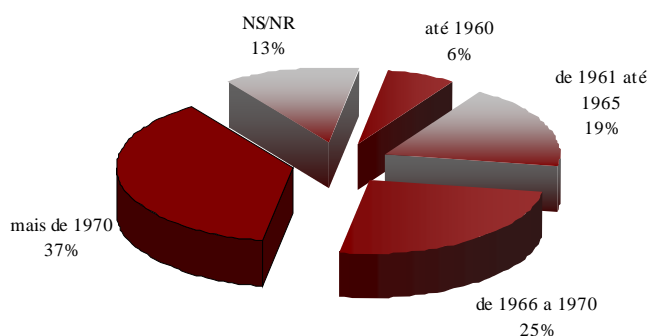


Constatou-se, contudo, que em alguns dos casos os estudantes frequentaram dois estabelecimentos de ensino superior, o que está certamente relacionado com a própria estrutura do sistema de ensino, que previa que os primeiros anos de determinados cursos

decorressem num estabelecimento de ensino superior e apenas os restantes num outro estabelecimento, onde não eram ministrados os primeiros. É disso exemplo o curso de Engenharia Electrotécnica, cujos estudantes frequentavam os primeiros anos na Universidade de Coimbra transitando, a partir do 3.º ano, para a Universidade do Porto.

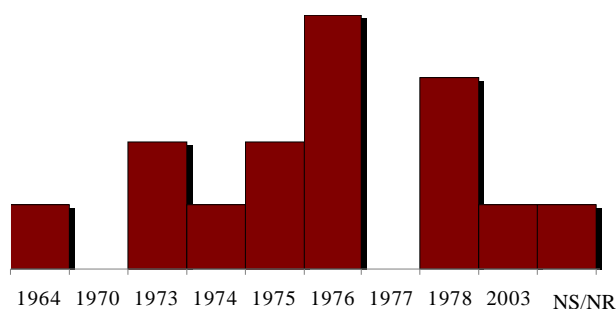
Um número significativo de inquiridos ingressou no ensino superior na década de sessenta (19% + 25%). Em apenas 6% dos casos o ingresso ocorreu antes de 1960 e 37% depois de 1970, conforme evidencia o gráfico subsequente.

**Gráfico n.º 25 – Ano de ingresso no ensino superior**



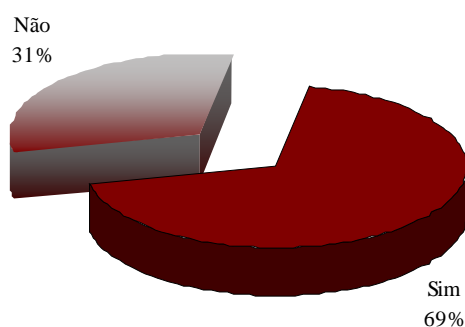
A conclusão do curso de ensino superior ocorreu, em 6% dos casos, em período anterior ao ano de 1966; 31% até ao ano de 1975 e os restantes 64% dos respondentes, a partir de 1976, conforme evidencia o gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 26 – Ano de conclusão do curso**



Constata-se que 69% dos respondentes foi estudante deslocado<sup>81</sup>, tendo em conta que o ingresso no ensino superior implicou a mudança de residência. Apenas 31% dos inquiridos pôde permanecer na sua residência habitual.

**Gráfico n.º 27 – Ingresso no ensino superior implicou a mudança de residência**



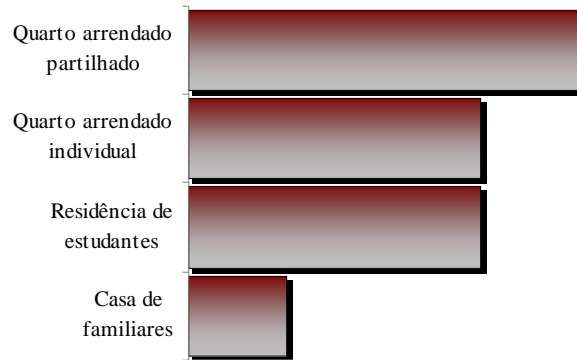
Para este resultado terá, certamente, contribuído o diminuto número de estabelecimentos de ensino superior público existentes em Portugal, sitos, designadamente, em Coimbra, Lisboa e Porto e a concentração de determinados cursos em apenas um único estabelecimento de ensino.

Apenas 9,1% dos estudantes deslocados passou a residir em casa de familiares em tempo de aulas, 27,3% permanecia em residência de estudantes, igual percentagem em quarto arrendado individual e o maior grupo (36,4%) em quarto arrendado, mas partilhado.

---

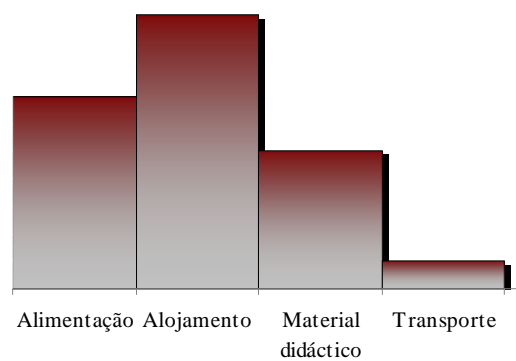
<sup>81</sup> Entende-se por *estudante deslocado* aquele que, em consequência da distância entre a localidade de residência do agregado familiar e a localidade onde se situava o estabelecimento de ensino superior que frequentou, necessitou de residir em local mais próximo daquele em que se situava o estabelecimento de ensino superior para poder frequentar as actividades curriculares do curso em que se encontrava inscrito.

**Gráfico n.º 28 – Estudantes deslocados: residência em tempo de aulas**



Entende-se que este facto contribui, certamente, para o resultado à questão seguinte, *despesas mais significativas em tempo de aulas*, tendo em conta que a larga maioria dos respondentes indicou como maior despesa o alojamento (63%), seguida da *alimentação* e do *material didáctico*. Como menor despesa, foi seleccionada a opção *transporte* (6%).

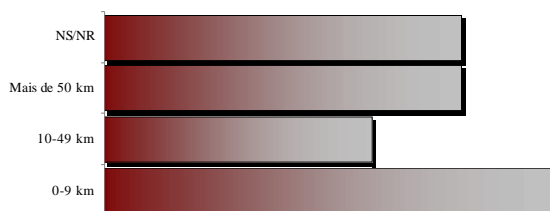
**Gráfico n.º 29 – Despesas mais significativas em tempo de aulas**



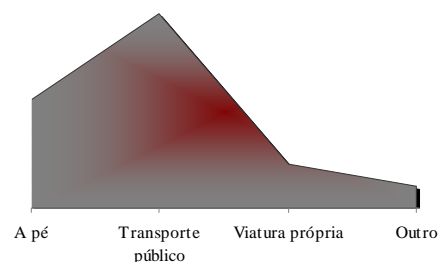
Considerando a baixa representatividade do transporte nas despesas dos estudantes, procurou-se verificar a distância a que estes estudantes residiam, em tempo de aulas, do estabelecimento de ensino, bem como o meio de transporte escolhido,

tendo-se apurado que acima de 31% dos estudantes residia a uma distância igual ou inferior a 9 km da Escola que frequentava.

**Gráfico n.º 30 – Distância entre a residência em tempo de aulas e o estabelecimento de Ensino Superior**



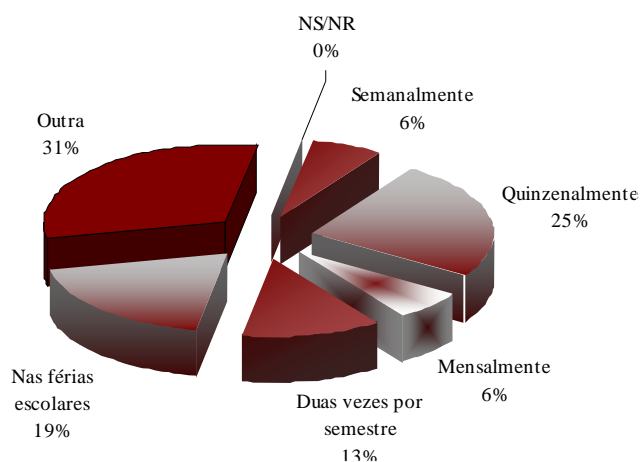
**Gráfico n.º 31 – Modo de deslocação para o estabelecimento de Ensino Superior**



O transporte público é o meio de deslocação de eleição dos estudantes (56,3%), deslocando-se os restantes preferencialmente a pé ou em viatura própria. De notar que um dos respondentes seleccionou a opção *outro*, tendo em conta que foi estudante interno não havendo, por conseguinte, lugar a deslocações diárias.

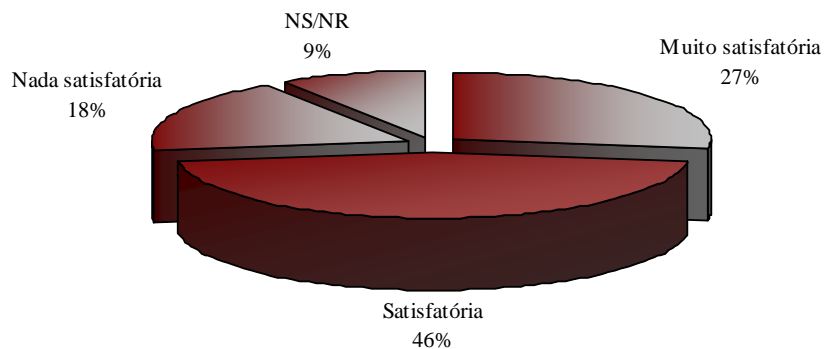
De referir ainda que 25% dos ex-estudantes inquiridos, se deslocava à residência familiar com uma periodicidade quinzenal, 19% fazia-o nas férias escolares, 13% duas vezes por semestre, 6% mensalmente e outros 6% semanalmente. De notar ainda que 31% dos inquiridos se deslocava à residência com outra periodicidade, não especificada.

**Gráfico n.º 32 – Frequência da deslocação à residência familiar**



Grande parte dos estudantes deslocados considera que a periodicidade de deslocação à residência familiar é satisfatória (46%), 27% encara como muito satisfatória e os restantes 18% nada satisfatória. Os restantes 9% não sabe ou não responde.

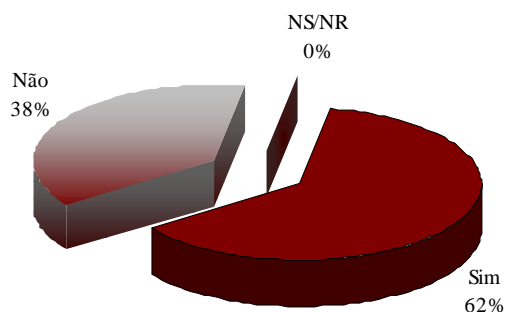
**Gráfico n.º 33 – Classificação da periodicidade de deslocação à residência familiar**



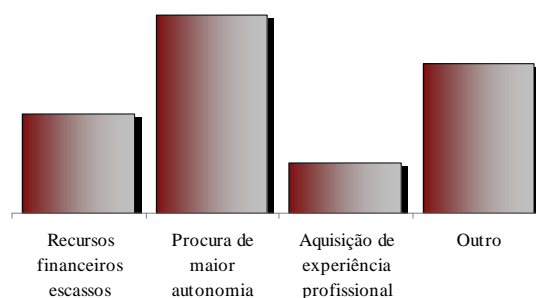
Inquiridos sobre se tinham exercido uma profissão durante o seu percurso académico, a esmagadora maioria respondeu afirmativamente (62%).

O próximo histograma é bem elucidativo quanto aos motivos que levaram os trabalhadores-estudantes a optar por esta solução. Constata-se que as razões apresentadas se prendem maioritariamente com a procura de maior autonomia, seguida da escassez de recursos financeiros. A aquisição de experiência profissional ocupa um modesto lugar entre as escolhas efectuadas, pelo que se poderá concluir que não constituía uma prioridade para estes estudantes.

**Gráfico n.º 34 – Trabalhador-estudante**

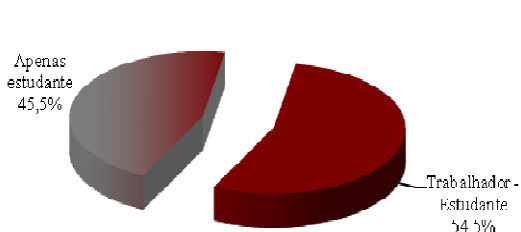


**Gráfico n.º 35 – Razões para ser trabalhador-estudante**

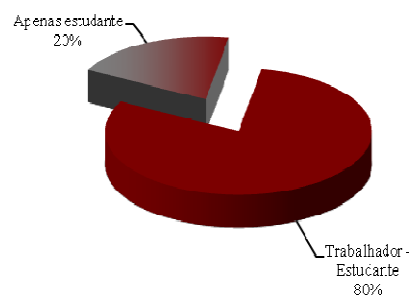


Saliente-se que 54,5% dos estudantes deslocados desenvolveu uma actividade profissional durante o seu percurso académico, o mesmo acontecendo com 80,0% dos estudantes não deslocados.

**Gráfico n.º 36 – Desenvolvimento de actividade profissional – Estudantes deslocados**

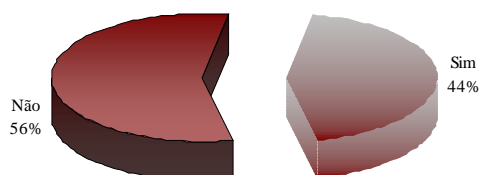


**Gráfico n.º 37 – Desenvolvimento de actividade profissional – Estudantes não deslocados**

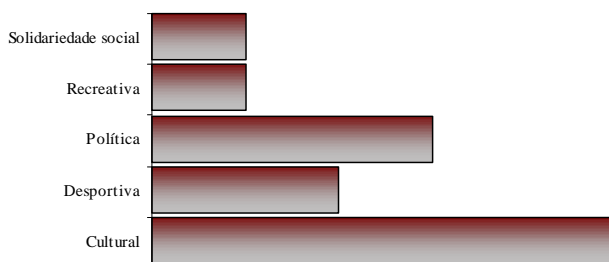


Nos gráficos subsequentes, representamos as respostas apresentadas pelos professores, ao pronunciarem-se quanto à sua participação em actividades associativas extracurriculares enquanto estudantes do ensino superior. Constatou-se que 56% dos professores inquiridos não participava em qualquer actividade associativa. Os restantes 44% participava, na sua maioria, em actividades de índole cultural, seguida de actividade de cariz político, desportivo e, finalmente, de natureza recreativa e de solidariedade social.

**Gráfico n.º 38 – Participação em actividade associativa extracurricular**



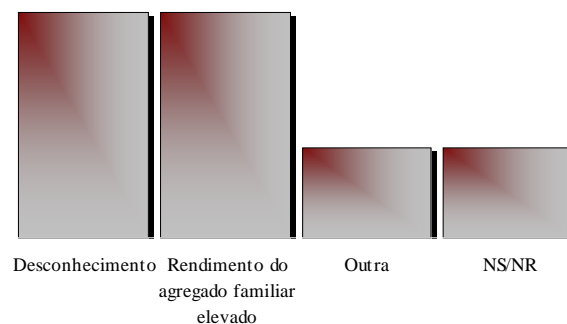
**Gráfico n.º 39 – Tipo de actividade associativa extracurricular desenvolvida**



Inquiridos os professores quanto aos apoios sociais directos<sup>82</sup>, reconhece a esmagadora maioria (87%) dos inquiridos que não foi estudante bolseiro, restando apenas 13% de beneficiários desse apoio, o que, de facto, não nos surpreendeu, tendo presente a informação apreendida da revisão de literatura desenvolvida no decurso do presente trabalho de investigação. De notar ainda que 50% destes estudantes recebeu uma bolsa de estudos no montante mensal de 1.200\$00 e os restantes 50% não sabe ou não responde.

Quanto às razões apresentadas para não ter beneficiado de bolsa de estudos, apuramos, igualmente sem surpresas, que as escolhas incidem quer no desconhecimento, quer no facto de os rendimentos do agregado familiar serem elevados.

**Gráfico n.º 40 – Razões para não ter beneficiado de bolsa de estudo**



Questionou-se os ex-estudantes também quanto à forma como tomaram conhecimento da possibilidade de se candidatar a uma bolsa de estudos. Para além dos 31,3% que alegou desconhecimento para fazê-lo, apenas 18,8% dos inquiridos tomou conhecimento através do próprio estabelecimento de ensino. Igual percentagem tomou conhecimento através de colegas ou amigos. Os restantes não sabem ou não respondem.

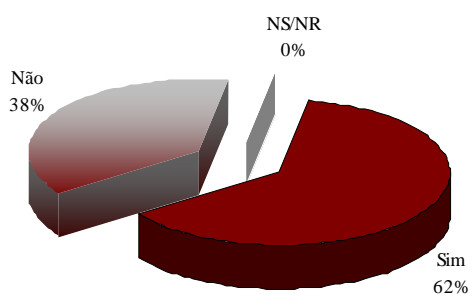
A esmagadora maioria dos inquiridos (62%) reconheceu que o estabelecimento de ensino superior que frequentou concedia outros apoios sociais, mas indirectos<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Entende-se por apoio social directo aquele que é concedido a um sujeito, tendo em conta a sua situação económica, financeira, ou outra. A bolsa de estudo constitui uma modalidade de apoio social directo.

<sup>83</sup> O apoio social indirecto destina-se a toda a comunidade académica, podendo ser prestado para acesso a alimentação, alojamento, serviços de saúde, apoio a actividades desportivas ou culturais ou acesso a outros apoios educativos.

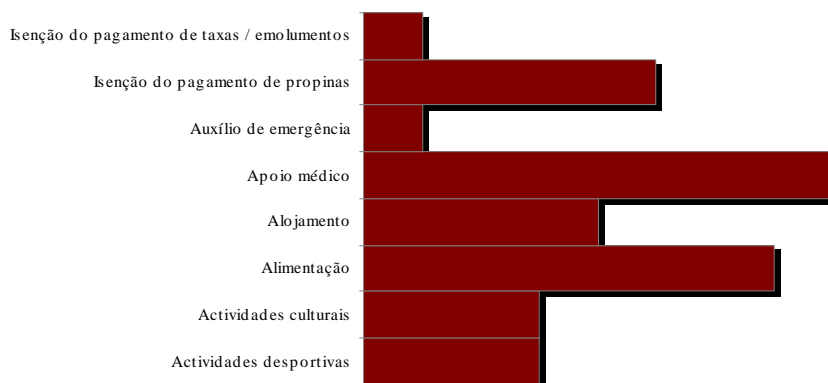
Apenas 6% dos inquiridos indicou que o estabelecimento de ensino frequentado concedia *isenção do pagamento de propinas* (apoio social directo).

**Gráfico n.º 41 – Concessão de outros apoios sociais pelo estabelecimento de ensino frequentado**



Conforme se poderá aferir da análise do gráfico que se segue, os apoios prestados pelos estabelecimentos de ensino superior frequentados pelos inquiridos passam pelo apoio médico (50%), alimentação (44%), isenção do pagamento de propinas (31%), alojamento (25%), actividades culturais e actividades desportivas, ambas com 18%, com uma percentagem de 6%, surgem os auxílios de emergência, bem como a isenção do pagamento de taxas e emolumentos.

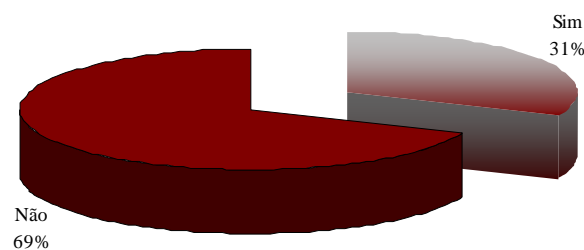
**Gráfico n.º 42 – Apoios sociais concedidos pelo estabelecimento de ensino frequentado, para além da bolsa de estudos**



Saliente-se que 63,6% dos estudantes deslocados tem conhecimento da possibilidade de concessão de apoios sociais por parte do estabelecimento de ensino superior que frequentou, sendo, contudo, desconhecidos de uma considerável minoria (36,4%).

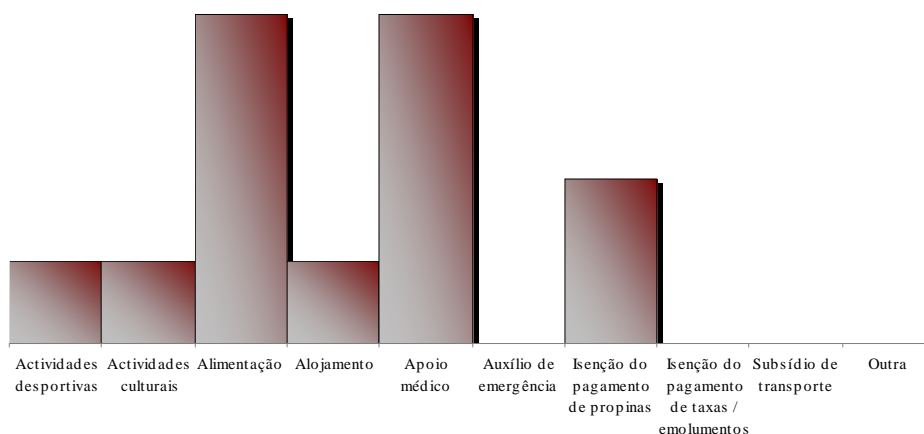
Apenas 31% dos inquiridos assumiu ter recorrido a algum dos apoios anteriormente referenciados e os restantes 69% referiu que não beneficiou de qualquer deles, conforme se pode aferir da análise do gráfico que se segue.

**Gráfico n.º 43 – Fruição de apoios sociais**



De referir que, de entre estes estudantes, 25% refere ter recorrido ao serviço de alimentação e à assistência médica, 13% ter beneficiado da isenção do pagamento de propinas e 6% ter usufruído das actividades desportivas e das actividades culturais, bem como do alojamento.

Gráfico n.º 44 – Fruição de benefícios sociais – Tipo de apoio



Nenhum dos inquiridos referiu ter beneficiado de auxílio de emergência, isenção do pagamento de taxas / emolumentos; subsídio e transporte ou beneficiado de qualquer outro tipo de apoio, conforme se pode constatar da análise do gráfico anterior.

De notar ainda que, quanto às funções académicas associativas, os inquiridos revelaram-se participativos (62%), ocupando a vida associativa organizada um lugar importante no meio académico, conforme se pode depreender da análise do gráfico que se segue.

A maioria destes estudantes desempenhou funções de delegado de ano ou curso e responsável / membro de grupo recreativo ou cultural.

Gráfico n.º 45 – Desempenho de funções académicas ou associativas

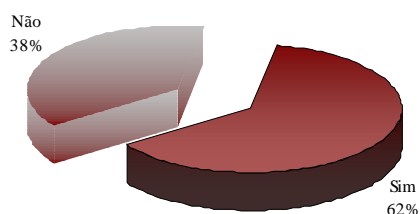
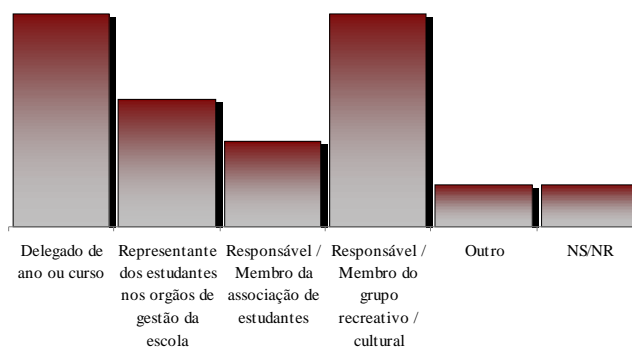


Gráfico n.º 46 – Tipo de funções académicas ou associativas desenvolvidas



Constata-se que 73% dos estudantes deslocados se envolveu em actividades académicas, bem como 40% dos estudantes não deslocados.

Relativamente às actividades extracurriculares, as percentagens apuradas são similares, sendo estas actividades desenvolvidas por 64% dos estudantes deslocados e 60% dos não deslocados.

Apenas dois dos estudantes respondentes beneficiaram de bolsas de estudo, sendo um deles deslocado e o outro não.



## CAPÍTULO VI

---

### **ABORDAGEM INTENSIVA**



## 6. Os que ingressam no ensino superior

Com vista a recolher o testemunho das vivências de ex-estudantes, hoje professores, foram realizadas seis entrevistas procurando encontrar motivações, angústias vividas, estratégias de sobrevivência do ponto de vista dos inquiridos, matéria que não é visível nem na revisão de literatura, nem na análise e interpretação da metodologia quantitativa usada. Para o efeito, com vista a obter reflexão sobre a memória dos tempos vividos enquanto alunos, foi constituído o seguinte universo de estudo:

**Tabela n.º 23 – Professores entrevistados**

Quant.	Estabelecimento de ensino frequentado / representado
2	Universidade de Coimbra
1	Universidade de Lisboa
1	Universidade do Porto
1	Universidade Técnica de Lisboa
1	Ensino religioso

Também neste capítulo quando nos referimos a *ex-estudantes*, *professores* ou *docentes*, deve ser entendido como ex-estudantes na generalidade, tendo em conta que não se pretendeu efectuar qualquer diferenciação ao género masculino ou feminino. O que se referenciar em *itálico* são citações usadas pelos docentes inquiridos durante as entrevistas.

Como exposto na secção destinada à reflexão metodológica, no processo de escolha e selecção dos entrevistados tivemos em consideração apenas o estabelecimento de ensino superior, procurando, desta forma, esboçar o retrato global da acção social no ensino superior público durante aquele período.

Pretendia-se conseguir, também, uma entrevista com um estudante que tivesse beneficiado de bolsa de estudo mas a selecção seria particularmente difícil. Contudo, e um pouco ao acaso, conseguimos falar com dois dos Professores que haviam beneficiado desse apoio social.

Entendeu-se ouvir dois ex-estudantes em representação da mesma Universidade – Universidade de Coimbra – tendo em conta que se considerou estarmos perante duas realidades marcadamente díspares e fundamentais no âmbito do presente trabalho de investigação, uma vez que um dos professores, enquanto estudante, foi bolseiro, mas não deslocado e o outro docente foi estudante deslocado, mas não beneficiou de bolsa de estudos.

O estudante da Universidade de Lisboa, embora não residisse naquela cidade, tinha a residência habitual sita em cidade próxima, o que lhe permitia efectuar o percurso casa – escola – casa, diariamente.

Desta forma, o grupo foi, então, constituído por quatro ex-estudantes deslocados e dois não deslocados. Dois desses estudantes (um deslocado e um não deslocado) usufruíram de bolsa de estudos durante, pelo menos, um dos anos em que frequentaram o ensino superior.

Numa primeira fase, foi entrevistado, um total de cinco professores, conforme informação constante na tabela seguinte.

Ouviu-se, ainda, o sexto ex-estudante que frequentou o ensino religioso, mas o seu testemunho será objecto de tratamento no próximo ponto deste trabalho de investigação.

**Tabela n.º 24 – Identificação e caracterização dos Professores entrevistados**

Identi- ficação	Universidade representada	Outra Universidade frequentada	Início-Conclusão do curso	Condição	
				Bolseiro / Não bolseiro	Deslocado / Não deslocado
A	Universidade de Coimbra	-	1973-1978	Bolseiro	Não deslocado
B	Universidade de Coimbra	Universidade de Lisboa	1968-1975	Não bolseiro	Deslocado
C	Universidade Técnica de Lisboa	Universidade de Coimbra	1969-1976	Bolseiro	Deslocado
D	Universidade do Porto	Universidade de Coimbra	1959-1965	Não bolseiro	Deslocado
E	Universidade de Lisboa	-	1965-1975	Não bolseiro	Não deslocado
F <sup>a)</sup>	Seminário Diocesano	-	1953-1964		

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Todos os docentes seleccionados assentiram em rever o passado em prol da presente investigação.

Constatou-se que alguns dos professores entrevistados haviam procurado antecipadamente reavivar memórias que pudessem ser úteis para o presente trabalho, revelando, desta forma, que, como agentes sociais que constituem o objecto do estudo, reflectem eles próprios sobre as nossas intenções e sobre si próprios, tornando-se, assim, investigadores de si próprios (Vieira, 2002: 85).

Decorridas as entrevistas, passou-se ao tratamento do conteúdo – vulgo análise de conteúdo (Vieira, 1999a: 53) – dos textos narrativos, incidindo-se, essencialmente, nos segmentos do discurso menos influenciados por uma leitura meramente descritiva das imagens. Entende-se que estes segmentos podem ser considerados enquanto afirmações dos sujeitos para a «*produção de sentidos*», às quais, é, por conseguinte, concedida a qualidade de «*conteúdos do pensamento representacional constituído*», passíveis de serem categorizados (Santiago, 1996: 187).

### 6.1. Caracterização do cenário académico

Durante as entrevistas, os docentes deram conta do período conturbado que constituiu os últimos anos da ditadura nacional em Portugal. Opressão e perseguição foram uma constante na vida dos estudantes: *Os nossos parceiros, por andarem a distribuir comunicados, eram presos à nossa frente e levados para a sede da PIDE [Polícia de Intervenção e de Defesa do Estado]. Havia um conjunto de práticas que já conhecíamos como ir procurar um advogado que defendesse os estudantes [...].* (Professor A)

Acrescenta que, depois da crise de 1969, Coimbra se tornou *uma cidade onde se falava de política em vários meios, mesmo no liceu. Foi aí, nas aulas de História, já em 1971 e 1972, que comecei a ter acesso a uma outra realidade do País.* (Professor A)

A mudança de ministro da Educação Nacional não se evidenciou junto dos estudantes, tendo um dos entrevistados referido apenas que

*Por ter um irmão mais velho a frequentar o ensino superior, em 1970, permitiu-me conhecer a antipatia que gerava Hermano Saraiva. E a que todo o país conhecia pela sua presença na TV. Não tinha o carisma de bom comunicador que alcançou mais tarde... Era muito*

*autoritário. Veiga Simão tinha um estar muito menos agressivo. Era um homem que falava da modernização do sistema educativo. Francamente, não tenho grande memória da sua passagem no Ministério. Talvez por não gerar tanto conflito quanto o seu antecessor. (Professor A)*

Da alteração de medidas de política, apenas o Professor E tem memória, começando por lembrar a reestruturação dos cursos de ensino superior.

*[...] Na altura houve uma política que foi a passagem dos cursos de 4 anos para 5. Eu tenho uma licenciatura com 5 anos. E isso reflectiu-se na reformulação dos cursos. Na altura, mais ou menos quando eu entrei para a Faculdade de Ciências, lembro-me que o Veiga Simão era Ministro da Educação [...], porque ele marcou um bocado, fez criar no Ensino Superior pelo menos dois cursos e eu julgo que o Veiga Simão foi o pai do chamado, agora, segundo ciclo [...]. (Professor E)*

Recorda ainda que o último ministro da Educação Nacional da II República, José Veiga Simão,

*Teve um papel importante na questão da formação de professores, que quis professores para o segundo ciclo, criou o curso [...] que era de dois anos da faculdade e tinha uma componente da parte das Ciências e criou nas Letras um curso que quase que era só coisas das Letras para serem professores desse curso [...]. Quando esses cursos acabaram tinham um curso superior mas não tinham um grau, porque os graus que havia era o bacharelato (três anos) e era uma licenciatura que era variável de curso para curso. (Professor E)*

Refere, a título de exemplo, que, nessa altura, *os cursos de Ciências aumentaram para 5 anos e os cursos de Letras eram de 4, e os cursos de Medicina eram de 6. As licenciaturas eram também variáveis.*

Os primeiros reflexos da reforma sentiu-os quando estava no quarto ano da faculdade [...] *na altura foi-nos perguntado, de repente, se queríamos ir para [...] professores ou para uma licenciatura científica. E eu cá fui para a científica [...]. Ninguém optou pela formação de professores. (Professor E)*

A repressão e perseguição mantiveram-se até à queda do regime. Já depois da tomada de posse do Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão havia elementos mobilizados pelo Estado que *perseguiram os estudantes* dentro da própria Universidade. Um dos entrevistados, o Professor B, lembrou um episódio envolvendo um familiar próximo, também ele estudante do ensino superior que, ao aperceber-se de uma incursão desses elementos junto da comunidade estudantil, se refugiou numa *casa de banho da Universidade*. Contudo, ao ser localizado foi agredido com violência, tendo ficado fisicamente incapacitado para se deslocar durante aproximadamente uma semana. Já o Professor E recorda que, nesta altura, havia nas universidades os *contínuos, que eram informadores da PIDE. Lembro-me que tínhamos alguns na Faculdade de Ciências.*

*Muito mais tarde, com o 25 de Abril, fomos informados que eram informadores da PIDE, mas a nível pessoal eram gente simpática [...]. (Professor B)*

O Professor A referiu, ainda, que, naquela altura, os estudantes se mantinham particularmente atentos ao que se passava à sua volta, revelando-se sensíveis aos problemas que afectavam a vida nacional e internacional:

*Havia uma atenção muito grande ao que se passava no resto do mundo (França, E.U., URSS, Brasil...). Lembro-me da expectativa da leitura do Expresso, a partir de 1972, das crónicas da Guidinha, do Diário de Lisboa, do Jornal do Fundão. Sabíamos exactamente onde encontrar a informação que escapava mais à censura. Tínhamos informação que trocávamos e reflectíamos em conjunto. A Praça da República e alguns cafés em particular, o meu era a Clepsidra, tornavam-se os locais de encontro até com professores da Universidade, que eram verdadeiras referências para os novitos. (Professor A)*

Acrescenta que *o movimento mais organizado, já após a minha entrada para a Universidade, era o Pró Reabertura da AAC [...].* Refere que *Ainda hoje não percebo onde arranjávamos tempo para estudar, com tanta actividade política e cultural, associada à vida académica.* No entanto, procuravam ser uma referência aos diversos níveis: *Mas precisávamos de marcar posição de destaque enquanto alunos e, por isso, não podíamos descurar os estudos para nos mantermos como referências a vários níveis. O tempo dava para tudo. (Professor A)*

A este respeito, anota Miguel Cardina (2004), que, embora à Universidade continuassem a aceder apenas as classes média-alta e alta, nos últimos anos do regime, uma percentagem significativa de estudantes deixa progressivamente de se ver a si próprio como uma *«elite a quem competia, no essencial, reproduzir a ordem política e moral»*, para passar a regular os seus discursos e práticas de acordo com um *«ideal de comportamento social»*.

Alguns estudantes participavam ainda em actividades extracurriculares, como é disso exemplo o Professor A:

*Particpei num grupo coral. Posteriormente, estive ligada à direcção da Secção de Ginástica e, para além disso, continuei no CELUC [Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra], entrei no Centro de Estudos Fotográficos, no Centro de Estudos de Cinema. Fiz parte do Conselho Desportivo. (Professor A)*

## 6.2. Apoio social

Em 1965, é oficialmente instituída a estrutura jurídica do Centro Universitário do Porto e, no ano seguinte, são criados os Serviços Sociais das Universidade de Coimbra, Lisboa e Técnica de Lisboa. Trata-se de organismos que funcionam junto das universidades e têm como objectivo proporcionar aos estudantes as devidas condições para se dedicarem ao estudo e a outras actividades complementares, procurando, assim colaborar na formação integral dos estudantes.

Desta forma, e na ausência de regulamentação específica sobre esta matéria, procurou-se recolher, junto dos inquiridos, informação referente aos benefícios sociais atribuídos pela Instituição frequentada. Constatou-se que a realidade apreendida pelos inquiridos se revelou, de certa forma, coincidente, conforme se pode depreender da análise da informação constante da tabela subsequente.

**Tabela n.º 25 – Fragmentos discursivos referentes a bolsas de estudo**

Identificação	Universidade representada	Qualidade	Observações quanto à atribuição de bolsas de estudo	Divulgação da informação referente a benefícios a atribuir	Divulgação de resultados
A	Universidade de Coimbra	Bolseiro	[Referindo-se aos estudantes provenientes da periferia]. Não me lembro de terem mais apoios do que aqueles que eu própria tinha: isenção de propinas, por mérito de notas.	Não havia divulgação de benefícios. Penso que a Universidade era mesmo uma instituição muito fechada sobre si própria e que inspirava algum respeito/afastamento.	Na Porta Férrea, que dá entrada para o Pátio dos Gerais, eram afixadas informações e listas de beneficiados, em vitrinas colocadas em ambas as paredes. Era aí que eu ia procurar o meu nome...
B	Universidade de Coimbra	Não bolseiro	O apoio social era baixíssimo, atingia mesmo um reduzido número de pessoas.	Não havia qualquer divulgação dos benefícios sociais. E o que havia, era numa linguagem quase inacessível.	Além do mais, não havia listas públicas, ou seja, o aluno ia ao guichet e diziam-lhe se tinha sido atendido ou não. Não era um processo nada transparente. Eu não sabia se o colega que tinha pedido depois de mim ou antes de mim e que estava ao meu lado tinha sido atendido ou não, porque não havia listas públicas.
C	Universidade Técnica de Lisboa	Bolseiro	A bolsa que tive foi-me atribuída pela Caixa de Previdência [...] E para além disso, ainda tinha isenção do pagamento de propinas. [...] tínhamos sempre que comprovar o mérito.	Não, eram desconhecidas. No meu caso, foi uma mera circunstância do meu pai. Havia um Senhor que ele conhecia que era empregado de um Ministério e alertou-o. Foi ele que lhe deu a orientação.	Em Coimbra sim, na Porta Férrea. E no Técnico também, em locais onde era afixada outra informação.
D	Universidade do Porto	Não bolseiro	A atribuição estava ligada ao mérito e ao rendimento do agregado familiar.	A Associação, na altura Filantrópico-Académica, disponibilizava alguma informação.	Em Coimbra na Porta Férrea e no Porto em locais onde se colocava outra informação.
E	Universidade de Lisboa	Não bolseiro	Não lhe sei dizer, mas dou-lhe um exemplo do meu curso, principalmente no 3.º, 4.º e 5.º anos tínhamos, pelo menos as quartas-feiras, inteiramente livres. [...]. Lembro-me uma vez de termos ido fazer uma visita de estudo ali para a Vialonga e que paguei o comboio. Mas normalmente não despendíamos dinheiro para os transportes e percorríamos Portugal inteiro. Mas de algum lado tinha que vir [...]. Agora, se eram fundos próprios lá da secção de Geologia que tivessem esses hábitos [...]. Não éramos nós individualmente que nos candidatávamos [...]. Nunca paguei, que eu me lembre, um tostão quando saíamos esses dias todos fora, etc., etc. [...]. Mas quando andávamos 8 dias fora, esse dinheiro tinha que sair de algum lado, nós não pagávamos as refeições, nem nada.	Não, eu disso não tenho ideia.	Não, eu disso não tenho ideia.
F <sup>a)</sup>					

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Constata-se que, embora dois dos professores entrevistados tivessem beneficiado de bolsa de estudo, em nada alterou o entendimento global quanto à divulgação da informação referente aos benefícios sociais.

Na perspectiva dos estudantes, o sistema de acção social no ensino superior caracterizava-se pela dificuldade de acesso, agravada pela ausência de divulgação dos benefícios sociais existentes. Para além disso, não havia lugar a qualquer elucidação quanto aos critérios utilizados para a sua atribuição. Procurava-se intrincar o acesso à informação, o que passava, desde logo, pela utilização de uma linguagem considerada *quase inacessível* ou, em alguns casos, *inacessível* aos interessados, o que levou o Professor B a classificar o processo como discricionário e arbitrário. Sublinha ainda aquele docente a escassez de legislação e a inexistência de regulamentação específica sobre esta matéria.

Acrescenta o mesmo professor que o estudante ao candidatar-se prestava as informações requeridas, devendo aguardar o *tempo necessário* para que fossem *recolhidas informações*, processo que assentava, todo ele, numa frágil e ténue transparência e regularidade.

Findo esse período, era afixada, em secção própria da Universidade, a listagem dos beneficiados. Caso o requerimento do estudante *não tivesse sido atendido*, o processo era arquivado, não havendo lugar a qualquer reclamação ou pedido de esclarecimentos. (Professor B)

Refere o Professor B que fazia, no entanto, parte do senso comum a discriminação positiva relativamente aos estudantes provenientes de determinadas regiões do País, designadamente do interior. Considerava-se evidente a *influência de grupos privilegiados*, designadamente aqueles pertencentes à Igreja católica. Entendia-se também que os *opositores ao regime* não eram jamais contemplados, bem como aqueles sobre os *quais recaía alguma suspeita da PIDE*. Anota que, na realidade, eram *construídos apoios à medida dos apoiantes do regime*.

Os professores entrevistados revelaram desconhecer a existência de qualquer mecanismo de controlo da atribuição destes benefícios sociais.

Para além destes apoios, os Serviços Sociais das Universidades punham à disposição da comunidade académica cantinas e um serviço de cafetaria onde os estudantes podiam tomar as suas refeições a um preço mais reduzido que nos restantes

locais similares. A refeição era composta, na generalidade, por uma sopa, um prato de peixe ou carne (em alternativa), fruta, sumo de máquina e pão<sup>84</sup>. Era ainda disponibilizada água e, em algumas Universidades, leite e vinho *à descrição*. Houve ainda referência à venda de outras bebidas alcoólicas no serviço de cafetaria da Universidade de Coimbra.

Desta forma, foi delineada a tabela que se segue, onde constam fragmentos discursivos referentes ao serviço de alimentação.

**Tabela n.º 26 – Fragmentos discursivos referentes a serviços de alimentação**

Identificação	Universidade representada	Recurso dos estudantes ao serviço de alimentação da Universidade	Descrição da comida disponibilizada	Bebidas disponibilizadas
A	Universidade de Coimbra	<i>Sim, era o lugar onde tinha os meus jantares fora com o namorado. Tal como outros colegas, que habitualmente não usavam a cantina.</i>	<i>Concretizava-se no princípio do arroz de colar à parede. Mas a racional era muito agradável. só comia de vez em quando [...]. Apesar de frequentar muito raramente, lembro-me que havia dois tipos de refeição: a normal e a racional, em que se introduzia mais fruta e vegetais e também iogurtes. Qualquer um tinha sopa, um prato (peixe ou carne à escolha) e peça de fruta, sumo de máquina e pão.</i>	<i>Sumo tipo concentrado e diluído, apresentado em máquina doseadora, e água. Não tenho qualquer ideia sobre cerveja...</i>
B	Universidade de Coimbra	<i>Sim, mas era péssimo.</i>	<i>[...] mas era péssimo. [...] a alimentação era muito má. O arroz era uma espécie de cola. A sopa era uma espécie de água com couves a boiar. A ideia que corria era que... que faziam corrupção, como se fazia nas messes... comprar batatas e vender batatas. [...] Quando era peixe não se podia comer. Quando era rancho, ou seja, carne com grão, acho que a carne nunca se viu. Portanto, a malta quando estava com fome lá tinha que recorrer.</i>	<i>[...] Tinha uma coisa que eu nunca apreciei que foi o vinho à descrição. Havia estudantes que bebiam muito. Era vulgar, repare, no bar da faculdade, vendia-se vinho [...]. A cultura era outra relativamente ao álcool naquela altura. Era frequente.</i>
C	Universidade Técnica de Lisboa	<i>Cerca de 98% dos estudantes recorriam aos serviços de alimentação da Universidade.</i>	<i>Para a época, [...] era a comida possível. A comida era farta. Havia muitas pessoas a repetir. Havia leite UHT. Foi o 1.º sítio onde vi o leite UHT, ainda nem se via à venda... Mas tínhamos dificuldade em comer at 8 dias... Todos os dias havia um prato de carne e um de peixe (em alternativa), para além do prato de dieta. A refeição era completa. Havia iogurtes, fruta, tudo... Todos apanhámos úlceras, todos apanhámos gastroenterites... O prato de dieta era variado... Variava entre a posta de pescada que era atribuída: uma vez o rabo, outra a posta, outra a cabeça... Em relação à bebida, havia água e sumo concentrado [...]. Não me recordo se havia vinho ou cerveja...</i>	<i>Em relação à bebida, havia água, sumo concentrado [...]. Não me recordo se havia vinho ou cerveja...</i>
D	Universidade do Porto	<i>Os estudantes recorriam muito a este serviço. Mesmo para o serviço de pequeno-almoço.</i>	<i>A qualidade era razoável.</i>	<i>Água e sumo.</i>
E	Universidade de Lisboa	<i>[...] Todos comíamos, de vez em quando não comíamos lá [...], mas lembro-me de pagar por um almoço 7\$50, e que no Zé Carioca eram 10\$00 e, portanto, aquela diferença de 25 tostões, a gente tinha que a encontrar [...].</i>	<i>Eu era uma pessoa um bocado mal habituada [...] acho que tive dois grandes períodos em que me eduquei. [...] E depois o resto da minha educação alimentar, como eu costume dizer, aconteceu na cantina da Universidade, porque os meus pais davam-me dinheiro para eu comer na cantina e se eu não comesse na cantina, cá fora era mais caro. Portanto, acabei por me habituar. Eu a ideia que tenho é que entrei com mais fartura do que neste momento aqui. E vou-lhe dizer porquê: Lembro-me perfeitamente que havia sopa, havia um prato, havias pratos... mais que um prato para a pessoa escolher mas, por exemplo, as pessoas podiam acompanhar a comida, eu lembro-me que foi uma altura em que eu acompanhava a refeição com leite e tinha direito a um quarto de [...] leite Vigor [...].</i>	<i>Eram umas garrafas pequeninas, aquelas garrafas pequeninas, é a ideia que tenho, que em qualquer cantina havia aquelas garrafas pequeninas que a pessoa podia tirar ou de água, ou de leite ou vinho branco ou tinto.</i>
F <sup>a)</sup>				

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Junto às Universidades havia alguns quartos<sup>85</sup> onde eram alojados estudantes. Uns, de acordo com os depoimentos, da responsabilidade da Universidade, mas outros

<sup>84</sup> Referiu o Professor A que na cantina da Universidade de Coimbra havia diariamente dois tipos de refeição: a *refeição normal* e a *refeição racional*, constando da composição desta última mais fruta, vegetais e iogurtes, que na primeira.

<sup>85</sup> O Decreto-Lei n.º 46 834, de 11 de Janeiro de 1966, cria o centro de alojamento da Universidade de Coimbra, sendo integrado, pelo Decreto-Lei n.º 47 303, de 7 de Novembro de 1966, nos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra.

da responsabilidade da Igreja ou de outras organizações, designadamente da Mocidade Portuguesa, conforme se pode aferir da análise dos excertos que se seguem.

**Tabela n.º 27 – Fragmentos discursivos referentes a serviços de alojamento**

Identificação	Universidade representada	Alojamento disponibilizado pela Universidade
A	Universidade de Coimbra	<i>Ainda hoje tem as residências, algumas das quais anteriores a 1974.</i>
B	Universidade de Coimbra	<i>Havia, mas isso funcionava de outra maneira. Havia muito poucos alunos e os alojamentos que existiam eram mais ligados a organizações religiosas. Havia os lares religiosos, mas depois havia [...] duas residências, eram dois edifícios distintos [...] [para] oito mil e tal [estudantes], havia quarenta quartos. [...] Quem é que estava lá? Dois dos rapazes eram antigas seminaristas. [...] A questão era mais de moral do que política. Mas julgo que eram uns quarenta quartos. Julgo que até eram camaratas e não quartos.</i>
C	Universidade Técnica de Lisboa	<i>Havia algum alojamento mas ligado a organizações associadas à Igreja... Pela Universidade, não tenho ideia...</i>
D	Universidade do Porto	<i>Havia as residências universitárias, mas os quartos eram em número muito limitado. Um quarto, na altura, ficava entre os 800\$00 / 900\$00. Já um quarto da Faculdade ficava em cerca de 300\$00.</i>
E	Universidade de Lisboa	<i>[...] Muitas colegas minhas do curso estavam em residenciais que eram da Mocidade Portuguesa e pagavam um quantitativo muito inferior, mesmo muito inferior, às outras residenciais que não eram da Mocidade Portuguesa [...]. Mas, não sei, talvez mais de metade das minhas colegas de curso que eram de fora fizeram o seu curso todo estando alojadas. Uma das residenciais era na Artilharia 1, que era uma residencial universitária [...], julgo que aquilo pertencia à Mocidade Portuguesa [...]. Havia lares, havia, mas que eram bastante mais caros, mas havia vários lares desses, ligados ao Estado, penso que não era uma situação, julgo eu, da universidade de Lisboa. Mas aquilo era tudo aluno universitário que ali estava. Dos Açores, da Madeira, do Alentejo, do Algarve. Por exemplo, [...] praticamente todas as minhas colegas que eram de fora, colegas de curso, estiveram nesse lar e havia vários, que eu julgo que eram da Mocidade Portuguesa [...].</i>
F <sup>a)</sup>		

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Na generalidade, os professores entrevistados consideraram a quantidade de quartos disponíveis um número sem grande expressão, face ao número de estudantes existente. Salientou o Professor B que, para além do escasso número de quartos disponibilizados, ainda era dada preferência a elementos de determinados grupos, *sendo eles, por exemplo, os estudantes provenientes de seminários.* (Professor B)

O apoio médico e de enfermagem era prestado aos estudantes a título gratuito. Nesses serviços podiam-se encontrar profissionais de diversas especialidades. Contudo, o Professor B anota que sempre evitou recorrer àqueles serviços tendo em conta que considerava ser o local de estágio dos estudantes de medicina, recém-licenciados. Por vezes, *eram mais os estagiários do que os estudantes para serem atendidos*, refere. Porém, esta opinião não é corroborada pelos restantes professores entrevistados.

**Tabela n.º 28 – Fragmentos discursivos referentes a assistência médica**

Identi- ficação	Universidade representada	Funcionamento da assistência médica
A	Universidade de Coimbra	<i>As consultas eram gratuitas. O serviço era prestado por profissionais de diversas especialidades, para além do serviço de enfermagem.</i>
B	Universidade de Coimbra	<i>[...] A consulta era da manhã para a tarde. Mas quem é que lá estava? Eram os estagiários. Nós só recorriamos a esse serviço em última análise. [...] Portanto, nós tínhamos algum receio de irmos aos serviços médico-sociais. Sei que um ou outro [estudante] foi operado e que depois foi encaminhado para a universidade. Portanto, essas consultas eram feitas quase como que a título experimental. Eram alunos que tinham concluído a licenciatura. Agora, se me pergunta, eram rápidos? Eram. Da manhã para a tarde conseguia-se consulta. Porque eram muitos estagiários. Por vezes eram mais os estagiários do que utentes.</i>
C	Universidade Técnica de Lisboa	<i>Era boa. [...] Tanto em Coimbra como em Lisboa os serviços eram prestados por médicos profissionais. Podia haver um estagiário ou outro mas as consultas eram dadas pelos profissionais e não pelos estagiários.</i>
D	Universidade do Porto	<i>Era boa. [...] No Porto a assistência médica era prestada através do Centro Universitário do Porto. Havia consultas de clínica geral e depois era feito o encaminhamento para determinado local, com preços inferiores aos habituais. As consultas eram sempre ministradas por profissionais de saúde. Se fosse necessário iam a casa do estudante sem levarem nada por isso.</i>
E	Universidade de Lisboa	<i>[...] Não tenho ideia, vou dizer-lhe porquê. O meu pai era oficial do exército e sempre, até bastante tarde, até mesmo já quando já era professora, continuei a servir-me sempre dos serviços militares. Portanto, sinceramente não lhe sei dizer, porque tinha sempre o outro lado.</i>
F <sup>a)</sup>		

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Constatou-se que quatro dos inquiridos por entrevista conheciam a forma de funcionamento dos serviços médicos da Universidade de Coimbra, tendo em conta que o percurso académico de todos eles tinha ditado a passagem por aquele estabelecimento de ensino. De notar que essa alusão, pelos estudantes inquiridos como representantes de outras Universidades, foi efectuada pelos próprios sem que o investigador tivesse feito qualquer interpelação nesse sentido. A imagem guardada, na generalidade, era a de um bom serviço, que passava pela reserva de uma ala de quartos no Hospital de Coimbra para estudantes universitários. Sobre esta matéria referiu o Professor C que *Quando estive em Coimbra, tive um problema de saúde que requereu o internamento durante um período de dois meses [...]. As despesas eram pagas pelos Serviços Sociais. Havia uma ala de quartos reservada no Hospital de Coimbra para o ensino universitário.* No mesmo sentido respondeu o Professor D, afirmando que *Havia quartos no Hospital de Coimbra próprios para os estudantes. Para uma consulta externa tínhamos que comprar a «senha de indigente» que custava 2\$50, mas não pagávamos mais nada.* (Professor C)

**Tabela n.º 29 – Fragmentos discursivos referentes a apoio às actividades desportivas e culturais**

Identificação	Universidade representada	Apoio às actividades desportivas	Apoio às actividades culturais
A	Universidade de Coimbra	Futebol, xadrez, judo, equitação e esgrima.	Canto e teatro; grupo etnográfico e filatelia.
B	Universidade de Coimbra	<i>As actividades desportivas eram muito poucos. Havia o futebol, o judo. Havia apoio para as actividades desportivas mas eram poucos. Quando uma actividade começava a ser alvo de contestação, deixava de ser apoiada. Foi o caso do judo [...] Interessava aquilo que desse uma boa imagem. [...] Interessavam as competições desportivas. Portanto interessava aquilo que tivesse visibilidade [...] mas que não agitasse. Interessava, por exemplo, o xadrez. Os apoios eram escassos, mas eram os apoios possíveis.</i>	<i>Interessava aquilo que desse uma boa imagem. Porque, repare, interessava o teatro, interessava o canto [...]. Portanto, interessava aquilo que tivesse visibilidade, que tivesse visibilidade mas que não agitasse [...]. Depois, em Coimbra havia uma coisa muito importante que era o teatro Gil Vicente, que funcionava com apoios sociais. O bilhete custava 2\$00 quando cá fora talvez fosse a 5\$00. [...] E com filmes bons. [...] Eram filmes cortados pela censura. Mas o Gil Vicente contribuiu e [...] bastante para a formação de hábitos de ver cinema como até de discutir cinema como também de teatro.</i>
C	Universidade Técnica de Lisboa	<i>Havia infra-estruturas que permitiam a prática de vários desportos. A Associação disponibilizava, também, um ginásio e salas para ginástica. [...] Disponha de piscina. Era o único no país. Era a faculdade mais rica do País... Havia o futebol, andebol, basquetebol a funcionar diariamente. Havia também a organização para-estatal, a Mocidade Portuguesa, que tinha outras modalidades, por exemplo, tiro-ao-alvo.</i>	<i>Sim, apoiava.</i>
D	Universidade do Porto	<i>Havia torneios de futebol de salão, hóquei em patins, etc. [...] O número de estudantes que praticava desporto era reduzido tendo em conta que as pessoas estavam ali para estudar...</i>	<i>Havia também o teatro, orfeão, tuna, entre outros.</i>
E	Universidade de Lisboa	<i>[...] Sei que eu não praticava, sei que alguns colegas meus praticavam alguns desportos. Ali na Faculdade de Ciências [...]. Se isso era subsidiado, qual era o tipo de subsídio, eu não lhe sei dizer. [...] Eu julgo que os rapazes que era o futebol, basquete, e assim, mas não lhe sei dizer, que não estava metida nisso.</i>	<i>Não, que eu me lembre, absolutamente nada.</i>
F <sup>a)</sup>			

a) Tendo em conta a especificidade da situação do Professor F, será analisada em secção própria (6.3.).

Acresce ainda referir que, tendo em conta os apoios concedidos pelo Estado aos estudantes do ensino superior, estava a sociedade civil e académica preparada para complementar o sistema de assistência social existente.

Assim, junto aos estabelecimentos de ensino superior era possível encontrar casas particulares onde se confeccionava comida para servir essencialmente aos estudantes e docentes, a um preço ligeiramente superior àquele praticado pela Universidade, mas mais económico do que na generalidade dos estabelecimentos comerciais.

Entre os estudantes deslocados que se encontravam nas repúblicas ou em quartos alugados, a solidariedade e a partilha eram também uma constante. Os estudantes, por vezes provenientes das zonas rurais, eram regularmente prendados pelos familiares com bens alimentares, que eles próprios produziam ou confeccionavam, e que o estudante partilhava com os restantes residentes. O Professores B recorda um dos colegas, natural de Gouveia, cujo pai, produtor de queijos, fazia chegar esporadicamente grandes quantidades desse produto. O mesmo acontecia com o *presunto, as chouriças e as batatas*. Todos esses bens eram partilhados pelos residentes.

Por outro lado, eram ainda criadas pelos estudantes estratégias de recolha de fundos. Recorda, o mesmo Professor, *as festas* que faziam para os *doutores*<sup>86</sup>. Tratava-se da organização de um pequeno encontro para o qual eram convidados os *doutores*. Nessa altura, era feita uma colecta de fundos junto dos convidados, onde se chegavam a reunir consideráveis quantias em dinheiro. Anota que, num desses encontros, chegaram a recolher *dez contos, numa altura em que alguns veículos custavam quarenta contos, era muito dinheiro*. (Professor B)

De igual modo, por ocasião da *queima das fitas*, os *doutores*, que em tempos tinham sido estudantes deslocados, dirigiam-se às residências que os haviam acolhido durante a sua passagem pela Universidade e deixavam também algumas quantias em dinheiro.

Face ao exposto, parece-nos que, tendo em conta o sistema de acção social existente, bem como a assistência social particular que funcionava em paralelo e que o complementavam, poderiam os estudantes que frequentavam o ensino superior não sentir necessidade de um sistema de acção social mais abrangente e, eventualmente, mais eficaz.

De facto, nos capítulos destinados à revisão da literatura, várias foram as referências à não universalidade do ensino superior em Portugal e ao seu direccionamento apenas para as elites.

A escolha dos entrevistados foi efectuada, de forma aleatória, tal como anteriormente referido, de entre estudantes que tinham frequentado o ensino superior durante o Estado Novo.

Sem ter o intuito de questionar sobre a vida familiar do entrevistado, várias foram as referências que indiciavam a sua proveniência de famílias com alguma disponibilidade financeira. Sem se pretender fazer juízo de qualquer natureza, refira-se, a título de exemplo, que um dos entrevistados ocupou durante o seu percurso académico um quarto particular, recaindo a sua escolha num quarto que custaria o dobro apenas *por ter porta directa para a rua*, garantindo-lhe, desta forma, *maior independência e autonomia*. (Professor B)

---

<sup>86</sup> Designavam por *doutores* os estudantes que, entretanto, já haviam concluído a sua formação superior.

Um outro docente entrevistado referiu ainda que *Frequentar a Universidade, antes de 1974, era mesmo para elites. Não significa que não tivesse colegas que me acompanharam do Liceu, vindos da periferia da cidade, de origens socioculturais bastante humildes. Não participavam da mesma forma... havia um acanhamento que decorria da sua fraca representatividade no conjunto dos estudantes.* (Professor A)

Para estes estudantes provenientes de famílias mais humildes, não é evidente a existência de apoios sociais diferenciados, tanto mais que, até ao final da década de sessenta, a atribuição de bolsas de estudo surge associada ao bom desempenho do estudante, coroado com uma média final que permitisse a atribuição daquele benefício social (média de 16 valores até 1943 e de 14 valores, a partir desse ano). Porém, esses estudantes economicamente menos favorecidos poderiam, por razões diversas, não ter conhecimentos, cultura ou capacidade que lhes permitisse atingir as metas legalmente definidas, podendo ver, por conseguinte, inviabilizado o acesso e a frequência de um curso de ensino superior.

De qualquer forma, estamos cientes que o ideal de frequência de um curso de ensino superior era considerado como inatingível para a esmagadora maioria dos portugueses, sobretudo para os residentes nas zonas rurais. Para estes, os obstáculos causados pela ausência de recursos financeiros, agravada pelo distanciamento das infra-estruturas escolares, eram inúmeros e, por vezes, incontornáveis. Referia-se um dos docentes entrevistados a um indivíduo que havia concluído o ensino secundário faltando apenas realizar um exame para ingresso no ensino superior, mas, para o efeito, era necessário *recorrer-se a uma viagem de comboio, para a qual não havia dinheiro.* Parece-nos que, para esses que concluíam o ensino secundário e que *«ficavam a um passo»* da Universidade por questões económicas, o sistema de acção social era ineficaz ou mesmo inexistente.

Para as famílias mais humildes, poderia restar apenas uma alternativa para a prossecução dos seus estudos por algum dos elementos do agregado familiar, que passaria pelo recurso ao ensino religioso. Assim, junto dos Seminários, os estudantes podiam fazer todo o percurso escolar como estudantes internos sendo, na generalidade, um sistema de ensino menos dispendioso para os estudantes. Para além disso, a formação aí adquirida ao longo de vários anos, conferia-lhes um estatuto privilegiado,

para o qual contribuía certamente a acentuada influência que a Igreja detinha sobre a sociedade portuguesa.

Em suma, o recurso a estes estabelecimentos de ensino poderia ser a única forma encontrada pelas famílias humildes para contribuir para a mobilidade social dos seus descendentes, através do ensino.

### 6.3. Um curso superior: da miragem à realidade

O presente estudo incide num período em que o ensino não era visto como possível dinamizador da mobilidade social, tendo em conta que «*para se viver no topo tinha de se ter nascido no topo*» (Mónica, 1996: 229), destacando Boudon (1973) que o factor económico era, efectivamente, determinante para a manutenção das desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino, bem como no processo de mobilidade social. Refere ainda que os indivíduos se diferenciam não só no âmbito da herança cultural, mas, também, segundo as posições que ocupam no sistema de estratificação social. Considera o êxito escolar e a posição social reciprocamente indissociáveis, tendo em conta que as posições são atribuídas aos sujeitos apoiados quer na origem social quer no nível escolar.

A Igreja católica poderia constituir a única alternativa para contornar este «*determinismo*», tendo em conta que, através das suas organizações, procurava «*captar o talento*» (Mónica, 1996: 229; Cortesão, 1988; Stoer, 1986; Carvalho, 1996).

Desta forma, e tendo ainda em conta o que tem vindo a ser relatado ao longo do presente estudo, entendemos dar voz a um ex-estudante do ensino religioso.

Numa lógica de anonimato será o Professor entrevistado denominado por Professor F.

Tabela n.º 30 – Identificação e caracterização do ex-estudante do ensino religioso

Identificação	Género	Estabelecimento de ensino frequentado	Início-Conclusão do curso
F	Masculino	Seminário Diocesano	1953-1964

O Professor F nasceu em 1942. É o filho primogénito de um casal de camponeses, ambos iletrados, residentes numa aldeia do concelho de Leiria, localizada a cerca de 20 km desta cidade. Os seus pais tinham, no total, seis filhos, três do sexo masculino e três do sexo feminino.

Refere que frequentou o ensino primário na aldeia onde residia e ingressou no ensino religioso em 1953, num Seminário Diocesano.

O Professor F dá-nos conta que a escolha do estabelecimento de ensino deve-a aos seus pais, considerando que quando ingressou no ensino religioso era ainda bastante jovem (11 anos de idade), escolha que aceitou, considerando que *como queria estudar, não havia outra solução*, consciente das dificuldades económicas sentidas pela família. Contribuiu ainda para aquela decisão o facto de os estabelecimentos de ensino secundário estarem concentrados na cidade e a inexistência de meios de transporte que assegurassem a deslocação de forma regular. Sublinha que, já depois de ingressar no Seminário, ao regressar a casa no período de férias, por vezes tinha que fazer todo percurso *a pé, com a mala de viagem cheia*.

Em alternativa, acrescenta, poderia aquele trajecto ser efectuado de bicicleta, mas não era aconselhável para uma criança de *11 anos fazê-lo sozinho todos os dias*.

Todos os colegas que o Professor F conheceu durante a sua passagem pelo Seminário provinham do meio rural *Não conheci um só sequer da cidade*. Normalmente, eram as famílias economicamente mais carenciadas que procuravam este tipo de ensino, talvez por ser menos dispendioso, quando comparado com o ensino oficial.

O Professor F recorda que todos os estudantes tinham os mesmos apoios embora as prestações mensais diferissem um pouco consoante as possibilidades económicas de cada família. Contudo, a mensalidade mínima, cifrava-se, recorda, em 50\$00, sendo ainda devida, pelas famílias dos estudantes, uma prestação anual de 50\$00. Desta forma, os encargos anuais fixos, com o estabelecimento de ensino cifravam-se, num valor mínimo de 500\$00, quando, em igual período, o valor anual das propinas, se situava em 1.200\$00, em todas as escolas superiores públicas, por aplicação do Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941.

Este apoio financeiro era-lhe prestado pela sua própria família. Porém, alguns colegas mais carenciados, normalmente provenientes de famílias numerosas e humildes,

viam as suas despesas ser suportadas por outras famílias que apresentavam maior disponibilidade financeira. Recorda por exemplo, o caso de um colega, também do concelho de Leiria que provinha de uma família de oito irmãos. A família, consciente do desejo do filho de frequentar o ensino religioso e reconhecendo a incapacidade para permitir a sua satisfação, solicitou apoio a uma família que residia na mesma aldeia *e que tinha um filho a estudar, que veio a ser Médico*. Acrescenta que *todas as despesas eram suportadas por essa família e, dos fatos do filho, fazia a roupa para o meu colega*.

Esta era, *aliás, uma prática habitual nesse tempo. Havia um grande apoio à Igreja e, conseqüentemente, a quem pretendesse seguir a vida religiosa*.

A alimentação no estabelecimento de ensino era disponibilizada pela própria Instituição, mas tudo o resto, desde a roupa, calçado, os produtos de higiene pessoal até ao material didáctico<sup>87</sup>, ficava a cargo da família do estudante.

Ao domingo havia um período de 30 minutos (entre as 10:00 horas e as 10:30 horas) para que as famílias fizessem chegar aos estudantes residentes os produtos necessários para a semana seguinte, recebendo em troca aqueles utilizados na semana que findara.

No caso do Professor F, esta permuta era assegurada pela sua irmã, *mais nova apenas dois anos*. Todo o itinerário de, no total, aproximadamente 40 km era percorrido pela criança sozinha e a pé.

A participação na vida académica era prática corrente e totalmente apoiada pela Instituição.

*Fazia-se teatro, canto coral, havia uma academia literária com reuniões mensais onde, em cada uma, discursava um aluno diferente, com uma revista interna onde os alunos expunham os seus artigos sobre assuntos da sua escolha, tudo dirigido por uma direcção formada pelos alunos, com presidente, secretário e tesoureiro. (Professor F)*

O mesmo acontecia relativamente às actividades desportivas, dispondo, não obstante, este sector de direcção própria. Os estudantes praticavam *sobretudo voleibol, pingue-pongue e, claro está, futebol*. Para a prática desta última modalidade desportiva

---

<sup>87</sup> O Professor F refere que recebia da família, em média, 5\$00 por semana para fazer face a despesas diversas.

contavam com a reserva do Estádio Municipal, à quinta-feira, *dia em que não tínhamos aulas*.

Acrescenta ainda o Professor F que, para prestar assistência médica aos estudantes, havia um *médico no hospital, que podíamos consultar regularmente e a título gratuito*.

O Professor F conclui referindo que o ensino religioso foi, de facto, o meio encontrado na altura para poder continuar a estudar, abrindo-lhe *algumas portas que de outra forma estariam encerradas para alguém que provinha do meio rural*<sup>88</sup>.

Acrescenta que, concluído o curso, em 1964, iniciou o seu percurso como padre de uma paróquia do Concelho de Leiria, onde se manteve durante vários anos. Contudo, algumas deferências com a Igreja católica levaram-no a reconsiderar todo o seu percurso profissional e a enveredar por novos caminhos que, entretanto, começavam a ficar bem definidos e acessíveis para quem tinha efectuado um longo percurso no ensino religioso.

#### **6.4. O ensino secundário como limite**

Como complemento à análise efectuada relativamente à acção social no ensino superior, entendemos recolher o testemunho de estudantes que finalizaram o ensino secundário mas que não ingressaram no ensino superior<sup>89</sup>.

O objectivo não era conseguir uma amostra representativa, mas sim iniciar a desocultação de uma realidade vivenciada por muitos portugueses que após alguns anos de frequência da escola, concluído o ensino primário e, subsequentemente, o ensino secundário, dão por terminado o seu percurso escolar.

Como sublinha Bourdieu e Passeron (1970), a escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais, porquanto origina «*distâncias culturais*» ao promover a cultura das classes mais favorecidas e a sua perpetuação na escola.

---

<sup>88</sup> A este propósito, há uma tese de mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto que, sendo uma autobiografia de um padre que mais tarde deixou de o ser, dá bem conta deste processo vivido por muitos europeus rurais que usaram o ensino religioso como forma de fugir à terra como trabalho e ingressarem na vida intelectual (Fernandes, 1995).

<sup>89</sup> Poder-se-ia obstar que o objecto de estudo se centra no ensino superior. Porém, entendemos que, no âmbito do presente estudo, os estudantes do ensino secundário não poderiam ser esquecidos, tendo em conta que constituíam os potenciais candidatos ao ensino superior, muito embora múltiplos factores, designadamente a escassez de recursos, contribuíssem para o afastamento dessa possibilidade por parte de uma significativa maioria desses estudantes.

De facto, as classes menos favorecidas podem encontrar no sistema de ensino existente obstáculos incontornáveis que inviabilizem a prossecução dos seus estudos, contribuindo, assim, o sistema de ensino para a manutenção de uma sociedade elitista e hierarquizada (Bourdieu e Passeron, 1970; Boudon e Lagneau, 1980; Vieira, 1990). Por um lado, o ciclo complementar encaminha o estudante para a vida activa; por outro, o ciclo unificado que conduz aos dois principais ramos do ensino secundário: o técnico profissional, destinado essencialmente a qualificar mão-de-obra para a indústria e para o comércio; e o liceal, que permite o acesso directo a profissões pouco especializadas e que constitui a via de acesso aos estudos superiores a que «*se aspira, geralmente, para conservar um estatuto social prestigioso, ou ser promovido a ele*» (Grácio, 1973: 27).

Anota ainda Rui Grácio (*id: ib.*) que nos últimos anos do regime se registam profundas «*clivagens*» das estruturas sociais, bem como desperdícios, ou seja, por cada 100 estudantes que frequentam a última das quatro classes do ciclo elementar do ensino primário, 70 realizam com êxito o respectivo exame, 18 entram no ensino secundário, 5 terminam os cursos correspondentes e apenas 2 obtêm um grau universitário.

Desta forma, procedeu-se à escolha e selecção de alguns agentes sociais, cujo percurso académico obedecesse aos seguintes critérios: (a) Frequência de um curso de ensino secundário durante o Estado Novo; (b) Não ser titular de um curso de ensino superior, tendo sido constituído o seguinte grupo:

**Tabela n.º 31 – Identificação e caracterização do grupo de ex-estudantes do ensino secundário**

Identi- ficação	Género	Naturalidade (concelho)	Escola frequentada	Ano de conclusão
H	Feminino	Leiria	Escola Secundária Domingues Sequeira	1972
I	Feminino	Leiria	Escola Secundária Domingues Sequeira	1973
J	Feminino	Lisboa	Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho	1973
L	Masculino	Leiria	Escola Secundária Domingues Sequeira	1962

Foram inquiridos, por entrevista, individualmente, cada um dos elementos referenciados no quadro supra, tendo-se recorrido à entrevista como conversa (Burgess, 1997<sup>90</sup>).

Os inquiridos H, I e L provêm de famílias de recursos modestos, conforme se pode depreender da análise do quadro que se segue. Já o inquirido J provém de uma família pertencente à classe média ou média-alta, sendo o agregado familiar constituído pelos pais, ambos jornalistas, e dois filhos.

**Tabela n.º 32 – Agregado familiar**

Identificação	Profissão		N.º de irmãos (incluindo o próprio)
	Pai	Mãe	
H	Agricultor	Doméstica	6
I	Comerciante	Doméstica	7
J	Jornalista	Jornalista	2
L	Agricultor	Agricultora	7

Inquiridos relativamente às distâncias diariamente percorridas e ao meio de transporte utilizado para o efeito, foi possível delinear o seguinte quadro:

**Tabela n.º 33 – Distância da residência ao estabelecimento de ensino frequentado**

Identificação	Distância da residência dos pais à Escola (km)	Distância da residência habitual à Escola (km)	Meio de transporte utilizado
H	10	1	A pé
I	6	6	Transporte público
J	4	4	Transporte público
L	16	16	Bicicleta

<sup>90</sup> Na linha de Burgess, estas entrevistas ocorreram em ambiente informal, apenas com duas ou três questões como guião de conversa assentes na reflexão e memorização dos incidentes e factores que levaram a apostar ou não a continuar ou a desistir da prossecução dos estudos após o ensino secundário. Algumas destas conversas ocorreram em ambiente tipo «café» pelo que não foram gravadas nem há transcrição nos apêndices. Houve, sim, alguns registos breves em caderno de campo durante e após as ditas entrevistas como conversa.

O inquirido H, residia a 10 km do estabelecimento de ensino secundário. Contudo, a opção por aquele estabelecimento de ensino foi motivada essencialmente pelo facto de ter familiares próximos a residir a cerca de 1 km da escola. Desta forma, mudou para a cidade de Leiria no primeiro dia de aulas e aí permaneceu enquanto efectuou todo o seu percurso escolar. Recorda que ia a casa apenas durante as interrupções lectivas, designadamente por *ocasião do Natal, Páscoa e férias de Verão* e, por vezes, ao fim-de-semana.

A distância que separava a sua residência habitual em tempo de aulas da Escola que frequentava permitia-lhe fazer todo o percurso a pé, e deslocar-se a casa, inclusivamente para tomar as refeições. Desta forma, nunca requereu qualquer subsídio para apoio à alimentação.

Quanto aos livros, tinha conhecimento que podia requisitá-los, junto do estabelecimento que frequentava, devolvendo-os no final do ano. Contudo, o facto de ter um irmão mais velho, permitiu-lhe fazer um reaproveitamento dos livros.

Reconhece que tinha conhecimento dos apoios que poderia requerer e como se poderia candidatar. *Bastava irmos ao NASE [Núcleo de Acção Social Escolar]<sup>91</sup> e eles prestavam-nos a informação necessária.* Contudo, nunca o fez porque sempre conseguiu alcançar os mesmos resultados sem ter que *requerer o que quer que fosse à Escola.*

O Inquirido I dá-nos conta de uma realidade algo diferente. Refere que tinha que recorrer ao transporte público para se deslocar à escola mas os horários *não eram muito coincidentes.* Tinha que se levantar de manhã muito cedo e chegava a casa muito tarde. Por vezes, aproveitava *algum tempo disponível para estar com algumas amigas* outras vezes *entretinha-se por ali.* Acrescenta que poderia fazer o percurso de bicicleta como

---

<sup>91</sup> A acção social escolar tinha como objectivo apoiar os estudantes economicamente menos favorecidos, tendo sido exercida, até 1971, por diversos departamentos do Ministério da Educação Nacional. Da aplicação do Decreto-Lei n.º 178/71, de 30 de Abril, resulta a criação, na dependência daquele Ministério, do Instituto de Acção Social Escolar (IASE), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira. Determina o art.º 7.º daquele diploma legal que a acção social escolar tinha como objectivo a concessão de auxílios económicos aos estudantes carenciados, bem como a prestação de outros serviços aos estudantes em geral. Desta forma, de entre os auxílios económicos previstos, destacamos: (a) bolsas de estudo; (b) subsídios; (c) empréstimos; (d) isenção ou redução de propinas; (e) isenção ou redução das taxas dos serviços em geral, nomeadamente: (i) saúde escolar; (ii) assistência médica e medicamentosa; (iii) alojamento; (iv) alimentação; (v) transportes; (vi) seguros; e (vii) fornecimento de material didáctico. Em 1973, é publicado o Decreto-Lei n.º 223/73, de 11 de Maio, que veio alterar a orgânica do IASE, sendo fundadas delegações regionais e os designados Núcleos de Acção Social Escolar (NASE). Assim, em cada estabelecimento de ensino preparatório, secundário e médio foi criado um NASE, que permaneceu sob a responsabilidade directa do director do estabelecimento de ensino. Os NASE são, posteriormente, substituídos pelos SASE - Serviços de Acção Social Escolar, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 450/82, de 30 de Abril. ([http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/ASE\\_Rel\\_2006.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/ASE_Rel_2006.pdf), consultado em 24 de Março de 2008).

faziam *alguns rapazes* da sua localidade, mas, isso, o pai nunca permitiria. *Acabei por nem aprender a andar de bicicleta*, relembra.

Teve apoio da Escola ao nível alimentar, pois era aí que almoçava diariamente. E chegou a requisitar os livros necessários para o ano lectivo. *Tínhamos que ter muito cuidado. Eram livros em segunda mão mas que tínhamos que devolver, no final do ano, tal e qual como eles estavam quando os recebíamos.*

O Inquirido L anota que sempre fez o percurso de casa para a escola, e vice-versa, de bicicleta, um pouco por opção, reconhece. Refere que podia recorrer ao transporte público mas isso implicava que ficasse todo o dia na Escola. Fazendo o percurso de bicicleta, *conseguia outra autonomia*. Iam em grupo, *Éramos sempre uns seis ou sete. Como íamos de bicicleta, muitas vezes aproveitávamos para visitar alguns amigos*. Reconhece que acabava por chegar a casa quase no mesmo horário em que chegaria caso optasse pelo transporte público, mas nunca pretendeu aquela solução.

Relativamente aos subsídios, admite que nunca solicitou qualquer subsídio ou apoio à Escola. Sublinha que, na altura, tinha conhecimento de alguns apoios concedidos pela Escola mas o pai nunca pretendeu que se *candidatasse tendo em conta que achava que havia sempre alguém que precisava mais do que eu*. Já em relação aos livros, recorria aos do irmão que tinha, pois *não chegava a dois anos de diferença*.

De notar que estes três inquiridos frequentaram a Escola Secundária Domingos Sequeira, em Leiria, tratando-se, por conseguinte, de uma escola comercial e industrial. Já o Inquirido J frequentou o Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa.

Anota o Inquirido J que sempre utilizou o transporte público para frequência das aulas e que nunca requereu qualquer subsídio *porque nunca precisei*, admitiu.

Questionados quanto às razões que levaram a não ingressar num curso de ensino superior, pode apurar-se:

Tabela n.º 34 – Razões para não prosseguir um curso de ensino superior

Identificação	Razões
H	<i>Éramos seis irmãos e eu pretendia ir ajudar os meus pais. O meu objectivo era concluir o ensino secundário. Nunca pensei ir para o superior, pois sabia que isso não era possível.</i>
I	<i>Na altura, o ensino secundário já era muito. Muitas pessoas faziam apenas a escola primária. Outras nem sequer iam à escola. Eu queria começar a trabalhar para ajudar a minha família.</i>
J	<i>Eu ainda me cheguei a candidatar a um curso de ensino superior, ao curso de Direito, e entrei, pois tinha média de 19 valores. Mas por razões pessoais, [...], que levaram à constituição de um novo agregado familiar [...], acabei por deixar de ter o apoio necessário para continuar a estudar.</i>
L	<i>O meu objectivo foi fazer o ensino secundário. Nunca pensei em fazer um curso superior, tanto mais que sabia que isso não era possível para a minha família. Os meus pais viviam da agricultura e trabalhavam muito. Um dos meus irmãos emigrou para França pouco antes de eu concluir os estudos. Os meus pais precisavam do meu apoio.</i>

Constata-se que entre os Inquiridos H, I e L havia uma preocupação comum que seria a de ajudar a família, não parecendo haver a definição de um ideal de prossecução de um curso superior. Relativamente ao Inquirido J, pertencente a uma classe economicamente mais favorecida, foi por razões pessoais que se desenraizou do lar, esvaindo-se, assim o apoio familiar, fundamental na altura para a continuação dos seus estudos.

Optámos ainda por colocar a todos os Inquiridos uma última questão que se prendia com a escolha de um curso de ensino superior, tendo sido obtidas as seguintes respostas:

Tabela n.º 35 – Curso que escolheria se prosseguisse os estudos

Identificação	Curso
H	<i>Enfermagem</i>
I	<i>Enfermagem</i>
J	<i>Direito</i>
L	<i>Engenharia Mecânica ou Engenharia Electrotécnica</i>

De notar que o Inquirido H revelou alguma resistência em indicar um curso, tendo referido, de novo, que *na altura não pensava em seguir para o ensino superior*. Mas acabou por declarar, de forma peremptória, *Enfermagem, se pudesse teria escolhido Enfermagem*.

O Inquirido I não revelou qualquer hesitação, tendo respondido prontamente *Enfermagem* e apresentado algumas motivações que sustentavam a sua escolha.

O Inquirido L indicou como preferências o curso de Engenharia Mecânica ou Engenharia Electrotécnica.

O Inquirido J refere que a sua escolha sempre incidiu no curso de Direito tendo mesmo, como anteriormente indicado, *chegado a entrar para o curso de Direito*. Decorridas várias décadas após a decisão de interrupção do percurso escolar, entendeu o Inquirido reingressar no ensino superior, encontrando-se, neste momento, a concluir o *Curso de Direito*.

Em suma, com esta breve análise das vivências de alguns estudantes que concluíram o percurso escolar ao findar o ensino secundário não se pretende confirmar ou infirmar que os apoios estatais chegavam às famílias menos favorecidas. Pretende-se, sim, fazer algum desvendamento dos motivos que levavam a que de entre os poucos estudantes que frequentavam o ensino secundário apenas uma diminuta percentagem ingressasse no ensino superior. Porém, constatou-se que três dos inquiridos excluíram, desde logo, o cenário de frequência de um curso superior, conscientes das limitações financeiras da família. Já um dos inquiridos, proveniente da família que aparentava maior disponibilidade financeira, alega uma motivação pessoal, para abandono do sistema de ensino, pois, caso contrário, teria sido um dos elementos da elite portuguesa para os quais estava reservado um lugar no ensino superior.

Porém, outras questões deverão ser atendidas, designadamente o facto de a agricultura, do tipo de «*subsistência*» familiar, estar ainda, neste período, profundamente enraizada na sociedade portuguesa, não sendo, como sublinha António Candeias (2005b: 91), possível fazer com que a família prescindisse da «*única riqueza*» de que dispunha, ou seja, a mão-de-obra existente na família, para a enviar para a escola, local aparentemente não produtivo.

Em conversa com o Senhor Professor José Veiga Simão, aquando da realização da entrevista, que constitui anexo ao presente trabalho de investigação, quando se falava

da probabilidade de os apoios sociais não chegarem a todas as pessoas que deles necessitavam, referiu o ex-Ministro da Educação Nacional, embora considerasse que a acção social chegava de certa forma aos mais carenciados, que *mesmo hoje, a acção social não chega a todos. Se virmos um mendigo a remexer num caixote do lixo, a acção social não chega a esse mendigo.*

### 6.5. Do outro lado da política: o político em carne viva

José Veiga Simão assumiu a gestão da pasta da Educação Nacional no dia 15 de Janeiro de 1970, que manteve até ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, iniciando, nessa altura, a sua carreira política em Portugal.

Licenciado em Ciências Físico-Químicas na Universidade de Coimbra, obteve o Doutoramento em Física Nuclear (PhD) pela Universidade de Cambridge e o grau de Professor Catedrático em 1961. No ano seguinte foi nomeado reitor da Universidade de Lourenço Marques<sup>92</sup>, em Moçambique, cargo que desempenhou durante oito anos.

Pode ler-se na edição do jornal «*The Guardian*», de 1 de Março de 1974, que o Professor Doutor José Veiga Simão é considerado o único ministro do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano, realmente liberal, sendo, também, o único membro do Conselho que não pertence ao partido da Acção Nacional Popular do Governo. Acrescenta que o então Ministro da Educação Nacional é mais um tecnocrata do que um político.

Revela-se um determinado defensor da «*democratização do ensino*» que o leva, desde logo, a encetar uma luta para alterar medidas de política implementadas até àquela data.

Procurando aprofundar o nosso conhecimento relativamente ao período que iniciou o volver de uma página do livro da Educação Nacional, foi solicitada a marcação de uma entrevista com o Senhor ex-Ministro. Depois de ser feita a

---

<sup>92</sup> A Universidade de Lourenço Marques é a maior Universidade de Moçambique. Fundada em 1962 com a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, adquiriu o estatuto de universidade em 1968, passando a denominar-se Universidade de Lourenço Marques. Em 1976, a Universidade foi rebaptizada com o nome actual: Universidade Eduardo Mondlane (UEM). - [http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade\\_Eduardo\\_Mondlane](http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Eduardo_Mondlane), consultado em 07 de Março de 2008.

apresentação do curso de Mestrado, bem como dos objectivos do presente trabalho de investigação, anuiu o Senhor Professor em agendar uma entrevista. Solicitou, não obstante, a disponibilização antecipada do guião de entrevista a fim de poder preparar as respostas, estratégia que reconhece utilizar regularmente, face à sua experiência quer no âmbito de trabalhos académicos quer de trabalhos de índole profissional, para minimizar a margem para interpretações e ilações, propensas à distorção do conteúdo.

Desta forma, fomos recebidos pelo Senhor Professor José Veiga Simão, que passaremos a designar no decurso deste trabalho por Senhor Professor, no dia 28 de Fevereiro de 2008, pelas 12:00 Horas, nas Instalações da Associação Industrial Portuguesa (AIP), em Lisboa.

Ao iniciar a entrevista, disponibilizou um documento onde tinha as respostas todas delineadas, dando-se, posteriormente, início a uma conversa que tinha como objectivo compreender não só as medidas implementadas, como também outras que foram apenas delineadas pelo Senhor Professor no período em análise.

Deixou, não obstante, evidente a sua desarmonia quanto à designação do período em que geriu aquela pasta por *Estado Novo*, considerando que se trata de um período que, segundo o seu ponto de vista, nada tem a ver com o *Estado Novo*.

O Senhor Professor dá-nos ainda conta que considera que *na base da autonomia [das instituições de ensino superior] esteve sempre o relacionamento entre o «poder político» e o «poder académico»*.

Logo no começo da década de setenta, dá início a uma *Reforma Educativa*, sob o lema *Um Homem mais Culto é um Homem mais Livre*, cujo espírito que a orientou encontra expressão em discursos do ministro da Educação Nacional, ao afirmar, num dos seus discursos que *«para além das ideologias a que cada um aderiu, devem sobrepor-se as imagens das crianças ávidas de escolas, dos jovens a quem devemos dar formação profissional actualizada, das inteligências que não podem ser perdidas»* (Carvalho, 1996).

Vários são os testemunhos que ainda hoje se podem ler e que se reportam àquela Reforma, designadamente o de James MacManus, jornalista do «The Guardian», que ao escrever sobre o *«plano revolucionário para a educação em Portugal»*, no dia 1 de Março de 1974, refere *«[...] enquanto a atenção da extrema direita está focada sobre a*

*delicada política de equilíbrio que cerca as mudanças de atitude do Governo em relação a África, uma maior mas certamente menos noticiada reforma promete produzir um «momentum» radical dentro de Portugal». Acrescenta que «o programa educacional do País está sendo revolucionário, substituindo um sistema elitista fora do tempo, por outro, que providenciará uma educação básica para todos e uma educação superior para três vezes mais do que o número de estudantes actualmente existente».*

Ditava a sua experiência que para estas alterações deveria seleccionar os caminhos que permitissem um percurso mais célere e eficaz, evitando a morosidade inerente a alguns processos logísticos e burocráticos.

Desta forma, reconhece que, quando era publicado um diploma legal, *grande parte daquelas medidas estavam já implementadas* o que pode ser comprovado, por exemplo, com o balanço feito, em 1973, pelo próprio Ministro da Educação Nacional quanto ao resultado de algumas medidas entretanto implementadas, antes mesmo de aprovada a Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, que representou a consagração legal da intitulada *Reforma Veiga Simão*: desde a sua tomada de posse, haviam entrado já para o ensino mais 100.000 estudantes, formaram-se mais 1.100 professores do ensino primário e obtiveram a sua formação pedagógica nos estágios entre duas a quatro vezes mais professores. Estavam, também, projectadas quatro universidades, onze institutos politécnicos e nove escolas normais superiores (Carvalho, 1996: 812).

Aprovada aquela Lei e, depois de decorridos alguns dias, é publicado o Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, que determina a expansão e diversificação do ensino superior. Este diploma legal criou a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro e a Universidade Nova de Lisboa, bem como o Instituto Universitário de Évora, os quais detinham, como elucida o Senhor Professor, um *elevado grau de autonomia, incidindo em múltiplas vertentes (estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira)*. Acrescenta ainda que *o regime de instalação, pela primeira vez objecto de decreto-lei, conferiu autonomia universitária a uma dimensão que nunca mais foi igualada*.

As Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto e Técnica de Lisboa continuavam a reger-se pela legislação anterior a 1970 considerando o Senhor Professor um *espaço de polémica entre as forças de mudança e as forças de estagnação*. Foi, não obstante, submetido para agendamento o «Projecto de Decreto-Lei Orientador do Ensino

Superior», em 16 de Abril de 1974, que definia um *novo regime jurídico para as universidades, os princípios a que obedecia a autonomia e estabeleciam-se novos modelos para o governo das universidades.*

Pretendia-se com a criação destas novas universidades *introduzir novos graus de desenvolvimento científico e cultural, orientando-se assim por uma visão estratégica de desenvolvimento prosseguida nos países europeus mais evoluídos e preconizada pela OCDE.*

O ex-Ministro da Educação Nacional reconhece que encontrou exemplos *quer de excelente cooperação, quer de resistência à criação de novas [...] instituições.* Apoiava os reitores que, tal como ele próprio teve oportunidade de fazer enquanto reitor da Universidade de Lourenço Marques (1962-1969), conseguiram interpretar de forma criativa a lei em vigor. Reconhece que alguns líderes das universidades *deixaram obra de enorme valia.* Sublinha que *A visão política entre 1970 e 1974 era a da mudança, pelo que as Instituições que adaptavam iniciativas inovadoras, designadamente em ligação com a sociedade civil, mereciam o meu apoio e aplauso.* Revê-se, ele próprio, nesse papel *Recordo-me, por exemplo, que como reitor em Lourenço Marques, criei o «Círculo Universitário»<sup>93</sup>.*

O ex-Ministro mostrou ainda preocupação com a acção social na educação e formação, considerando que *era a trave-mestra da igualdade de oportunidades e do acesso pelo mérito da Reforma dos anos 70.*

Desta forma, foi criado o Instituto de Acção Social Escolar (IASE), mais vocacionado para o ensino secundário. Contudo, a acção social no ensino superior obedecia a um outro modelo, *de acordo com a autonomia universitária.*

Anota o Senhor Professor que foram múltiplas as medidas adoptadas durante os quatro anos em que geriu a pasta da Educação Nacional, de entre as quais destacou: a criação de residências e de cantinas; o *aumento exponencial do número de bolsas de estudo e de beneficiários de isenção de propina,* bem como ao nível das actividades desportivas. Acrescenta que o *número de bolsas no estrangeiro aumentou mais de vinte vezes entre 1970 e 1974.*

---

<sup>93</sup>O «Círculo Universitário» visava um maior envolvimento da comunidade empresarial, junto da comunidade académica.

Com o objectivo de promover a valorização dos professores de todos os níveis de ensino, foi publicado o Decreto-Lei n.º 524/73 que isentava aqueles profissionais do ensino do pagamento de propinas em  *cursos de graduação, pós-graduação, de aperfeiçoamento ou de formação contínua.*

Foram ainda *criados os cursos intensivos nas universidades – o trimestre de Verão – para que os professores concluíssem gratuitamente a sua formação ou procedessem à sua reconversão.*

Como medida adicional e com o intuito de fazer face à *deplorável situação de Portugal entre as nações, relativa à percentagem de alunos matriculados no ensino superior e perante a necessidade permanente de equilibrar a quantidade com a qualidade,* entendeu o Senhor ex-Ministro, *resistindo a inúmeras pressões,* manter o valor das propinas universitárias em 1.200\$00, valor que havia sido fixado em 1941, pelo Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro.

Refere o já citado jornal «*The Guardian*» que o «*Apoio do Primeiro-Ministro ajudou certamente o Ministro da Educação a obter os fundos requeridos para o seu plano educacional – 2.000 milhões de libras – destinados a custos correntes e capital durante o período de seis anos*». Acrescenta que se trata de uma quantia «*colossal para um país pobre que gasta anualmente 45% do seu Orçamento em despesas militares com as guerras de África*».

O Senhor ex-Ministro encontrou sempre grande resistência às medidas que se propunha implementar. Contudo, a sua experiência e destreza levaram-no a, resistindo às reacções opostas, avançar para o seu ideal de um País mais democrático. É assim que se assiste a um progressivo e discreto afastamento dos reitores resistentes à mudança, sendo substituídos por pessoas mais jovens («*The Guardian*»).

Notou ainda o Senhor Professor que em relação às novas Universidades, todos os reitores provieram de *Lourenço Marques.*

Refere o Senhor ex-Ministro que parte das medidas não chegaram a ser implementadas tendo em conta o golpe militar que pôs termo ao regime ditatorial em Portugal. Porém, José Veiga Simão não deu por concluída a sua obra. Foi, na verdade, um dos poucos ministros que transitaram dos governos ditatoriais para os governos da III República.

Ora convidado pelo General António de Spínola para colaborar na elaboração do Programa do I Governo provisório, José Veiga Simão procurará, no plano específico da política educativa, assegurar a prossecução da reforma educativa, estabelecendo, designadamente, a ampliação dos esquemas de acção social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo imperiosamente o sector privado, visando um mais célere processo de implantação do princípio da igualdade de oportunidades e, por outro lado, a promoção das actividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, bem como dos meios de comunicação social, como meios indispensáveis ao desenvolvimento da cultura da população.

Parece-nos legítimo afirmar que o ex-Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, contribuiu para que a educação em Portugal fosse ganhando contornos de um verdadeiro direito humano, contribuindo para o reconhecimento da importância social da educação, alargando, inclusivamente a escolaridade obrigatória.

Anota Rómulo de Carvalho (1996: 812) que a obra de José Veiga Simão na Educação Nacional representou um inegável progresso, continuando a ser considerada um dos principais referenciais das políticas educativas em Portugal nos últimos anos. Segundo António Teodoro (s.d.), a Reforma Veiga Simão tem merecido diversas abordagens, «*centradas e dominantes*», quer nos aspectos de ruptura, quer nos de inovação que a sua actuação representou no período em análise.



## CAPÍTULO VII

---

### **CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES FUTURAS**



## 7. Conclusões

### 7.1. Comentário final

Durante cerca de cinquenta anos (1933-1974), Portugal manteve-se sob o regime ditatorial, período denominado por Estado Novo. Neste período, assiste-se a uma evolução, não uniforme, da política referente à acção social. Em linhas gerais, poder-se-á referir que entre 1933 e o final da década de sessenta o Estado entrega a acção social escolar, bem como a assistência social e sanitária, às instituições particulares de assistência e às famílias, assumindo uma função meramente supletiva ou subsidiária e tutelar.

Num segundo momento, que culmina com o 25 de Abril de 1974, evidencia-se uma maior abertura quanto às medidas de política relativas à formação, educação e, conseqüentemente, da acção social no ensino superior.

Através do esboço histórico das soluções adoptadas na lei, pode aferir-se que, naquele primeiro momento, as determinações assumiram um carácter regular e permanente, não sendo notórias alterações significativas. O Estado entrega a assistência social às famílias bem como a grupos que envolviam toda a população portuguesa como é o caso da Obra das Mães para a Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Masculina, a Mocidade Portuguesa Feminina e a Legião Portuguesa.

Ao longo do período sobre o qual incidiu este estudo e essencialmente a partir dos anos 60, pudemos constatar a ausência de uma correlação estreita entre a naturalidade e a frequência do ensino superior, ainda que motivada pela proximidade entre a naturalidade e acessibilidade, ou entre o nível de interioridade e inacessibilidade. Os estudantes eram, na sua generalidade, deslocados, contribuindo, certamente, para este resultado o número limitado de estabelecimentos de ensino superior público existentes em Portugal, restringindo-se à Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa.

Esta situação exigia que os estudantes recorressem a alojamento na cidade que acolhia a Universidade frequentada. Para o efeito, para além do alojamento em casa de familiares, recorriam ao alojamento em quartos alugados a privados ou a instituições pertencentes ou apoiados pelo Estado, como por exemplo a Mocidade Portuguesa. Por

outro lado, a Igreja católica também disponibilizava alojamento, nomeadamente em lares. Este alojamento caracterizava-se, essencialmente, de acordo com o testemunho prestado por alguns inquiridos no âmbito do presente estudo, pelo dever de pagamento de uma mensalidade mais modesta e uma melhor gestão e acolhimento aos estudantes comparativamente com os serviços análogos.

A alimentação constituía, também, um apoio concedido pelo Estado, sendo disponibilizadas refeições a preços economicamente mais vantajosos que na generalidade dos estabelecimentos de restauração, aos quais os estudantes recorriam, com regularidade tendo em conta essencialmente a controlada disponibilidade financeira de que dispunham. Aí os estudantes acediam a um serviço de refeição considerado, na generalidade, como abundante, mas cuja qualidade e valor nutritivo deverá ser ponderado à luz daquela época.

Estes estabelecimentos põem também à disposição dos estudantes um sistema de assistência médica, onde são oferecidas diversas especialidades, permitindo aos estudantes dispor do necessário acompanhamento, em caso de doença.

O apoio a actividades desportivas e culturais constitui também uma preocupação dos vários estabelecimentos de ensino. São apoiadas diversas modalidades desportivas, designadamente o basquetebol, futebol e voleibol, bem como o xadrez, a esgrima e a equitação.

Mereciam também apoio diversas actividades culturais, de entre as quais destacamos o canto, o teatro e as Tunas.

Os estudantes procuravam participar na vida associativa organizada e denotavam alguma sensibilidade pelos problemas que afectavam a vida nacional e internacional.

Para além destes apoios indirectos, aos quais podia aceder toda a comunidade académica, previa a legislação em vigor a concessão de apoios directos, estes destinados a, apenas, um diminuto número de estudantes.

Estes apoios incluem, designadamente, as bolsas de estudo e a isenção do pagamento de propinas.

As bolsas de estudo surgem associadas à variável *média escolar* que, até 1943, se situa nos 16 valores e, a partir desta altura, atenua para os 14 valores. Este valor mínimo a alcançar excluía, desde logo, a possibilidade de estudantes que, por razões

diversas, não dispunham de conhecimentos, cultura ou capacidade que lhes permitisse atingir essas metas legalmente definidas pudessem contar com este apoio.

Contudo, subjaz o intento de não fomentar o recurso a este tipo de benefícios, pelo que a sua divulgação e publicitação, a existir, seria pouco expressiva, e dificilmente atingiria o seu público-alvo: os estudantes. Caracteriza-se, ainda, todo este processo pela inexistência de regulamentação específica, bem como da definição de normas comuns a todos os estabelecimentos de ensino superior público.

Este tipo de procedimento, que entendemos, estrategicamente utilizado pelas instituições, associado ao facto de este nível de ensino ser frequentado fundamentalmente por estudantes provenientes das classes média e média-alta contribui, certamente, para a «*amplificação da bola de neve*» que então se formava: a ausência de promoção dos benefícios sociais indirectos demove os potenciais interessados de apresentar candidatura, e o sistema de ensino selectivo e elitista atenua a necessidade destes benefícios.

Apenas na segunda metade do século XX se assiste à intensificação da aposta no recurso ao sistema de ensino como condição de desenvolvimento e promoção da mobilidade social.

Nos últimos anos do Estado Novo evidencia-se uma mudança de paradigma de governação, passando o Estado a ter um papel mais interventivo no domínio das políticas sociais, não havendo, porém, lugar ao desenvolvimento do «Estado-Providência», forma política adoptada na Europa, após a II Guerra Mundial, como meio de reconstrução de um continente profundamente flagelado pela Guerra.

Já no início da década de setenta, é encetada a reforma do sistema de ensino português, marcada pela capacidade de inovação e transgressão do último Ministro da Educação Nacional no período que antecedeu a Revolução do 25 de Abril de 1974, José Veiga Simão. A acção do Ministro contribuiu para uma profunda alteração da escolaridade em Portugal, estando previsto uma gradual expansão da rede nos diversos níveis de ensino. É também considerado um sistema de acção social mais abrangente e inclusivo, visando a democratização do ensino. Porém, a prossecução deste projecto foi precocemente descontinuada pelo golpe militar do 25 de Abril de 1974.

Findo o período ditatorial e implantada a III República em Portugal, José Veiga Simão, enquanto (co) autor do Programa do I Governo provisório, procurou assegurar o desenvolvimento da reforma educativa, projectada até 1979.

Ao concluir este trabalho de investigação, temos consciência de que não dissemos tudo sobre a acção social no ensino superior durante o Estado Novo. Admitimos que outras leituras e considerações poderiam estruturar este tema segundo tópicos diferentes, não só lícitos como pertinentes.

Consideramos, por conseguinte, que esta dissertação é apenas um contributo para o estudo desta temática, que esperamos que incite, a quem sobre ele atentar, o desejo de se debruçar sobre esta matéria ou assuntos com ela relacionados.

## 7.2. Limitações

Nesta dissertação servimo-nos de um misto metodológico que considerámos pertinente para estudar a acção social no ensino superior durante o Estado Novo. Recorreu-se, como referenciámos em secção própria, como método de pesquisa central, a técnicas documentais, ao qual se associou informação obtida através de inquérito por questionário e por entrevista.

Porém, diversas estratégias de recolha de dados, delineadas no início deste trabalho, tiveram que, ao longo do tempo, ser redefinidas e reajustadas. É caso para lembrar o poeta António Machado para quem «*o caminho se faz caminhando*». Não esquecemos que deixámos claro nas questões iniciais desta investigação a possibilidade de transgressão como inovação por parte de alguns actores sociais relativamente à política vigente. Não é possível encontrar uma regularidade a este propósito uma vez que não falámos com ex-reitores ou outros líderes do período estudado e a entrevista aos políticos ficou pela entrevista realizada ao Professor José Veiga Simão. Mesmo assim, temos de salientar a sua reflexão sobre o modo de ser político em conjunturas muito pouco favoráveis. Tanto em Moçambique, onde foi reitor da Universidade de Lourenço Marques, como enquanto último ministro da Educação Nacional, antes do golpe militar do 25 de Abril de 1974, podemos assinalar práticas e decisões que de alguma forma ficaram na história não só pessoal mas também estatal como sendo reformas criativas e que se devem à sua capacidade de inovação assente na transgressão calculada mas de risco. Daí termos intitulado a secção que trata a sua entrevista como «*Do outro lado da política: o político em carne viva*». Vale a pena lembrar Paulo Ferreira (1994: 136) que nos diz que «*Há no mundo três tipos de pessoas: as que não sabem o que está a acontecer; as que observam o que está a acontecer; as que fazem com que as coisas aconteçam*». Nesta taxinomia e do nosso ponto de vista, José Veiga Simão enquadrar-se neste último modelo, não só do ponto de vista do investigador como do próprio investigado.

As entrevistas realizadas, como aquela que acabámos de referir, pretenderam ir um pouco além da casca da árvore de que fala Antoine de Saint-Éxupery no célebre livro «*O Príncipezinho*». Elas permitiram-nos conhecer um pouco a dimensão

escondida, o sentir da acção social no Estado Novo por parte dos próprios agentes sejam eles políticos ou beneficiários.

Salientamos que, para termos acesso a algumas fontes, fizemo-lo, muitas vezes, por conta própria, contactando directamente a Instituição da qual eram pertença, mas não raros foram os casos em que se optou por recorrer ao *sistema de referência* e a pedidos *interbibliotecas*, tendo em conta que este procedimento se poderia revestir de maior celeridade e eficácia. Todavia, quer de uma forma, quer de outra, diversas foram as respostas evasivas<sup>94</sup>. Aos pedidos de esclarecimento, direccionados para estas Instituições, seguiam-se longos e intermináveis períodos de espera não havendo, para alguns deles, ainda qualquer resposta.

Não deixaram de nos surpreender, também, os valores monetários associados por diversas Instituições aos empréstimos de obras, bem como à reprodução de alguns documentos o que procurámos que não inviabilizasse a prossecução do presente estudo, mas que não podemos deixar de realçar como obstáculo à investigação em Portugal.

Constatámos ainda que alguns dados estatísticos, embora existentes, não estão reunidos nem tratados por qualquer Instituição. Os indicadores que revelam a natureza das desigualdades ou da marginalidade social são quase inexistentes. Por exemplo, são escassos os dados estatísticos referentes à origem social e económica dos estudantes do ensino superior, bem como aos benefícios sociais de que usufruíram enquanto frequentaram o sistema de ensino.

Salienta-se, ainda, que este trabalho de investigação foi realizado com base num universo relativamente reduzido de ex-estudantes do ensino superior, tendo em conta, como referenciámos anteriormente, o contexto actual de reforma do ensino superior em Portugal, nomeadamente a definição de um período temporal de oito meses para elaboração de novos estatutos para aquelas Instituições, processo entretanto já concluído pelo Instituto Superior A, bem como a qualificação do quadro docente, têm concentrado os docentes num assinalável volume de trabalho, o que poderá ter condicionado a participação de alguns docentes no presente estudo, considerando as diversas manifestações de interesse, bem como os comentários inerentes à escassez de tempo disponível. Depois de encerrado o estudo empírico recepcionámos ainda diversos

---

<sup>94</sup> Como por exemplo: «O seu pedido será redireccionado para a secção própria», ou «Acusamos a recepção do seu pedido. Foi efectuado o devido encaminhamento».

questionários, o que nos obrigou a tomar a difícil decisão de já não os considerar tendo em conta que implicaria uma reanálise de todos os dados, podendo comprometer o respeito pelo prazo de entrega da presente dissertação. Por outro lado, como não assumimos uma perspectiva global e representativa do universo português, observados os questionários recepcionados recentemente constatámos que em pouco ou nada produziriam alterações ao texto que agora se discute.

Porém, considerando o carácter exploratório da presente investigação, a focalização da nossa atenção nesse universo permitiu evidenciar o interesse e a pertinência de que se pode revestir a análise e desenvolvimento de diferentes visões e representações dos sujeitos, através da constituição de amostras representativas da população de ex-estudantes, abrangendo todos os diferentes grupos e segmentos em que esta população se subdivide amostras representativas, permitindo aprofundar as proposições aqui apresentadas, através de estudos mais pormenorizados.

### 7.3. Sugestões para futura investigação

Não pretendemos dar por concluído o presente estudo sem antes apontarmos algumas pistas para futuros trabalhos empíricos desta natureza.

Parece-nos que esses trabalhos poder-se-ão enquadrar em dois grandes grupos. Sugerimos, por um lado, melhorias ao próprio trabalho econométrico aqui desenvolvido e, por outro, o alargamento deste estudo a outros estudantes que frequentaram o ensino superior durante o Estado Novo, de forma a constituir uma amostra representativa daquela realidade. Poder-se-ão também constituir amostras específicas das populações referenciadas ao longo deste trabalho.

Em segundo lugar, e a um outro nível, podemos apresentar outras propostas de estudo que nos parecem relevantes. Apresentaremos apenas algumas sugestões, tendo em conta as múltiplas possibilidades de investigação.

Reportado ao período ditatorial, poder-se-ia revestir de interesse a realização de dois estudos complementares àquele aqui apresentado. Poder-se-ia aprofundar as causas que motivaram os estudantes do ensino secundário, que não ingressaram no ensino superior, a abandonar o sistema de ensino precocemente; e a frequência do ensino religioso, nomeadamente a proveniência socioeconómica e sociocultural dos estudantes.

Porém, no que se refere especificamente à acção social no ensino superior, consideramos pertinente a constituição de amostras específicas, nomeadamente de estudantes deslocados, de estudantes não deslocados, entre outros, procurando estabelecer uma relação com a acção social.

Considerando a escassez de dados tratados sobre esta matéria e a dispersão de outros existentes, entendemos que se poderia revestir de interesse a elaboração de um estudo que parta de uma análise mais geral, como aquela que aqui se apresenta, para uma particular, situando-se a perspectiva do apoio social concedido individualmente por cada uma das instituições de ensino superior públicas existentes no período em análise, recorrendo-se, por exemplo, a estudos de casos mais pormenorizados. Parece-nos que a centralização do objecto de estudo em apenas uma Instituição permitirá ao investigador recolher e tratar dados ora dispersos pelos múltiplos documentos que constituem o histórico da Instituição e que apenas um trabalho de análise e investigação muito

incisivo permitirá trabalhar de forma intensiva e adequada onde os sujeitos possam dar voz aos seus sentidos e reflexão produzida.



## Referências Bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela (1991). *O Processo Disciplinar como Meio de Controlo Social na Sala de Aula*, Braga: Serviço de Publicações do Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- AMARAL, Alberto (2002). Os Rankings das Escolas. *a Página*, ano 11, n.º 115.
- ARAÚJO, Helena Costa (2000). *Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*, Porto: Edições Afrontamento.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe (2002). *Gestão Pública em Portugal: Mudança e Persistência Institucional*, Coimbra: Quarteto Editora.
- ARROTEIA, Jorge (1991). *Desequilíbrios Demográficos do Sistema Educativo Português*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- BARRETO, António (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARRETO, António (1996). Três Décadas de Mudança Social. In BARRETO, António (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARRETO, António e Clara Valadas Preto (1996). Indicadores da Evolução Social. In BARRETO, António (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BELL, Judith (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa: Gradiva.
- BENAVENTE, Ana (1990). *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa: Livros Horizonte.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto: Porto Editora.
- BOUDON, Raymond (1973). *As Desigualdades das Oportunidades*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BOUDON, Raymond e LAGNEAU J. (1980). *A Desigualdade de Oportunidades perante o Ensino na Europa Ocidental*, Perspectivas, n.º 2, vol. 10, Lisboa: Livros Horizonte.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON J.-C. (1970). *La Reproduction. Éléments pour une Théorie du Système d'Enseignement*, Paris: Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1984). *Homo Academicus*, Paris: Les Editions de Minuit.
- BURGESS, Robert G. (1997). *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- CAMPOS, A. Correia (1983). *Saúde: O Custo de um Valor sem Preço*, Lisboa: Livros Técnicos e Científicos.

- CANDEIAS, António (1993). A Situação Educativa Portuguesa: Raízes do Passado e Dúvidas do Presente. *Análise Psicológica*, n.º 4, (11), 591-607.
- CANDEIAS, António (1994). *Educar de outra forma – A Escola n.º 1 de Lisboa 1905-1930*, Instituto de Inovação educacional: Lisboa.
- CANDEIAS, António (1998). Utopias, Hipocrisias e Educação. In ARAÚJO, Alberto Filipe e CANDEIAS JUSTINO, Magalhães (org.). *História, Educação e Utopia*, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 45-52.
- CANDEIAS, António e SIMÕES, Eduarda (1999). A Alfabetização e a Escola em Portugal no Século XX: Censos Nacionais e Estudos de Caso. *Análise Psicológica*, 17 (1), 163-194.
- CANDEIAS, António (2001). Processo de Construção da Alfabetização e da Escolaridade: o Caso Português. In SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização*, vol. 6, Porto: Editorial Afrontamento.
- CANDEIAS, António (org.) (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CANDEIAS, António (2005a). Modernidade, Educação, Criação de Riqueza e Legitimação Política nos Séculos XIX e XX em Portugal. *Análise Social*, vol. XI, 40 (176), 477-498.
- CANDEIAS, António (2005b). Modernidade e Cultura Escrita nos Séculos XIX e XX em Portugal. In CANDEIAS, António (org.). *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos Séculos XIX e XX: Estudos Sobre Portugal, Brasil e Galiza*, Lisboa: Educa.
- CÂNDIDO, Ludovico Morgado (1964). A Evolução Recente da Estrutura Escolar Portuguesa. *Análise Social*, n.ºs 7-8.
- CARDINA, Miguel (2004). Tradição, Sociabilidades, Compromisso: Mutações na Auto-imagem Estudantil durante o Período Final do Estado Novo, comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Agro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro.
- CARIA, Telmo H. (2002a). A Construção Etnográfica do Conhecimento em Ciências Sociais: Reflexividade e Fronteiras. In CARIA, Telmo H. (org.). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- CARIA, Telmo H. (org.) (2002b). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- CARREIRA, Henrique Medina (1996a). *As Políticas Sociais em Portugal: Trajectos*, Lisboa: Gradiva.
- CARREIRA, Henrique Medina (1996b). As Políticas Sociais em Portugal. In BARRETO, António (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CARVALHO, Mário (1993). Formação Profissional no Ensino Superior. *O Professor*, n.º 34, 3.ª série, Lisboa: Editorial Caminho.

- CARVALHO, Rómulo de (1996). *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORTESÃO, Luiza (1988). *Escola, Sociedade que Relação*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto: Edições Afrontamento.
- CRESPO, Vítor (1993). *Uma Universidade para os Anos 2000*, Lisboa: Editorial Inquérito.
- ERIKSON, Frederick (1989). Métodos Cualitativos de Investigación sobre la enseñanza. In WITTRICK, Merlin (org.). *La Investigación de la Enseñanza I*, México: Barcelona-Buenos Aires.
- ESTÊVÃO, Carlos V. (2004). Gestão Democrática e Autonomia da Escola no Período de 1974-75: As Ambiguidades de um Processo na Perspectiva do Movimento de Esquerda Socialista (MES). *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17, n.º 2, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 209-223.
- FERNANDES, Horácio Neto (1995). *Francisco Caboz: de Angélico ao Trânsfuga, Uma Autobiografia*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- FERREIRA, Henrique da Costa (2005). *A Administração da Educação Primária entre 1926 e 1995: a Participação dos Professores na Organização da Escola e do Processo Educativo*. Tese de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho.
- FERREIRA, Jacinto (1953). Discurso. In *Plano de Fomento, Discussão na Assembleia Nacional*, vol. 2, Lisboa: Edição dos Ministérios da Economia e do Ultramar.
- FERREIRA, Paulo da Trindade (1994). *Reinventar a Criatividade*, Lisboa: Presença.
- FERRO, António (1978 reedição). *Salazar*, Lisboa: Ed. Templo.
- Focus: Enciclopédia Internacional*, vol. 4, Lisboa: Sá da Costa Editora. 1964.
- FORMOSINHO, João (1988). A Promoção de uma Concepção Profissional do Papel e da Formação dos Professores – O Contributo da Área de Análise Social e Organizacional da Educação da Universidade do Minho, texto apresentado à 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Sociologia da Educação, Faro: Escola Superior de Educação. 5-9 de Abril.
- FORMOSINHO, João (1987). *Educating for Passivity – A Study of Portuguese Education (1926-1968)*, Ph. Thesis, University of London: Institute of Education.
- FORMOSINHO, João; FERNANDES, António Sousa e FERREIRA, Fernando Ilídio (2005). Ambiguidades em Torno do Processo de Bolonha: que Formação para os Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico?. *a Página*, ano 14, n.º 141.
- GIL, Antonio Carlos (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Editora Atlas.
- GINSBURG, Mark (1991). *Understanding Educational Reform in Global Context: Economy, Ideology and State*, Nova Iorque: Garland.

- GOMES, Joaquim Ferreira (1989). *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Tropical.
- GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES Rogério e GRÁCIO Rui (1988). *História da Educação em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (1990). *A Construção Social dos Quadros nos anos 60: Algumas Perspectivas de Análise*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- GRÁCIO Sérgio (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, Rui (1973). *Educação e Educadores*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, Rui (1981). *Educação e Processo Democrático*, Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, Rui (1995). *Obra Completa do Ensino*, vol. 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRÁCIO, Rui (1996). *Educadores, Formação de Educadores, Movimentação Estudantil e Docente*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUERRA, Isabel (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*, Estoril: Princípiã.
- HERZLICH, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une Representation Sociale*, Paris: Mouton.
- HESPANHA, A. M. (1982). O Projecto Institucional do Tradicionalismo Reformista: um Projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823). In PEREIRA, M. H., et al. *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, vol. 1 (63-90). Lisboa: Sá da Costa.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL Andrew (2005). *Investigação por Questionário*, 2.<sup>a</sup> ed. (2.<sup>a</sup> reimpressão), Lisboa: Edições Sílabo.
- Instituto Nacional de Estatística (1940). *Estatística Comparativa das Receitas e Despesas Públicas*, Porto: Tipografia Leitão.
- Instituto Nacional de Estatística (s.d.). *Portugal: 1935-1985*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Instituto Nacional de Estatística (1968). *Estatísticas das Finanças Públicas: Continente e Ilhas Adjacentes*, s.l.: s.n.
- JERÓNIMO, Miguel Júlio Teixeira Guerreiro (2001). *Aspectos da Emigração no Concelho de Leiria 1960-1964*. Tese de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- LIMA, Licínio C. (1992). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- LIMA, Licínio C. (2002). Uma República mal educada?. *a Página*, ano 11, n.º 111.
- LIMA, Licínio C. (2004). O Agrupamento de Escolas como Novo Escalão da Administração Desconcentrada. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17, n.º 2, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 7-47.

- LOBO, Isabel Sousa (1982). *État et Regulation Sociale – La Politique de L’Enfance et de la Famille au Portugal sous le Salazarisme*. Tese de Doctorat de 3ème Cicle, Grenoble: Université des Sciences Sociales de Grenoble.
- LOPES, José da Silva (1999). *A Economia Portuguesa desde 1960*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva.
- MACMANUS, James (1974). Schooling That Puts Autocracy at Risk: Reports on a Revolutionary Plan for Education in Portugal. *The Guardian*, 1 de Março.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira (1991). *Portugal Instituições e Factos*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MIRANDA, Jorge (1990). *Manual de Direito Constitucional – Tomo I*, 4.<sup>a</sup> ed. (revista e actualizada), s.l.: Coimbra Editora.
- MIRANDA, Jorge (1992). *As Constituições Portuguesas: De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Livraria Petrony.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Editorial Presença.
- MÓNICA, Maria Filomena (1996). A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995. In BARRETO, António (org.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MONTEIRO, Agostinho dos Reis (s.d.). *Educação, Acto Político*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Livros Horizonte.
- MOSCOVICI, Serge (1976). *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris: Presses Universitaires de France.
- MOZZICAFREDDO, Juan (2000). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Oeiras: Celta Editora.
- NEVES, Ilídio (2001). *Dicionário Técnico e Jurídico de Protecção Social*, Coimbra: Coimbra Editora.
- NOGUEIRA, Franco (1962). Diários Pessoais, cit. in ANTUNES, J. Freire (1993). *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- NUNES, Adérito Sedas (1961). *Princípios de Doutrina Social*, 2.<sup>a</sup> ed. (revista e aumentada), Lisboa: Livraria Morais Editora.
- NUNES, Adérito Sedas (1968a). A População Universitária Portuguesa: uma Análise Preliminar. *Análise Social*, n.ºs 22-23-24, vol. 4, 295-385.
- NUNES, Adérito Sedas (1968b). O Sistema Universitário em Portugal: Alguns Mecanismos, Efeitos e Perspectivas do seu Funcionamento. *Análise Social*, n.ºs 22-23-24, vol. 4, 295-385.
- NUNES, Adérito Sedas (1969). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa: Morais.
- NUNES, Adérito Sedas (1970). *A Universidade no Sistema Social Português – Uma Primeira Abordagem*. *Análise Social*, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

- NUNES, Maria Madalena Jesus Cunha (2006). *(In)Sucesso Escolar o Ensino Superior: Variáveis Biopsicossociais*, Castelo Branco: Politécnica – Associação dos Institutos Politécnicos do Centro.
- OCDE (1975). *Eléments pour une Politique de L'Éducation au Portugal*, Paris: OCDE.
- PAPADOPOULOS, G. S. (1994). *L'OCDE face à l'Éducation*, Paris: OCDE.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2000). *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007). Os Estudantes na Mira do Estado Novo. In *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIRES, Eurico Lemos; FERNANDES, A. Sousa e FORMOSINHO, João (1991). *A Construção Social da Educação Escolar*, Rio Tinto: Edições Asa.
- POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone e RAYBAUT, Paul (1999). *Histórias de Vida, Teoria e Prática*, Oeiras: Celta.
- Presidência do Conselho (1964). *Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- QUIVY, Raymond e LucVan Campenhoudt (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva.
- RITA, Maria da Conceição de Melo e VIEIRA, Joaquim (2007). *Os meus 35 anos com Salazar*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ROCHA, J. A. Oliveira (1991). *Princípios de Gestão Pública*, Lisboa: Editorial Presença.
- ROCHA, J. A. Oliveira (2000). Modernização das Universidades e Gestão Participada, comunicação apresentada no *Seminário sobre Modernização Administrativa das Universidades*, Porto: 23 de Fevereiro.
- ROCHA, J. A. Oliveira (2001a). *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Oeiras: Instituto Nacional de Estatística.
- ROCHA, J. A. Oliveira (2001b). *As Relações entre o Poder Político e os Funcionários*. Comunicação nos Colóquios sobre o Estatuto dos Funcionários Municipais, Lisboa: CEDREL.
- ROCHA, J. A. Oliveira (2005). *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*, Lisboa: Escolar Editora.
- RODRIGUES, Fernanda (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa: Departamento Editorial do ISSScoop.
- RODRIGUES, Jorge de Sousa (2005). Um Roteiro da Educação Nova em Portugal: Escolas Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935). *Análise Social*, n.º 176 (731-736). [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732005000400015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000400015&lng=pt&nrm=iso).
- ROSAS, Fernando (1996). *O Estado Novo nos Anos Trinta: 1928-1938*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Estampa.

- ROUSSEAU, R. (1990). *Le Project de Recherche: Les Principaux Types de Recherche*, Rimouski / Québec: Les Editors Jonathan.
- SALAZAR, António de Oliveira (1943). *Discursos, 1938-1943*, vol. 3, s.l.: Coimbra Editora.
- SALAZAR, António de Oliveira (1951). *Discursos, 1943-1950*, vol. 4., s.l.: Coimbra Editora.
- SALVADO, Sampaio (1977). *O Ensino Primário – Contribuição Monográfica*, Lisboa: Centro de Investigação Pedagógica, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- SANTIAGO, Rui Armando Gomes (1993). *Representações Sociais da Escola nos Alunos, Pais e Professores no Espaço Rural*. Tese de Doutoramento, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SANTIAGO, Rui Armando Gomes (1996). *A Escola Representada pelos Alunos, Pais e Professores*. Tese de Doutoramento, s.l.: Universidade de Aveiro.
- SANTOS, Alberto Jerónimo Silva (2005). *A Brotéria e a Justiça Social no Estado Novo*. Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- SANTOS, Boaventura Sousa e FERREIRA Sílvia (2002). A Reforma do Estado-Providência entre Globalizações Conflitantes. In HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO Graça (Ed.). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?* (177-225), Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura Sousa; HESPANHA Pedro e CARAPINHEIRO Graça (orgs.) (2001). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Edições Afrontamento.
- SARAIVA, José António (1974). *Do Estado Novo à Segunda República – Crónica Política de um Tempo Português*, Amadora: Livraria Bertrand.
- SARAIVA, José Hermano (2001). *História de Portugal*, 6.<sup>a</sup> ed., s.l.: Publicações Europa-América.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- SIMÃO, José Veiga (1970). Discurso de Abertura do Ano Lectivo de 1969/70 da Universidade de Lourenço Marques. In NUNES Adérito Sedas (Ed.). *O Problema Político da Universidade de Lourenço Marques*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- SIMÃO, José Veiga (1972). *Uma Decisão Histórica – Expansão do Ensino Superior*, Ministério da Educação Nacional. s.l.: Edições CIREP.
- SIMÃO, José Veiga (1973). Educação é Diálogo. In SIMÃO, José Veiga (1973). *Educação Caminhos de Liberdade*, Lisboa: Tipografia António Coelho Dias.
- SIMÃO, José Veiga (2003a). *Modernização do Ensino Superior – Da Ruptura à Excelência*, s.l.: Fundação das Universidades Portuguesas.

- SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos e COSTA, António de Almeida (2003b). *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva.
- SIMÃO, José Veiga (s.d.). *Quatro Décadas de Educação*. [www.sg.min-edu.pt/expo03/min\\_03\\_veiga\\_simao/expo5.htm](http://www.sg.min-edu.pt/expo03/min_03_veiga_simao/expo5.htm).
- SIMÕES, Eduarda (2007). Representações Sociais da Escola Rural de Meados do Século XX em Portugal. *Análise Social*, 2 (XXV), 211-228.
- SPINK, Mary Jane P. (1993). O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. In *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: 9 (3), Julho/Setembro. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1993000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017)
- STOER, Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal – 1970-1980, uma Década de Transição*, Porto: Edições Afrontamento.
- TEODORO, António (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto: Edições Afrontamento.
- TEODORO, António (2002). *As Políticas de Educação em Discurso Directo (1955-1995)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- TEODORO, António (2003). *Globalização e Educação: Políticas Educacionais e Novos Modos de Governação*, Brasil: Cortez Editora.
- TEODORO, António (2004). Mobilização Educativa em Tempos de Crise Revolucionária. Periferia e Centro no Processo de Democratização das Escolas (1974-1976). *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17, n.º 2, Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 181-207.
- TEODORO, António (s.d.). Decisores Políticos e Políticas de Educação. Estórias e Hipóteses para uma Interpretação das Políticas de Educação em Portugal, 1950-1974. [http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/PRODU\\_COESCIENTIFICAS/PAPERS/DECISORES.PDF](http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/PRODU_COESCIENTIFICAS/PAPERS/DECISORES.PDF).
- TEICHLER, Ulrich (2004). Changing Structures of the Higher Education Systems: The Increasing Complexity of Underlying Forces. *UNESCO Forum Occasional Paper Series. Paper N° 6: Diversification of Higher Education and the Changing Role of Knowledge and Research*, papers produced for the UNESCO Forum Regional Scientific Committee for Europe and North America.
- Universidade de Coimbra (1991). *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VIEIRA, Ricardo (1992). *Entre a Escola e o Lar*, Lisboa: Escher.
- VIEIRA, Ricardo (1998). Etnografia e Histórias de Vida na Compreensão do Pensamento dos Professores. In ESTEVES, António e AZEVEDO, José (Eds.) *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto: Instituto de Sociologia.
- VIEIRA, Ricardo (1999a). *Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*, Porto: Edições Afrontamento.

VIEIRA, Ricardo (1999b). Modelos Científicos e Práticas Educativas: Breve Incursão no séc. XX. *a Página*, ano 8, n.º 79.

VIEIRA, Ricardo (2002). Vidas Revividas: Etnografia, Biografias e a Descoberta de Novos Sentidos. In CARIA, Telmo H. (org.). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

### **Publicações Oficiais**

*Anuário Estatístico*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

*Diário das Sessões*, Lisboa: Imprensa Nacional.

*Diário do Governo*.

*Estatística da Educação*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

*Orçamento Geral do Estado*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

### **Referências Bibliográficas dos Censos Populacionais Portugueses**

#### **Estatística demográfica. Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 (5.º Recenseamento Geral da População)**

Vol. 1 – Parte I – *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, instrução*, Lisboa: Ministério das Finanças. Direcção-Geral de Estatística – 4.ª Repartição. Imprensa Nacional. 1913.

#### **Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920 (6.º Recenseamento Geral da População)**

Vol. 1 – Parte I – *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, instrução*, Lisboa: Ministério das Finanças. Direcção-Geral de Estatística – 4.ª Repartição. Imprensa Nacional. 1923.

#### **Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930 (7.º Recenseamento Geral da população)**

Vol. 1 – Parte I – *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, instrução*, Lisboa: Ministério das Finanças. Direcção-Geral da Estatística – 4.ª Repartição. Imprensa Nacional. 1933.

#### **VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940**

Vol. 1 – *Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, Lisboa: I.N.E. / Imprensa Nacional de Lisboa. 1942.

**IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950**

Tomo I – *População residente e presente, famílias, casais, mulheres casadas, convivências, estrangeiros, cegos, surdos-mudos e órfãos*, Lisboa: I.N.E. / Tipografia Portuguesa. 1952.

Tomo II – *Idade e Instrução*, Lisboa: I.N.E. / Tipografia Portuguesa. 1952.

**X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960)**

*Resultados Provisórios Relativos à População Residente, nos Distritos e Concelhos*, s.l.: I.N.E. s.d.

**XI Recenseamento da População. Continente e Ilhas Adjacentes. 1970**

*Dados Preliminares*, s.l.: I.N.E. – Serviços Centrais. 1971.

*11.º Recenseamento da População. 1.º Recenseamento da Habitação. 1970, População e Alojamento por Lugares*, s.l.: I.N.E. – Serviços Centrais. s.d.

Tomo III, vol. 1 – *Instrução*, Lisboa: I.N.E. / Sociedade Astória. 1963.

**Legislação sobre o ensino superior**

MACHADO, Maria de Lourdes (1999). *Legislação do Ensino Superior*, Lisboa: Vislis Editores.

SOUSA, Maria de Lourdes Fidalgo Machado Fernandes de (1991). *Legislação do Ensino Superior – Serviços Académicos: 1930/1990*, Ed. Revista: Bragança. Instituto Politécnico de Bragança.

Decreto com força de lei, de 22 de Março de 1911.

Decreto com força de lei, de 19 de Abril de 1911.

Lei n.º 616, de 16 de Junho de 1916.

Decreto com força de lei n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918.

Lei n.º 861, de 27 de Agosto de 1919.

Decreto n.º 12 426, de 2 de Outubro de 1926.

Decretos n.º 12 426 e 12 492, de 2 e 14 de Outubro de 1926.

Decreto n.º 16 623, de 18 de Março de 1929.

Decreto n.º 18 717, de 27 de Julho de 1930.

Decreto n.º 19 026, de 4 de Novembro de 1930.

Decreto n.º 19 081, de 2 de Dezembro de 1930.

Decreto n.º 19 848, de 2 de Junho de 1931.

Decreto n.º 20 314, 16 de Setembro de 1931.

Portaria n.º 8 269, de 8 de Novembro de 1935.  
Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941.  
Decreto-Lei n.º 31 932, de 20 de Março de 1942.  
Decreto-Lei n.º 32 720, de 26 de Março de 1943.  
Decreto-Lei n.º 38 692, de 21 de Março de 1952.  
Decreto n.º 39 001, de 20 de Novembro de 1952.  
Decreto-Lei n.º 42 857, de 20 de Fevereiro de 1960.  
Decreto n.º 44 146, de 4 de Janeiro de 1962.  
Decreto n.º 45 076, de 14 de Junho de 1963.  
Decreto n.º 46 481, de 11 de Agosto de 1965.  
Decreto-Lei n.º 46 667, de 24 de Novembro de 1965.  
Decreto-Lei n.º 46 834, de 11 de Janeiro de 1966.  
Decreto-Lei n.º 46 206, de 16 de Setembro de 1966.  
Declaração, de 21 de Outubro de 1966.  
Decreto-Lei n.º 47 303, de 7 de Novembro de 1966.  
Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967.  
Decreto-Lei n.º 47 701, de 15 de Maio de 1967.  
Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março.  
Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho.  
Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto.  
Decreto-Lei n.º 27/71, de 5 de Fevereiro.  
Portaria n.º 445/71, de 20 de Agosto.  
Portaria n.º 574/71, de 20 de Outubro.  
Circular n.º 163/72 – Série B, de 27 de Setembro de 1972.  
Decreto-Lei n.º 264/72, de 31 de Julho.  
Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto.  
Portaria n.º 741/72, de 18 de Dezembro.  
Lei n.º 5/73, de 25 de Julho.  
Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto.  
Decreto-Lei n.º 418/73, de 21 de Agosto.  
Decreto-Lei n.º 524/73, de 13 de Outubro.  
Decreto-Lei n.º 629/73, de 26 de Novembro.  
Portaria n.º 320/74, de 24 de Abril.

### **Bibliografia Electrónica**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [www.ics.ul.pt](http://www.ics.ul.pt)

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.  
[www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage](http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage)

Companhia de Jesus. <http://www.companhia-jesus.pt>

Instituto Nacional de Estatística. [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

A página da educação. [www.apagina.pt](http://www.apagina.pt)

## APÊNDICES

---



## Apêndice n.º 1

### Base de dados com as respostas do inquérito por questionário

Cód.	Identificação			Agregado familiar			
	1.1	1.2	1.3	2.1		2.2	
				Pai	Mãe	Pai	Mãe
1	56	M	Leiria	Ensino primário completo	Ensino primário completo	Comércio	Comércio
2	61	M	Viseu	Ensino primário incompleto	Ensino primário completo	Comércio	Doméstico
3	67	M	Leiria	Sem instrução	Sem instrução	Agricultura e pesca	Agricultura e pesca
4	52	F	Santarém	Ensino secundário	Ensino primário completo		
5	57	M	Porto	Ensino superior	Ensino superior	Várias indústrias	Doméstico
6	52	M	Lisboa	Ensino superior	Ensino secundário	Dirigente / cargo superior	Doméstico
7	62	M	Vila Real	Ensino superior	Ensino primário completo	Ensino / Professor	Doméstico
8	55	F	Bragança	Ensino primário incompleto		Agricultura e pesca	
9	57	M	Lisboa	Ensino superior	Ensino superior	Ensino / Professor	Ensino / Professor
10	59	M	Leiria	Ensino primário incompleto	Ensino primário incompleto	Operário / Artífice	Doméstico
11	60	M	Leiria	Ensino primário incompleto	Ensino primário incompleto	Comércio	Doméstico
12	57	M	Évora	Ensino secundário	Ensino primário incompleto	Funcionário Administrativo	Doméstico
13	52	M	Leiria	Ensino primário incompleto	Ensino primário completo	Dirigente / cargo superior	Doméstico
14	52	M	Lisboa	Ensino primário incompleto	Ensino primário incompleto		
15	59	M	Leiria	Ensino primário incompleto	Ensino primário incompleto	Operário / Artífice	Doméstico
16	54	F	Coimbra	Ensino secundário	Ensino primário completo	Técnico especializado	Doméstico

## Base de dados com as respostas do inquérito por questionário (cont.)

Cód.	Frequência do Ensino Superior																				3.4	3.5	3.6
	3.1								3.2						3.3								
	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.1.4	3.1.5	3.1.6	3.1.7	3.1.8	3.2.1	3.2.2	3.2.3	3.2.4	3.2.5	3.2.6	3.2.6.1	3.3.1	3.3.2	3.3.3	3.3.4	3.3.4.1			
1	S	S	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	S	N		N	S	N	N		1968	2003	Licenciatura Economia, Mestrado Economia e Gestão CXT, Doutoramento Economia
2	S	N	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	S	N		S	N	N	N		1963	1973	Direito
3	S	S	N	N	S	N	N	N	N	S	N	S	N	N		N	N	N	S	Seminário	1953	1964	Filosofia, Teologia, Cultura Geral
4	N	S	S	N	N	S	S	N	N	N	N	N	S	N		S	N	N	N		1973	1976	Bacharelato em Contabilidade e Administração
5	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N		S	S	N	N		1968	1975	Licenciatura em Filologia Românica
6	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	Condições de investigação	S	N	N	N					Economia - Gestão
7	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N		S	N	N	N		1963	1975	Filosofia Românica (Estudos Portugueses e Franceses)
8	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N		N	N	S	N			1974	
9	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N		N	N	N	S		1972	1976	
10	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N		S	N	N	N		1969	1976	Engenharia Mecânica
11	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	N		S	N	N	N		1965	1973	
12	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N		N	S	N	N		1973	1979	História
13	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N		S	N	N	N		1973	1978	Organização e Gestão de Empresas
14	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N		N	S	N	N		1973	1978	Economia
15	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N		S	S	N	N		1969	1976	Engenharia Mecânica
16	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	N		S	N	N	N		1973	1978	Licenciatura em História

Cód.	Frequência do Ensino Superior																				
	3.7 - Trabalhador-estudante						3.8 - Maior despesa em tempo de aulas								3.9 - Dist.	3.10 - Modo de deslocação					
	3.7	3.7.1	3.7.2	3.7.3	3.7.4	3.7.4.1	3.8.1	3.8.2	3.8.3	3.8.4	3.8.5	3.8.6	3.8.7	3.8.8		3.10.1	3.10.2	3.10.3	3.10.4	3.10.5	3.10.5.1
1	S	N	S	S	N		N	N	S	N	N	N	N	N	90	N	N	S	N	N	
2	S	N	N	N	S	recursos profissionais	S	S	N	N	N	N	N	N		S	N	N	N	N	
3	N						S	S	N	N	N	N	N	N		N	N	N	N	S	Nenhuma. Era aluno interno
4	S	N	N	N	S	trabalhador de frequentar aulas	N	S	N	N	N	N	N	N	10	S	N	N	N	N	
5	S	N	N	N	S		N/S								0,05	S	N	N	N	N	
6	S	S	N	N	N		N	N	S	N	N	N	N	N	150	N	S	N	N	N	
7	N						S	S	S	N	N	N	N	N	22	S	N	N	N	N	
8	N						S	S	N	N	N	N	N	N		N	S	N	N	N	
9	N						N	S	N	N	N	N	N	N	1	S	N	N	N	N	
10	S	N	S	N	N		N	S	N	N	N	N	N	N	1	N	S	N	N	N	
11	S						S	S	N	N	N	N	N	N	80	N	S	N	N	N	
12	S	N	S	N	N		N	N	N	N	S	N	N	N	150	N	S	S	N	N	
13	N						N	N	S	N	N	N	N	N	20	N	S	N	N	N	
14	S	S	N	N	N		S	S	S	N	N	N	N	N	5	N	S	N	N	N	
15	S	N	S	N	N		N	S	N	N	N	N	N	N		N	S	N	N	N	
16	N						S	N	N	N	N	N	N	N	3	N	S	N	N	N	

## Base de dados com as respostas do inquérito por questionário (cont.)

Cód.	Frequência do Ensino Superior										
	3.11 - Mudança de local de residência							3.12 Distrito de residência	3.13 - Frequência com que se deslocava à residência	3.14 Classificação dessa deslocação	
	3.11	3.11.1	3.11.2	3.11.3	3.11.4	3.11.5	3.11.6				
1	N							Leiria	Todos os dias	Satisfatória	2
2	S	N	N	N	N	S	N	Viseu	Duas vezes por semestre	Satisfatória	2
3	S	N	N	S	N	N	N	Leiria	Duas vezes por semestre	Satisfatória	2
4	S	N	N	S	N	N	N	Santarém	Quinzenalmente	Satisfatória	2
5	S	N	N	N	S	N	N	Porto	Nas férias escolares	Satisfatória	2
6	N							Lisboa	Todos os dias		
7	S	N	N	N	S	N	N	Vila Real	Nas férias escolares	Nada satisfatória	4
8	S	N	N	S	N	N	N	Bragança	Nas férias escolares		
9	S	N	N	N	S	N	N	Lisboa	Semanalmente	Muito satisfatória	1
10	S	N	N	N	N	S	N	Leiria	Quinzenalmente	Muito satisfatória	1
11	S	N	N	N	N	S	N	Leiria	Mensalmente	Nada satisfatória	4
12	N							Évora	Todos os dias		
13	S	N	S	N	N	N	N	Leiria	Quinzenalmente	Satisfatória	2
14	N							Lisboa	Todos os dias		
15	S	N	N	N	N	S	N	Leiria	Quinzenalmente	Muito satisfatória	1
16	N							Coimbra	Todos os dias		

Cód.	Participação na vida académica / social														
	4.1 - Funções académicas desempenhadas							4.2 - Actividades extracurriculares desempenhadas							
	4.1	4.1.1	4.1.2	4.1.3	4.1.4	4.1.5	4.1.5.1	4.2	4.2.1	4.2.2	4.2.3	4.2.4	4.2.5	4.2.6	4.2.7
1	N							S	S	N	N	N	N	N	N
2	S	N	N	S	S	S	Várias	S	S	N	S	S	N	S	N
3	S	N	S	N	S	N		N							
4	S	N	S	N	N	N		S	S	N	N	N	N	N	N
5	S	S	N	S	S	N		S	S	N	S	N	N	N	N
6	N							N							
7	S	S	N	N	N	N		N							
8	N							N							
9	S							S	N	S	N	N	N	N	N
10	S	S	N	N	N	N		N							
11	N							N							
12	N							S	N	N	N	N	N	N	S
13	N							N							
14	S	N	N	N	S	N		N							
15	S	S	N	N	N	N		N							
16	S	S	S	N	S	N		S	S	S	S	N	N	N	N

**Base de dados com as respostas do inquérito por questionário (cont.)**

Cód	Apoios sociais													Aux 1
	5.1 - Foi estudante bolseiro							5.2 - Meio pelo qual tomou conhecimento						
	5.1	5.1.1	5.1.2.1	5.1.2.2	5.1.2.3	5.1.2.4	5.1.2.4.1	5.2.1	5.2.2	5.2.3	5.2.4	5.2.4.1		
1	N								N	N	N	S	Desconhecimento	
2	N		S	N	N	N			N	N	N	S	Desconhecimento	
3	N		N	N	N	S	Mensalidade que pagava		N	N	N	S		
4	N		N	N	S	N								N
5	N		N	N	S	N			N	S	N	N		
6	N		N	N	N	S	Para burocracia, co seja, demasiadas							N
7	N		S	N	N	N								N
8	N		S	N	N	N								N
9	N		N	N	S	N			N	N	N	S		
10	N		N	N	S	N			N	N	S	N		
11	N		S	N	N	N								N
12	N													N
13	N		S	N	N	N			N	N	N	N	Desconhecimento	
14	S								N	S	S	N		
15	S	1200							N	N	S	N		
16	N		N	N	S	N			N	S	N	N		

Cód	Apoios sociais																						
	5.3 - Outros apoios concedidos pela Instituição											5.4 - Benefício de apoios referidos na alínea anterior											
	5.3	5.3.1	5.3.2	5.3.3	5.3.4	5.3.5	5.3.6	5.3.7	5.3.8	5.3.9	5.3.10	5.4	5.4.1	5.4.2	5.4.3	5.4.4	5.4.5	5.4.6	5.4.7	5.4.8	5.4.9	5.4.10	
1	N											N											
2	S	N	N	S	S	S	S	S	S	N	N	N											
3	S	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	S	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N
4	N											N											
5	S	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N	N											
6	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N											
7	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N											
8	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N											
9	N											N											
10	S	N	N	S	N	S	N	S	N	N	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N
11	N											N											
12	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N
13	N											N											
14	N											N											
15	S	N	N	S	N	S	N	S	N	N	N	S	N	N	S	N	S	N	S	N	N	N	N
16	S	S	S	S	S	S	N	S	N	N	N	S	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N

**Apêndice n.º 2**  
**Carta de apresentação**

Rosa Maria Carreira Pedro

Exmo(a). Senhor(a) Professor(a)

Leiria, 29 de Janeiro de 2008

Exmo(a). Senhor(a) Professor(a),

No âmbito do Mestrado em Administração Pública ministrado pelo **Instituto Politécnico de Leiria** por protocolo com a **Universidade do Minho**, estou a elaborar a dissertação subordinada ao tema “Estado Novo e a Acção Social no Ensino Superior”.

Neste âmbito, solicito a colaboração do(a) Senhor(a) Professor(a), no sentido de responder, de forma voluntária ao questionário que se junta em anexo. As suas respostas são anónimas pelo que não haverá qualquer hipótese, nem interesse, de associá-las ao(à) Senhor(a) Professor(a), sendo ainda garantido o maior sigilo. Mais, informo que a **aplicação do presente questionário está devidamente autorizada pelo Senhor Presidente do Instituto [...]**.

A colaboração do(a) Senhor(a) Professor(a) é fundamental para a qualidade desta investigação e um contributo para **a melhoria da investigação científica em Portugal**, pelo que agradeço, desde já, o tempo dispendido.

É importante que responda a todos os *itens* do questionário, procurando **preencher** correctamente os **rectângulos** que traduzem as suas respostas.

Por favor, **entregue o questionário** depois de preenchido, **junto da telefonista** de uma das Escolas Superiores ou dos Serviços Centrais do Instituto [...], se possível, até ao **dia 13 de Fevereiro de 2008**.

Fico muito grata pela disponibilidade, empenho e interesse manifestados pelo(a) Senhor(a) Professor(a).

Com os melhores cumprimentos,

Rosa Maria Carreira Pedro  
rosap@ipleiria.pt



# Apêndice n.º 3

## Questionário

### QUESTIONÁRIO ACÇÃO SOCIAL (QAS)

Exmo(a). Senhor(a) Professor(a), este questionário destina-se a uma primeira fase da investigação que pretendo levar a efeito no âmbito da minha dissertação de mestrado, cujo objecto de estudo é a acção social no ensino superior durante o Estado Novo. Como não podia deixar de ser, não se destina a qualquer tipo de avaliação e é **ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL**. Os dados serão tratados a nível global e **NUNCA** a nível individual. Solicito então que coloque uma cruz no rectângulo correspondente. Se achar necessário, use o verso da folha para a continuação das respostas, ou para qualquer comentário. Obrigado pela cooperação. Rosa Pedro

#### 1. Identificação

**1.1 Idade**

**1.2 Género**  Feminino  Masculino

**1.3 Naturalidade**

<input type="checkbox"/> Aveiro	<input type="checkbox"/> Castelo Branco	<input type="checkbox"/> Guarda	<input type="checkbox"/> Porto	<input type="checkbox"/> Vila Real
<input type="checkbox"/> Beja	<input type="checkbox"/> Coimbra	<input type="checkbox"/> Leiria	<input type="checkbox"/> Santarém	<input type="checkbox"/> Viseu
<input type="checkbox"/> Braga	<input type="checkbox"/> Évora	<input type="checkbox"/> Lisboa	<input type="checkbox"/> Setúbal	<input type="checkbox"/> R. A. Açores
<input type="checkbox"/> Bragança	<input type="checkbox"/> Faro	<input type="checkbox"/> Portalegre	<input type="checkbox"/> Viana do Castelo	<input type="checkbox"/> R. A. Madeira
<input type="checkbox"/> Outra	Qual <input type="text"/>			

#### 2. Agregado Familiar

##### 2.1 Habilitações literárias dos seus pais

	<input type="checkbox"/> Sem Instrução	<input type="checkbox"/> Ensino Primário incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Primário completo	<input type="checkbox"/> Ensino Secundário	<input type="checkbox"/> Ensino Superior	<input type="checkbox"/> Outra	Qual <input type="text"/>
Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>

##### 2.2 Actividade profissional / fonte de rendimento dos seus pais

	<input type="checkbox"/> Agricultura e Pesca	<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Dirigente / Quadro Superior	<input type="checkbox"/> Doméstico	<input type="checkbox"/> Funcionário Administrativo	<input type="checkbox"/> Funcionário de Comércio	<input type="checkbox"/> Militar	<input type="checkbox"/> Operário / Artífice	<input type="checkbox"/> Ensino / Professor	<input type="checkbox"/> Profissional Liberal	<input type="checkbox"/> Técnico Especializado	<input type="checkbox"/> Reformado	<input type="checkbox"/> Outra	Qual <input type="text"/>
Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>

#### 3. Frequência do Ensino Superior

##### 3.1 Razão para prosseguir estudos no Ensino Superior

<input type="checkbox"/> Corresponder às expectativas / desejos dos pais	<input type="checkbox"/> Preparar-se para uma profissão
<input type="checkbox"/> Desenvolver a sua formação pessoal	<input type="checkbox"/> Ter mais oportunidades profissionais
<input type="checkbox"/> Desenvolver a sua formação académica	<input type="checkbox"/> Ter mais oportunidades sociais
<input type="checkbox"/> Influência de amigos que entraram no Ensino Superior	<input type="checkbox"/> Outra
	Qual <input type="text"/>

##### 3.2 Motivação para a escolha do estabelecimento de Ensino Superior

<input type="checkbox"/> Indicação de terceiros	<input type="checkbox"/> Proximidade geográfica da residência
<input type="checkbox"/> Instalações e recursos da instituição	<input type="checkbox"/> Reputação da instituição no mercado de trabalho
<input type="checkbox"/> Nível científico do ensino	<input type="checkbox"/> Outra
	Qual <input type="text"/>

##### 3.3 Estabelecimento de Ensino Superior frequentado

<input type="checkbox"/> Universidade de Coimbra	<input type="checkbox"/> Universidade do Porto
<input type="checkbox"/> Universidade de Lisboa	<input type="checkbox"/> Outro
	Qual <input type="text"/>

##### 3.4 Ano de ingresso no Ensino Superior

##### 3.5 Ano de conclusão do Curso

##### 3.6 Curso frequentado

##### 3.7 Foi trabalhador estudante

 Sim  Não

Se SIM, indique o motivo

<input type="checkbox"/> Recursos financeiros escassos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Procura de maior autonomia	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Aquisição de experiência profissional	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Outro	Qual <input type="text"/>

##### 3.8 Qual a maior despesa em tempo de aulas

<input type="checkbox"/> Alimentação	<input type="checkbox"/> Material didáctico	<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Vestuário
<input type="checkbox"/> Alojamento	<input type="checkbox"/> Tabaco, álcool, café	<input type="checkbox"/> Vida nocturna	<input type="checkbox"/> Outra
			Qual <input type="text"/>

##### 3.9 Distância entre a residência em tempo de aulas e o estabelecimento de Ensino Superior

##### 3.10 Modo de deslocação para o estabelecimento de Ensino Superior

<input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Viatura própria	<input type="checkbox"/> Outro	Qual <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Transporte público	<input type="checkbox"/> Viatura de colegas		

## Questionário (cont.)

### 3.11 O ingresso no Ensino Superior implicou a mudança do local de residência

Sim

Não

Se **NÃO**, passe para a questão 4

Se **SIM**, indique qual a sua residência em tempo de aulas

- Casa de amigo ou colega  
 Casa de familiares  
 Residência de estudantes

- Quarto arrendado individual  
 Quarto arrendado partilhado  
 Outra

Qual

### 3.12 Distrito de residência antes do ingresso no Ensino Superior

- Aveiro  
 Beja  
 Braga  
 Bragança  
 Outra

- Castelo Branco  
 Coimbra  
 Évora  
 Faro

- Guarda  
 Leiria  
 Lisboa  
 Portalegre

- Porto  
 Santarém  
 Setúbal  
 Viana do Castelo

- Vila Real  
 Viseu  
 R. A. Açores  
 R. A. Madeira

Qual

### 3.13 Frequência com que se deslocava à residência indicada na questão anterior

- Semanalmente  
 Quinzenalmente

- Mensalmente  
 Duas vezes por semestre

- Nas férias escolares  
 Outra

Qual

### 3.14 Classifique qualitativamente essa frequência

- Muito satisfatória  
 Satisfatória

- Pouco satisfatória  
 Nada satisfatória

- Indiferente

## 4 - Participação na Vida Académica / Social

### 4.1 Enquanto estudante do Ensino Superior desempenhou funções académicas ou associativas

Sim

Não

Se **SIM**, indique qual ou quais

- Delegado de Ano ou Curso  
 Representante dos Estudantes nos Órgãos de Gestão da Escola  
 Responsável / Membro da Associação de Estudantes

- Responsável / Membro de Grupo Recreativo / Cultural (Desporto, teatro, tuna, etc.)  
 Outra

Qual

### 4.2 Fora da escola, estava envolvido em alguma actividade, associação ou organização

Sim

Não

Se **SIM**, de que natureza

- Cultural  
 Desportiva

- Política  
 Recreativa

- Religiosa  
 Solidariedade Social

- Outra

Qual

## 5 - Apoios Sociais

### 5.1 Foi estudante bolseiro

Sim

Não

Se **SIM**, qual o valor mensal da bolsa

Se **NÃO**, indique o motivo

- Desconhecimento  
 Rendimento académico inferior ao exigido

- Rendimento do agregado familiar elevado  
 Outra

Qual

### 5.2 Meio pelo qual tomou conhecimento das candidaturas a bolsa de estudo

- Comunicação social  
 Próprio estabelecimento de ensino

- Amigo / colega  
 Outro

Qual

### 5.3 A Instituição de Ensino Superior que frequentava concedia outros apoios sociais aos seus estudantes

Sim

Não

Se **SIM**, indique qual ou quais

- Actividades desportivas  
 Actividades culturais

Qual / Quais  
 Qual / Quais

- Alimentação  
 Alojamento  
 Apoio médico

- Auxílio de emergência  
 Isenção do pagamento de propinas  
 Isenção do pagamento de taxas emolumentos

- Subsídio de transporte

- Outra

Qual

### 5.4 Beneficiou de algum dos Apoios referidos na questão anterior

Sim

Não

Se **SIM**, indique qual ou quais

Continuação de respostas (se necessário)

## **Apêndice n.º 4**

### **Guião de entrevista – Ex-estudantes do Ensino Superior**

Participação na vida académica.

Actividades extracurriculares.

Apoios sociais. Concessão de apoios sociais – natureza.

Divulgação da informação referente aos apoios sociais. Como era divulgada.

Resultados da atribuição de benefícios sociais. Divulgação.

No período entre 1968 e 1974 assumiram a gestão da pasta da Educação Nacional dois Ministros: José Hermano Saraiva (1968-1970) e José Veiga Simão (1970-1974).

Principais mudanças sentidas.



**Apêndice n.º 5**

**Guião de entrevista – Ex-estudantes do Ensino Secundário**

Agregado familiar. Constituição.

Profissão dos pais.

Distância entre o local de residência do agregado familiar e o estabelecimento de ensino frequentado.

Apoios sociais. Concessão de apoios sociais – natureza.

Divulgação da informação referente aos apoios sociais. Como era divulgada.

Motivos para a não frequência de um curso de ensino superior.

Curso de ensino superior pretendido.



## **Apêndice n.º 6**

### **Guião de entrevista – Ex-Ministro da Educação Nacional**

#### **Ensino Superior**

1. Autonomia das Universidades públicas durante o período do Estado Novo
2. Interação entre o Estado e as Universidades
3. A Universidade pública, os normativos legais e a autonomia
4. A fiscalização das Universidades públicas pelo Governo
5. Reitores, políticas sociais, criação e transgressão dos quadros legais
6. Fontes de financiamento das Instituições de ensino superior
7. Cálculo do orçamento das Instituições de ensino superior

#### **Ação Social no Ensino Superior**

8. Apoio do Estado à ação social no ensino superior
9. Apoios sociais concedidos pelas Instituições de ensino superior
10. Política do Estado Novo, obediência na política social das instituições / resistências institucionais
11. Política do Estado Novo, criatividade e inovação de gestão no quadro legal
12. Limites legalmente definidos para concessão de benefícios sociais e suficiência dos mesmos para os estudantes economicamente mais carenciados



**Apêndice n.º 7**  
**Entrevista ao Professor A**

*Entrevista realizada no dia 01 de Março de 2008*







**Apêndice n.º 8**  
**Entrevista ao Professor B**

*Entrevista realizada no dia 04 de Março de 2008*







**Apêndice n.º 9**

**Entrevista ao Professor C**

*Entrevista realizada no dia 05 de Março de 2008*



**Apêndice n.º 10**  
**Entrevista ao Professor D**

*Entrevista realizada no dia 05 de Março de 2008*



**Apêndice n.º 11**  
**Entrevista ao Professor E**

*Entrevista realizada no dia 18 de Março de 2008*















**Apêndice n.º 12**  
**Entrevista ao Professor F**

*Entrevista realizada no dia 01 de Março de 2008*



**Apêndice n.º 13**

**Entrevista ao Professor Doutor José Veiga Simão**

*Entrevista realizado no dia 28 de Fevereiro de 2008*







## Apêndice n.º 14

### Lista dos Ministros da Instrução Pública da Ditadura Nacional e do Estado Novo

N/O	Nome	Cargo de origem	Data de nomeação	Duração do mandato	Presidente do Ministério
1	José Mendes Cabeçadas <sup>1)</sup>	Contra-almirante	30 de Maio de 1926	2 dias	José Mendes Cabeçadas
2	Armando Humberto da Gama Ochoa	Oficial de Marinha	01 de Junho de 1926	2 dias	José Mendes Cabeçadas
3	Joaquim Mendes dos Remédios	Professor da Faculdade de Letras de Coimbra	03 de Junho de 1926	16 dias	José Mendes Cabeçadas
4	Artur Ricardo Jorge	Médico e Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa	19 de Junho de 1926	5 meses	Gomes da Costa
5	Alfredo de Magalhães <sup>2)</sup>	Médico e Professor na Escola Médica do Porto e no Instituto Superior de Comércio Portuense	22 de Novembro de 1926	1 ano e 5 meses	Óscar Carmona
6	Duarte Pacheco	Engenheiro	18 de Abril de 1928	7 meses	Vicente de Freitas
7	Gustavo Cordeiro Ramos (1.ª vez)	Professor da Faculdade de Letras de Lisboa	10 de Novembro de 1928	8 meses	Vicente de Freitas
8	Francisco Xavier da Silva Teles	Médico e Reitor da Universidade de Lisboa	08 de Julho de 1929	2 meses	Ivens Ferraz
9	Eduardo da Costa Ferreira	Oficial de Artilharia	11 de Setembro de 1929	2 meses	Ivens Ferraz
10	Artur Ivens Ferraz <sup>3)</sup>	Presidente do Ministério, interinamente	14 de Novembro de 1929	7 dias	Ivens Ferraz
11	Vitor Hugo Duarte de Lemos	Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa	21 de Novembro de 1929	2 meses	Ivens Ferraz
12	Gustavo Cordeiro Ramos (2.ª vez)	Professor da Faculdade de Letras de Lisboa	21 de Janeiro de 1930	2 anos e 7 meses	Costa Oliveira
13	Gustavo Cordeiro Ramos (3.ª vez)	Professor da Faculdade de Letras de Lisboa	05 de Julho de 1932	9 meses	Salazar, como Presidente do Ministério
14	Gustavo Cordeiro Ramos (4.ª vez)	Professor da Faculdade de Letras de Lisboa	11 de Abril de 1933	3 meses	Salazar, como Presidente do Conselho
15	Alexandre Sousa Pinto	Professor da Faculdade de Ciências do Porto	24 de Julho de 1933	11 meses	António de Oliveira Salazar
16	Manuel Rodrigues (1.ª vez)	Professor da Faculdade de Direito de Lisboa	29 de Junho de 1934	4 meses	António de Oliveira Salazar
17	Eusébio Tamagnini de Matos da Encarnação	Professor da Faculdade de Ciências de Coimbra	23 de Outubro de 1934	1 ano e 3 meses	António de Oliveira Salazar
18	António Faria Carneiro Pacheco	Professor da Faculdade de Direito de Lisboa	18 de Janeiro de 1936	3 anos e 2 meses	António de Oliveira Salazar
19	Manuel Rodrigues (2.ª vez)	Ministro da Justiça, interinamente	09 de Março de 1939	1 ano e 5 meses	António de Oliveira Salazar
20	Mário de Figueiredo	Professor da Faculdade de Direito de Coimbra	28 de Agosto de 1940	4 anos e 1 mês	António de Oliveira Salazar
21	José Casero da Mata	Professor da Faculdade de Direito de Lisboa	06 de Setembro de 1944	2 anos e 5 meses	António de Oliveira Salazar
22	Fernando Andrade Pires de Lima	Professor da Faculdade de Direito de Coimbra	04 de Fevereiro de 1947	8 anos e 5 meses	António de Oliveira Salazar
23	Francisco de Paula Leite Pinto	Engenheiro e Professor da Universidade Técnica	07 de Julho de 1955	5 anos e 10 meses	António de Oliveira Salazar
24	Manuel Lopes de Almeida	Professor da Faculdade de Letras de Coimbra	04 de Maio de 1961	1 ano e 7 meses	António de Oliveira Salazar
25	Inocêncio Galvão Teles	Professor da Faculdade de Direito de Lisboa	04 de Dezembro de 1962	5 anos e 8 meses	António de Oliveira Salazar
26	José Hermano Saraiva	Advogado e Professor do ensino liceal	19 de Agosto de 1968	1 ano e 5 meses	António de Oliveira Salazar
27	José Veiga Simão <sup>4)</sup>	Professor da Faculdade de Ciências de Coimbra	15 de Janeiro de 1970	4 anos e 3 meses	Marcelo Caetano

<sup>1)</sup> Presidente do Ministério.

<sup>2)</sup> Já fora Ministro da Instrução Pública na I República.

<sup>3)</sup> Presidente do Ministério, interinamente.

<sup>4)</sup> Exerceu o cargo até à Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs termo ao regime ditatorial.

Fonte: CARVALHO, Rómulo de (1996). *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 817-819.



## Apêndice n.º 15

### Lista de Reitores da Universidade de Coimbra

N/O	Ano	Nome
1	1288	Frei André Ursinus, lente de Santos Padres (?)
2	1290	Mestre Gerardo, lente de Teologia
3	?	Mestre Agostinho Belo, lente de Artes e depois de Teologia
4	1330	Mestre Simão da Cruz, lente de Teologia
5	1367-1368	Gonçalo Miguéis, bacharel em Cânones
6		Prior de S. Jorge, Bacharel em Cânones
7	1378-1379	D. Martinho Domingues, cônego de Évora
8	1384-1386	Lançarote Esteves
9	1387	Lopo Martins, sacerdote
10	1388	Vicente Afonso
11	1390	Lançarote Esteves
12	1393	Vasco Esteves, vigário de S. Tomé
13	1396	Vasco de Freitas
14	?	Salvador Rodrigues, deão da Guarda
15	1398	Vicente Afonso
16	1400	Dr. João das Regras, doutorado pela Universidade de Bolonha
17	1408	Fr. João Vargas, lente de Teologia
18	1415	Rodrigo Anes, prior de S. Pedro de Alenquer
19	1417	D. Pedro Escacha
20	1418	João Afonso, escolar de Leis (servindo por D. Pedro)
21	1429	Vasco Gil, escolar em Cânones
22	1431	Vasco Estêvão, vigário de S. Tomé
23	1435	Vasco Gil
24	1440	Pedro Esteves
25	1441	Gonçalo Martins, escolar de Cânones
26	1442	Gomes Afonso
27	1449	João de Elvas, lente de Prima de Cânones
28		Gonçalo Garcia de Elvas, lente de prima de Leis
29	1458	João de Elvas, lente de prima de Cânones
30		Bartolomeu Gomes – lente de prima de Leis
31	1487	Fernão Lopes
32	1493	Álvaro Martins, capelão da Rainha, bacharel em Leis
33	1494	Rodrigo Caldeira, lente de prima de Cânones
34	1495	Álvaro Martins
35		Mestre João da Madalena
36	1499	D. Francisco Mendes, Bispo de Fez, mestre de D. Manuel
37		
38	1506	Brás Afonso Correia
39	1511	Diogo da Gama
40	1512	Dr. João Alves de Elvas
41	1513	D. João, Bispo de Safim
42	1518	Rui Gonçalves, Marechote do Desembargo do Reino
43	1525	Dr. Jorge Costa, do Desembargo do Rei e seu Corregedor
44	1526	Dr. Cristóvão da Costa, do Desembargo do Rei
45	1527	Dr. Fernando Álvares de Almeida, do Desembargo do Rei e seu Desembargador
46	1528	O Bispo de Lamego não aceitou, continuou o reitor anterior
47	1529	Francisco de Melo, do Conselho do Rei
48	1531	Foi eleito Gonçalo Pires, porém serviu o anterior
49	1532	Francisco de Melo
50	1533	Álvaro Esteves, do Desembargo do Rei
51	1534	Álvaro Esteves
52	1535-1536	Dr. Jorge Fernandes, do Desembargo do Rei
53	1536	Dr. Pedro Nunes, do Desembargo do Rei e Chanceler, que serviu até a Universidade voltar para Coimbra
54	1537	D. Garcia de Almeida, Reitor da transferência definitiva para Coimbra
55	1537-1541	D. Agostinho Ribeiro (O. S. João Evangelista), o primeiro reitor a pertencer a uma Ordem Religiosa e o primeiro a exercer as funções de cancelário
56	1541-1543	D. Frei Bernardo da Cruz (O. P.), o único dominicano a ascender ao cargo de reitor. Foi também o primeiro de vários reitores a estar ligado ao Tribunal do Santo Ofício e foi encarregado pelo Cardeal Infante D. Henrique de estabelecer a Inquisição em Coimbra

## Lista de Reitores da Universidade de Coimbra

(cont.)

N/O	Ano	Nome
57	1543-1555	Frei Diogo de Murça (O. S. Jerónimo), o primeiro a possuir o grau de Doutor (em Teologia); único da Ordem de S. Jerónimo
58	1555-1557	Afonso do Prado, Castelhanos; doutorado em Teologia pela Universidade de Alcalá. Foi o único docente a exercer o reitorado até à nomeação de D. André de Almada
59	1557-1560	D. Manuel de Meneses, o primeiro reitor a frequentar a Universidade como aluno e foi o primeiro a ser nomeado por um período de três anos e a tomar posse a prestar juramento perante o Claustro Pleno. Neste reitorado começou uma grande questão entre a Universidade e os Jesuítas
60	1560-1563	D. Jorge de Almeida. Quando foi reitor ainda não tinha os 30 anos necessários para ser provido no cargo; a rainha D. Catarina dispensou-o da falta de idade
61	1563-1564	Martim Gonçalves da Câmara, padre jesuíta. Foi nomeado pela regente D. Catarina
62	1564-1569	D. Aires da Silva
63	1570-1578	D. Jerónimo de Meneses
64	1578-1584	D. Nuno de Noronha
65	1586-1594	D. Fernão Martins Mascarenhas
66	1594-1597	António de Mendonça. Foi neste reitorado que, em 16 de Setembro de 1597 a Universidade de Coimbra comprou o Paço Real da Alcáçova pela quantia de 30.000 cruzados, na qual se compreendiam 15.000 cruzados emprestados à coroa em 1584
67	1597-1605	D. Afonso Furtado de Mendonça
68	1605-1611	D. Francisco de Castro
69	1611-1618	D. João Coutinho, em cujo reitorado se revestiu de azulejos a capela-mor da Capela de S. Miguel e se assentou o retábulo
70	1618	D. Vasco de Sousa
71	1618-1624	D. Francisco de Meneses
72	1624-1631	D. Francisco de Brito de Meneses
73	1633-1637	D. Álvaro da Costa
74	1638-1639	D. André de Almada
75	1638-1659	D. Manuel de Saldanha. Foi durante este reitorado que teve lugar a aclamação de D. João IV como rei de Portugal. O Claustro pleno reunido em 13 de Dezembro de 1640, em nome da Universidade, aclamou o rei restaurador. Seis anos mais tarde, em 28 de Julho, o reitor Manuel de Saldanha e os lentes da Universidade juraram solenemente a Nossa Senhora da Conceição e foi colocada lápide na Capela de S. Miguel, junto ao altar de Nossa Senhora da Luz, no mesmo dia em que a Imaculada Conceição foi proclamada padroeira do Reino. É também deste reitorado a transformação da Sala do Trono em Sala Grande dos Actos (conhecida por Sala dos Capelos)
76	1661-1662	D. Manuel de Noronha
77	1662	Rodrigo de Miranda Henriques. No dia 25 de Novembro de 1663 a Universidade celebrou, como de costume o dia de Santa Catarina. O sermão foi proferido, na Capela de S. Miguel, pelo Padre António Vieira
78	1664-1666	Manuel Corte-Real de Abranches
79	1667-1676	André Furtado de Mendonça
80	1673-1675	Manuel Pereira de Melo
81	1675-1679	D. José Meneses
82	1679-1685	D. Simão da Gama
83	1685-1690	Manuel de Moura Manuel
84	1690-1694	Rodrigo de Moura Teles
85	1694-1702	Nuno da Silva Teles. Realizaram-se várias obras de ampliação das instalações universitárias. Fizaram-se novos "Gerais"; a Casa do Exame Privado foi acrescentada. Determinou-se que a Biblioteca se fixasse nos "Gerais" (actual Sala I da Fac. De Direito)
86	1703-1709	D. Nuno Álvares Pereira de Melo
87	1710-1715	D. Gaspar de Moscoso e Silva
88	1715-1718	Nuno da Silva Teles. Era reitor D. Nuno quando, em 31 de Outubro de 1716, chegou a provisão que autorizava a construção de um novo edifício para Biblioteca (será a que ficou conhecida como "Joanina"). D. Nuno colocou solenemente a primeira pedra em 17 de Julho de 1717
89	1719-1722	Pedro Sanches Farinha de Baena
90	1722-1722	Francisco Carneiro de Figueiroa
91	1745-1757	D. Francisco da Anunciação (con. Regr. S. Agostinho)
92	1758-1767	Gaspar de Saldanha e Albuquerque
93	1770-1779	D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Foi com este reitor que se iniciou a Reforma Pombalina. Passaram então a existir seis faculdades: Teologia, Cânones, Leis e Medicina, mais as duas recém-criadas Matemática e Filosofia. Para prover estes novos estudos construíram-se vários edifícios concebidos para a investigação nas novas áreas científicas
94	1779-1785	D. Francisco Rafael Miguel António de Mendonça
95	1786-1799	D. Francisco Rafael de Castro
96	1799-1821	D. Fr. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho
97	1821-1823	D. Fr. Francisco de S. Luís (O.S. Bento)
98	1823-1827	D. Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça. Após a morte de D. Diogo de Castro, a Universidade passou a ser governada por vice-reitores
99	1841-1848	Sebastião Correia de Sá (conde de Terena). Após a Reforma Pombalina, foi o primeiro reitor que não tinha estudado na Universidade
100	1850-1853	José Machado de Abreu
101	1859-1863	Basílio Alberto de Sousa Pinto (Visconde de S. Jerónimo)
102	1863-1864	Vicente Ferrer de Neto Paiva
103	1866-1868	António Luís de Seabra (Visconde de Seabra). O seu nome ficou ligado ao primeiro Código Civil Português, cujo original se conserva no Arquivo da Universidade de Coimbra (1867). Esteve em vigor durante mais de um século
104	1869-1884	Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (Visconde de Vila Maior)
105	1886-1890	Adriano de Abreu Cardoso Machado. Foi durante o seu mandato que, em 1887, a "Academia Dramática de Coimbra" teve novos estatutos a 3 de Novembro, passando a ser designada Associação Académica de Coimbra.
106	1890-1892	António dos Santos Viegas
107	1892-1898	António Augusto da Costa Simões
108	1898-1906	Manuel Pereira Dias
109	1906-1907	António dos Santos Viegas
110	1907	D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osório
111	1907	António das Neves Nunes Oliveira e Sousa
112	1908-1910	Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral

## Lista de Reitores da Universidade de Coimbra

(cont.)

N/O	Ano	Nome
113	1910-1911	Manuel de Arriaga Brum da Silveira. Depois de ter sido reitor, cargo que abandonou em 3 de Fevereiro de 1911, foi o primeiro Presidente da República eleito, tendo renunciado ao cargo em 1915, a favor de Teófilo Braga
114	1911	Daniel Ferreira de Matos Júnior. Foi neste reitorado que, em 21 de Outubro de 1911, teve lugar a primeira reunião de Senado universitário presidida pelo Dr. Filomeno da Câmara de Melo Cabral, na qualidade de Reitor interino. Não compareceu o representante, por não ter sido ainda eleito. Entretanto, a 22 de Março de 1911, o decreto com força de lei tinha criado as Universidades de Lisboa e Porto que, juntamente com a de Coimbra, seriam dotadas com um fundo especial de bolsas de estudo
115	1911-1913	Joaquim Mendes dos Remédios. A 4 de Novembro de 1911, uma portaria oficializava a constituição do Senado Universitário e Junta Administrativa da Universidade de Coimbra. Faziam parte do Senado, além do Reitor e Vice-Reitor, os Directores, Secretários e Delegados das Faculdades e da Escola de Farmácia, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e o Governador Civil.
116	1913-1915	Guilherme Alves Moreira
117	1916-1918	Arnaldo Mendes Norton de Matos
118	1918-1919	Joaquim Mendes dos Remédios
119	1919	Joaquim José Coelho de Carvalho
120	1919-1921	Filomeno da Câmara de Melo Cabral
121	1921-1923	António Luís Gomes
122	1924-1925	Francisco Pinto da Cunha Leal
123	1925-1926	Henrique Jardim de Vilhena
124	1926-1927	Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro
125	1927-1930	Domingos Fezas Vital
126	1931-1939	João Duarte de Oliveira. Em sessão de 7 de Abril de 1938, o Senado Universitário aprovou uma proposta que solicitava ao Governo a reorganização da Comissão da Cidade Universitária (entretanto constituída em 1934) e que a primeira pedra das obras da cidade Universitária fosse colocada por ocasião das comemorações do duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal, em 1940
127	1939-1941	António Luís Morais Sarmento. Iniciou-se a construção da Cidade Universitária, com sacrifício da parte da Alta de Coimbra
128	1943-1960	Maximino José de Morais Correia
129	1961-1962	Guilherme Braga da Cruz
130	1963-1970	António Jorge Andrade de Gouveia
131	1970-1971	José de Gouveia Monteiro
132	1971-1974	João Manuel de Cotelos Neiva. Este reitorado caracterizou-se pela criação de licenciaturas em Engenharia (transformação da Faculdade de Ciências em Faculdade de Ciências e Tecnologia) e Economia (criação da Faculdade de Economia)

Fonte: <http://www.uc.pt/reituc/hist/d2.html>. V. em 23-05-2007.



## Apêndice n.º 16

### Lista de Reitores da Universidade de Lisboa

N/O	Período	Nome	Área
1	1911-1913	Augusto José da Cunha	Ciências
2	1913-1916	João Maria de Almeida Lima	Ciências
3	1916-1928	Pedro José da Cunha	Ciências
4	1928-1928	Augusto de Almeida Monjardino	Medicina
5	1928-1929	Francisco Xavier da Silva Teles	Letras
6	1929-1946	José Caeiro de Mata	Direito
7	1946-1956	José Gabriel Pinto Coelho	Direito
8	1956-1959	Victor Hugo Duarte de Lemos	Ciências
9	1959-1962	Marcello José das Neves Alves Caetano	Direito
10	1962-1965	Paulo Arsénio Veríssimo da Cunha	Direito
11	1965-1969	José Sarmento de Vasconcelos e Castro	Ciências
12	1969-1973	Fernando Carvalho Barreira	Ciências
13	1973-1974	Joaquim Veríssimo Serrão	Letras
14	1974-1977	Henrique João de Barahona Fernandes	Medicina

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade\\_de\\_lisboa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_lisboa), consultado em 18-08-2007.



## Apêndice n.º 17

### Lista de Reitores da Universidade do Porto

N/O	Período	Nome	Profissão / Cargo	Informação complementar
1	1911 - 1917	Francisco Gomes Teixeira	Professor de Matemática	Armamar, 16/1/1851 - Porto 08/02/1933
2	1918 - 1919	Cândido Augusto Correia de Pinho	Professor de Medicina	Vila da Feira, 09-05-1958 - ?
3	1919 - 1926	Augusto Pereira Nobre	Professor de Zoologia	Porto, 25/06/1865 - Porto, 13/9/1946
4	1926 - 1928	José Alfredo Mendes Magalhães	Professor de Medicina	Valença do Minho, 20/04/1870 - Porto, 16/10/1957
5	1929 - 1931	Alexandre Alberto de Sousa Pinto	Doutor em Ciências Físico-Químicas	Lisboa, 25/01/1880 - Porto, 16/04/1982
6	1931 - 1932	Alberto Eduardo Plácido	Juiz Desembargador da Relação do Porto	4/10/1874 - 15/3/1942
7	1935 - 1943	José Pereira Salgado	Professor de Química	Porto, 01/04/1873 - Porto 16/12/1946
8	1943 - 1946	António José Adriano Rodrigues	Professor de Engenharia	Freixo de Espada a Cinta, 1880 - ?
9	1946 - 1961	Amândio Joaquim Tavares	Professor de Anatomia	Valpaços, 15/01/1900 - ? - 15/9/1974
10	1961 - 1969	Manuel Correia de Barros Júnior	Professor de Engenharia Civil e Electrotecnia	Porto, 1904 - ?
11	1969 - 1974	António de Sousa Pereira	Professor de Medicina Cirúrgica	Penafiel, 1904 - Porto, 16/10/1986
12	1974 - 1975	Ruy Luís Gomes	Professor de Matemática	? - Porto, 1984

Fonte: Reitoria da Universidade do Porto.



## Apêndice n.º 18

### Lista de Reitores da Universidade Técnica de Lisboa

N/O	Nome	Informação complementar
1	João Alberto Pereira de Azevedo Neves	
2	Moisés Bensabat Amzalak	ISCEF
3	Francisco de Paula Leite Pinto	ISCEF
4	António Herculano G. Chaves de Carvalho	IST
5	Fernando Vasco Costa	IST
6	António Maria Godinho	ISCEF
7	Eduardo Romano de Arantes e Oliveira	IST

Fonte: Reitoria da Universidade do Técnica de Lisboa.



## Apêndice n.º 19

### Principais Diplomas Legais sobre o Ensino Superior durante as I e II Repúblicas

Identificação	Data	Assunto
Decreto com força de lei	22 de Março de 1911	Instituição de fundos universitários de bolsas de estudo.
Decreto com força de lei	19 de Abril de 1911	Bases da nova constituição universitária.
Lei n.º 616	16 de Junho de 1916	Lei sobre autonomia universitária.
Decreto com força de lei n.º 4 554	6 de Julho de 1918	(Rectificação em 15 de Julho de 1918) - Estatuto universitário.
Lei n.º 861	27 de Agosto de 1919	Nomeação dos reitores das universidades e liceus e dos directores de outros estabelecimentos de ensino.
Decreto n.º 12 426	2 de Outubro de 1926	Estatuto da Instrução Universitária.
Decretos n.º 12 426 e 12 492	2 e 14 de Outubro de 1926	Novamente publicados por terem saído com inexactidões - Estatuto da Instrução Universitária.
Decreto n.º 16 623	18 de Março de 1929	Modificações do Estatuto da Instrução Universitária.
Decreto n.º 18 717	27 de Julho de 1930	Estatuto de Instrução Universitária.
Decreto n.º 19 026	4 de Novembro de 1930	Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (com a rectificação constante do Diário do Governo, 1.ª série, n.º 272, de 21 de Novembro de 1930), Institutos de investigação científica.
Decreto n.º 19 081	2 de Dezembro de 1930	Direcção-Geral do Ensino Técnico (com a rectificação constante do Diário do Governo, 1.ª série, n.º 282, de 4 de Dezembro de 1930). Criação da Universidade Técnica de Lisboa.
Decreto n.º 19 848	2 de Junho de 1931	Direcção-Geral de Ensino Técnico. Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa.
Decreto n.º 20 314	16 de Setembro de 1931	Presidência do Ministério. Nomeação de dirigentes da confiança do Governo.
Portaria n.º 8 269	8 de Novembro de 1935	Regula a situação dos alunos das Universidades reprovados três vezes no mesmo exame final e desistências.
Decreto-Lei n.º 31 658/41	21 de Novembro	Inserir várias disposições relativas ao pagamento de propinas nas Escolas Superiores e a concessão de bolsas de estudo - Fixa os quadros e vencimentos dos Professores.
Decreto-Lei n.º 31 932	20 de Março de 1942	Inserir várias disposições atinentes ao recrutamento e promoção de assistentes dos estabelecimentos do ensino superior e sobre isenção de propinas aos alunos matriculados nas Universidades anteriormente ao ano lectivo 1942-1943.
Decreto-Lei n.º 32 720	26 de Março de 1943	Modifica o regime de atribuição, no ensino superior, das bolsas de estudo, da isenção e redução de propinas e alarga sensivelmente o número destes dois últimos benefícios.
Decreto-Lei n.º 38 692	21 de Março de 1952	Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Regime de autonomia administrativa das universidades.
Decreto n.º 39 001	20 de Novembro de 1952	Promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto.
Decreto-Lei n.º 42 857	20 de Fevereiro de 1960	Inserir disposições destinadas a esclarecer a aplicação do limite estabelecido para a entrega do boletim de matrícula e inscrição dos alunos das Universidades e das escolas superiores de belas-artses que tenham utilizado na segunda época a chamada especial destinada aos impedidos em serviço militar obrigatória.
Decreto n.º 44 146	4 de Janeiro de 1962	Regula a constituição dos júris dos exames finais das escolas universitárias, exceptuadas as Faculdades de Direito.
Decreto n.º 45 076	14 de Junho de 1963	Generaliza a todos os professores do ensino superior a possibilidade de utilizarem o material e instalações da escola ao atingirem o limite de idade.
Decreto n.º 46 481	11 de Agosto de 1965	Permite ao Ministro da Educação Nacional tomar as providências necessárias a fim de evitar ou atenuar prejuízos que à sequência dos respectivos estudos possa acarretar o cumprimento, por parte dos alunos de qualquer ramo de ensino, da obrigação de prestação do serviço militar.

## Principais Diplomas Legais sobre o Ensino Superior durante as I e II Repúblicas

(cont.)

Identificação	Data	Assunto
Decreto-Lei n.º 46 834	11 de Janeiro de 1966	Promulga as disposições destinadas a definir os requisitos a que devem obedecer os alojamentos destinados a estudantes.
Decreto-Lei n.º 46 206	16 de Setembro de 1966	Institui os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa e os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.
Declaração	21 de Outubro de 1966	Altera o Decreto n.º 47 206.
Decreto-Lei n.º 46 667	24 de Novembro de 1965	Define os fins e atribuições do Centro Universitário do Porto.
Decreto-Lei n.º 47 303	7 de Novembro de 1966	Institui os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra.
Decreto-Lei n.º 47 587	10 de Março de 1967	Permite ao Ministério da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respectivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente.
Decreto-Lei n.º 47 701	15 de Maio de 1967	Dá nova redacção aos artigos 95.º e 97.º do Decreto n.º 39 001, que promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto.
Decreto-Lei n.º 132/70	30 de Março	Define o regime para o recrutamento de pessoal qualificado para o exercício de funções docentes e de investigação no ensino superior.
Decreto-Lei n.º 358/70	29 de Julho	Determina que sejam admitidos nos estabelecimentos oficiais não militares de ensino de todos os graus e ramos, com isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes, pelo menos, de Ordem de Região Militar, Naval ou Aérea, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente - Torna extensiva esta isenção aos filhos dos referidos combatentes.
Decreto-Lei n.º 388/70	18 de Agosto	Estabelece um novo regime de doutoramento.
Decreto-Lei n.º 27/71	5 de Fevereiro	Decreta a faculdade de suspender preventivamente os alunos por motivos disciplinares.
Portaria n.º 445/71	20 de Agosto	Regulamenta as disposições do Decreto-Lei n.º 358/70, com vista a definir concretamente os casos em que os militares que hajam participado ou participem em operações militares, ou os seus filhos, têm direito às regalias concedidas no referido diploma.
Portaria n.º 574/71	20 de Outubro	Regula o disposto no n.º 7 da Portaria n.º 445/71, que regulamenta as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 358/70, com vista a definir concretamente os casos em que os militares que hajam participado ou participem em operações militares, ou os seus filhos, têm direito a regalias concedidas no referido diploma.
Circular 163/72 - Série B		Regalias concedidas aos alunos prestarem Serviço Militar obrigatório.
Decreto-Lei n.º 264/72	31 de Julho	Determina que as universidades possam organizar, durante o período de férias, cursos intensivos de preparação e aperfeiçoamento de actualização sobre matérias dos planos de estudo do cursos nelas professados ou matérias afins.
Decreto-Lei n.º 301/72	14 de Agosto	Regulamenta as provas de concurso para professor extraordinário e professor catedrático.
Portaria n.º 741/72	18 de Dezembro	Determina que a concessão dos benefícios previstos no Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho, seja tornada extensiva a vários documentos e a outras taxas e emolumentos exigidos em quaisquer estabelecimentos do ensino oficial.
Lei n.º 5/73	25 de Julho	Lei de Bases do Sistema Educativo.
		Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior - Documento Programático 1971.
Decreto-Lei n.º 402/73	11 de Agosto	Decreto-Lei da expansão e diversificação do Ensino Superior. Cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas comissões instaladoras e adopta providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respectivas actividades.
Decreto-Lei n.º 418/73	21 de Agosto	Simplifica algumas formas de execução de tarefas e cargo dos serviços administrativos das Universidades e das escolas do ensino superior, designadamente no que diz respeito a matrículas, inscrições, pagamentos e isenção de propinas e bolsas de estudo.
Decreto-Lei n.º 524/73	13 de Outubro	Concede a isenção de propinas aos agentes de ensino.
Decreto-Lei n.º 629/73	26 de Novembro	Regulamenta os termos em que pode ser recusada a matrícula ou inscrição.
	16 de Abril de 1974	Projecto de Decreto-Lei orientador do Ensino Superior, aprovado pelo Ministro da Educação Nacional, em 16 de Abril de 1974.
Portaria n.º 320/74	24 de Abril	Fixa o regime a que devem obedecer as matrículas e inscrição nas universidades e nos estabelecimentos de ensino superior e determina várias providências relativas ao seu pessoal.

## Apêndice n.º 20

### Principais diplomas legais sobre a acção social no ensino superior durante a Ditadura Nacional e o Estado Novo

Tipo	Data	Assunto	Disposições
Decreto n.º 18 717	27 de Julho de 1930	Estatuto da Instrução Universitária	Regulamenta as bolsas de estudo aos estudantes universitários, nas condições gerais a que obedecem, submetendo a sua concessão a critério uniforme. «Em cada universidade serão instituídas bolsas de estudo, que se destinam a dispensar do pagamento de propinas e emolumentos universitários os alunos que se habilitem a prosseguir os estudos superiores».
Decreto-Lei n.º 31 658/41	21 de Novembro de 1941	Inserir várias disposições relativas ao pagamento de propinas a Escolas Superiores e a concessão de bolsas de estudo.	«A propina estabelecida não pode julgar-se gravosa para os que podem; dos que não podem, e todos até, só interessa ao Estado que sigam cursos superiores os que realmente valem. Mas destes interessa-lhe que se não perca um único por se lhe tornar incompensável o pagamento das propinas. Por isso, se institui a faculdade para as escolas de conceder o benefício da isenção de propinas e emolumentos de secretaria até 10 por cento dos alunos que as frequentam. Pareceu que bastava instituir este benefício dentro daquele limite, porque ele já existia e, na generalidade das escolas, não só o limite nunca foi atingido, mas o número de isenções concedidas ficou sempre muito aquém dele. Isso podia ainda ser insuficiente para que se não perdessem valores apreciáveis; por isso, além da isenção de propinas e emolumentos, se instituem <b>cem bolsas de estudo de 3.000\$00 anuais a atribuir aos melhores que precisem</b> [...]».  «Estabelece-se ainda o princípio da <b>redução no quantitativo das propinas</b> para quando dois ou mais irmãos frequentarem ao mesmo tempo o ensino superior». « <b>Pede-se, aos que podem, menos do que seria legítimo exigir-lhes; isentam-se os que valem e não podem; subsidiam-se os melhores, que o Estado não quer ver perdidos por falta de meios; e ensaia-se um princípio de protecção à família, com vontade de o generalizar logo que se enxergue o caminho e as possibilidades.</b> »
Decreto-Lei n.º 31 932	20 de Março de 1942	Inserir várias disposições atinentes ao recrutamento e promoção de assistentes dos estabelecimentos de ensino superior e sobre isenção de propinas aos alunos matriculados nas Universidades anteriormente ao ano lectivo de 1942-1943, relativas ao pagamento de propinas a Escolas Superiores e a concessão de Bolsas de Estudo.	«Os alunos matriculados nas Universidades anteriormente ao ano lectivo de 1942-1943 poderão beneficiar da <b>redução de propinas</b> e concorrer à <b>isenção de propinas</b> e às <b>bolsas de estudo</b> desde que tenham obtido no ano anterior, nos exames que os Senados Universitários e o Conselho Universitário determinarem que é preciso fazerem para ter nota de bom aproveitamento ou no exame de aptidão, respectivamente simples aprovação, média de 12 valores e média de 16 valores».
Decreto-Lei n.º 32 720	26 de Março de 1943	Modifica o regime de atribuição, no ensino superior, das bolsas de estudo, da isenção e redução de propinas e alarga sensivelmente o n.º destes dois últimos benefícios.	<b>Média</b> indispensável para a concessão de bolsa de estudo nas Universidades passa a ser de <b>14</b> (e não 16 como até af).  «A <b>percentagem das isenções é elevada de 10% para 12%</b> sobre o n.º de alunos que frequentam a Faculdade ou escola de ensino superior».
Decreto n.º 39 001	20 de Novembro de 1952	Promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto.	«A atribuição dos benefícios das <b>bolsas de estudo, da isenção de propinas e da redução de propinas</b> , será regulada pelo disposto nos artigos 22.º a 28.º do Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de Novembro de 1941, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 31 982, de 20 de Março de 1942, artigos 1.º a 5.º do Decreto-Lei n.º 32 720, de 26 de Março de 1943, e pelos preceitos que seguem». «As <b>bolsas de estudo</b> , bem como a <b>isenção de propinas, dispensam o pagamento de propinas, de indemnizações e de emolumentos de secretaria; a redução de propinas dispensa o pagamento de 50 por cento da importância das propinas e indemnizações</b> [...]».
Decreto-Lei n.º 46 667	24 de Novembro de 1965	Define os fins e atribuições do Centro Universitário do Porto.	«O Centro Universitário do Porto é um organismo que se encontra na dependência directa do reitor da Universidade do Porto e tem por fim colaborar na formação integral dos alunos, proporcionando-lhes boas condições para se consagrarem ao estudo e a outras actividades complementares, dentro de um espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente» (art.º 1.º).
Decreto-Lei n.º 46 834	11 de Janeiro de 1966	Cria o centro de alojamento.	Promulga as disposições destinadas a definir os requisitos a que devem obedecer os alojamentos destinados a estudantes.
Decreto-Lei n.º 47 206	16 de Setembro de 1966	Institui os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa e os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa.	«Os Serviços Sociais constituem, em cada Universidade, um organismo que fica na dependência da reitoria da Universidade e tem por fim colaborar na formação integral dos alunos, proporcionando-lhes boas condições para se consagrarem ao estudo e a outras actividades complementares, dentro de um espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente» (art.º 1.º, n.º 2).
Declaração	21 de Outubro de 1966	Altera o Decreto n.º 47 206.	Altera a redacção do artigo 14.º, n.º 5.
Decreto-Lei n.º 47 303	7 de Novembro de 1966	Institui os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra.	«Os Serviços Sociais constituem um organismo que fica na dependência da reitoria da Universidade e tem por fim colaborar na formação integral dos alunos, proporcionando-lhes boas condições para se consagrarem ao estudo e a outras actividades complementares, dentro de um espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente» (art.º 1.º, n.º 2).
Decreto-Lei n.º 132/70	30 de Março	Define o regime para recrutamento de pessoal qualificado para exercício de funções docentes e de investigação no ensino superior.	Atribuição de <b>bolsas de estudo a pessoal docente</b> .
Decreto-Lei n.º 358/70	29 de Julho	Determina que sejam admitidos nos estabelecimentos oficiais não militares de ensino de todos os graus e ramos, com isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente - Torna extensiva esta isenção aos filhos dos referidos combatentes.	São admitidos nos estabelecimentos oficiais os militares de ensino de todos os graus e ramos, com <b>isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria</b> , nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes, [...], ou que por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente. Esta isenção é extensiva aos filhos dos combatentes anteriormente citados.  A <b>isenção abrange o selo dos documentos</b> necessários à matrícula e à apresentação a exame, bem como o dos <b>diplomas de curso</b> . Aos alunos combatentes ou antigos combatentes nas condições do n.º 1 do artigo anterior, ou aos seus filhos, quando concorram a bolsas de estudo e provem satisfazer às condições legalmente exigidas para esse efeito, será concedido o benefício requerido, independentemente da graduação que lhes tenha cabido na ordenação geral dos candidatos.  A concessão dos benefícios referidos nos artigos anteriores depende sempre do <b>bom comportamento moral e civil</b> , e para sua manutenção é exigido também o <b>bom comportamento escolar dos interessados</b> .

## Principais diplomas legais sobre a acção social no ensino superior durante a Ditadura Nacional e o Estado Novo

(cont.)

Tipo	Data	Assunto	Disposições
Portaria n.º 445/71	20 de Agosto	Regulamenta as disposições do Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho.	Regulamenta as disposições do Decreto-Lei n.º 358/70, com vista a definir concretamente os casos em que hajam participado ou participem em operações militares, ou os seus filhos, têm direito às regalias referido diploma.
Portaria n.º 574/71	20 de Outubro	Regula o disposto no n.º 7 da Portaria n.º 445/71, que regulamenta as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho.	Regula o disposto no n.º 7 da Portaria n.º 445/71, que regulamenta as disposições contidas no Decreto com vista a definir concretamente os casos em que os militares que hajam participado ou participem militares, ou os seus filhos, têm direito a regalias concedidas no referido diploma.
Circular 163/72 - Série B	1972	Regalias concedidas aos alunos prestarem Serviço Militar obrigatório.	Define as regalias concedidas aos alunos prestarem Serviço Militar obrigatório.
Portaria n.º 741/72	18 de Dezembro	Determina que a concessão dos benefícios previstos no Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho, seja tornada extensiva a vários documentos e a outras taxas e emolumentos exigidos em quaisquer estabelecimentos do ensino oficial.	Determina que a <b>concessão dos benefícios</b> previstos no Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho, seja <b>total aos diplomas e certidões</b> referidos no artigo 2.º da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de 1941, e a outras taxas e emolumentos exigidos em quaisquer estabelecimentos de ensino oficial.
Lei n.º 5/73	25 de Julho	Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.	No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado: (a) Assegurar a todos os portugal de educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção resultante da capacidade e dos méritos de cada um, para o que deverá organizar e manter os necessários meios de ensino, investigação e cultura e estimular a criação e o desenvolvimento de instituições particulares e dos mesmos fins; (b) tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada [...]; (c) facilitar mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos liberdade de ensino em todas as suas modalidades; (e) Fomentar e coordenar as actividades respeitadas nacionais.
Decreto-Lei n.º 524/73	13 de Outubro	Concede isenção de propinas aos agentes do ensino.	<b>É concedida isenção de propinas aos agentes de ensino</b> que se matriculem em cursos de ensino superior e cursos de aperfeiçoamento de acordo com planos aprovados pelo Ministério da Educação Nacional.